

desidades

REVISTA CIENTÍFICA DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

REVISTA CIENTÍFICA DE LA INFANCIA, ADOLESCENCIA Y JUVENTUD

35

ISSN 2318-9282 (suporte online)

número 35

ano/año 11

jan/ene - abr 2023

des;dades

REVISTA CIENTÍFICA DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE
REVISTA CIENTÍFICA DE LA INFANCIA, ADOLESCENCIA Y JUVENTUD

REALIZAÇÃO/REALIZACIÓN



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
UFRJ



NIPIAC

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio
para a Infância e a Adolescência Contemporâneas

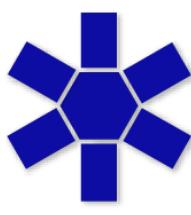
APOIO/APOYO



PARCEIROS/INSTITUCIONES ASOCIADAS



INDEXADORES



equipe editorial/equipo editorial

EDITORA CHEFE/EDITORIA JEFE

[Lucia Rabello de Castro](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

CO-EDITORA

[Sonia Borges Cardoso de Oliveira](#) – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas, NIPIAC, UFRJ, Brasil

EDITORES ASSOCIADOS/EDITORES ASOCIADOS

[Andrea Martello](#) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil

[Andrea Szulc](#) – Universidad de Buenos Aires, UBA, Argentina

[Beatriz Corsino Pérez](#) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil

[Felipe Salvador Grisolía](#) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

[Juliana Siqueira de Lara](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Lucia Isabel da Conceição Silva](#) – Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil

[Renata Alves Monteiro](#) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil

[Renata Tomaz](#) – Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil

[Roseane Amorim da Silva](#) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, Brasil

[Sabrina Dal Ongaro Savegnago](#) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

O Conselho Editorial é composto pela Editora, Co-Editora e Editores Associados.

EDITORES ASSISTENTES/EDITORES ASISTENTES

[Adelaide Rezende de Souza](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Erica dos Santos Vieira](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Karima Oliva Bello](#) – Universidad Veracruzana, UV, México

[Paula Pimentel Tumolo](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Renata Tavares da Silva Guimarães](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Sofia Hengen](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

EQUIPE TÉCNICA/EQUIPO TÉCNICO

[Beatriz dos Reis Ramos](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Gabriela Fernandes Castro](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Julia Oliveira Moraes](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Luan Gall Gagliardi](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Luisa Vieira](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Maria Clara Caiaffa](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Maria Coutinho](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Marília Garcia](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Michael Santana da Paz](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

ASSESSORIA EM BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

[Leonardo de Souza Melo](#)

REVISORA

[Danúbia de Paula Oliveira](#)

TRADUTORAS/TRADUCTORAS

[Flavia Ferreira dos Santos](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

[Karima Oliva Bello](#) – Universidad Veracruzana, UV, México

[Sofia Hengen](#) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

apresentação/presentación

DESIDADES é uma revista científica eletrônica na área da infância, adolescência e juventude latino-americanas, com periodicidade quadrimestral. Publica textos em português ou espanhol. É uma publicação do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas, NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Está comprometida em divulgar a pesquisa científica para além dos muros da Universidade estabelecendo um diálogo com pesquisadores, profissionais, estudantes e demais interessados na área de infância, adolescência e juventude. A revista publica originais inéditos de artigos, entrevistas e resenhas desde uma abordagem multidisciplinar da infância, adolescência e juventude.

O título desta revista - **DESIDADES** - foi cunhado para significar a perspectiva teórica, ética e política que sustenta sua práxis editorial. Assume-se que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência de acordo com uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens e conceitos sobre as relações entre os grupos geracionais.

DESIDADES es una revista científica electrónica en el área de la infancia, adolescencia y juventud latinoamericanas, con periodicidad cuatrimestral. Publica textos en portugués o español. Es una publicación del Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas, NIPIAC, de la Universidad Federal do Rio de Janeiro. Está comprometida en divulgar la investigación científica mas allá de los muros de la Universidad estableciendo un diálogo con investigadores, profesionales, estudiantes, y demás interesados en el área de la infancia, adolescencia y juventud. La Revista publica originales inéditos de artículos, entrevistas y reseñas desde un abordaje multidisciplinario de la infancia, adolescencia y juventud.

El título de esta revista - **DESIDADES** - fue acuñado para significar la perspectiva teórica, ética y política que sustenta su praxis editorial. Se asume que las edades, con criterios fijos que naturalizan comportamientos, habilidades y modos de existencia de acuerdo con una temporalización biográfica linear, precisan ser problematizados de modo que permitan nuevos abordajes y conceptos sobre las relaciones entre los grupos generacionales.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL / CONSEJO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará, Brasil
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília, Brasil
Anna Paula Uziel	Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Crístiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná, Brasil
Heloísa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense, Brasil
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense, Brasil
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará, Brasil
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia, Brasil
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo, Brasil Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí, Brasil
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas, Brasil
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Maria Cristina Soares de Gouveia	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Maria Letícia Nascimento	Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília, Brasil
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Nair Teles	Universidade Eduardo Mondlane, Brasil
Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau, Brasil
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba, Brasil
Vera Maria Ramos de Vasconcellos	Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Verônica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Ceará, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL / CONSEJO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay, Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo, Uruguay
Ana Vergara del Solar	Universidad de Santiago, Chile
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá, Colombia
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo, Uruguay
Germán Muñoz González	Corporación Universitaria Uniminuto, Bogotá, Colombia
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México, México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Manuel Valenzuela Arce	Colégio de la Frontera Norte (El COLEF), México
Juan Carlos Amador Baquiro	Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
Lucía Lionetti	Universidad Nacional del Centro, Argentina
Maria Celeste Hernández	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
María Guadalupe Vega López	Universidad de Guadalajara, México
Maria Raquel Macri	Universidad de Buenos Aires, Argentina
Mariana Chaves	CONICET y Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	CONICET y Universidad de Buenos Aires, Argentina
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Maritza Urteaga Pozo	Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH), Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), México
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Olga Grijalva Martínez	Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca, México
Pablo De Grande	CONICET y Universidad del Salvador, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
Patricia Guerrero Morales	Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Metropolitana, Chile
Pedro Nuñez	CONICET y Instituto de Investigaciones Sociales de América Latina (IICSL), FLACSO, Argentina
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Ricardo Fletes Corona	Universidad de Guadalajara, México
Robin Cavagnoud	Pontificia Universidad Católica del Perú, Perú
Rosa María Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México, México
Silvina Brussino	CONICET y Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Suzana Sosenski	Universidad Nacional Autónoma, UNAM, México
Valeria Llobet	CONICET y Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Índice

EDITORIAL	8
TEMAS EM DESTAQUE - SEÇÃO TEMÁTICA / TEMAS SOBRESALIENTES - SECCIÓN TEMÁTICA	
Infâncias cuidadoras:	
reflexões e desafios sobre o cuidado praticado por crianças Apresentação à Seção Temática Juliana Siqueira de Lara e Pia Leavy	10
Niños que cuidan de sí y de otros en una agrolocalidad media de la pampa húmeda argentina:	
una aproximación antropológica Luisina Morano y Andrea Szulc	40
Niñez, trabajo doméstico y de cuidados:	
una aproximación cuantitativa en sectores urbanos de Argentina María Eugenia Rausky y María Laura Peiró	58
Infancia y cuidado:	
Reflexiones críticas desde perspectivas relacionales Florencia Paz Landeira, Laura Frasco Zuker y Valeria LLobet	79
Cuidados, infancias y migraciones:	
Experiencias emocionales de migrantes e hijos de migrantes bolivianos en Argentina Stefania Cardonetti y Guadalupe Blanco Rodríguez	95
Niñas, niños, adolescentes y jóvenes cuidadores:	
la sostenibilidad de la vida en un barrio qom de la ciudad de La Plata, Buenos Aires, Argentina Silvana Sciortino	110
Niñez, autocuidado y atención a la salud:	
Un análisis antropológico de la agencia de los niños y adolescentes en el tratamiento medicamentoso contra el cáncer infantil Candela Rocío Heredia	129

TEMAS EM DESTAQUE: SEÇÃO LIVRE / TEMAS SOBRESALIENTES: SECCIÓN LIBRE

- Embarazo en la adolescencia y políticas de salud en Bahía Blanca, Argentina.**
Aportes a la discusión desde un enfoque etnográfico 146
Ana Florencia Quiroga

- Relações de cuidado em situação de vulnerabilidade social:**
uma experiência clínico-institucional na primeira infância 162
Beatriz Sernache de Castro Neves, Érika Teles Dauer y Karla Patrícia Holanda Martins

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS / INFORMACIONES BIBLIOGRÁFICAS

- Juventudes, trauma e segregação, por Andréa Mális Campos Guerra,**

- Ana Carolina Dias Silva, Rodrigo Goes e Lima** 177

Débora Ferreira Bossa

#falaestudante!

- Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais
aos seus estudantes, por Michelli Daros**

182

Aline Paes Araújo e Maria Conceição Borges Dantas

Editorial

Apresentamos esta primeira edição da DESIDADES de 2023 com o alento que significou a eleição presidencial ao trazer esperanças de uma reconstrução do Brasil. No entanto, todos sabemos que (re)construir é um processo longo e difícil, enquanto que a devastação e o desmonte são, em geral, impiedosamente sumários na sua celeridade e dimensão. Para as infâncias, adolescências e juventudes houve um sem número de medidas urgentes que se iniciaram no resgate das vidas de indígenas, crianças e adultos, à beira da morte por fome, contaminação e enfermidades, resultado da política genocida do governo federal anterior. Mas, não apenas. Restabeleceram-se políticas outras, como o reajuste do repasse de recursos da União, à merenda escolar de milhões de crianças nas escolas públicas do país. O restabelecimento institucional e financeiro dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia é alvissareiro de novas perspectivas para a produção e divulgação do conhecimento científico no campo da infância, adolescência e juventude. Oxalá!

Esta edição conta com a Seção Temática “Infâncias Cuidadoras em Contextos Latinoamericanos”, editada pelas professoras Juliana Siqueira de Lara e Pia Leavy, que visa colocar em discussão este aspecto singular que caracteriza, principalmente, as infâncias do Sul Global. O debate científico sobre essa temática tão importante – até porque tão presente no cotidiano das crianças latino-americanas – abre novas chaves de leitura e compreensão do cuidar e ser cuidado, pelas e das crianças, para além do enquadre de supostos desvios de uma infância normalizada pelos padrões e valores do Norte Global. Como área de estudos investigada em campos disciplinares diversos, cuidar e ser cuidado é temática que está articulada a questões econômicas, políticas, de saúde, e relativa a direitos de crianças e de suas famílias. Sobretudo, como colocam Leavy e de Lara a partir do leque de artigos que compõe esta Seção, a temática do cuidado por crianças demanda colocar em questão as particularidades de cada cultura e história onde as crianças desempenham tais práticas, suas relações familiares, as diferenças de gênero, etnia e classe social, assim como a estrutura de desigualdades sociais que caracteriza tais sociedades.

Na Seção Livre trazemos dois artigos, “Embarazo en la adolescencia y políticas de salud en Bahía Blanca, Argentina. Aportes a la discusión desde un enfoque etnográfico”, de Ana Florencia Quiroga e “Relações de cuidado em situação de vulnerabilidade social: uma experiência clínico-institucional na primeira infância”, de Beatriz de Castro Neves, Erika Dauer e Karla Holanda Martins. Ambos os artigos tratam de aprofundar temáticas, seja a da gravidez na adolescência, seja a da pobreza que atinge as crianças e suas mães, na direção do como tais situações são definidas e compreendidas por gestores públicos e/ou profissionais de saúde, e que políticas públicas são demandadas nessas situações de vulnerabilização.

Finalmente, trazemos duas resenhas que compõem a Seção Informações Bibliográficas sobre publicações muito interessantes. Débora Ferreira Bossa apresenta a resenha “Adolescências plurais: juventudes, trauma e segregação” sobre o livro “Juventudes, trauma e segregação”, organizado por Andréa Mália Campos Guerra, Ana Carolina Dias Silva, Rodrigo Goes e Lima. A obra “A relevância dos Institutos Federais na voz de seus estudantes” é o título da resenha de Aline Paes Araujo e Maria Conceição Borges Dantas, sobre o livro “#falaestudante! Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes”, de Michelli Daros.

Nesta edição, faltamos aos nossos leitores com o nosso Levantamento Bibliográfico e a nossa Entrevista. Voltaremos com eles, esperançosamente, na próxima edição.

Boa leitura!

Lucia Rabello de Castro
Editora Chefe

Editorial

Presentamos esta primera edición de DESIDADES de 2023 con el aliento que significó la elección presidencial al traer esperanzas de una reconstrucción de Brasil. Sin embargo, todo sabemos que (re)construir es un proceso largo y difícil, mientras que la devastación y el desmantelamiento son, en general, impiadosamente rápidos en su celeridad y dimensión. Para las infancias, adolescencias y juventudes hubo un sinnúmero de medidas urgentes que se iniciaron en el rescate de las vidas indígenas, niños y adultos, al borde de la muerte por hambre, contaminación y enfermedades, resultado de la política genocida del gobierno federal anterior. Pero, no solamente. Se reestablecieron otras políticas, como el reajuste de la transferencia de recursos de la Unión, hasta la merienda escolar de millones de niños y niñas en las escuelas públicas del país. El restablecimiento institucional y financiero de los Ministerios de Educación y de Ciencia y Tecnología es auspicioso de nuevas perspectivas para la producción y divulgación del conocimiento científico en el campo de la infancia, adolescencia y juventud. ¡Ojalá!

Esta edición cuenta con la Sección Temática “Infancias Cuidadoras en Contextos Latinoamericanos”, editadas por las profesoras Juliana Siqueira de Lara y Pia Leavy, que busca poner en discusión este aspecto singular que caracteriza, principalmente, las infancias del Sur Global. El debate científico sobre esta temática tan importante – inclusive por ser tan presente en lo cotidiano de niños y niñas latinoamericanos- abre nuevas llaves de lectura y comprensión del cuidar y el ser cuidado, por y para los niños y niñas, más allá del encuadre de supuestos desvíos de una infancia normalizada por los padres y valores del Norte Global. Como área de estudios investigada en campos disciplinarios diversos, cuidar y ser cuidado es una temática que está articulada a cuestiones económicas, políticas, de salud, y relativa a los derechos de niños, niñas y sus familias. Sobre todo, como plantean Leavy y de Lara a partir del abanico de artículos que compone esta Sección, la temática del cuidado por niños y niñas demanda colocar en cuestión las particularidades de cada cultura e historia donde los niños y niñas desempeñan tales prácticas, sus relaciones familiares, las diferencias de género, etnia y clase social, así como la estructura de desigualdades sociales que caracteriza a tales sociedades.

En la Sección Libre traemos dos artículos, “Embarazo en la adolescencia y políticas de salud en Bahía Blanca, Argentina. Aportes a la discusión desde un enfoque etnográfico”, de Ana Florencia Quiroga y “Relações de cuidado em situação de vulnerabilidade social: uma experiência clínico-institucional na primeira infância”, de Beatriz de Castro Neves, Erika Dauer y Karla Holanda Martins. Ambos artículos tratan de profundizar temáticas, sea el embarazo en la adolescencia, sea el de la pobreza que afecta a los niños y sus madres, en la dirección de cómo tales situaciones son definidas y comprendidas por gestores públicos y/o profesionales de la salud, y qué políticas públicas son demandadas en estas situaciones de vulnerabilización.

Finalmente, traemos dos reseñas que componen la Sección Informaciones Bibliográficas sobre publicaciones muy interesantes. Débora Ferreira Bossa presenta la reseña “Adolescências plurais: juventudes, trauma e segregação” sobre el libro “Juventudes, trauma e segregação”, organizado por Andréa Mális Campos Guerra, Ana Carolina Dias Silva, Rodrigo Goes e Lima. La obra “A relevância dos Institutos Federais na voz de seus estudantes” es el título de la reseña de Aline Paes Araujo y Maria Conceição Borges Dantas, sobre el libro “#falaestudante! Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes”, de Michelli Daros.

En esta edición, quedamos en deuda con nuestros lectores con nuestro Relevamiento Bibliográfico y nuestra Entrevista. Volveremos con los mismos, según esperamos, en la próxima edición.

¡Buena lectura!

Lucia Rabello de Castro

Jefa Editora



Infâncias cuidadoras: reflexões e desafios sobre o cuidado praticado por crianças

Apresentação à Seção Temática

Juliana Siqueira de Lara

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-9626-0215>

Pia Leavy

Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.

<https://orcid.org/0000-0002-0712-7480>

Atualmente, o cuidado praticado por crianças ganha relevância em um contexto no qual o cuidado em geral, principalmente após a pandemia de covid-19, tem sido reconhecido como uma atividade essencial para a sustentabilidade da vida, embora ainda seja profundamente desvalorizado, tanto em termos econômicos quanto simbólicos. Além disso, as tarefas de cuidado envolvem relações sociais que requerem uma análise crítica, gerando um campo fértil para discussões que possibilitam romper com estereótipos relacionados a gênero, idade, classe social, identidades nacionais ou étnicas e os papéis atribuídos às pessoas para que possam viver em sociedade.

O fenômeno das crianças que cuidam de outras pessoas e/ou dos espaços em que vivem tem mobilizado cada vez mais investigações e debates sobre os papéis sociais que elas assumem em seu cotidiano (ZELIZER, 2009; COLONNA, 2015; DAY, 2017; HUNLETH, 2017; HERNÁNDEZ, 2019; LARA; CASTRO, 2021; LEAVY; SZULC, 2021; LEAVY; SHABEL, 2022; LARA, 2022). Trata-se de um tema que desperta intensos debates e polêmicas, pois existe uma construção dominante acerca das crianças como seres unicamente necessitados de cuidados e incapazes de proporcioná-los, assim como pesquisas que apresentam o cuidado fornecido pelas crianças como patológico ou prejudicial (BECKER, 2007).

O campo de estudos das infâncias cuidadoras tem buscado entender e analisar os processos pelos quais as crianças participam de práticas de cuidado, tanto em relação a si mesmas e a outras pessoas quanto em relação ao ambiente familiar e comunitário em que vivem. O fenômeno do cuidado praticado por crianças adquire formas e relacionalidades diversas, mas pode ser observado, de forma contínua ou pontual, em crianças que assumem a supervisão ou orientação de outras crianças em casa e/ou nas ruas, ajudam parentes doentes, com deficiência e com dificuldades pelo envelhecimento, desempenham tarefas domésticas e comunitárias em seu próprio benefício ou de outras pessoas e do ambiente/natureza e participam das redes de subsistência de suas famílias e/ou comunidade.

O campo que se debruça sobre as infâncias cuidadoras tem se consolidado nos últimos anos como um campo interdisciplinar, cujo objetivo mais amplo é de compreender como as crianças aprendem, exercem e atribuem significado ao cuidado. Além disso, esse campo busca entender quais as relações sociais e de poder que permeiam o cuidado, como as práticas de cuidado e as concepções sobre o cuidado se articulam com as experiências de ser criança nos contextos e territórios em que vivem, quais as motivações e os efeitos que tais práticas produzem na vida cotidiana das crianças e suas famílias e como as diferenças sociais, culturais, de gênero e etnia influenciam nas formas como as crianças cuidam e são cuidadas.

As abordagens teóricas e metodológicas utilizadas nesse campo procuram adotar uma perspectiva crítica em relação às visões hegemônicas da infância e às formas de se pesquisar com as crianças (LEAVY; SZULC, 2021; LEAVY; SHABEL, 2022; LARA, 2022). Historicamente, a infância foi concebida como uma etapa da vida que deveria ser superada, e as crianças eram representadas como aqueles que “ainda não conseguiram, ainda não fizeram, ainda não são” em comparação com os adultos, como aqueles que “já conseguiram, já chegaram ou já são” (CASTRO, 1998). Isso resultou no uso da infância como um sinal de imaturidade cultural e política (NANDY, 2010), bem como na percepção frequente de que as crianças são exclusivamente objetos de cuidado dos adultos. O campo de estudos – que vem se consolidando – das infâncias cuidadoras desafia essa visão, pois comprehende a participação ativa e relacional das crianças no cuidado, na posição de quem não é somente objeto de cuidado de adultos e instituições, mas também de quem pode assumir atividades de cuidar. É um campo que inclui e atesta a importância da alteridade ao se refletir sobre as infâncias (NIÑEZ PLURAL, 2019). Além disso, esse campo problematiza a ideia de “agência individual das crianças” (SZULC, 2019; BALAGOPALAN, 2021; FRASCO ZUKER; FAYASS; LLOBET, 2021), presente em muitas pesquisas atuais dos estudos da infância, ao reconhecer que

as ações das crianças são influenciadas pelas estruturas sociais, relacionais e discursivas que as cercam, e não ocorrem de forma autônoma e separada das dimensões históricas e contextuais em que vivem.

Metodologicamente, o campo de estudos das infâncias cuidadoras têm adotado abordagens qualitativas e etnográficas que buscam se aproximar do cotidiano das crianças, acompanhando e registrando suas atividades, interações e práticas, em diferentes contextos, como o doméstico, o comunitário e/ou o institucional. Métodos como a observação participante, entrevisitas, conversas informais, desenhos e registros fotográficos são utilizados para compreender as perspectivas e experiências das crianças em relação ao cuidado, tanto a partir das suas próprias visões quanto das visões dos adultos presentes em sua rede social (COLONNA, 2015; EVANS, 2012; 2017; HUNLETH, 2017; HERNÁNDEZ, 2019; LARA; CASTRO, 2021; LEAVY; SZULC, 2021; LEAVY; SHABEL, 2022; LARA, 2022). O método do grupo focal e de aplicação de questionários também tem sido aplicado para obter informações sobre opiniões, experiências e perspectivas das crianças e outros atores sociais em relação ao tema. Além disso, considerando que o cuidado é uma prática relacional, as pesquisas qualitativas desse campo também buscam expandir o entendimento sobre o tema ao observar e examinar as próprias relações que se formam durante as investigações, incluindo os pesquisadores e as crianças participantes, uma vez que, nessas relações, as práticas de cuidado exercidas pelas crianças muitas vezes se estendem aos pesquisadores (LARA, 2022).

Os estudos sobre crianças envolvidas em práticas de cuidado estão situados em áreas diversas do conhecimento e atuação, tais como Antropologia, Sociologia, Psicologia, Direito e Geografia, bem como em interface com movimentos sociais, que discutem a importância do cuidado e sua relação com questões políticas, econômicas, de trabalho, saúde e direitos das mulheres e das crianças. Batthyány (2020) observa que as discussões atuais na América Latina enfatizam o cuidado como um componente central de uma economia alternativa e feminista, além de ser um elemento “chave” para o bem-estar social. Joan Tronto e Berenice Fisher, conforme pontua Tronto (1998), difundiram a visão ampla do cuidado como um componente central nas relações sociais, definindo-o enquanto:

Uma atividade da espécie que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor maneira possível, incluindo nossos corpos, nós mesmos e nosso ambiente, todos os quais procuramos entrelaçar em uma complexa teia de sustentação da vida (FISHER; TRONTO, 1990 apud TRONTO, 1998, p. 15).

No âmbito da literatura dos estudos da infância, Weisner e Gallimore (1977) foram um dos primeiros a indicar, com base em evidências transculturais, que o cuidado não parental é uma norma ou uma forma significativa de cuidado na maioria das sociedades, embora as pesquisas sobre a socialização das crianças raramente levem isso em consideração. Segundo os autores, tais pesquisas foram embasadas em teorias de países ocidentais que apontam ser a mulher e/ou a mãe as principais cuidadoras ou companheiras das crianças pequenas. No estudo pioneiro de Weisner e Gallimore (1977), os autores refutam essa visão ao evidenciarem, em uma variedade de sociedades, as crianças e os irmãos como cuidadores de outras crianças, um fenômeno que incluía todas as formas de socialização e responsabilidades rotineiras que uma criança assume em relação a outras. Cuidar se refere às atividades que podem incluir tanto direção e orientação do comportamento de uma criança, através de atitudes verbais e mais explícitas, quanto “olhar” os irmãos mais novos.

Ao argumentar e realizar um estudo rigoroso sobre como as famílias são centros de relações econômicas, Zelizer (2009) observou as diversas maneiras pelas quais meninos e meninas prestam uma ampla variedade de serviços para suas famílias. No entanto, ela destaca que: “[...] o escopo, variedade, intensidade e valor dos trabalhos de cuidados das crianças, ainda não receberam a atenção que merecem” (ZELIZER, 2009, p. 278). Embora o estudo e a discussão pública e econômica do fenômeno das crianças cuidadoras ainda sejam incipientes e não estejam recebendo a atenção merecida, desde o trabalho de Weisner e Gallimore (1977), pesquisas têm sido desenvolvidas sobre as crianças que cuidam de crianças e adultos, em diferentes contextos, tanto em localidades do Sul quanto do Norte do globo.

É importante destacar que as pesquisas sobre esse tema apresentam diferentes abordagens político-epistemológicas e têm efeitos distintos na produção de políticas públicas em cada local estudado. Como veremos abaixo, o cuidado praticado por crianças e jovens é estudado de forma distinta em algumas pesquisas de centros de investigação do Norte e do Sul do globo. As diferenciações estão referidas ao grupo de questões que fazem parte da história política e social de cada país, à construção das relações sociais, às produções de subjetividades individuais e coletivas, aos valores culturais e morais e às concepções de cuidado, criança e infância em cada contexto sociocultural estudado. Além disso, tal como será mostrado mais adiante, essas diferenciações dizem respeito a como o cuidado na infância está sendo definido nas pesquisas, seja como uma prática rotineira da vida cotidiana de algumas crianças, seja como uma prática que pode ser lida como indevidamente negativa, prejudicial ou restritiva para as próprias crianças (BECKER, 2007).

No campo dos estudos do Norte, por exemplo, encontram-se estudos de crianças e adolescentes que fornecem geralmente cuidados regulares para familiares doentes (ALDRIDGE; BECKER, 2004; LEU et al., 2019), crianças que praticam o *babysitting* (um cuidado para alguém de fora da família e, normalmente, remunerado) (MORROW, 2008; EASTERBROOK; RABY; LEHMANN, 2020) e também de crianças que estão envolvidas em cuidado em situações de migração com as suas avós (YARRIS, 2014). Especialmente em países integrantes do Reino Unido, Alemanha, Noruega, Suécia, Austrália, Estados Unidos e Canadá, há um debate e atuação pública em expansão a respeito de um movimento e uma categoria específica de crianças e jovens considerados em vulnerabilidade, chamado “jovens cuidadores” (*Young Carers*) (LEU et al., 2019; BECKER, 2007).

A nomeação dos *Young Carers* é decorrente do trabalho de pesquisadores britânicos, Saul Becker e Jo Aldridge, que definiram “jovem cuidador” como “um jovem de 18 anos ou menos que presta tarefas de cuidado significativas ou substanciais e assumem um nível de responsabilidade que normalmente seria associada a um adulto” (BECKER, 2000, p. 378 apud BECKER, 2007). Essa identificação foi expandida para qualquer jovem com menos de 25 anos e tem se associado aos jovens que prestam cuidados não remunerados a um membro da família adoecido, com deficiência física, problemas mentais, dependência de drogas ou álcool, barreiras linguísticas e/ou dificuldades que acompanham o envelhecimento (STAMATOPOULOS, 2018). Os estudos de tais países possuem, dentre seus objetivos, a busca pela identificação, assistência e prevenção dos possíveis aspectos negativos do cuidado substancial praticado por crianças e jovens. Na visão de Becker (2007), do Reino Unido, mesmo quando há alguns pontos ‘positivos’ associados ao cuidado – como mecanismos aprimorados de enfrentamento das questões do dia a dia, habilidades sociais e criação de vínculos mais próximos com as pessoas – muitas crianças que assumem cuidados substanciais ou regulares podem experimentar restrições significativas em seu desenvolvimento e conquistas educacionais, por exemplo.

Em tais países citados acima, a categoria de “jovens cuidadores” está incluída em políticas públicas, em dados demográficos, programas de assistência, segurança, saúde e remuneração a esses jovens, sendo tais projetos discutidos e implementados de forma gradual nas últimas

duas décadas. O Reino Unido se apresenta como aquele com um modelo de implementação mais atuante de conscientização, reconhecimento e prestação de serviço social para os “jovens cuidadores” (KAVANAUGH; STAMATOPOULOS, 2021). De acordo com Chadi e Stamatopoulos (2017), no Reino Unido, há direitos legais que dão acesso a mais de 350 programas dedicados a jovens cuidadores e pagamentos diretos em vez de serviços. Os programas fornecem uma gama de informações, descanso, educação e serviços baseados em aconselhamento para crianças e jovens até a idade de 25 anos. Na Austrália, embora os jovens cuidadores australianos não compartilhem a mesma amplitude de direitos e prerrogativas que do Reino Unido, eles têm direitos legais parciais em jurisdições selecionadas e muitos têm acesso a programas educacionais e de serviços sociais. Nos Estados Unidos, em 2003, ocorreu a primeira pesquisa nacional de “jovens cuidadores”, que abriu caminho para pesquisas sobre os impactos do cuidado em jovens. Apesar da documentação de mais de 1,4 milhão de cuidadores de crianças e jovens entre as idades de 8 e 18 anos, a programação de cuidadores jovens dedicados é limitada principalmente à Flórida. No Canadá, pesquisadores e organizações reivindicam que serviços sejam destinados não apenas à assistência aos “jovens cuidadores”, mas também, a programas que previnam que crianças e jovens assumam tal posição de forma substancial dentro de suas famílias (STAMATOPOULOS, 2016).

Já em muitos países do Hemisfério Sul ou da chamada “maioria do mundo”, como países da África e América Latina, observa-se que as pesquisas sobre as práticas de cuidado das crianças se voltam para investigar esse fenômeno sem que ele já seja considerado, de saída, como prejudicial ou negativo para os mais jovens e suas famílias. Como será apresentado abaixo, muitas vezes, o cuidado praticado pelas crianças é considerado como uma parte normal do processo de socialização, decorrente de responsabilidades recíprocas, normativas e de solidariedade para com suas famílias e comunidades locais e vice-versa (EVANS et al., 2019). As relações interpessoais, que incluem as práticas de cuidado, são experimentadas, em muitos casos, como essenciais para o “bem viver” (JUSTINO, 2022). A partir de uma perspectiva relacional e menos centrada na agência individual das crianças (BALAGOPALAN, 2021), esses estudos apontam que as práticas de cuidado de crianças são comuns nas localidades onde vivem, consideradas importantes para a sobrevivência de suas famílias e se destacam pela centralidade dos aspectos interpessoais e relacionais presentes nas práticas de cuidado. Além disso, as crianças e jovens que cuidam de familiares raramente são direcionados especificamente para intervenções de ONGs ou de políticas públicas de assistência e segurança social (EVANS; BECKER, 2009; ROBSON, 2004; DAY, 2017).

Na América Latina, Remorini (2004) e García Palacios, Hecht e Enriz (2015) evidenciam que nas comunidades indígenas Mbyá, Argentina, a supervisão e os cuidados das crianças pequenas que começam a circular não são exercidos exclusivamente pelas mães ou pais, pois também dependem dos olhos atentos dos irmãos/irmãs mais velhos e primos/primos que também são crianças. No Brasil, na aldeia indígena de Laranjeira Ñanderu, do Mato Grosso do Sul, Gutierrez (2016) observou que as crianças kaiowá tinham papel significativo nos cuidados da casa, como varrer, limpar o quintal, buscar água no córrego, dar comida aos animais domesticados e nos cuidados dos irmãos menores. O autor destacou que a “lição de casa” era essa de ajudar a mãe com as atividades domésticas e com as crianças mais novas, sendo uma prioridade maior do que as “tarefas da escola”, passadas pelas professoras. Nesta comunidade, destaca-se o forte valor da ancestralidade e dos valores comunitários que se articulam com o pertencimento, a solidariedade e a identificação das crianças, desde novas, com o coletivo da aldeia. Embora sejam atividades normalizadas, muitas pessoas não escondem o quanto difícil consideram viver permanentemente sob a vigilância uma das outras, uma vez que há pouco espaço para assuntos exclusivamente privados (GUTIERREZ, 2016).

Em contextos urbanos periféricos do Brasil, as ruas são locais onde é possível presenciar crianças que cuidam umas das outras. As crianças circulam em grupo com outras crianças normalmente nos trajetos da escola para a casa ou momentos de lazer, onde é possível observar especialmente crianças mais velhas impedindo que as mais novas fiquem no meio da rua, dando as mãos para elas, carregando material escolar, ensinando regras comunitárias e de convivência em espaços públicos (FERNANDES, 2011; LARA; CASTRO, 2016; SOUZA, 2020; UGLIONE, 2020, LARA, 2022). Nestes locais, destaca-se uma convivência social e comunitária regulada por ajuda mútua e reciprocidade, mas que, também, revela laços em que a rivalidade e violência local se fazem presentes. O tempo que as crianças passam em espaços públicos, demonstrando autonomia em suas ações, não significa que elas estejam em completa liberdade, uma vez que estão sob o reconhecimento, olhar e os vigilância de outras pessoas adultas que compartilham laços de parentesco, amizade ou vizinhança com suas famílias (PRETTO, 2015; HERNÁNDEZ, 2019; LEAVY; SZULC, 2021; LARA, 2022).

No continente africano, algumas pesquisas também apontam a presença ativa das crianças no cuidado, socialização e realização de atividades domésticas. Em Gana, Brobbey (2011) mostrou que nas famílias onde há o uso comunitário de recursos como terra, utensílios domésticos e há apenas uma casa para toda uma família estendida, as responsabilidades das crianças são inseparáveis das estratégias de sobrevivência dessas famílias. O autor argumenta que os membros idosos e jovens dependem do apoio um do outro para a manutenção do lar. Colonna (2015) discute que nos bairros dos subúrbios de Maputo, Moçambique, é muito comum encontrar crianças que, sem a supervisão de um adulto, ficam à vontade nas ruas com um bebê amarrado ao corpo, ou de mãos dadas com outra criança que ainda é muito pequena. Em suas descobertas, ela observa que, ao cuidar de outras crianças, as crianças as ajudam efetivamente nas tarefas escolares, alimentam-nas, banham-nas, carregam-nas no colo, ajudam-nas a atravessar a rua, acompanhá-las à escola, cozinham e trocam as suas fraldas. A autora aponta para uma natureza ambivalente das relações das crianças com outras crianças, onde se é possível ver amorosidade e conflitos presentes na mesma relação.

Em Cabo Verde, Justino (2022) reflete sobre o universo das relações de cuidado intergeracionais e entre as crianças que ocupam as ruas em suas circulações cotidianas, oxigenando as relações de amizade e solidariedade entre as casas, sendo essenciais para a sobrevivência dos agregados familiares nas condições de pobreza. Por meio de uma reflexão sobre algumas categorias, como cuidado, carinho e castigo, o autor discute como as atividades analisadas são um valor compartilhado na rede de relações sociais que as crianças ajudam a construir.

Na Zâmbia, Senegal e Uganda, Evans (2012, 2017), Day e Evans (2015) e Hunleth (2017) apresentam e discutem os papéis de crianças e jovens como cuidadores de pais e parentes

afetados por doenças crônicas, como HIV e Tuberculose, e nos dizem que é possível argumentar que o cuidado realizado por uma criança/jovem não é algo visto como “fora do comum” dentro da família dos locais onde vivem. No entanto, também apontam que o número de jovens que estão assumindo cada vez mais funções de cuidado não tem um reconhecimento devido na sociedade mais ampla e nem nas políticas públicas de seus países.

O fenômeno das crianças socializando outras crianças, adotando práticas de cuidado e mantendo relações de estilo parental não é novo em grupos do continente africano. Nessas comunidades, a atividade de cuidado é vista como uma experiência positiva, útil e de reciprocidade com a família e comunidade, além de muitas vezes ser fundamental para a subsistência do grupo (FRANCIS-CHIZORORO, 2010; EVANS, 2012, 2017; COLONNA, 2015; DAY, 2017). A Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar das Crianças, de 1993, reconhece a importância da responsabilidade direcionada a outros membros da família e da comunidade no continente africano. O artigo 31 da Carta destaca as responsabilidades das crianças em promover a coesão familiar,

a solidariedade social e nacional, os valores culturais africanos e o bem-estar moral da sociedade, através da tolerância, diálogo e consulta. Nota-se como essas práticas de cuidado infantil estão inseridas em um contexto mais amplo de valores culturais e relações sociais, que valorizam a colaboração e a responsabilidade de todos os membros da comunidade.

O campo de pesquisas realizado no Sul do globo tem mostrado que as práticas de cuidado assumidas pelas crianças destacam a centralidade dos aspectos relacionais, comunitários, econômicos e de reciprocidade em suas famílias. No entanto, essas práticas também podem ser ambíguas e conflituosas para as crianças, que muitas vezes enfrentam desafios e encaram o cuidado como um fardo (LARA, 2022; COLONNA, 2015). Além disso, o cuidado é influenciado por sistemas mais amplos de relações de poder, como hierarquias de gênero, idade e status social dentro de cada família e comunidade, gerando conflitos, negociações e resistências em tais relações (COLONNA, 2015; EVANS, 2017; JUSTINO, 2022; LARA, 2022). É importante observar que, embora o cuidado seja uma prática comum, muitas pesquisas apontam que as meninas e mulheres jovens são as mais envolvidas em atividades de cuidado em suas famílias (ROBSON, 2004; EVANS; BECKER, 2009; DAY; EVANS, 2015; DAY, 2017; LARA, 2022). Dessa forma, as relações de cuidado não são harmônicas ou romantizadas, já que são marcadas por desigualdades, ambivalência, disputa de poder e posição, negociações e conflitos, como já foi abordado por Tronto (1998).

Tais questões são particularmente relevantes para os artigos da atual Seção Temática, que abordam o cuidado praticado por crianças em diferentes contextos e culturas, considerando as particularidades de cada espaço relacional, as relações familiares, bem como as diferenças e desigualdades de gênero, etnia e classe social. A seguir, apresentaremos cada artigo que compõe a seção temática *Infâncias cuidadoras em contextos latinoamericanos*.

Apresentando a Seção Temática

No artigo “Niñas que cuidan de sí y de otros en una agrolocalidad media de la pampa húmeda argentina. Una aproximación antropológica”, as autoras Luisina Morano y Andrea Szulc partem de uma abordagem antropológica e do uso crítico da noção de agência infantil para analisarem diferentes situações etnográficas que revelam os modos das crianças se posicionarem diante do cuidado consigo próprias e também na relação com os adultos. O estudo de campo foi realizado em um bairro localizado na periferia de uma agrolocalidade na Província de Buenos Aires e utilizou diversas técnicas, como a observação-participante e entrevistas com crianças e adultos, de forma presencial e online. As situações analisadas revelam as formas variadas das crianças agirem diante das dinâmicas de cuidado dessa localidade, como: práticas em que criavam estratégias para cuidarem de si, responsabilizando-se por olhar e vigiar outras crianças familiares, como nas relações entre irmãs e primas, onde a familiarização e a feminização do cuidado se destacam; na troca interdependente com adultos adoecidos e, também, com medidas de intervenção contra a violência sofrida por suas mães. O trabalho discute e reflete que são as mulheres e, especificamente, as meninas que se encarregam da atividade do cuidado nesta localidade e problematiza pressupostos normativos e hegemônicos acerca da infância, das trocas intergeracionais e da posição das mulheres de contextos empobrecidos diante do cenário econômico e social global.

O artigo “Niñez, trabajo doméstico y de cuidados: una aproximación cuantitativa en sectores urbanos de Argentina” apresenta um tema relevante e pouco explorado: trabalho doméstico e atividades de cuidado realizadas em suas casas por setores urbanos na Argentina e o tipo de participação que está em jogo nessas atividades. Suas autoras, Laura Peiró e María Eugenia Rausky, abordam o fenômeno do cuidado prestado por crianças a partir de uma perspectiva

quantitativa, com base nos dados da Pesquisa Nacional sobre Estrutura Domiciliar (2014-2019) da região da Grande Buenos Aires, que concentra um terço da população da Argentina. O texto contribui para tornar visíveis os tipos de participação que as crianças realizam nas tarefas domésticas e de cuidado, diferenciando-as segundo gênero, classe social e idade. A análise das autoras permite observar que nem todos os meninos e meninas de todas as classes sociais contribuem da mesma forma para os afazeres domésticos em seus lares, além de revelar a preponderância da variável gênero para compreender as responsabilidades assumidas desde os primeiros anos de vida. Embora os autores contemplam as limitações metodológicas dos dados analisados, os resultados mostram que são os meninos e meninas de níveis socioeconômicos mais baixos que têm maior participação nessas atividades, sendo proporcionalmente maior para as meninas, principalmente aquelas que estão na faixa dos 14 a 17 anos de idade. Embora esta tendência esteja presente na classe média, encontramos alguns indícios de maior igualdade entre homens e mulheres de ambas as faixas etárias, o que pode fornecer pistas para pensar sobre a existência de mudanças na modulação da divisão do trabalho doméstico. Os dados apresentados no artigo, em consonância com diversas investigações sobre o cuidado, permitem observar a ineficácia das interpretações dicotômicas entre dependência e independência, cuidadores e cuidados. Este é um trabalho que busca contribuir para pensar o fenômeno do cuidado exercido por crianças, sem deixar de se questionar sobre a possibilidade de que a intensidade dessas tarefas contribua para processos de acúmulo de desvantagens na vida das crianças, especialmente das meninas.

O artigo “*Infancia y cuidado. Reflexiones críticas desde perspectivas relacionales*”, elaborado por Florencia Paz Landeira, Laura Frasco Zuker e Valeria Llobet, apresenta uma revisão das discussões sobre o cuidado em geral e sobre o cuidado da criança em particular, destacando as principais discussões e nós problemáticos em ambos os campos de estudo. Nesse sentido, as autoras se propõem a pensar o cuidado como uma “lente” que permite rever criticamente a agência de crianças, bem como sua participação social e seus direitos, ao mesmo tempo em que sustentam a contribuição de perspectivas relacionais para discutir não apenas a concepção de infância construída na modernidade, mas também individualizando perspectivas contemporâneas que são formuladas em termos de uma “criança global” em abstrato. A partir dessa discussão, abre-se a possibilidade de repensar a categoria de agência infantil, no quadro de tramas de relações sociais que não excluem o condicionamento de hierarquias e desigualdades. Com base em vários dos argumentos indicados, as autoras oferecem argumentos para interpretar as possíveis razões para o obscurecimento das tarefas de cuidado realizadas por meninos e meninas em diferentes contextos. Entre os resultados dos debates recuperados no artigo, encontramos possíveis explicações para a invisibilidade (nas pesquisas científicas, mas também nas agendas públicas ligadas à infância) das tarefas de cuidado realizadas por meninos e meninas como parte da vida comum na qual estão inseridos. Da mesma forma, são apresentadas contribuições claras do trabalho para o campo da infância, propondo linhas de trabalho a serem desenvolvidas, como a análise das dimensões temporais envolvidas nos cuidados e agências infantis ou oativismo ambiental de crianças em contextos cotidianos como parte de suas atividades assistenciais e exercício de sua capacidade de agência. Este é um artigo de leitura obrigatória para pensar os desafios que envolvem a pesquisa sobre e com crianças, o que suscita a necessidade de uma “reconceituação dos direitos de meninos e meninas, a fim de resgatar seu potencial crítico e seu caráter político, coletivo e relacional” (LANDEIRA; ZUKER; LLOBET, 2023).

No trabalho de Stefania Cardonetti e Guadalupe Blanco Rodriguez, intitulado “*Cuidados, infancias y migraciones. Experiencias emocionales de migrantes e hijos de migrantes bolivianos en Argentina*”, as autoras discutem as narrativas de jovens migrantes acerca de suas experiências infantis de cuidado nos ambientes de trabalho de seus pais, assim como as emoções geradas a partir dessas vivências. Foram realizadas 10 entrevistas com jovens homens e mulheres de

até 35 anos, sendo cinco deles migrantes residentes de zonas urbanas durante suas infâncias e cinco residentes de zonas rurais/periurbanas. Os resultados mostram que os jovens que residiram nas zonas rurais foram cuidados nos próprios espaços de trabalho dos pais, onde passavam parte significativa de seus dias, assim como praticavam o cuidado de outras crianças, especialmente as meninas, em relação a crianças mais novas. Já os jovens que moravam em áreas urbanas relatam que os espaços de trabalho dos pais, como feiras e mercados urbanos, eram locais onde também passavam muito tempo, aprendendo com o ofício familiar, mas que era possível ter maior segurança no cuidado das crianças, pois tinham os limites dos espaços mais delimitados e cercados. Esses jovens, da zona urbana, compartilhavam a rotina entre trabalho e escola, sendo a distribuição de tarefas de cuidado com outras crianças regida, assim como na zona rural, majoritariamente pela diferença de gênero. As narrativas de ambos os grupos entrevistados apontam para distintas emoções sentidas pelos jovens em suas experiências de cuidado na infância, que variam conforme a localidade em que moraram, as relações familiares e a subjetividade de cada um e uma.

O artigo “Niñas, niños, adolescentes y jóvenes cuidadores: la sostenibilidad de la vida en un barrio qom de la ciudad de La Plata, Buenos Aires, Argentina”, de Silvana Sciortino, aborda as diferentes formas que o cuidado é realizado nas famílias e na comunidade de um bairro qom de Buenos Aires, Argentina. A partir de sua experiência de anos de trabalho no território e de uma análise interseccional e relacional do fenômeno do cuidado, a autora discute o papel significativo de crianças, adolescentes e jovens em atividades de cuidado diários e sua posição na manutenção dos lares e laços comunitários, assim como a dimensão de pertencimento ao bairro e sua filiação étnica.

Em “Niñez, autocuidado y atención a la salud. Un análisis antropológico de la agencia de los niños y adolescentes en el tratamiento medicamentoso contra el cáncer infantil”, Candelaria Rocío Heredia aborda o tema do autocuidado das crianças em uma instituição hospitalar de Buenos Aires. A autora discute como o estado de saúde das crianças não é apenas uma questão que diz respeito aos adultos, aos médicos especialistas e ao Estado, mas também concerne a cada criança que apresenta alguma enfermidade. Em um estudo de caráter etnográfico dentro de um hospital público argentino, a autora descreve e discute a gestão dos medicamentos por parte das crianças, o conhecimento sobre a própria alimentação permitida, as possibilidades e limites de atividades que podem realizar, a quem recorrer em casos de emergência, dentre outras tarefas que se apresentam como formas relacionais das crianças cuidarem de si e serem ativas no seu próprio tratamento.

Considerações finais e desafios a seguir indagando: áreas lacunares

Os artigos que integram essa seção temática brindam uma mirada panorâmica sobre as investigações das infâncias cuidadoras em contextos latino-americanos. Esses trabalhos, em particular, apresentam situações específicas em comunidades urbanas, rurais e indígenas, em lares de classe média e em situações de tratamentos de enfermidades crônicas. Embora os casos sejam variados, não podemos deixar de mencionar que, em geral, as investigações se concentram em lares e experiências infantis pertencentes a níveis socioeconômicos baixos, mais precisamente pesquisando as experiências de crianças que vivem em zonas mais pobres da América Latina. Os trabalhos apresentam valiosas análises para problematizar as relações de cuidado, entre pessoas de distintas gerações, pertencimento étnico e de classe. No entanto, ainda há áreas pouco exploradas.

Cita-se, primeiramente, o que acontece nos espaços domésticos dos setores socioeconômicos elevados, que também integram as sociedades desiguais em que vivemos, mas permanecem menos visíveis nas pesquisas acadêmicas. Também, encontra-se lacunar as investigações sobre a temática da presença/ausência das figuras masculinas na transmissão das práticas do cuidado dentro das famílias e comunidades. Majoritariamente, são as mães e avós as pessoas adultas que se responsabilizam pelo cuidado da casa e das crianças (PALOMO, 2008; TRONTO, 2018; LONGHI, 2019; FERNANDES, 2020). Dessa forma, considera-se importante que o campo possa investigar e aprofundar as características e impactos de uma transmissão do cuidado a partir de figuras do gênero masculino e refletir, em profundidade, acerca dessa escassez nas relações de cuidado. Por fim, observamos que um dos maiores desafios neste campo de estudos consiste em desenvolver abordagens complexas que evitem apreciações morais e/ou relativismos ingênuos. Nesse sentido, consideramos necessário explorar e sustentar com maior reflexividade as ambivalências e contradições das práticas de cuidado assumidas por crianças, sem precisar antecipar uma conclusão “positiva” ou “negativa” dessas práticas. Alerta-se para isso, pois o campo pode se deixar levar por uma perspectiva moralista e/ou assistencialista acerca das crianças e suas famílias.

Espera-se que esta publicação estimule novas investigações no campo de estudos das infâncias cuidadoras e inspire pesquisadores a explorar as interconexões entre a reprodução da vida cotidiana, o cuidado e os afetos entre pessoas de diferentes gerações. Almeja-se que as pesquisas sobre o cuidado praticado por crianças contribuam para a compreensão das infâncias e para a análise das relações sociais e de poder, das desigualdades sociais e das trocas econômicas e simbólicas na sociedade em geral¹.

¹ Agradecemos à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pelo apoio na elaboração deste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDRIDGE, J.; BECKER, S. **Children caring for parents with mental Illness**. Perspectives of young carers, parentes and professionals. Londres: Policy Press, 2004.
- BROBBEY, C. **Children's perspectives of their responsibilities in household work in their families in the sekyere south district of ghana**. 2011. Dissertação (Philosophy in Childhood Studies) - Norwegian University of Trondheim, Trondheim, 2011.
- BATTHYÁNY, K. Miradas latinoamericanas al cuidado. In: ____ (Org.). **Miradas latinoamericanas a los cuidados**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México DF: Siglo XXI, 2020. p.11-52.
- BALAGOPALAN, S. Precarity and the question of children's relationalities. **Childhood**, v. 28, n. 3, p. 327-332, 2021.
- BECKER, S. Global perspectives on children's unpaid caregiving in the family research and policy on 'young carers' in the UK, Australia, the USA and Sub-Saharan Africa. **Global Social Policy**, v. 7, n. 1, p. 23-50, 2007.
- CARTA AFRICANA DOS DIREITOS E BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS. **CNDHC**, 19 de jul. 1993. Disponível em: <http://cndhc.org.cv/images/download/Carta_Africana_dos_Direitos_e_Bem-estar_da_Criancas.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2019
- CASTRO, L. Uma teoria da infância na contemporaneidade. In: _____. **Infância e adolescência na cultura do consumo**. Rio de Janeiro: NAU, p. 16-43, 1998.
- CHADI, N.; STAMATOPOULOS, V. **Canadian Medical Association Journal**. v.189, n. 28, p. 925-926, 2017.
- COLONNA, E. "Tenho de fazer tudo para o meu irmão: crianças que cuidam de crianças". In: ARROYO, M. G.; VIELLA, M. D. A. L.; DA SILVA, M. R. **Trabalho infância: exercícios tensos de ser criança – haverá espaço na agenda pedagógica?** Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2015.
- DAY, C. Children and young people as providers of care: perceptions of caregivers and young caregiving in Zambia. In: HORTON, J.; PYER, M. **Children, young people and care**. London: Routledge, 2017. p. 144-158.
- _____; EVANS, R. Managing caring responsibilities, change and transitions in young people's family lives in Zambia. **Journal of Comparative Family Studies**, XLVI (1): p. 137-152, 2015.
- EASTERBROOK, R.; RABY, R.; LEHMANN, W. Navigating babysitting as liminal, gendered, and undervalued work. **Childhood**, v. 28, n. 1, p. 103-117, 2021.
- EVANS, R.; BECKER, S. **Children caring for parents with HIV and AIDS**: Global issues and policy responses. Bristol: Policy press, 2009.
- _____. Caring after parental death: Sibling practices and continuing bonds. In: HORTON, J.; PYER, M. (Orgs.). **Children, Young People and Care**. New York: Routledge, 2017. p. 158-174.
- _____. Sibling caringscapes: time-space practices of caring within youth-headed households in Tanzania and Uganda. **Geoforum**, v. 43, n.4. p. 824-835, 2012.
- _____. et al. Unpacking 'family troubles', care and relationality across time and space, **Children's Geographies**, v. 17, n. 5, p. 501-513, 2019.
- FERNANDES, C. **"Ficar com". Parentesco, criança e gênero no cotidiano**. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- _____. "Aí eu não aguentei e explodi". A expressão do "nervoso" feminino no cuidado com as crianças em territórios de favela, **Etnografías Contemporâneas**, ano 6, n. 10, p. 154-178, 2020.

FRANCIS-CHIZORORO, M. "Growing up Without Parents: Socialisation and Gender Relations in Orphaned-Child-Headed Households in Rural Zimbabwe". **Journal of Southern African Studies**, v.36, n.3, p. 711-727, 2010.

FRASCO ZUKER, L.; FATYASS, R.; LLOBET, V. Agencia infantil situada. Un análisis desde las experiencias de niñas y niños que trabajan en contextos de desigualdad social. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, p.163-190, 2021.

GARCÍA PALACIOS, M; HECHT, A. C.; ENRIZ, N. Crianza y niñez en dos comunidades indígenas de la Argentina (qom y mbyá). **Cuicuilco**, v. 22, n. 64, p. 185-201, 2015.

GUTIERREZ, J. P. **A circularidade das crianças Kaiowá na Aldeia Laranjeira Ñanderu, Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016.

HERNÁNDEZ, M. C. Experiencias de niñez en la pobreza. Una cartografía de cuidados. **Runa**, v. 40, n. 2, p. 93-111, 2019.

HUNLETH, J. **Children as caregivers: the global fight against tuberculosis and HIV in Zambia**. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 2017.

JUSTINO, A. **A esperança do amanhã: cuidados, carinhos e castigos em uma etnografia com crianças caboverdianas**. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

KAVANAUGH, M. S.; STAMATOPOULOS, V. Young carers, the overlooked caregiving population: Introduction to a special issue. **Child and Adolescent Social Work Journal**, p. 1-3, 2021.

LARA, J. S.; CASTRO, L. R. de. Children's responsibilities in a Brazilian community: Citizenship as care practices. **Global Studies of Childhood**, p. 1-11, 2021.

LARA, J. S. **Crianças que cuidam: infância e cuidado no encontro com o outro**. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

LEAVY, P.; SHABEL, P. N. Child care and participation in the Global South: an anthropological study from squatter houses in Buenos Aires. **Third World Thematics: A TWQ Journal**, 2022, p. 1-16.

_____,; SZULC, A. P. Cuidando a los niños y niñas, cuidando el territorio: una mirada etnográfica sobre comunidades rurales mapuche y ava-guaraní en Argentina. **Indiana**, v. 38, n.1, p. 79-101, 2021.

LEU, A. et al. Counting young carers in Switzerland—a study of prevalence. **Children & Society**, v. 33, n. 1, p. 53-67, 2019.

LONGHI, M. Os dilemas de Ruth: conexões entre saúde, família e cuidados. **Revista Mundaú**, n.6, p.145-158, 2019.

NANDY, A. Reconstructing childhood: a critique of the ideology of adulthood. In: SINGH, A; MOHAPATRA , S. (Ed.), **Indian Political Thought: A Reader**. New York: Routledge, 2010.

NIÑEZ PLURAL. Niñez, alteridad y cuidado: reflexiones para un campo en construcción. **DESIDADES. Revista electrónica de divulgación científica de la infancia y juventud**, v. 125, año 7, p. 48-58, 2019.

MORROW, V. Responsible children and children's responsibilities? Sibling caretaking and babysitting by school-age children. In: BRIDGEMAN, J.; KEATING, H.; LIND, C. **Responsibility, Law and the Family**. Ashgate: Ashgate, p. 105-124, 2008.

PALOMO, M. Los cuidados y las mujeres en las familias. **Política y Sociedad**, v. 45, n. 2, p. 29-47, 2008.

PRETTO, Z. **Crianças no contexto de um bairro em processo de urbanização na ilha de Santa Catarina** (2010-2014). 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

REMORINI, C. 'Emãe nde kypy-i re!' (cuidá por tu hermanita!). Un análisis del papel de las interacciones infantiles en el proceso de endoculturación mbya. **VII Congreso Argentino de Antropología Social**, Universidad Nacional de Cordoba, Villa Giardino, 2004.

ROBSON, E. Hidden child workers: young carers in Zimbabwe. **Antipode**, v. 36, n. 2, p. 227-248, 2004.

SOUZA, A. **O brincar na favela da Maré: jogo de vida e resistência em território conflagrado**. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

STAMATOPOULOS, V. The Young Carer Penalty: Exploring the costs of caregiving among a sample of Canadian youth. **Child & Youth Services**, v. 39, n. 2-3, p. 180-205, 2018.

SZULC, A. Más allá de la agencia y las culturas infantiles. Reflexiones a partir de una investigación etnográfica con niños y niñas mapuche. **Runa**, v. 40, n. 1, p. 53-63, 2019.

TRONTO, J.C. An ethic of care. **Generations: Journal of the American Society on Aging**, v. 22, n. 3, p. 15-20, 1998.

UGLIONE, P. **INFÂNCIA (d)E RUA ser criança em lugares-outros**. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

WEISNER, T. S.; GALLIMORE, R.G. My brother's keeper: Child and sibling caretaking [and comments and reply]. **Current anthropology**, v. 18, n. 2, p. 169-190, 1977.

ZELIZER, V. La economía en el hogar. In: ___. **La negociación de la intimidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 231-307.

YARRIS, K. E. "Quiero ir y no quiero ir" (I want to go and I don't want to go): Nicaraguan children's ambivalent experiences of transnational family life. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 19, n. 2, p. 284-309, 2014.

RESUMO

Este artigo trata do campo de estudos das infâncias cuidadoras, que busca compreender como as crianças aprendem, exercem e atribuem significado ao cuidado. O texto apresenta uma revisão bibliográfica das principais temáticas abordadas nesse campo e da diversidade de métodos utilizados nas pesquisas. O artigo também aponta reflexões sobre as contradições e ambiguidades das práticas de cuidado assumidas por crianças e sugere áreas lacunares para investigação, como a relação entre o cuidado e a presença/ausência de figuras masculinas e a análise do cuidado em classes socioeconomicamente favorecidas. O texto destaca a importância de uma abordagem social e contextualizada ao tema das infâncias cuidadoras, considerando as complexidades e diversidades presentes nas experiências das crianças que assumem o cuidado. O artigo conclui que a compreensão das infâncias cuidadoras contribui para o entendimento da posição singular das crianças em suas redes familiares, comunitárias e institucionais e para questões econômicas, de gênero e de desigualdades da sociedade em geral.

Palavras-chave:

infâncias cuidadoras, crianças, cuidado, América Latina.

Infancias cuidadoras:**reflexiones y desafíos sobre el cuidado practicado por niños y niñas****Presentación de la Sección Temática****RESUMEN**

Este artículo trata sobre el campo de estudio de las infancias cuidadoras, que busca comprender cómo los niños aprenden, ejercen y atribuyen significado al cuidado. El texto presenta una revisión bibliográfica de los principales temas abordados en este campo y la diversidad de métodos utilizados en la investigación. El artículo también reflexiona sobre las contradicciones y ambigüedades de las prácticas de cuidado asumidas por los niños y sugiere áreas lacunares para la investigación, como la relación entre el cuidado y la presencia/ausencia de figuras masculinas y el análisis del cuidado en clases socioeconómicamente favorecidas. El texto destaca la importancia de un enfoque social y contextualizado sobre el tema de las infancias cuidadoras, considerando las complejidades y diversidades presentes en las experiencias de los niños que asumen el cuidado. El artículo concluye que la comprensión de las infancias cuidadoras contribuye a entender la posición singular de los niños en sus redes familiares, comunitarias e institucionales y a las cuestiones económicas, de género y de desigualdades de la sociedad en general.

Palabras clave:

infancias cuidadoras, niñez, cuidados, América Latina.

**Caregiving childhoods: reflections and challenges on care practiced by children
Introduction to the Thematic Section****ABSTRACT**

This article addresses the field of study on caregiving childhoods, which seeks to understand how children learn, exercise and attribute meaning to care. The text presents a literature review of the main themes addressed in this field and the diversity of methods used in research. The article also reflects on the contradictions and ambiguities of care practices assumed by children and suggests areas for investigation, such as the relationship between care and the presence/absence of male figures and the analysis of care in socioeconomically privileged classes. The text highlights the importance of a social and contextualized approach to the topic of caregiving childhoods, considering the complexities and diversities present in the experiences of children who assume care. The article concludes that understanding caregiving childhoods contributes to understanding the unique position of children in their family, community and institutional networks and to economic, gender and inequality issues in society as a whole.

Keywords:

Caring childhoods, children, care, Latin America.

DATA DE RECEBIMENTO: 20/04/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 10/05/2023



Juliana Siqueira de Lara

Doutora em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil. Mestrado e graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Membro participante do Núcleo de Pesquisa para Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC), Brasil.

E-mail: j.siq.lara@gmail.com



Pia Leavy

Doutora e professora em Antropologia, Universidad de Buenos Aires, Argentina. Investigadora assistente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Docente de mestrado de Problemas Sociais Infanto Juvenis, Universidad de Buenos Aires, Argentina. Integrante da equipe Niñez Plural e especialista em temas de cuidado, infância, gênero e interculturalidade.

E-mail: pialeavy@gmail.com



Infancias cuidadoras: reflexiones y desafíos sobre el cuidado practicado por niños y niñas

Presentación de la Sección Temática

Juliana Siqueira de Lara

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-9626-0215>

Pia Leavy

Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.

<https://orcid.org/0000-0002-0712-7480>

En la actualidad, el cuidado infantil aparece como relevante en un contexto en que el cuidado en general - sobre todo a partir de la pandemia de Covid-19 — ha sido visibilizado como una actividad esencial para la sostenibilidad de la vida, pero profundamente devaluada en términos económicos y simbólicos. Asimismo, las tareas de cuidado implican relaciones sociales que requieren ser problematizadas, dando lugar a un fructífero campo de discusiones, que permite romper con estereotipos en torno a los géneros, las edades, las clases sociales, las identidades nacionales o étnicas y los roles que se atribuyen a las personas para vivir en sociedad.

El fenómeno de los/as niños/as que cuidan de otras personas y/o de los espacios en que viven ha movilizado cada vez más investigaciones y debates en torno de los roles sociales que los/as niños/as asumen en su cotidianidad (ZELIZER, 2009; COLONNA, 2015; DAY, 2017; HUNLETH, 2017; HERNÁNDEZ, 2019; LARA; CASTRO, 2021; LEAVY; SZULC, 2021; LEAVY; SHABEL, 2022; LARA, 2022). Se trata de un tema que despierta intensos debates y polémicas, pues existe una construcción dominante de niños y niñas como seres únicamente necesitados de cuidados e incapaces de proporcionarlos, mientras en diversas investigaciones se presenta el cuidado desplegado por ello/as como patológico o inapropiado (BECKER, 2007).

El campo de estudios de las infancias cuidadoras ha buscado entender y analizar los procesos por los cuales los niños y niñas participan en prácticas de cuidado, tanto en relación a sí mismas y a otras personas, cuanto en relación al ambiente familiar y comunitario en que viven. El fenómeno del cuidado practicado por niños y niñas adquiere formas y relationalidades diversas, pero puede ser observado, de forma continua o puntual en niños y niñas que asumen la supervisión u orientación de otros niños/as en casa y/o en las calles, ayudan a parientes enfermos, con deficiencia y frente al envejecimiento, desempeñan tareas domésticas y comunitarias que auxilian a sí propias, otras personas y el ambiente/naturaleza y participan de redes de subsistencia de sus familias y/o comunidad.

El campo que se ocupa de las infancias cuidadoras se ha consolidado en los últimos años como un campo interdisciplinario y con el objetivo más amplio de comprender cómo los niños y niñas aprenden, ejercen y atribuyen significado al cuidado. Además, este campo busca entender cuáles son las relaciones sociales y de poder que impregnan el cuidado, cómo las prácticas de cuidado y las concepciones sobre el cuidado se articulan con las experiencias de ser niño/a en los contextos y territorios en que viven, cuáles son las motivaciones y los efectos que tales prácticas producen en la vida cotidiana de los niños y niñas y de sus familias, y cómo las diferencias sociales, culturales, de género y etnia influyen en las formas como los niños y niñas cuidan y son cuidados.

Los enfoques teóricos y metodológicos utilizados en este campo procuran adoptar una perspectiva crítica en relación a las visiones hegemónicas de la infancia y las formas de investigar con niños y niñas (LEAVY; SZULC, 2021; LEAVY; SHABEL, 2022; LARA, 2022). Históricamente, la infancia fue concebida como una etapa en la vida que debería ser superada y los niños y niñas eran representados como aquellos que “aún no pudieron, aún no hicieron, aún no son” en comparación con los adultos, como aquellos que “ya pudieron, ya llegaron o ya son” (CASTRO, 1998). Esto resultó en el uso de la infancia como una señal de inmadurez cultural y política (NANDY, 2010), así como en la percepción frecuente de que los niños y niñas son exclusivamente objetos de cuidado de los adultos. El campo de estudios de las infancias cuidadoras - que se viene consolidando - desafía esta visión, pues comprende la participación activa y relacional de los niños y niñas en el cuidado, en la posición de quien no es solamente objeto de cuidado de adultos e instituciones, sino también de quien puede asumir actividades de cuidar. Es un campo que incluye y atestigua la importancia de la alteridad al reflexionar sobre las infancias (NIÑEZ PLURAL, 2019). Además, este campo problematiza la idea de “agencia individual de los niños” (SZULC, 2019; BALAGOPALAN, 2021; FRASCO ZUKER; FATYASS; LLOBET, 2021),

presente en muchas investigaciones actuales de los estudios de la infancia, al reconocer que las acciones de los niños y niñas son influenciadas por las estructuras sociales, relacionales y discursivas que las rodean, y no ocurren de forma autónoma y separada de las dimensiones históricas y contextuales en que viven.

Metodológicamente, el campo de estudios de las infancias cuidadoras ha adoptado abordajes cualitativas y etnográficas que buscan aproximarse al cotidiano de los niños y niñas, acompañando y registrando sus actividades, interacciones y prácticas, en diferentes contextos como el doméstico, comunitario y/o institucional. Métodos como la observación participante, entrevistas, conversaciones informales, dibujos y registros fotográficos son utilizados para comprender las perspectivas y experiencias de los niños y niñas en relación al cuidado, tanto a partir de sus propias visiones como de las visiones de los adultos presentes en su red social (COLONNA, 2015; EVANS, 2012; 2017; HUNLETH, 2017; HERNÁNDEZ, 2019; LARA; CASTRO, 2021; LEAVY; SZULC, 2021; LEAVY; SHABEL, 2022; LARA, 2022). El método de grupo focal y de aplicación de cuestionarios también ha sido aplicado para obtener informaciones sobre opiniones, experiencias y perspectivas de niños, niñas y otros actores sociales en relación al tema. Además, considerando que el cuidado es una práctica relacional, las investigaciones cualitativas de este campo también buscan expandir el entendimiento sobre el tema al observar y examinar las propias relaciones que se forman durante las investigaciones, incluyendo a los investigadores y a los niños y niñas participantes, una vez que, en estas relaciones, las prácticas de cuidado ejercidas por los niños y niñas muchas veces se extienden a los investigadores (LARA, 2022).

Los estudios sobre niños y niñas involucrados en prácticas de cuidado están situados en áreas diversas de conocimiento y actuación, tales como Antropología, Sociología, Psicología, Derecho y Geografía, así como en interfaz con movimientos sociales, que discuten la importancia del cuidado y su relación con cuestiones políticas, económicas, de trabajo, salud y derechos de las mujeres y de los niños y niñas. Batthyány (2020) observa que las discusiones actuales en América Latina enfatizan el cuidado como un componente central de una economía alternativa y feminista, además de ser un elemento “clave” para el bienestar social. Joan Tronto y Berenice Fisher difundieron la visión amplia del cuidado como un componente central en las relaciones sociales. Según ellas, el cuidado es definido como:

una actividad de la especie que incluye todo lo que hacemos para mantener, continuar y reparar nuestro ‘mundo’ para que podamos vivir en él de la mejor manera posible, incluyendo nuestros cuerpos, a nosotros mismos y a nuestro ambiente, todos los cuales procuramos entrelazar en una compleja red de sustentación de la vida (FISHER; TRONTO, 1990 apud TRONTO, 1998, p. 15).

En el ámbito de la literatura de los estudios de la infancia, Weisner y Gallimore (1977) fueron de los primeros a indicar, con base en evidencias transculturales, que el cuidado no parental es una norma o una forma significativa de cuidado de la mayoría de las sociedades, aunque las investigaciones sobre la socialización de los niños rara vez lo considerasen. Según los autores, tales investigaciones estaban basadas en teorías de los países occidentales que señalan ser las mujeres madres las principales cuidadoras o compañeras de los niños pequeños. En este estudio pionero de Weisner e Gallimore (1977), los autores refutan esta visión al evidenciar en una variedad de sociedades a los niños/as y hermanos/as como cuidadores de otros niños y niñas, un fenómeno que incluía todas las formas de socialización y las responsabilidades rutinarias que un niño o niña asumía en relación a otros/as. Cuidar se refiere a las actividades que pueden incluir tanto dirección y orientación del comportamiento de un niño/a, a través de actitudes verbales más explícitas, tanto como el “mirar” a los hermanos más pequeños.

Al sostener y estudiar rigurosamente cómo los hogares constituyen hervideros de relaciones económicas, Zelizer (2009) señaló los modos en que niños y niñas brindan una sorprendente gama de servicios a sus familias. Sin embargo, la autora señala que: “el alcance, la variedad, la intensidad y el valor de los trabajos de cuidados de los niños, aún no han recibido la atención que merecen” (ZELIZER, 2009, p.278). Aunque el estudio y discusión pública y económica del fenómeno de los niños y niñas cuidadores aún sea incipiente y no estén recibiendo la atención que merecen, desde el trabajo de Weisner e Gallimore (1977), las investigaciones han sido desarrolladas sobre los niños y niñas que cuidan de pares y adultos, en diferentes contextos, tanto en localidades del Sur como del Norte Global.

Es importante destacar que las investigaciones sobre este tema presentan diferentes enfoques político epistemológicos y tienen efectos distintos en la producción de políticas públicas en cada lugar estudiado. Como veremos a continuación, el cuidado practicado por niños, niñas y jóvenes es estudiado de forma distinta en algunas pesquisas de centros de investigación del Norte y del Sur del globo. Estas particularidades están referidas al grupo de cuestiones que forman parte de la historia política y social de cada país, a la construcción de las relaciones sociales, a las producciones de subjetividades individuales y colectivas, a los valores culturales y morales de las concepciones de cuidado, niño e infancia en cada contexto sociocultural. Además, tal como será mostrado más adelante, estas diferenciaciones están relacionadas con cómo el cuidado en la infancia está siendo definido en las investigaciones, sea como una práctica rutinaria de la vida cotidiana de algunos niños y niñas, o como una práctica que puede ser leída como indebidamente negativa, perjudicial o restrictiva para los propios niños y niñas (BECKER, 2007).

En el campo de los estudios del Norte, por ejemplo, se encuentran estudios de niños y adolescentes que proporcionan generalmente cuidados regulares para familiares enfermos (ALDRIDGE; BECKER, 2004; LEU et al., 2019), niños y niñas que practican el *babysitting* (un cuidado con alguien de afuera de la familia y, normalmente, remunerado) (MORROW, 2008) y también de niños y niñas que están involucrados en el cuidado de las situaciones de migración con sus abuelas (YARRIS, 2014). Especialmente en países integrantes de Reino Unido, Alemania, Noruega, Suecia, Australia, Estados Unidos y Canadá, hay un debate y actuación pública en expansión con respecto a un movimiento y una categoría específica de niños y jóvenes considerados en vulnerabilidad, llamados “jóvenes cuidadores” (*Young Carers*) (LEU et al., 2019).

Esta nominación proviene del trabajo de investigadores británicos, Saul Becker y Jo Aldridge, que definieron al “joven cuidador” como “un joven de 18 años o menos que se encarga de tareas de cuidado significativas o sustanciales y asumen un nivel de responsabilidad que normalmente estaría asociada a un adulto” (BECKER, 2000, p. 378). Esta identificación fue expandida para cualquier joven con menos de 25 años (BECKER; BECKER, 2007), y se ha asociado a los jóvenes que prestan cuidados no remunerados a un miembro de la familia enfermo, con deficiencia física, problemas mentales, dependencia de drogas o alcohol, barreras lingüísticas y/o dificultades que acompañan el envejecimiento (STAMATOPOULOS, 2018). Los estudios de tales países poseen, entre sus objetivos, la búsqueda por la identificación, asistencia y prevención de posibles aspectos negativos del cuidado sustancial practicado por niños, niñas y jóvenes. En la visión de Becker (2007), de Reino Unido, aún cuando hay algunos puntos ‘positivos’ asociados al cuidado – como mecanismos perfeccionados de enfrentamiento de las cuestiones del día a día, habilidades sociales y creación de vínculos más próximos con las personas – muchos niños y niñas que asumen cuidados sustanciales o regulares pueden experimentar restricciones significativas en su desarrollo y conquistas educacionales, por ejemplo.

En tales países ya citados, la categoría de “jóvenes cuidadores” está incluida en políticas públicas, en datos demográficos, programas de asistencia, seguridad, salud y remuneración a estos jóvenes, siendo tales proyectos discutidos e implementados de forma gradual en las

últimas dos décadas. Reino Unido se presenta como un modelo de implementación más activo de concientización, reconocimiento y prestación de servicio social para “jóvenes cuidadores” (KAVANAUGH; STAMATOPOULOS, 2021). De acuerdo con Chadi y Stamatopoulos (2017), en Reino Unido, hay derechos legales que dan acceso a más de 350 programas dedicados a jóvenes cuidadores y pagos directos en vez de servicios. Los programas ofrecen una gama de informaciones, descanso, educación y servicios basados en asesoramiento para niños, niñas y jóvenes hasta los 25 años. En Australia, aunque los jóvenes cuidadores australianos no comparten la misma amplitud de derechos y prerrogativas que los de Reino Unido, tienen derechos legales parciales en jurisdicciones seleccionadas y muchos tienen acceso a programas educacionales y de servicios sociales. En Estados Unidos, en 2003, tuvo lugar la primera pesquisa nacional de “jóvenes cuidadores”, que abrió camino para investigaciones sobre impactos de cuidado en jóvenes. A pesar de la documentación de más de 1,4 millones de cuidadores de niños, niñas y jóvenes entre 8 y 18 años, la programación de jóvenes dedicados es limitada principalmente a Florida. En Canadá, investigadores y población civil reivindicaron que servicios sean destinados no a la asistencia solamente a los “jóvenes cuidadores”, mas también, a programas que prevengan que niños, niñas y jóvenes asuman tal posición de forma sustancial dentro de sus familias (STAMATOPOULOS, 2016).

Ya en muchos países del hemisferio sur o de la llamada “mayoría del mundo”, como países de África y América Latina, se observa que las investigaciones sobre las prácticas de cuidado de niños y niñas se enfocan en investigar este fenómeno sin que sea considerado, desde el comienzo, como perjudicial o negativo para los más jóvenes y sus familias. Como será presentado aquí, las prácticas de cuidado de los niños y niñas son muchas veces consideradas una parte normal del proceso de socialización, proveniente de las responsabilidades recíprocas, normativas y de solidaridad de los niños y niñas para con sus familias y comunidades locales y viceversa (EVANS et al., 2019). Las relaciones interpersonales, que incluyen las prácticas de cuidado, son consideradas, en muchos casos, esenciales para el buen vivir (JUSTINO, 2022). A partir de una perspectiva relacional y menos centrada en la agencia individual de los niños y niñas (BALAGOPALAN, 2021), estos estudios señalan que las prácticas de cuidado de los niños y niñas son más comunes en las localidades donde viven, consideradas importantes para la supervivencia de sus familias y se destacan por la centralidad de los aspectos interpersonales y relacionales presentes en las prácticas de cuidado. Además, los niños y jóvenes que cuidan de familiares raramente son direccionados específicamente para intervenciones de ONG’s o de políticas públicas de asistencia y seguridad social (DAY 2017; ROBSON 2004; EVANS; BECKER, 2019).

En América Latina, Remorini (2004) y García Palacios, Hecht y Enriz (2015) evidencian que en las comunidades indígenas Mbyá, Argentina, la supervisión y los cuidados de los niños y niñas pequeños que comienzan a circular no son ejercidos exclusivamente por las madres o padres, pues también dependen de los ojos atentos de los hermanos/as mayores y primos/as que también son niños/as. En Brasil, en la aldea indígena de Laranjeira Ñanderu, de Mato Grosso do Sul, Gutiérrez (2016) observó que los niños y niñas kaiowá tenían un papel significativo en los cuidados de la casa, como barrer, limpiar el patio, buscar agua en el arroyo, dar comida a los animales domésticos y en los cuidados de los hermanos menores. El autor destacó que el “deber de casa” era el de ayudar a la madre con las actividades domésticas y con los niños y niñas menores, siendo una prioridad mayor que las “tareas de la escuela”, que pasaban las profesoras. En esta comunidad, se destaca el fuerte valor de la ancestralidad y de los valores comunitarios que se articulan con la pertenencia, la solidaridad y la identificación de los niños y niñas desde pequeños con el colectivo de la aldea. Tales factores parecen ser centrales para la forma en la cual los niños y las niñas se posicionan dentro de la aldea y ejercen el cuidado para

con otras personas. Aunque sean actividades normalizadas, muchas personas no esconden cuán difícil consideran vivir permanentemente bajo vigilancia unas de otras, dado que hay poco espacio para asuntos exclusivamente privados (GUTIERREZ, 2016).

En contextos urbanos periféricos de Brasil, las calles son lugares donde es posible presenciar niños y niñas que cuidan unos de otros. Circulan en grupo con otros niños y niñas normalmente en los trayectos de la escuela hacia la casa o en momentos de ocio, donde es posible observar especialmente niños y niñas mayores impidiendo que los más pequeños se queden en el medio de la calle, dándoles la mano, cargando material escolar y enseñando reglas comunitarias y también de convivencia (FERNANDES, 2011; LARA; CASTRO, 2016; SOUZA, 2020; UGLIONE, 2020, LARA, 2022). En estos lugares, se destaca una convivencia social comunitaria regulada por la ayuda mutua y reciprocidad, pero que, también, revelan lazos en que la rivalidad y violencia local se hacen presentes. El tiempo que pasan en espacios públicos, demostrando autonomía en sus acciones, no significa que los niños y niñas estén en completa libertad, dado que están bajo el reconocimiento, mirada y vigilancia de otras personas adultas que comparten lazos de parentesco, amistad o vecindad con sus familias (PRETTO, 2015; HERNANDEZ, 2019; LEAVY; SZULC, 2021; LARA, 2022).

En el continente africano, algunas investigaciones también señalan la presencia activa de niños y niñas en el cuidado, socialización y realización de actividades domésticas. En Ghana, Brobbey (2011) mostró que en las familias donde hay un uso comunitario de recursos como la tierra, utensilios domésticos y hay solo una casa para toda la familia extensa, las responsabilidades de los niños y niñas son inseparables de las estrategias de supervivencia de estas familias. El autor argumenta que las personas mayores y los jóvenes dependen del apoyo uno del otro para mantener el hogar. Colonna (2015) discute que, en los barrios de los suburbios de Maputo, Mozambique, es muy común encontrar niños y niñas que, sin la supervisión de un adulto, permanecen a su antojo en las calles con un bebé amarrado al cuerpo o de la mano de otro niño aún muy pequeño. En sus descubrimientos, observa que, al cuidar de otros niños y niñas, ellos de ayudan activamente en las tareas escolares, los alimentan, bañan, las cargan consigo, las ayudan a cruzar la calle, las acompañan a la escuela, cocinan y cambian sus pañales. La autora señala la naturaleza ambivalente de las relaciones de los niños y niñas con otros niños, donde es posible ver el cariño y conflictos presentes en la misma relación.

En Cabo Verde, Justino (2022) reflexiona sobre el universo de relaciones de cuidado intergeneracionales y entre los niños que ocupan las calles en sus circulaciones cotidianas, oxigenando las relaciones de amistad y solidaridad entre las casas y esenciales para la supervivencia de los agregados familiares en las condiciones de pobreza. Por medio de una reflexión sobre algunas categorías como cuidado, cariño y castigo, el autor discute cómo las actividades analizadas son un valor compartido en la red de relaciones sociales que los niños y niñas ayudan a construir.

En Zambia, Senegal y Uganda, Evans (2012, 2017), Day et Evans (2015) y Hunleth (2017) presentan y discuten los papeles de niños y jóvenes como cuidadores de padres y parientes afectados por enfermedades crónicas, como el HIV y la tuberculosis, y nos dicen que es posible argumentar que el cuidado realizado por un niño/joven no es algo visto como “fuera de lo común” dentro de la familia de los lugares donde viven. Sin embargo, también señalan que el número de jóvenes que están asumiendo cada vez más funciones de cuidado no tiene un debido reconocimiento en la sociedad más amplia ni en las políticas públicas de sus países.

El fenómeno de los niños y niñas socializando otros niños y niñas, adoptando prácticas de cuidado y manteniendo relaciones de estilo parental no es enteramente nuevo en grupos del continente africano. En estos contextos, la actividad de cuidado es vista como una experiencia positiva, útil y de reciprocidad con la familia y comunidad, además de muchas veces ser fundamental

para la subsistencia del grupo (FRANCIS-CHIZORORO, 2010; EVANS, 2012, 2017; COLONNA, 2015; DAY, 2017). La Carta Africana de los Derechos y Bienestar de los Niños, de 1993, reconoce la importancia de la responsabilidad dirigida a otros miembros de la familia y de la comunidad en el continente africano. El artículo 31 de la Carta destaca las responsabilidades de los niños en promover la cohesión familiar, la solidaridad social y nacional, los valores culturales africanos y el bienestar moral de la sociedad, a través de la tolerancia, diálogo y consulta. Se advierte cómo esas prácticas de cuidado infantil están siendo introducidas en un contexto más amplio de valores culturales y relaciones sociales, que valorizan la colaboración y la responsabilidad de todos los miembros de la comunidad.

El campo de investigaciones realizado en el Sur Global ha mostrado que las prácticas de cuidado asumidas por los niños y niñas destacan la centralidad de los aspectos relacionales, comunitarios, económicos y de reciprocidad en sus familias. Sin embargo, estas prácticas también pueden ser ambiguas y conflictivas para los niños y niñas, que muchas veces enfrentan desafíos y ven el cuidado como un fardo (LARA, 2022; COLONNA, 2015). Mas allá de esto, el cuidado es influenciado por sistemas más amplios de relaciones de poder, como jerarquías de género, edad y estatus social dentro de cada familia y comunidad, generando conflictos, negociaciones y resistencias en tales relaciones (COLONNA, 2015; EVANS, 2017; JUSTINO, 2022; LARA, 2022). Es importante observar que, aunque el cuidado sea una práctica común, muchas investigaciones señalan que las niñas y mujeres jóvenes son las más implicadas en actividades de cuidado en sus familias (ROBSON, 2004; EVANS; BECKER, 2009; DAY; EVANS, 2015; DAY, 2017; LARA, 2022). De esta forma, las relaciones de cuidado no son armónicas o romantizadas, ya que están marcadas por desigualdades, ambivalencia, disputa de poder y posición, negociaciones y conflictos, como ya fue abordado por Tronto (1998).

Tales cuestiones son particularmente relevantes para los artículos de la actual Sección Temática, que abordan el cuidado practicado por los niños y niñas en diferentes contextos y culturas, considerando las particularidades de cada espacio relacional, las relaciones familiares, así como las diferencias y desigualdades de género, etnia y clase social. A continuación, presentaremos cada artículo que compone la sección temática *Infancias cuidadoras en contextos latinoamericanos*.

Presentando la Sección Temática

En el artículo “Niños que cuidan de sí y de otros en una agrolocalidad media de la pampa húmeda argentina. Una aproximación antropológica”, las autoras Luisina Morano y Andrea Szulc parten de un enfoque antropológico y del uso crítico de la noción de agencia infantil para analizar diferentes situaciones etnográficas que revelan los modos en que niños y niñas se posicionan frente al cuidado consigo mismas y también en la relación con los adultos. El estudio de campo fue realizado en un barrio localizado en la periferia de una agrolocalidad en la Provincia de Buenos Aires y utilizó diversas técnicas, como la observación participante y entrevistas con niños, niñas y adultos, de forma presencial y online. Las situaciones analizadas revelan las variadas formas en que niños y niñas actúan delante de las dinámicas de cuidado de esta localidad, como: prácticas en que creaban estrategias para cuidar de sí; responsabilizándose por mirar y vigilar otros niños y niñas familiares, como en las relaciones entre hermanas y primas, donde la familiarización y la feminización del cuidado se destacan; en el intercambio interdependiente con adultos enfermos y, también, con medidas de intervención contra la violencia sufrida por sus madres. El trabajo discute y reflexiona sobre que son las mujeres y, especialmente, las niñas las que se encargan de la actividad de cuidado en esta localidad y problematiza presupuestos normativos y hegemónicos acerca de la infancia, de los intercambios intergeneracionales y de la posición de las mujeres en contextos empobrecidos delante del escenario económico y social global.

El artículo “Niñez, trabajo doméstico y de cuidados: una aproximación cuantitativa en sectores urbanos de Argentina” presenta un tema relevante y poco explorado: el trabajo doméstico y las actividades de cuidados que realizan en sus hogares los sectores urbanos en la Argentina y el tipo de participación que se pone en juego en dichas actividades. Sus autoras, Laura Peiró y María Eugenia Rausky, se acercan al fenómeno del cuidado realizado por niños y niñas desde una perspectiva cuantitativa, a partir de los datos de la Encuesta Nacional sobre Estructura de Hogares (2014-2019) de la región del Gran Buenos Aires, que concentra un tercio de la población de Argentina. El texto contribuye a visibilizar los tipos de participación que los niños/as realizan en las tareas domésticas y de cuidado, diferenciándolas en función del género, clase social y la edad. El análisis de las autoras permite observar que no todos los niños y niñas de todas las clases sociales contribuyen del mismo modo en las tareas domésticas de sus hogares y la preponderancia de la variable de género para comprender las responsabilidades asumidas desde los primeros años de vida. Si bien las autoras contemplan las limitaciones de metodológicas de los datos analizados, los resultados muestran que son los niños y niñas de niveles socioeconómicos más bajos quienes tienen la participación más elevada en estas actividades, siendo proporcionalmente mayor para las niñas, en especial las que se encuentran en el tramo que comprende los 14 a 17 años de edad. Si bien esta tendencia se presenta — aunque más atenuada — en la clase media, encontramos algunos indicios de una mayor equidad entre varones y mujeres de ambos grupos de edad, que puede brindar pistas para pensar en la existencia de cambios en lo que hace a la modulación de la división del trabajo doméstico. Los datos que presenta el artículo, en línea con diversas investigaciones sobre cuidados, permiten observar la ineficacia de las interpretaciones dicotómicas entre dependencia e independencia, cuidadores y cuidados. Se trata de un trabajo que busca contribuir a pensar el fenómeno del cuidado realizado por niños y niñas, sin dejar de preguntarse sobre la posibilidad de que la intensidad de dichas tareas contribuya a procesos de acumulación de desventajas en las vidas infantiles.

El artículo “Infancia y cuidado. Reflexiones críticas desde perspectivas relacionales” elaborado por Florencia Paz Landeira, Laura Frasco Zuker y Valeria Llobet, presenta una revisión sobre las discusiones sobre cuidado en general y sobre cuidado infantil en particular, destacando las principales discusiones y nudos problemáticos de ambos campos de estudios. En este sentido, las autoras proponen pensar los cuidados como una “lente” que permite revisar críticamente la agencia de niños y niñas, así como su participación social y sus derechos, mientras sostienen el aporte de las perspectivas relacionales para discutir no sólo la concepción de infancia construida en la modernidad, sino también perspectivas contemporáneas individualizantes que se formulan en términos de un “niño global” en abstracto. Desde esa discusión se abre la posibilidad de repensar la categoría de agencia infantil, en el marco de tramas de relaciones sociales que no excluyen los condicionamientos de jerarquías y desigualdades. A partir de varios de los argumentos señalados, las autoras ofrecen argumentos para interpretar las posibles razones del opacamiento de las tareas de cuidado realizadas por niños y niñas en diferentes contextos.

Entre los resultados de los debates que se recuperan en el artículo, encontramos posibles explicaciones de la invisibilización (en las investigaciones científicas, pero también en las agendas públicas ligadas a las infancias) de las tareas de cuidado realizadas por niños y niñas como parte de la vida en común de la que forman parte. Asimismo, se presentan contribuciones claras del trabajo al campo de la infancia, proponiendo líneas de trabajo a ser desarrolladas, como el análisis de las dimensiones temporales involucradas en los cuidados y agencias infantiles o el activismo ambiental de niños y niñas en contextos cotidianos como parte de sus actividades de cuidado y ejercicio de su capacidad de agencia. Se trata de un artículo de lectura obligatoria para pensar los desafíos implicados en las investigaciones sobre y con niños y niñas, que plantea la necesidad de una “reconceptualización de los derechos de niños y niñas, a fines de recuperar su potencial crítico y su carácter político, colectivo y relacional” (LANDEIRA; ZUKER; LLOBET, 2023).

En el trabajo de Stefania Cardonetti y Guadalupe Blanco Rodríguez, titulado “Cuidados, infancias y migraciones. Experiencias emocionales de migrantes e hijos de migrantes bolivianos en Argentina”, las autoras discuten las narrativas de jóvenes migrantes acerca de sus experiencias infantiles de cuidados en los ambientes de trabajo de sus padres, así como las emociones generadas a partir de estas vivencias. Fueron realizadas 10 entrevistas con jóvenes hombres y mujeres de hasta 35 años, siendo cinco de ellos migrantes que fueron residentes de zonas urbanas durante sus infancias y cinco residentes de zonas rurales/periurbanas. Los resultados mostraron que los jóvenes que fueron residentes de zonas rurales fueron cuidados en los propios espacios de trabajo de los padres, donde pasaban parte significativa de sus días, así como practicaban el cuidado para otros niños, especialmente las niñas para con los niños más pequeños. Ya los jóvenes que vivieron en áreas urbanas, relatan que los espacios de trabajo de los padres, como las ferias y mercados urbanos, eran lugares donde también pasaban mucho tiempo, aprendiendo con el oficio familiar, pero que era posible tener mayor seguridad en el cuidado de los niños y niñas, pues tenían los límites de los espacios delimitados y cercados. Estos jóvenes, de zona urbana, compartían la rutina entre trabajo y escuela, siendo la distribución de tareas de cuidado con otros niños regida, así como en la zona rural, mayoritariamente por la diferencia de género. Las narrativas de ambos grupos entrevistados señalan las distintas emociones sentidas por los jóvenes en sus experiencias de cuidado en la infancia, que varían conforme la localidad en que vivían, las relaciones familiares y la subjetividad de cada uno y cada una.

El artículo “Niñas, niños, adolescentes y jóvenes cuidadores: la sostenibilidad de la vida en un barrio qom de la ciudad de La Plata, Buenos Aires, Argentina”, de Silvana Sciortino, aborda las diferentes formas en que el cuidado es realizado en las familias y en la comunidad de un barrio qom de Buenos Aires, Argentina. A partir de su experiencia de años de trabajo en el territorio y de un análisis interseccional y relacional del fenómeno del cuidado, la autora discute el papel significativo de niños, niñas, adolescentes y jóvenes en actividades de cuidado diarias y su posición en la manutención de los hogares y espacios comunitarios, así como la dimensión de pertenencia al barrio y su filiación étnica.

En “Niñez, autocuidado y atención a la salud. Un análisis antropológico de la agencia de los niños y adolescentes en el tratamiento medicamentoso contra el cáncer infantil”, Candelaria Rocío Heredia aborda el tema del autocuidado de los niños y niñas en una institución sanitaria de Buenos Aires. La autora discute como el estado de salud de los niños y niñas no es solo una cuestión que se refiere a los adultos, a los médicos especialistas y al Estado, sino que también concierne a cada niño y niña que presenta alguna enfermedad. En un estudio de carácter etnográfico dentro de un hospital público argentino, la autora describe y discute la gestión de los medicamentos por parte de los niños y niñas, el conocimiento sobre la propia alimentación permitida, las posibilidades y límites de actividades que pueden realizar, a quién recurrir en casos de emergencia, entre otras tareas que se presentan como formas relacionales en que los niños y niñas cuidan de sí y son activas en su propio tratamiento.

Consideraciones finales y desafíos a seguir indagando: áreas lacunares

Los artículos que integran esta sección temática brindan una mirada panorámica sobre las investigaciones sobre infancias cuidadoras en el contexto latinoamericano. Los artículos de esta sección temática presentan las situaciones particulares en comunidades rurales e indígenas, en hogares de clase media y en situaciones de tratamientos de enfermedades crónicas. Si bien los casos son variados, no podemos dejar de mencionar que, en general, las investigaciones se concentran en hogares y experiencias infantiles pertenecientes a niveles socioeconómicos bajos. La mayoría de trabajos se concentra en las experiencias de niñas y niños que desarrollan

sus vidas en zonas más pobres de Latinoamérica. Estos trabajos presentan valiosos análisis para problematizar las relaciones de cuidado, entre personas de distintas generaciones y distintas pertenencias étnicas y de clase. Sin embargo, aún quedan áreas poco exploradas.

Se cita, en primer lugar, aquello que sucede en los espacios domésticos de sectores socioeconómicos altos, que también integran las sociedades desiguales en que habitamos, pero permanecen menos visibilizadas en las investigaciones académicas. También, se encuentran vacíos en las investigaciones sobre la temática de la presencia/ausencia de las figuras masculinas en la transmisión de prácticas de cuidado dentro de las familias y las comunidades. Mayoritariamente, son las madres y abuelas las personas adultas que se responsabilizan por el cuidado de la casa y de los niños y niñas (PALOMO, 2008; TRONTO, 2018; LONGHI, 2019; FERNANDES, 2020). De esta manera, se considera importante que el campo pueda investigar y profundizar las características e impactos de una transmisión del cuidado a partir de figuras de género masculino y reflexionar, en profundidad, acerca de esta escasez en las relaciones de cuidado. Finalmente, observamos que uno de los mayores desafíos en este campo de estudios consiste en desarrollar enfoques complejos que eviten apreciaciones morales y/o relativismos ingenuos. En este sentido, consideramos necesario explorar y sustentar con más reflexividad las ambivalencias y contradicciones de las prácticas de cuidado asumidas por niños y niñas, sin necesitar anticipar una conclusión “positiva” o “negativa” de estas prácticas. Hacemos esta advertencia, pues el campo puede dejarse llevar por una perspectiva moralista y/o asistencialista acerca de los niños y sus familias.

Se espera que esta publicación estimule nuevas investigaciones en el campo de los estudios de las infancias cuidadoras e inspire a investigadores a explorar las interconexiones entre la reproducción de la vida cotidiana, el cuidado y los afectos entre personas de diferentes generaciones. Anhelamos que las investigaciones sobre el cuidado practicado por niños y niñas contribuyan con la comprensión de las infancias y el análisis de las relaciones sociales y de poder, de las desigualdades sociales y de los intercambios económicos y simbólicos en la sociedad en general¹.

¹ Agradecemos a la Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) - Brasil, por el apoyo en la elaboración de este artículo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDRIDGE, J.; BECKER, S. **Children caring for parents with mental Illness**. Perspectives of young carers, parentes and professionals. Londres: Policy Press, 2004.
- BROBBEY, C. **Children's perspectives of their responsibilities in household work in their families in the sekyere south district of ghana**. 2011. Dissertação (Philosophy in Childhood Studies) - Norwegian University of Trondheim, Trondheim, 2011.
- BATTHYÁNY, K. Miradas latinoamericanas al cuidado. In: ____ (Org.). **Miradas latinoamericanas a los cuidados**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México DF: Siglo XXI, 2020. p.11-52.
- BALAGOPALAN, S. Precarity and the question of children's relationalities. **Childhood**, v. 28, n. 3, p. 327-332, 2021.
- BECKER, S. Global perspectives on children's unpaid caregiving in the family research and policy on 'young carers' in the UK, Australia, the USA and Sub-Saharan Africa. **Global Social Policy**, v. 7, n. 1, p. 23-50, 2007.
- CARTA AFRICANA DOS DIREITOS E BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS. **CNDHC**, 19 de jul. 1993. Disponível em: <http://cndhc.org.cv/images/download/Carta_Africana_dos_Direitos_e_Bem-estar_da_Criancas.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2019
- CASTRO, L. Uma teoria da infância na contemporaneidade. In: _____. **Infância e adolescência na cultura do consumo**. Rio de Janeiro: NAU, p. 16-43, 1998.
- CHADI, N.; STAMATOPOULOS, V. **Canadian Medical Association Journal**. v.189, n. 28, p. 925-926, 2017.
- COLONNA, E. "Tenho de fazer tudo para o meu irmão: crianças que cuidam de crianças". In: ARROYO, M. G.; VIELLA, M. D. A. L.; DA SILVA, M. R. **Trabalho infância: exercícios tensos de ser criança – haverá espaço na agenda pedagógica?** Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2015.
- DAY, C. Children and young people as providers of care: perceptions of caregivers and young caregiving in Zambia. In: HORTON, J.; PYER, M. **Children, young people and care**. London: Routledge, 2017. p. 144-158.
- _____; EVANS, R. Managing caring responsibilities, change and transitions in young people's family lives in Zambia. **Journal of Comparative Family Studies**, XLVI (1): p. 137-152, 2015.
- EASTERBROOK, R.; RABY, R.; LEHMANN, W. Navigating babysitting as liminal, gendered, and undervalued work. **Childhood**, v. 28, n. 1, p. 103-117, 2021.
- EVANS, R.; BECKER, S. **Children caring for parents with HIV and AIDS**: Global issues and policy responses. Bristol: Policy press, 2009.
- _____. Caring after parental death: Sibling practices and continuing bonds. In: HORTON, J.; PYER, M. (Orgs.). **Children, Young People and Care**. New York: Routledge, 2017. p. 158-174.
- _____. Sibling caringscapes: time-space practices of caring within youth-headed households in Tanzania and Uganda. **Geoforum**, v. 43, n.4. p. 824-835, 2012.
- _____. et al. Unpacking 'family troubles', care and relationality across time and space, **Children's Geographies**, v. 17, n. 5, p. 501-513, 2019.
- FERNANDES, C. **"Ficar com". Parentesco, criança e gênero no cotidiano**. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- _____. "Aí eu não aguentei e explodi". A expressão do "nervoso" feminino no cuidado com as crianças em territórios de favela, **Etnografías Contemporâneas**, ano 6, n. 10, p. 154-178, 2020.

FRANCIS-CHIZORORO, M. "Growing up Without Parents: Socialisation and Gender Relations in Orphaned-Child-Headed Households in Rural Zimbabwe". **Journal of Southern African Studies**, v.36, n.3, p. 711-727, 2010.

FRASCO ZUKER, L.; FATYASS, R.; LLOBET, V. Agencia infantil situada. Un análisis desde las experiencias de niñas y niños que trabajan en contextos de desigualdad social. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, p.163-190, 2021.

GARCÍA PALACIOS, M; HECHT, A. C.; ENRIZ, N. Crianza y niñez en dos comunidades indígenas de la Argentina (qom y mbyá). **Cuicuilco**, v. 22, n. 64, p. 185-201, 2015.

GUTIERREZ, J. P. **A circularidade das crianças Kaiowá na Aldeia Laranjeira Ñanderu, Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016.

HERNÁNDEZ, M. C. Experiencias de niñez en la pobreza. Una cartografía de cuidados. **Runa**, v. 40, n. 2, p. 93-111, 2019.

HUNLETH, J. **Children as caregivers: the global fight against tuberculosis and HIV in Zambia**. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 2017.

JUSTINO, A. **A esperança do amanhã: cuidados, carinhos e castigos em uma etnografia com crianças caboverdianas**. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

KAVANAUGH, M. S.; STAMATOPOULOS, V. Young carers, the overlooked caregiving population: Introduction to a special issue. **Child and Adolescent Social Work Journal**, p. 1-3, 2021.

LARA, J. S.; CASTRO, L. R. de. Children's responsibilities in a Brazilian community: Citizenship as care practices. **Global Studies of Childhood**, p. 1-11, 2021.

LARA, J. S. **Crianças que cuidam: infância e cuidado no encontro com o outro**. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

LEAVY, P.; SHABEL, P. N. Child care and participation in the Global South: an anthropological study from squatter houses in Buenos Aires. **Third World Thematics: A TWQ Journal**, 2022, p. 1-16.

_____,; SZULC, A. P. Cuidando a los niños y niñas, cuidando el territorio: una mirada etnográfica sobre comunidades rurales mapuche y ava-guaraní en Argentina. **Indiana**, v. 38, n.1, p. 79-101, 2021.

LEU, A. et al. Counting young carers in Switzerland—a study of prevalence. **Children & Society**, v. 33, n. 1, p. 53-67, 2019.

LONGHI, M. Os dilemas de Ruth: conexões entre saúde, família e cuidados. **Revista Mundaú**, n.6, p.145-158, 2019.

NANDY, A. Reconstructing childhood: a critique of the ideology of adulthood. In: SINGH, A; MOHAPATRA , S. (Ed.), **Indian Political Thought: A Reader**. New York: Routledge, 2010.

NIÑEZ PLURAL. Niñez, alteridad y cuidado: reflexiones para un campo en construcción. **DESIDADES. Revista electrónica de divulgación científica de la infancia y juventud**, v. 125, año 7, p. 48-58, 2019.

MORROW, V. Responsible children and children's responsibilities? Sibling caretaking and babysitting by school-age children. In: BRIDGEMAN, J.; KEATING, H.; LIND, C. **Responsibility, Law and the Family**. Ashgate: Ashgate, p. 105-124, 2008.

PALOMO, M. Los cuidados y las mujeres en las familias. **Política y Sociedad**, v. 45, n. 2, p. 29-47, 2008.

PRETTO, Z. **Crianças no contexto de um bairro em processo de urbanização na ilha de Santa Catarina** (2010-2014). 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

REMORINI, C. 'Emãe nde kypy-i re!' (cuidá por tu hermanita!). Un análisis del papel de las interacciones infantiles en el proceso de endoculturación mbya. **VII Congreso Argentino de Antropología Social**, Universidad Nacional de Cordoba, Villa Giardino, 2004.

ROBSON, E. Hidden child workers: young carers in Zimbabwe. **Antipode**, v. 36, n. 2, p. 227-248, 2004.

SOUZA, A. **O brincar na favela da Maré: jogo de vida e resistência em território conflagrado**. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

STAMATOPOULOS, V. The Young Carer Penalty: Exploring the costs of caregiving among a sample of Canadian youth. **Child & Youth Services**, v. 39, n. 2-3, p. 180-205, 2018.

SZULC, A. Más allá de la agencia y las culturas infantiles. Reflexiones a partir de una investigación etnográfica con niños y niñas mapuche. **Runa**, v. 40, n. 1, p. 53-63, 2019.

TRONTO, J.C. An ethic of care. **Generations: Journal of the American Society on Aging**, v. 22, n. 3, p. 15-20, 1998.

UGLIONE, P. **INFÂNCIA (d)E RUA ser criança em lugares-outros**. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

WEISNER, T. S.; GALLIMORE, R.G. My brother's keeper: Child and sibling caretaking [and comments and reply]. **Current anthropology**, v. 18, n. 2, p. 169-190, 1977.

ZELIZER, V. La economía en el hogar. In: ___. **La negociación de la intimidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 231-307.

YARRIS, K. E. "Quiero ir y no quiero ir" (I want to go and I don't want to go): Nicaraguan children's ambivalent experiences of transnational family life. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 19, n. 2, p. 284-309, 2014.

RESUMEN

Este artículo trata sobre el campo de estudio de las infancias cuidadoras, que busca comprender cómo los niños aprenden, ejercen y atribuyen significado al cuidado. El texto presenta una revisión bibliográfica de los principales temas abordados en este campo y la diversidad de métodos utilizados en la investigación. El artículo también reflexiona sobre las contradicciones y ambigüedades de las prácticas de cuidado asumidas por los niños y sugiere áreas lacunares para la investigación, como la relación entre el cuidado y la presencia/ausencia de figuras masculinas y el análisis del cuidado en clases socioeconómicamente favorecidas. El texto destaca la importancia de un enfoque social y contextualizado sobre el tema de las infancias cuidadoras, considerando las complejidades y diversidades presentes en las experiencias de los niños que asumen el cuidado. El artículo concluye que la comprensión de las infancias cuidadoras contribuye a entender la posición singular de los niños en sus redes familiares, comunitarias e institucionales y a las cuestiones económicas, de género y de desigualdades de la sociedad en general.

Palabras clave:

infancias cuidadoras, niñez, cuidados, América Latina.

**Infâncias cuidadoras: reflexões e desafios sobre o cuidado praticado por crianças
Apresentação à Seção Temática****RESUMO**

Este artigo trata do campo de estudos das infâncias cuidadoras, que busca compreender como as crianças aprendem, exercem e atribuem significado ao cuidado. O texto apresenta uma revisão bibliográfica das principais temáticas abordadas nesse campo e da diversidade de métodos utilizados nas pesquisas. O artigo também aponta reflexões sobre as contradições e ambiguidades das práticas de cuidado assumidas por crianças e sugere áreas lacunares para investigação, como a relação entre o cuidado e a presença/ausência de figuras masculinas e a análise do cuidado em classes socioecononomicamente favorecidas. O texto destaca a importância de uma abordagem social e contextualizada ao tema das infâncias cuidadoras, considerando as complexidades e diversidades presentes nas experiências das crianças que assumem o cuidado. O artigo conclui que a compreensão das infâncias cuidadoras contribui para o entendimento da posição singular das crianças em suas redes familiares, comunitárias e institucionais e para questões econômicas, de gênero e de desigualdades da sociedade em geral.

Palavras-chave:

infâncias cuidadoras, crianças, cuidado, América Latina.

**Caregiving childhoods: reflections and challenges on care practiced by children
Introduction to the Thematic Section****ABSTRACT**

This article addresses the field of study on caregiving childhoods, which seeks to understand how children learn, exercise and attribute meaning to care. The text presents a literature review of the main themes addressed in this field and the diversity of methods used in research. The article also reflects on the contradictions and ambiguities of care practices assumed by children and suggests areas for investigation, such as the relationship between care and the presence/absence of male figures and the analysis of care in socioeconomically privileged classes. The text highlights the importance of a social and contextualized approach to the topic of caregiving childhoods, considering the complexities and diversities present in the experiences of children who assume care. The article concludes that understanding caregiving childhoods contributes to understanding the unique position of children in their family, community and institutional networks and to economic, gender and inequality issues in society as a whole.

Keywords:

Caring childhoods, children, care, Latin America.

FECHA DE RECEPCIÓN: 20/04/2023

FECHA DE APROBACIÓN: 10/05/2023



Juliana Siqueira de Lara

Doutora em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil. Mestrado e graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Membro participante do Núcleo de Pesquisa para Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC), Brasil.

E-mail: j.siq.lara@gmail.com



Pia Leavy

Doctora y profesora en Antropología, Universidad de Buenos Aires, Argentina. Investigadora asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Docente de la maestría de Problemáticas Sociales Infanto Juveniles, Universidad de Buenos Aires, Argentina. Parte del equipo Niñez Plural y se especializa en temas de cuidado, niñez, género e interculturalidad.

E-mail: pialeavy@gmail.com



Niños que cuidan de sí y de otros en una agrolocalidad media de la pampa húmeda argentina: una aproximación antropológica

Luisina Morano

Universidad de Buenos Aires, Instituto de Ciencias Antropológicas, Buenos Aires, Argentina

<https://orcid.org/0000-0001-5369-5801>

Andrea Szulc

Universidad de Buenos Aires, Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, Argentina

<https://orcid.org/0000-0002-2330-6884>

Introducción

El campo de estudios en torno a los cuidados ha experimentado un fuerte auge durante la última década, al compás de la masificación de los movimientos feministas y su presencia cada vez más activa en la arena pública. Este proceso de visibilización ascendente alcanzó su punto culminante con la pandemia de Covid-19, cuando los cuidados pasaron a convertirse en un tema de interés mundial, ocupando portadas de diarios, segmentos televisivos y múltiples campañas en redes sociales. No obstante, y tal como suele suceder cuando se multiplican exponencialmente las acepciones de una categoría, el cuidado pasó a convertirse en un concepto tan amplio como difuso.

Para acotar la polisemia y dotar de mayor precisión a los estudios sobre cuidado, desde distintas disciplinas sociales se han propuesto sendas definiciones que buscan identificar más precisamente cuáles son los aspectos que se incluyen dentro de ese ámbito. Consecuentemente, es posible reconocer a nivel teórico definiciones más restrictivas (limitadas al cuidado de niñas¹, por ejemplo) y otras más abarcativas o generales según las cuales el cuidado “incluye todo aquello que hacemos para mantener, continuar y reparar nuestro ‘mundo’ de tal forma que podamos vivir en él lo mejor posible (...)” (FISHER; TRONTO, 1990 apud TRONTO, 1998, p. 15). Más allá de la amplitud que se otorgue a la categoría, las definiciones sobre cuidado parecen ubicar invariablemente a las niñas en el lugar de receptores (u objetos) de unos cuidados que son ejercidos, exclusivamente, por personas adultas.

En este artículo, expondremos una serie de situaciones etnográficas, recabadas por la primera autora, mediante un trabajo de campo realizado en un barrio popular de una agrolocalidad media de la provincia de Buenos Aires, Argentina, en donde las niñas a la vez que reciben cuidados por parte de personas adultas también llevan adelante distintas formas de cuidar, en contextos diversos. Nos interesa analizar estos materiales etnográficos, desde una mirada antropológica sobre la niñez (SZULC; COHN, 2012) porque entendemos que, a partir de allí, podremos problematizar algunos presupuestos estereotipados sobre la infancia, las relaciones intergeneracionales y la agencia infantil que atraviesan el campo de los cuidados.

Para organizar la exposición, en primer lugar, sistematizaremos brevemente el andamiaje conceptual sobre las infancias y los cuidados. En segundo término, presentaremos las coordenadas metodológicas del trabajo de campo y algunas características significativas del Barrio Verde,² en donde se desarrolló el mismo. En tercer término, expondremos y analizaremos una serie de situaciones en donde niños y niñas³ llevan adelante distintas maneras de cuidar, que resultan indispensables tanto para ellas mismas, como para el sostenimiento de la vida del resto de los integrantes de su comunidad. Por último, presentaremos algunas reflexiones finales.

Nuestro argumento apunta a iluminar las agencias infantiles en los entramados de cuidado que acontecen en un barrio pobre del sur global, para revisar los desfasajes que existen entre el ideal normativo de infancia – cristalizado en la Convención Internacional de los Derechos de Niños, Niñas y Adolescentes – y las experiencias de las niñas de carne y hueso en contextos concretos. Nos interesa indagar en esa brecha entre ideales y realidades desde una perspectiva

1 Utilizamos la “e” al referirnos a todas las opciones de género posibles y especificamos “hombres y mujeres” o “niñas y niños” al referirnos a sistemas sexogenéricos trazados desde una lógica binaria y heteronormativa desde el punto de vista nativo.

2 Asignamos este nombre ficticio al barrio para garantizar la confidencialidad.

3 Intentamos que el lenguaje se adecúe a las perspectivas nativas. Consecuentemente, utilizamos la fórmula binaria “niños/niñas”, pues en el Barrio Verde aún no hemos identificado niñas trans.

etnográfica que busca visibilizar y problematizar la agencia infantil. Entendemos que esta forma capilar y exhaustiva de construir conocimiento, además de aportar al campo de estudios sociales sobre las infancias y los cuidados, puede contribuir a la construcción de nuevas maneras de relacionarnos intergeneracionalmente, promoviendo a la vez, mejores intervenciones sociales para y con los niños.

Andamiaje conceptual sobre infancias y cuidados

Desde hace tiempo venimos planteando, junto con otras científicas sociales, la importancia de repensar la niñez como construcción sociohistórica plural, dinámica y en disputa, para cuyo abordaje la perspectiva antropológica resulta muy productiva (CASTORINA, 2015; COHN, 2005; COLANGELO, 2003; GARCÍA PALACIOS; HECHT, 2010; HORN; SZULC, 2004). En este proceso de redefinición de las infancias se torna imprescindible problematizar el sentido común hegemónico que ha pensado y tratado a los niños meramente como “objeto” (JENKS, 1996; SZULC, 2004), apoyándose en una persistente categoría de “niño normal”, heredada del modelo de la modernidad euro-occidental (CASTRO, 2001).

Esta reconceptualización supone, por un lado, la importancia de considerar integralmente cómo las infancias se van configurando en la intersección de, al menos, las dimensiones de desigualdades de clase, diversidad cultural y género (COLANGELO, 2003; GENTILE, 2008).

Por otro lado, la tradición antropológica de relevar las “perspectivas nativas”, ha implicado un fuerte impulso para la investigación de las prácticas y experiencias sociales de los propios niños en sus diversos contextos. Dentro de esta clave, trabajaremos con el concepto de agencia de un modo crítico, pues permite relevar las maneras en que los niños participan activamente de la vida social, pero sin pasar por alto los condicionantes que les imponen asimétricas relaciones intergeneracionales, interétnicas, de género y de clase social (SZULC, 2019).

Por su parte, los estudios sobre el cuidado cobraron fuerte impulso con los aportes del feminismo (NIÑEZ PLURAL, 2019). En este campo encontramos muy interesantes contribuciones que han revelado el carácter persistentemente generizado de los cuidados, como tarea asignada casi siempre a cuerpos feminizados, junto con las complejas imbricaciones que en el cuidado se anudan entre afecto y dinero, altruismo y trabajo, esfera pública y privada, autonomía y dependencia (CERRI; ALAMILLO, 2012; MARTÍN PALOMO; MUÑOZ, 2016; PAUTASSI; ZIBECCHI, 2013; ZELIZER, 2009).

Gran parte de las investigaciones en torno del cuidado infantil han abordado su vinculación con las políticas públicas, las relaciones de género y el papel del Estado (BATTIYÁNY, 2021; FAUR, 2014; FOURNIER, 2020; LLOBET, 2021). A pesar de la valiosa contribución de tales trabajos, consideramos necesario articular también una deconstrucción de la idea implícita de infancia, a partir de la cual insistentemente se relega a los niños al lugar de “objeto” de cuidado.

En ese sentido, recuperamos distintos estudios que vienen señalando el rol activo de los niños en diferentes tramas de cuidado, en los más diversos contextos (HERNÁNDEZ, 2019; LARA, 2022; LEAVY, 2019; LEAVY; SHABEL, 2022; LEAVY; SZULC, 2021; MEAD, 1961/1930; MORAIS CAVALCANTE, 2022; SANTILLÁN, 2009; WEISNER; GALLIMORE, 1977). Partiendo de tal reconceptualización, abordaremos aquí cómo los niños cuidan de sí y de otros en un caso específico, para aportar a una comprensión más profunda del importante papel que desempeñan en las relaciones de cuidado.

Algunas coordenadas del trabajo de campo

Metodológicamente, el artículo se sustenta en un trabajo de campo etnográfico realizado en distintas etapas por la primera autora en un barrio popular ubicado en la periferia de una agrolocalidad media de la Provincia de Buenos Aires entre 2016 y 2021. Las técnicas de relevamiento implementadas han sido la observación participante y la realización de entrevistas, tanto abiertas como semi estructuradas, con niñas y adultos, en diálogo con distintos estudios que han reflexionado sobre la especificidad del trabajo etnográfico sobre las infancias con las propias niñas (COHN, 2005; MILSTEIN, 2015; NUNES, 2003; PIRES, 2007; SZULC et al., 2009).⁴

Para relevar las prácticas y perspectivas de las niñas, se registraron interacciones cotidianas y se realizaron entrevistas no directivas en diferentes contextos: juegos y paseos al aire libre por el barrio, talleres de dibujo y acompañamiento con sus tareas escolares.

En lo que refiere a los adultos cabe señalar que se concretaron más de 50 entrevistas (grupales e individuales) con profesionales del Centro de Atención Primaria para la Salud; coordinadores del Centro Comunitario del Barrio Verde (CCBV), operadoras comunitarias, talleristas voluntarias y vecinos del barrio. Además, y en línea con una concepción del “campo” que excede al espacio físico (GUBER, 2004), se realizaron intercambios virtuales con personas que viven y/o trabajan en el Barrio Verde mediante Zoom, WhatsApp y/o mail.

Algunas entrevistas fueron grabadas y otras reconstruidas a partir de notas de campo. En todos los casos trabajamos con consentimiento informado previo y continuo, y preservación del anonimato de todas las personas participantes utilizando pseudónimos, independientemente de su edad, siguiendo la noción de *simetría ética* para la investigación social con niñas (CHRISTENSEN; PROUT, 2002). En este sentido, el relevamiento incluyó la toma de fotografías, en las que hemos adoptado los recaudos necesarios para que las niñas no sean identificables. Procuramos así asegurar que nuestra investigación no genere ningún perjuicio a las niñas y a sus familias (DONOSO, 2005).

La organización social del cuidado en el Barrio Verde

El Barrio Verde se encuentra en la periferia de una agrolocalidad media de la Provincia de Buenos Aires, ubicada en la zona núcleo de producción agrícola argentina. Para contextualizar este tipo de urbes es importante señalar que el sector agrícola ha virado en las últimas décadas hacia un modo de explotación basado en el monocultivo de soja transgénica.

Kunin (2018) explica que este modo de producción maximiza los usos de la tecnología con lo cual muchos trabajadores rurales se vuelven prescindibles y migran hacia las localidades medias más cercanas, formando barrios completamente nuevos o aumentando exponencialmente la población y la extensión de otros, como es el caso del Barrio Verde. Así, si bien el sector rural no constituye una fuente de empleo masiva, gravita como principal motor de la economía, al habilitar rubros satelitales (como servicios o construcción), en los cuales se emplean la mayor parte de los adultos que viven en el Barrio Verde.

Desde el punto de vista del acceso a servicios e infraestructura públicos, es significativo resaltar que para el año 2016 (según la prensa local) sólo el 30% de los vecinos del Barrio Verde contaban con agua corriente; el 5% de las calles del barrio estaban pavimentadas y no había, en ningún

4 También se utilizaron fuentes secundarias, mayormente artículos periodísticos de la prensa local.

caso, red de cloacas, ni tendido de gas natural. Otro indicador de la situación de pobreza era la autopercepción, basada en la propia “experiencia de la desigualdad” (HERNÁNDEZ; CHÁVEZ; CINGOLANI, 2015, p. 5).

En una de las primeras entrevistas, Noelia (11)⁵ explicó que ella y su familia eran pobres, entonces les tocaba recorrer el centro comunitario, la sala de salud o la iglesia, porque en esos lugares podían recibir comida, ropa o juguetes. (Notas de campo, abril de 2016). El clivaje de clase social, que implica muchas veces una interpretación racializante de la pobreza, es el más fuerte en este contexto.

En el Barrio Verde, tal como señaló Noelia, existían varios espacios comunitarios y estatales que conformaban un mosaico heterogéneo. En ese sentido, las niñas jugaban un rol fundamental, pues a través de sus recorridos diarios hilvanaban actores e instituciones en principio disgregados, como lo han registrado también otras investigaciones (PARODI, 2021; SANTILLÁN, 2009).

Resulta relevante detenernos en cómo se organizaba socialmente el cuidado en este contexto, para dimensionar cómo se distribuía entre diferentes sectores: Estado, Mercado, Familias y Sector Comunitario (FAUR, 2014). Al respecto, es importante mencionar que la presencia estatal en el barrio ha sido inestable y escasa. Las instituciones pertenecientes al sistema de educación pública no alcanzaban a cubrir las necesidades de formación y cuidado de las niñas y el resto de los espacios disponibles mantenían ofertas de personal, servicios y horarios imprevisibles. No registramos en este barrio dispositivos privados de cuidado, que la población, a su vez, no podría pagar. Por tanto, la escasez y discontinuidad de los dispositivos estatales de cuidados implicaba directamente la recarga de tareas sobre las familias y dentro de ellas, sobre las mujeres de distintas generaciones.

Es importante señalar que en este barrio la mayor parte de las unidades domésticas estaban sostenidas por mujeres que asumían el cuidado en sus diversos sentidos: cuidado de niñas, de ancianas, del hogar, gestión de recursos y autocuidado. Como estrategia para poder gestionar los hogares y vender simultáneamente su fuerza de trabajo en el mercado, las mujeres adultas solían recurrir a redes intergeneracionales conformadas por madres, hermanas, hijas, vecinas y amigas.⁶

En los hogares que incluían la presencia de hombres adultos, se observó que los mismos se dedicaban sólo al trabajo asalariado, participando muy excepcionalmente de las tareas de cuidado. También era usual que su presencia dentro del hogar fuera intermitente, dado que sus empleos (mayormente construcción y logística) solían incluir prolongados períodos de trabajo fuera del barrio.

A través de las distintas entrevistas e instancias de observación participante, ha sido posible advertir que las perspectivas nativas sobre las relaciones sociales de género y cuidados en el Barrio Verde se cimentaban sobre una concepción naturalizada del sistema sexo-género (RUBIN, 1986). La mayor parte de las vecinas solían identificar las tareas de cuidado como un atributo biológicamente femenino, al tiempo que coincidían en no categorizarlas como “trabajo”, puesto que las consideraban parte de una lógica afectiva contrapuesta al intercambio monetarizado

5 Dentro de los paréntesis se indica la edad de los interlocutores que son mencionados a lo largo del texto.

6 Entre 2016 y 2021, gran parte de las mujeres trabajaba en condiciones informales. Asimismo, la mayoría de las familias recibían asistencia del estado nacional mediante: la Asignación Universal por Hijo (AUH); los programas *Argentina trabaja* o *Potenciar trabajo* vigentes en distintos períodos, y pensiones no contributivas, por vejez, por ser madre de 7 hijos o por invalidez (ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE SEGURIDAD SOCIAL, 2023).

(ZIBECCHI, 2014). Simultáneamente, ubicaban a los varones en un estamento superior dedicado a conseguir dinero en el mercado. Esto los relevaba de otras tareas, y también de la responsabilidad por sus acciones que, de diferentes modos, generaban daño (ausencias prolongadas del hogar, abandono de las niñas o ejercicio de violencia física y verbal).⁷

No obstante lo antedicho, resulta importante destacar que, si bien no se planteó de manera sistemática, fue posible registrar un malestar generalizado que las mujeres adultas manifestaban de distintas formas, desde quejas hasta padecimientos psicofísicos.

Ante un escenario en donde los cuidados se encontraban además de familiarizados, fuertemente feminizados, las iniciativas que morigeraban de algún modo esa tendencia – como el CCBV o, más intermitentemente, la iglesia – eran especialmente valoradas.

En otros trabajos hemos analizado más profundamente el rol que, hasta su cierre en 2020, ocupó el CCBV (MORANO, 2022a, 2022b). En términos generales, el espacio contrarrestaba la tendencia hacia la privatización de los cuidados (EPELE, 2010), ofreciendo la posibilidad de que tanto los modos de vivir el género, como las experiencias de desigualdad en términos de clase – e incluso de generación – se tornaran compartidas.

Habiéndonos adentrado en el Barrio Verde y sus relaciones de cuidado, pasaremos a continuación a presentar y analizar cómo participan las niñas de esa compleja trama.

Las niñas en las tramas de cuidado del Barrio Verde

En lo sucesivo expondremos algunas situaciones, en las que se pone de manifiesto la participación activa que las niñas del Barrio Verde tenían en las múltiples dimensiones que componen la órbita del cuidado.

Tal como hemos señalado antes, nos interesa poner de relieve la agencia infantil, sin aislarla de la densa trama social en que acontece (SZULC, 2019), en donde intervienen, como hemos visto, distintos sectores y agentes. En ese sentido, y en línea con la perspectiva relacional e interseccional a la que adscribimos, enfatizamos que los distintos modos de agencia que las niñas despliegan al cuidar se inscriben siempre en un escenario complejo, condicionado de modo diferencial en función de los posicionamientos de clase, género y generación.

a. Cuidando de sí

El Barrio Verde, como anticipamos, se encontraba fuertemente atravesado por una lógica binaria y heteronormativa que se replicaba en los modos en que las niñas habitaban los espacios del vecindario. En el proceso de generización del territorio barrial tenían una gravitación importante, tal como han destacado otras etnografías (JARAMILLO, 2016; LEAVY, 2019), los permisos diferenciales que los cuidadores adultos otorgaban a niños y niñas.

Mientras que los varones estaban, usualmente, habilitados para jugar en las calles o veredas, a las niñas se las restringía al espacio doméstico, actualizando así la idea de que cuidar significa guardar (VIANNA, 2010 apud HERNÁNDEZ, 2019). Sin embargo, ante esta tendencia a la reproducción de cánones sexogenéricos, también intervenían las agencias infantiles,

⁷ Mayormente las mujeres del barrio interpretaban tales acciones como producto de circunstancias externas: acciones de otras mujeres, exceso de trabajo o consumo de determinadas sustancias.

que muchas veces disputaban esos mandatos, y lograban imprimir algunas modificaciones. La historia de “la Trafic⁸ roba chicos”, nos permite explorar más de cerca esta dimensión en donde generaciones, géneros y modos de asumir los (auto)cuidados se entrelazan.

La historia de “la Trafic que roba chicos” fue contada por las niñas del Barrio Verde con gran euforia mientras jugábamos en el sector de las hamacas del CCBV. Ellas explicaron que muchas personas del barrio habían visto ese modelo de vehículo y que, por ese motivo, sus padres no las dejaban salir a jugar a cualquier hora. Según Milena (11) la Trafic que roba chicos “se lleva, sobre todo a las nenas, y no las devuelve nunca más”. Noelia (11), en una entrevista grupal amplió:

La Trafic roba chicos es una Trafic, común como la que me lleva a la escuela, pero esta no es esa, es otra de unos hombres que son como “degenerados” y eso pasa mucho acá, que no nos dejan andar solas porque te puede llevar la Trafic roba chicos, una vez a una nena le pasó, allá ¿Ves? Atrás de aquellos árboles que están por ahí (indica un lugar que está lejos, cruzando la calle, son como 100 m, pero se ve bien porque el terreno es descampado).

Imagen 1 – “El Centro comunitario y sus alrededores”



Fuente: Luisina Morano

En la mencionada entrevista grupal, las niñas también relataron que una de sus estrategias para poder salir igual era hacerlo en pequeños grupos. Ruth (8) explicó que si se organizaban de esa manera era más fácil conseguir los permisos de sus cuidadores adultos y ellas mismas se sentían más seguras. En contraparte, si bien en el caso de los niños no parecían existir condicionamientos generizados en relación al uso del espacio público, hemos registrado restricciones cifradas desde la pertenencia de clase y generación.

En este sentido, a partir de 2018, cuando se instaló un destacamento policial en el barrio, se intensificó la dinámica de control social, con lo cual, especialmente niños y jóvenes, pasaron a encontrarse permanentemente “bajo sospecha”. En esta coyuntura, los niños del barrio habían implementado una estrategia de autocuidado para poder entrar y salir del barrio sin mayores sobresaltos que consistía en vestirse permanentemente con guardapolvos blancos y mochilas escolares. Actuando ese rol estereotipado de “niño escolarizado”, lograron evitar frecuentemente los acosos sistemáticos de la policía.

8 Furgoneta mediana.

De este modo, es posible advertir que, tal como resaltan Leavy y Shabel (2022), el autocuidado llevado adelante por las niñas que pertenecen a sectores populares puede adquirir la forma de una construcción colectiva, donde se destaca la grupalidad como un modo de contrarrestar opresiones estructurales.

b. Niñas cuidando niñas

Otra de las formas de cuidado relevadas, que también ha sido ampliamente registrada en distintos grupos sociales y en diferentes momentos históricos (LEAVY, 2019; MEAD, 1961/1930; QUECHA, 2015; WEISNER; GALLIMORE, 1977), es aquella ejercida desde las niñas más grandes, hacia las menores. Ese es el caso de Laura (13) y Joel (5). Ella está a cargo del cuidado de su hermano menor durante casi todo el día, exceptuando los momentos en que ambos están en la escuela y el jardín de infantes, respectivamente. Las niñas viven con su mamá, pero ella trabaja la jornada completa limpiando casas fuera del barrio. El padre de las niñas les abandonó poco tiempo después del nacimiento de Joel. Mediante la siguiente nota de campo podemos observar aspectos capilares de la forma que toma esa relación cotidiana de cuidado entre elles.

Hoy estuvimos en el Centro Comunitario. La casona estaba cerrada, pero a las niñas no les preocupaba porque estaban entusiasmados con jugar en la canchita y las hamacas que están en el predio. Al llegar, los varones iniciaron un partido de fútbol. Las mujeres nos sentamos debajo del árbol de paltas. Algunas de las niñas pequeñas se quedaron bajo el árbol, otras se fueron a jugar a las hamacas. Había pasado aproximadamente media hora cuando apareció Manuel (8) que venía corriendo a buscar a Laura, que estaba sentada junto a mí. Se acercó y le dijo “Joel se golpeó contra el poste del arco”. Ella le preguntó si se había golpeado fuerte, Manuel respondió que no sabía, pero que Joel no paraba de llorar. Laura se levantó y se acercó a su hermano. Yo le pregunté alarmada si quería que fuese a buscar un botiquín. Laura me dijo que no, que primero había que mirarlo. Ella se acercó a la canchita de fútbol, caminando con total tranquilidad. Lo miró a Joel, le dijo algo que no alcancé a escuchar porque estaban lejos. Laura tocó la pierna supuestamente dolorida de Joel en varios puntos, y luego regresó a sentarse bajo el árbol como si nada hubiera pasado. Mientras tanto, Joel seguía llorando, aunque cada vez menos. Le pregunté qué había sucedido y me dijo: “Nahhh... Esto pasa todo el tiempo, no te tenés que asustar, a veces se hace el artista entonces hay que verlo, te tenés que fijar un poco, y ahí te das cuenta al toque si está actuando o si realmente se golpeó. Ahora es puro escándalo, no tiene nada”. Luego de unos 15 minutos Joel estaba jugando nuevamente al fútbol (Notas de campo de noviembre de 2021).

La segunda situación que seleccionamos para reflexionar sobre el rol activo de las niñas en el cuidado de niñas más pequeñas es el caso de María (11) y Paz (4). Ellas son primas y vivían juntas en una casa que pertenecía a su abuela – una señora viuda que rondaba los 80 años – y era habitada por mujeres de distintas generaciones. María no tenía contacto con su padre, aunque lleva su apellido. La madre de Paz estaba en pareja con el padre de Paz, pero éste no vivía con ellas porque trabajaba como camionero transportando productos agrícolas a Chile. Las madres de María y Paz, que son hermanas, trabajaban limpiando casas a tiempo completo en un barrio privado cerrado ubicado a unos 15 km de la ciudad. Paz pasaba mucho tiempo a cargo de su prima mayor (María) y ambas estaban a cargo de su abuela, a quien a la vez cuidaban pues tenía reducida su movilidad.

Las niñas, tal como señalamos antes, no tenían permiso de sus cuidadores para andar solas paseando por el barrio. No obstante, luego de varias gestiones logramos organizar una salida en bicicleta que cumplía las condiciones necesarias para que la abuela de María y Paz las dejara venir. Paz estaba explícitamente a cargo de María durante el paseo, una situación que se repetía puertas adentro del hogar. Las notas de campo que exponemos a continuación nos permiten explorar detalles muy sugerentes de la interacción entre las niñas:

María revisó muchas veces que su prima esté bien atada al asiento trasero de su bicicleta y comenzamos el paseo. Luego de unos minutos, María detuvo la marcha y me pidió que compre repelente para insectos. Me explicó que había muchos mosquitos y que le preocupaba que la piquen a Paz. Paramos, compramos el repelente, María embadurnó a Paz con el producto y seguimos. Luego del paseo, yo propuse hacer una merienda. María me preguntó si era posible comprar frutas para Paz. Me explicó que el médico le había indicado que no coma azúcar, y por eso no podía dejar que Paz consumiera golosinas. María tiene tres primos varones, mayores que ella, dos de los cuales estaban con nosotras en el paseo en bicicleta. Sin embargo, se asume casi naturalmente que el trabajo de cuidar es femenino y que, como explica Felipe (uno de los primos de Paz y María) si la madre de Paz no está, la que la cuida es María, porque “ella sabe cómo hacerlo” (Notas de campo de noviembre de 2021).

A partir de los casos presentados en este apartado, es posible esbozar un análisis que permite reflexionar sobre dos cuestiones, la primera pone de manifiesto la enorme relevancia que tiene la familiarización del cuidado (y específicamente el trabajo de cuidado que realizan las niñas), en tanto último eslabón de sostenimiento de la amplia cadena de interdependencias y transferencias que produce el capitalismo como sistema económico a escala global.

Al respecto, Fraser (2020) explica que las tareas de cuidado se van delegando desde los centros hasta las periferias y acaban por recargar los eslabones más débiles, que son aquellos que están situados en los márgenes. Así, las clases medias y altas de las metrópolis tercerizan cuidados que son brindados generalmente por mujeres migrantes, quienes a su vez trasladan sus propias tareas de cuidado a sus unidades domésticas de origen y en algunos casos a sus hijas (QUECHA REYNA, 2015). En el Sur Global la dinámica se agudiza, hasta llegar a segmentos como el Barrio Verde en donde, además de resultar imposible transferir las tareas de cuidados (porque no hay suficiente dinero como para pagar por ellos en el mercado y el Estado no provee lo necesario), predomina la idea de que son las mujeres quienes “naturalmente” deben hacerse cargo de este tipo de actividades, independientemente de su edad. En estos contextos, las tareas de cuidado son absorbidas por niñas como María y Laura y también por ancianas (como su abuela). De ese modo, las mujeres adultas pueden vender su propia capacidad de cuidado en el mercado y dedicar el tiempo restante a gestionar el hogar.

La segunda cuestión que resulta necesario problematizar es la persistente feminización de los cuidados. En este sentido, es relevante destacar que, en todos los casos que hemos analizado, son las mujeres quienes cuidan de otros e incluso sólo ellas son socialmente reconocidas como quienes “saben” hacerlo. Tal como han señalado los feminismos, esos saberes sobre los cuidados no tienen nada de natural o biológico y tampoco son “intuiciones” o formas azarosas de conducta (MEAD, 1961/1930; RUBIN, 1986). Sino que, por el contrario, y tal como demuestran los casos de Laura y María, se llega a adquirirlos mediante complejos procesos de aprendizaje que involucran distintos cálculos, asociaciones e inferencias que, en los casos analizados, comienzan a muy temprana edad.

En ese entrenamiento físico y mental que es necesario para cuidar se moldean los sentidos para realizar observaciones, que se usan luego para construir interpretaciones. Laura explicó parte de este proceso al poner de relieve que “hay que verlo” (al niño), “te tenés que fijar un poco” y en función de ese análisis (y de la experiencia acumulada previa) fue posible para ella inferir si su hermano “se está haciendo el artista” o si realmente necesitaba ayuda médica. Ella incluso tranquilizó a la antropóloga, y le explicó cómo cuidar. María por su parte también puso en juego esta compleja cadena de saberes y experiencias necesarias para cuidar. Ella tradujo la máxima abstracta que enunció el médico – “Paz no puede comer azúcar” – en prácticas concretas. Fue María quien se encargó de decodificar cuáles son los alimentos que podrían tener azúcar, evitar que Paz los ingiera y gestionar en consecuencia su reemplazo por otros.

Estos aprendizajes complejos, que luego se traducen en un saber sobre el cuidado de otros, se construyen en base a las propias capacidades de ensayo y error, producción de diagnósticos, análisis e interpretaciones que las niñas comienzan a construir desde pequeñas. No obstante, no se forjan individualmente ni de manera aislada, sino que se van construyendo colectivamente a través de una densa trama de intercambios que atraviesa las conversaciones y los juegos que las niñas llevan a cabo en sus vidas cotidianas. En el siguiente apartado, exploraremos con mayor densidad esta dimensión.

c. Niñas cuidando personas adultas enfermas o adictas

Uno de los juegos favoritos de las niñas que asistían al Centro Comunitario era “tomar el té en la casita”. La casita era, efectivamente, una pequeña casa de madera, donde podían ingresar varias personas. Una de las tardes en que yo daba vueltas por el patio del CCBV comenzó a llover, entonces Milena (11), Noelia (11) y Rocío (8) me invitaron a “la casita”. En ese contexto, le pregunté a Noelia lo mismo que le había preguntado días anteriores: ¿Qué tal tu día?, ¿Fuiste a la escuela?; ¿Vas a la iglesia el sábado? Noelia comenzó hablando sobre los fines de semana en la iglesia y trajo a la conversación un tema que evidentemente la tenía muy preocupada: el alcoholismo de su padre.

N: Mi mamá no está con nosotros, porque limpia casas y mi papá trabaja, en una gomería, pero la iglesia le hizo re bien.

L: ¿Por qué?

N: Porque él es un poco “borrachito”, bueno era... Ahora no toma más vino, pero toma coca cola sin gas...

(Entrevista grupal, abril de 2016)

Luego de este intercambio siguió hablando sobre las formas en que ella y su hermana Ana (13) estaban siempre atentas a lo que consumía su padre, se fijaban cómo llegaba, lo esperaban, lo olían, lo acompañaban a la parada del colectivo para que fuera su trabajo. Las niñas intercalaban el juego con esta conversación sobre sus tareas cotidianas de cuidado: las observaciones sobre el padre alcohólico, la recolección de víveres en la iglesia, el tema de la ropa que estaba por llegar al centro comunitario y cómo asegurarse un puesto para poder elegir las mejores prendas. Mientras, seguían jugando sus roles de madre e hijas y tomando el té.

Martín Palomo y Muñoz (2016, p. 216) proponen que “cada existencia es un nudo de una red compleja de relaciones de cuidado en la que cada una es cuidada y cuidadora según el momento o las circunstancias. Aceptar esta perspectiva supone revisar la noción idealizada de autonomía de cierto pensamiento liberal”. Este encadenamiento de posiciones transitorias se refleja

claramente en el caso de Noelia y Ana. Ellas cuidaban de su padre en un momento en que necesitaba atención casi permanente para poder superar su alcoholismo. En otro momento, él había cuidado de ellas (cuando eran más pequeñas) y además trabajaba para aportar ingresos monetarios al hogar familiar. Resulta interesante notar que, esas interdependencias incluían a otras personas que estaban más allá de la frontera de la unidad doméstica, en este caso, profesionales y voluntarias que participaban en el CCBV o en la iglesia y también a otras niñas y sus familias. Noelia y Ana incluían, de hecho, la situación de su padre dentro del juego y en ese proceso intercambian tips sobre gestión de cuidados con otras niñas. Así, como ha analizado Angela Nunes (2003) – a partir de su investigación con niñas Xavante –, los juegos infantiles se entrelazan con la vida cotidiana de la sociedad todo el tiempo, en tanto modo de producir y transmitir conocimientos.

Este caso además deja entrever que ni las personas adultas son completamente autónomas de forma permanente, ni las unidades domésticas funcionan como islas al margen de las redes de cuidado que se forjan en cada comunidad. No obstante, uno de los aspectos más relevantes para analizar, a partir del caso de Noelia y Ana, es la configuración generacional en los roles de receptores y proveedores de cuidado y la persistente dificultad que existe a nivel sociocultural en la arena pública, y en las instituciones estatales orientadas a las infancias, para poder ver esas formas de participación infantil y analizarlas en toda su complejidad.

d. Agencias infantiles en casos de violencia de género

Además de las situaciones antes señaladas, a lo largo del trabajo de campo emergieron otras formas de cuidado agenciadas por niñas que quisiéramos mencionar. Nos referimos puntualmente a distintas intervenciones que elles llevaron a cabo en situaciones de violencia de género al interior de sus hogares. En algunas de las situaciones registradas les niñas dieron aviso a la policía con el fin de hacer cesar situaciones de violencia física, en otros casos amenazaron a sus padres biológicos o parejas de sus madres con contar la situación de violencia que estaban viviendo en la escuela o en la sala de salud. También hemos registrado casos en que les niñas han construido redes con vecines adultos, a quienes recurren cada vez que se presenta una situación de violencia de género dentro de su hogar.

No abordaremos este tema en profundidad en este artículo puesto que entendemos que, dada su complejidad, amerita un análisis específico y exhaustivo. Sin embargo, nos interesa poner de manifiesto la existencia de este tipo de cuidados, en donde les niñas intervienen tomando medidas concretas que son vitales para limitar el daño ejercido por parte de varones adultos (padres biológicos o parejas) hacia sus madres *y que nos parece sugerente considerar en términos de “agencia”, ya que implican acciones con un relevante grado de incidencia en el mundo social.*

Resulta interesante señalar que, al entrecruzar la cuestión de los derechos de les niñas con el problema de la violencia de género, se actualizan debates sobre el modo en que es pensada la relación entre las mujeres y sus hijos (BURMAN, 2008).

Para el caso argentino, Llobet (2021) señala que, desde la lógica estatal, la agenda de derechos de les niñas y la relativa a violencia de género corren por carriles separados. Las intervenciones estatales tienden a sustraer la dimensión etaria al abordar las violencias contra las mujeres (pasa a un segundo plano la edad de la mujer abusada, por ejemplo).

Por su parte, desde las categorías que propone el sistema de protección integral de los derechos de niñas, niños y adolescentes, les niñas suelen ser ubicadas en la posición de meros testigos o “víctimas de maltrato”. No es nuestro propósito negar la gravedad de estas violencias, sino llamar la atención sobre la importancia de prestar atención a cómo les niñas actúan y qué dicen frente a esto, cuestiones que, desde las políticas públicas, suelen quedar invisibilizadas (LEAVY et al., n.p.).

Reflexiones finales

En este artículo hemos cuestionado una idea muy extendida en el sentido común hegemónico, el discurso jurídico sobre la infancia y algunas vertientes de los estudios académicos que supone al cuidado como una acción unilateral ejercida invariablemente por adultos hacia niñas.

Mediante el abordaje etnográfico de distintas situaciones que acontecen en un barrio pobre de una agrolocalidad media de la pampa húmeda argentina, hemos puesto en relieve que niños y niñas forman parte activa de extensas tramas sociales en donde ninguna posición es estática (MARTÍN PALOMO; MUÑOZ, 2016). Por ende, personas de distintas generaciones pueden situarse, en diferentes momentos de sus vidas, como productores o receptores de múltiples tipos de cuidados. En este sentido, hemos analizado situaciones en donde las niñas desarrollan estrategias para cuidar de sí mismas, de niñas más pequeñas, de personas adultas enfermas o adictas e incluso de sus madres en situaciones de violencia de género.

Además, hemos destacado que el trabajo de cuidado en los barrios pobres del sur global está cifrado sobre desigualdades y relaciones de poder que perduran, bajo nuevas formas, desde tiempos coloniales. En ese sentido, resaltamos que, ante la insuficiente inversión estatal y la vigencia de relaciones patriarcales, el cuidado se encuentra fuertemente familiarizado y feminizado. De este modo, la máxima que indica que “quienes menos tienen son quienes más cuidan” se aplica en el Barrio Verde de forma bastante lineal, pues son las mujeres, y específicamente las niñas, quienes se hacen cargo de esa actividad.

El trabajo que ellas realizan implica una fuerte inversión de tiempo y energía que no pueden ser utilizados para otras actividades, como jugar o estudiar, lo cual profundiza las desigualdades existentes. A su vez, casos como los que analizamos ponen de relieve que, para poder cuidar de otros, las niñas llevan adelante un activo proceso de producción de conocimientos y entrenamiento corporal. Ellas avezan los sentidos para realizar observaciones, formular hipótesis y hacer interpretaciones. Sin embargo, y dado que la tarea de cuidar es percibida desde la perspectiva nativa como un atributo biológico del género femenino, todo ese proceso de formación queda invisibilizado, posicionando a su vez al cuidado como una actividad devaluada tanto desde el punto de vista simbólico como económico.

En términos generales, los materiales que presentamos y analizamos dan cuenta de la significativa participación de las niñas en la vida social de su barrio, y evidencian por tanto algunas de sus formas de agencia social. Nuestra utilización del concepto de agencia nace, por un lado, de una valoración de su potencia para visibilizar las prácticas y perspectivas de las niñas. Por otro lado, nos parece sumamente importante no omitir las condiciones sociales, económicas y políticas estructurales que, de diversas formas, limitan su “margen de maniobra”, por lo cual enfatizamos la importancia de abordar las realidades de las niñas situándolas sociohistórica y culturalmente, en el marco de relaciones de poder intergeneracionales, interétnicas, de clase y de género (SZULC, 2019).

Tal como hemos señalado al inicio de este artículo, nuestro interés por los modos de agencia de las niñas dentro de las tramas de cuidado, en contextos de pobreza, proviene del contraste que advertimos entre nuestras experiencias etnográficas con niñas y las perspectivas hegemónicas que sobre ellas se construyen. En ese sentido, hemos identificado que opera una ceguera selectiva desde la perspectiva adulta dominante/hegemónica que sistemáticamente niega, negativiza o soslaya aquellas experiencias de infancia que no cuadran con el ideal jurídico del niño portador de derechos, ese “niño absoluto” merecedor de toda la libertad, el disfrute y el juego (FONSECA, 2021).

Nuestra aproximación etnográfica, focalizada en barrios pobres de un país empobrecido, nos obliga a reflexionar sobre las cotidianidades infantiles en toda su complejidad, ya que ninguna experiencia de niñez se ajusta exactamente a lo que la ley prevé, y lo mismo sucede con las experiencias de sus familias o comunidades. Pues si bien se viene pretendiendo universalizar el ideal de infancia de las clases medias y altas, lo cierto es que no se han universalizado las condiciones que permitirían el acceso de la mayor parte de las niñas latinoamericanas a esa experiencia de infancia (FONSECA; CARDARELLO, 1999).

Finalmente, y en el mismo sentido que Fonseca (2021), entendemos que el trabajo de la antropología no consiste en relevar situaciones sociales para ejercer luego una evaluación moral respecto del modo en que las distintas personas, familias y comunidades llevan adelante sus vidas. Por el contrario, nos ha interesado relevar las prácticas de cuidado que realizan niñas de una agrolocalidad media de la pampa húmeda argentina para poder contribuir a la complejización de los debates sobre las infancias y los cuidados, y aportar también al diseño e implementación de intervenciones que no se erijan sobre estereotipos, sino sobre estudios científicos sólidos y profundos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE SEGURIDAD SOCIAL. **Jubilaciones y Pensiones**.
Disponible en: <<https://www.anses.gob.ar/jubilaciones-y-pensiones>>. Acceso en: 15 feb. 2023.
- BATTHYÁNY, K. **Políticas del cuidado**. Buenos Aires: CLACSO; Ciudad de México: Casa Abierta al Tiempo, 2021.
- BURMAN, E. Beyond ‘Women vs. Children’ or ‘WomenandChildren’: Engendering Childhood and Reformulating Motherhood. **International Journal of Children’s Rights**, Leiden, v. 16, p. 177-194, 2008.
- CERRI, C.; ALAMILLO-MARTÍNEZ, L. La organización de los cuidados, más allá de la dicotomía entre esfera pública y esfera privada. **Gazeta de Antropología**, Granada, v. 28, n. 2, 2012.
- CASTRO, R. L. **Infancia y adolescencia en la cultura del consumo**. Buenos Aires: Lumen, 2001.
- CHRISTENSEN, P.; PROUT, A. Working with Ethical Symmetry in Social Research with Children. **Childhood**, Trondheim, v. 9, n. 4, p. 477-497, 2002.
- COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- COLANGELO, M. A. La mirada antropológica sobre la infancia: reflexiones y perspectivas de abordaje. **Serie Encuentros y Seminarios**. Ministerio de Educación de la Nación, 2003.
- DONOSO, C. Buscando las voces de los niños/as viviendo con VIH: aportes para una antropología de la infancia. **Primer Congreso Latinoamericano de Antropología**. Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 2005.
- EPELE, M. **Sujetar por la herida**: una etnografía sobre drogas, pobreza y salud. Ciudad de México: Paidós, 2010.
- FAUR, E. **El cuidado en el siglo XX**: mujeres malabaristas en una sociedad desigual. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2014.
- FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 83-122, 1999.
- FONSECA, C.; LEAVY, P.; SZULC, A. El abandono de la razón: la descolonización de los discursos sobre la infancia y la familia. **Sociedad e Infancias**, Madrid, v. 5, n. 2, p. 161-179, 2021.
- FOURNIER, M. Cuando lo que importa es la vida en común: intersecciones entre Economía Social, cuidados comunitarios y feminismo. In: SANCHÍS, N. (Org.). **El cuidado comunitario en tiempos de pandemia... y más allá**. Buenos Aires: Asociación Lola Mora, 2020. p. 22-39.
- FRASER, N. **Los talleres ocultos del capital**: un mapa para la izquierda. Madrid: Traficantes de sueños, 2020.
- GARCÍA PALACIOS, M.; HORN, A.; CASTORINA, A. Social practices, culture and children’s ideas. Convergence between anthropology and critical genetic psychology. **Studies in Psychology**, Estambul, v. 36, n. 2, p. 211-239, 2015.

GENTILE, M. F. Ser niña o niño y 'estar' en la calle. Género y sociabilidad. In: POJOMOVSKY, J. (Org.). **Cruzar la calle**. Tomo 2. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2008. p. 153-174.

GUBER, R. **La etnografía, campo y reflexividad**. Buenos Aires: Norma, 2004.

HECHT, A. C. **Todavía no se hallaron hablar en idioma**: procesos de socialización lingüística de los niños en el barrio toba de Derqui (Argentina). Múnich: Academic Publications, 2010.

HERNÁNDEZ, M. C. Experiencias de niñez en la pobreza. Una cartografía de cuidados. **Runa - archivo para las ciencias del hombre**, Buenos Aires, v. 40, n. 2, p. 93-111, 2019.

HERNÁNDEZ, M. C.; CHÁVEZ, M.; CINGOLANI, J. Espacios con edades: el barrio y la pobreza desde los niños y los jóvenes. In: CHAVES, M.; SEGURA, R. (Orgs.). **Hacerse un lugar**: circuitos y trayectorias juveniles en ámbitos urbanos. Buenos Aires: Biblos, 2015. p. 138-160.

JARAMILLO, J. «Andar todo el día»: construcciones de género de niños y niñas en espacios urbanos. **La Aljaba**. Segunda Época. Revista de Estudios de la Mujer, Santa Rosa, v. 20, p. 167-186, 2016.

JENKS, C. **Childhood**. Londres/Nueva York: Routledge, 1996.

KUNIN, J. R. Prácticas de cuidado, mujeres y agencia en el interior rural de Buenos Aires. **Periferia**, Barcelona, v. 23, n. 2, p. 12, 2018.

LARA, J. S. **Crianças que cuidam**: infância e cuidado no encontro com o outro. 2022. Tesis (Doctorado en Psicología) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

LEAVY, P. Entre las fincas y la escuelita bíblica... o policial. Un análisis etnográfico sobre el cuidado infantil en contextos rurales de Orán, Salta. **Runa - archivo para las ciencias del hombre**, Buenos Aires, v. 40, n. 2, p. 75-91, 2019.

LEAVY, P. et al. ¿De qué hablan los feminismos con los niños? Diálogos e interferencias entre dos campos de teorías y activismos. In: NIÑEZ PLURAL. **Niñez plural**: aportes y desafíos desde una mirada antropológica. Buenos Aires: Editorial El Colectivo. n.p.

LEAVY, P.; SHABEL, P. N. Child care and participation in the Global South: an anthropological study from squatter houses in Buenos Aires. **Third World Thematics: A TWQ Journal**, Londres, p. 1-16, 2022.

LEAVY, P.; SZULC, A. Cuidando a los niños y niñas, cuidando el territorio. Una mirada etnográfica sobre comunidades rurales mapuche y ava-guaraní en Argentina. **Indiana**, Instituto Ibero-americano en Berlín, v. 38, n. 1, p. 79-102, 2021.

LLOBET, V. Las regulaciones del cuidado y los derechos de niños y niñas. Un debate situado. In: CASTRO, R. L. (Org.). **Infâncias do sul global**: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 433-462.

MARTÍN PALOMO, M. T.; MUÑOZ TERRÓN, J. M. Interdependencias: una aproximación al mundo familiar del cuidado. **Argumentos**, Buenos Aires, v. 17, p. 212-237, 2016.

MEAD, M. **Growing up in New Guinea**. Nueva York: Mentor Books, 1961 (Original de 1930).

MILSTEIN, D. Etnografía con niños y niñas: oportunidades educativas para investigadores. **Espacios en Blanco**. Revista de Educación, Tandil, v. 25, p. 193-211, 2015.

MORAIS CAVALCANTE, M. **Os ciclos do cuidado:** Costurando olhares sobre a relação entre avós e netos. 2022. Tesis (Doctorado en Sociología) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

MORANO, L. Jugando a cuidar: niñez, género y prácticas lúdicas en barrios populares de agrolocalidades medias bonaerenses. **Revista Lúdicamente**, Buenos Aires, v. 11. n. 22, 2022a.

_____. **Niñez, género y cuidados:** una mirada etnográfica sobre agencias infantiles y espacios comunitarios en una ciudad media de la Provincia de Buenos Aires. 2022. Tesis (Maestría en Ciencias Sociales) – Universidad Nacional de General Sarmiento e Instituto de Estudios Económicos y Sociales, Los Polvorines, 2022b.

NIÑEZ PLURAL. Niñez, alteridad y cuidado: reflexiones para un campo en construcción. **Revista DESIDADES** - Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude, Rio de Janeiro, n. 25, 2019.

NUNES, A. **Brincando de ser criança:** contribuições da etnología brasileira à antropología da infância. 2003. Tesis (Doctorado en Antropología) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PARODI, C. **Entre la calle y el ajuste:** Experiencias de vida en calle de pibes y pibas en el centro urbano del municipio de Morón, Provincia de Buenos Aires, entre 2015 y 2019. 2021. Tesis (Licenciatura en Antropología) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2021.

PAUTASSI, L.; ZIBECCHI, C. **Las fronteras del cuidado:** agenda, derechos e infraestructura. Buenos Aires: Biblos, 2013.

PIRES, F. **Quem tem medo de mal-assombro?** Religião e Infância no semi-árido nordestino. 2007. Tesis (Doctorado en Antropología) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

QUECHA REYNA, C. Niñas cuidadoras en contextos migratorios: El caso de las poblaciones afrodescendientes en la Costa Chica de Oaxaca. **Cuicuilco**, Ciudad de México, v. 22, n. 64, p. 155-175, 2015.

RUBIN, G. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. **Nueva Antropología**, Ciudad de México, v. 8, n. 30, p. 95-145, 1986.

SANTILLÁN, L. La crianza y la educación infantil como cuestión social, política y cotidiana: una etnografía en barrios populares de Gran Buenos Aires. **Anthropologica**, Lima, v. 27, p. 47-73, 2009.

SZULC, A. La antropología frente a los niños: De la omisión a las culturas infantiles”. **VII Congreso Argentino de Antropología Social**. Universidad Nacional de Córdoba, Villa Giardino, 2004.

_____. Más allá de la agencia y las culturas infantiles. Reflexiones a partir de una investigación etnográfica con niños y niñas mapuche. **Runa** - archivo para las ciencias del hombre, Buenos Aires, v. 40, n. 1, p. 53-64, 2019.

SZULC, A.; COHN, C. Anthropology and Childhood in South America: Perspectives from Brazil and Argentina. **AnthropoChildren**, Lieja, n. 1, p. 1-17, 2012.

- SZULC, A. et al. La investigación etnográfica sobre y con niños y niñas. Una mirada desde la antropología". **XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009.
- TRONTO, J. C. An ethic of care. **Generations**, San Francisco, v. 22, n. 3, p. 15-20, 1998.
- WEISNER, T. S.; GALLIMORE, R. G. My brother's keeper: Child and sibling caretaking [and comments and reply]. **Current anthropology**, Chicago, v. 18, n. 2, p. 169-190, 1977.
- ZELIZER, V. **La negociación de la intimidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- ZIBECCHI, C. Entre el trabajo y el amor, el cuidado de los niños en contextos de pobreza: el caso de las mujeres cuidadoras en el ámbito comunitario. **Estudios Sociológicos**, Ciudad de México, v. 32, n. 95, p. 385-411, 2014.

RESUMEN

En el sentido común hegemónico y en muchas políticas públicas frecuentemente se piensa a los niños como receptores del cuidado que realizan personas adultas emparentadas o agentes institucionales. En este artículo, nos proponemos problematizar algunos presupuestos estereotipados sobre la infancia, las relaciones intergeneracionales y la agencia infantil, a partir de una aproximación etnográfica a las prácticas sociales concretas de niños y niñas de un barrio popular en una agrolocalidad media de la pampa húmeda argentina, que cuidan activamente de sí, de otras niñas y de personas adultas. El trabajo evidencia el rol protagónico de las niñas y cómo construyen redes de apoyo, estrategias colectivas y múltiples conocimientos, revelando su capacidad de agencia social, aún en las difíciles condiciones en que viven. Apuntamos así a revisar los desfasajes que existen entre el ideal normativo de infancia y las experiencias de los niños de carne y hueso en contextos concretos.

Palabras clave:

infancia, cuidados, etnografía, agrolocalidades medias.

Crianças que cuidam de si e dos outros em uma agrolocalidade média do pampa úmido argentino: uma abordagem antropológica

RESUMO

No senso comum hegemônico e em muitas políticas públicas, a criança é muitas vezes pensada como receptora de cuidados realizados por familiares adultos ou agentes institucionais. Neste artigo, pretendemos problematizar alguns pressupostos estereotipados sobre infância, relações intergeracionais e agência infantil, a partir de uma abordagem etnográfica das práticas sociais específicas de meninos e meninas de um bairro popular em uma agrolocalidade média do pampa úmido argentino, que cuidamativamente de si, de outras crianças e adultos. O trabalho evidencia o protagonismo das meninas e como elas constroem redes de apoio, estratégias coletivas e múltiplos saberes, evidenciando sua capacidade de agência social, mesmo nas difíceis condições em que vivem. Assim, objetivamos rever as lacunas existentes entre o ideal normativo da infância e as vivências das crianças de carne e osso em contextos específicos.

Palavras-chave:

infância, cuidados, etnografia, agrolocalidades médias.

Children who take care of themselves and others in a medium agrolocality of the Argentine humid pampas: An anthropological approach

ABSTRACT

In hegemonic common sense and in many public policies, children are often thought of as recipients of care carried out by adult relatives or institutional agents. In this article, we intend to problematize some stereotyped assumptions about childhood, intergenerational relationships and children's agency, based on an ethnographic approach to the specific social practices of boys and girls from a popular neighborhood in a medium-sized agrolocality of the Argentine humid pampas, who actively care for themselves, other children and adults. The work evidences the leading role of girls and how they build support networks, collective strategies and multiple knowledge, evidencing their capacity for social agency, even in the difficult conditions in which they live. Thus, we aim to review the gaps that exist between the normative ideal of childhood and the experiences of flesh and blood children in specific contexts.

Keywords:

childhood, care, ethnography, medium-sized agrolocality.

FECHA DE RECEPCIÓN: 02/10/2022

FECHA DE APROBACIÓN: 25/02/2023



Luisina Morano

Profesora en Ciencias Antropológicas de la Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina. Magíster en Ciencias Sociales por la Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS), Argentina. Becaria doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas, Argentina. Doctoranda en la Universidad Nacional de General Sarmiento.

E-mail: luisinamorano@gmail.com



Andrea Szulc

Doctora en Antropología por la Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina. Investigadora Independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, en el Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Directora del Equipo Niñez Plural.

E-mail: andrea.szulc@gmail.com



Niñez, trabajo doméstico y de cuidados: una aproximación cuantitativa en sectores urbanos de Argentina

María Eugenia Rausky

Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Departamento de Sociología, La Plata, Argentina

<https://orcid.org/0000-0002-3993-149X>

María Laura Peiró

Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Argentina

<https://orcid.org/0000-0003-0819-2249>

Introducción

A partir de un estudio basado en una estrategia metodológica cuantitativa, este artículo propone caracterizar el trabajo doméstico y de cuidados que llevan adelante niños y niñas de sectores urbanos de Argentina en el seno de sus propios hogares. Nos preguntamos por los tipos de participación que se ponen en juego, es decir, en qué actividades participan, y las diferencias que se producen en función de los grupos de edad, el género y la clase social. Entendemos que al circunscribir estas inquietudes al escenario argentino contemporáneo podremos visualizar aquellas diferencias que aparecen en la organización de los hogares tomando en consideración ejes analíticos claves para comprender la producción y reproducción de las desigualdades sociales en ámbitos urbanos.

El estudio del trabajo doméstico y de cuidados reconoce una significativa trayectoria en las ciencias sociales. Desde los años 70 los estudios feministas produjeron un gran acervo de investigaciones en los que se llamó la atención sobre la necesidad de contemplar una visión amplia del mundo del trabajo, que visibilice la relación que existe entre cómo se organiza el trabajo de producción que tiene valor económico en el mercado y cómo lo hace el trabajo de reproducción cotidiana. Tales estudios revelaron – entre otras cosas – las implicancias que tiene la división sexual del trabajo en tanto mecanismo reproductor de desigualdades (BATHIANY, 2015; LAMAS, 2018; RODRIGUEZ ENRIQUEZ, 2019), al tiempo que contribuyeron a desnaturalizar el aporte de las mujeres al trabajo en el hogar. Al hacerlo, pusieron de relieve las desigualdades de género y de clase, ya que el modo en que se distribuye dicho trabajo no puede pensarse de manera independiente del grado de desigualdad de ingresos y de los niveles de pobreza (ESQUIVEL, 2012).

En el caso argentino, una buena parte de la literatura sociológica especializada enfatizó en el papel de las mujeres adultas como proveedoras de los cuidados en ámbitos domésticos y comunitarios. Al hacerlo, se puso el foco en los cuidados de personas dependientes como los niños y niñas (ESQUIVEL; FAUR; JELIN, 2012; FAUR, 2014; ZIBECCHI, 2014), que fueron concebidos casi exclusivamente como sujetos receptores de cuidados. Así, la asimetría indiscutible entre la población adulta y la infantil pareció justificar que el cuidado se abordara en un único sentido (REMORINI; LAPLACETTE, 2020).

Si bien la población infantil participó desde épocas muy remotas en procesos de reproducción familiar (ARIÈS, 1987/1960), los estudios sobre infancias trajeron consigo diversos retos para pensar dicha participación. En efecto, como oportunamente señaló Levinson (2007) muchos de los argumentos empleados por la economía feminista acerca del trabajo reproductivo pueden aplicarse para pensar las contribuciones de niños y niñas al hogar. Pese a que, desde los estudios sobre infancias “no se produjo un conjunto distintivo de teorías de cuidado comparables a las que se hicieron desde la ética del cuidado feminista” (CRIVELLO; ESPINOZA REVOLLO, 2018, p. 143), sino se desarrollaron aportes que proporcionan claves analíticas y evidencias empíricas capaces de revelar ciertos rasgos y matices del fenómeno.

En definitiva, la consideración que dichas investigaciones realizan sobre la dimensión etaria permitió poner en juego el carácter multidimensional del cuidado y la complejidad de su interpretación, al incorporar sujetos socialmente invisibilizados en su agencia (CHÁVEZ IBARRA; VERGARA DEL SOLAR, 2017). Pensar la agencia infantil implica tomar en consideración que niños y niñas pueden realizar una serie compleja y variada de tareas, así como también regular su propia acción y su intercambio con la naturaleza y con otros. La agencia infantil enmarcada desde las cuestiones ligadas al trabajo y el cuidado encierran el impulso de las prácticas infantiles que no siempre son emancipatorias, por demandar otros cursos en relaciones estructurales de desigualdad (FRASCO ZUKER; FAYYASS; LLOBET, 2021).

El presente artículo abona a dicho campo y tiene como objetivo analizar el modo en que los niños y las niñas despliegan un conjunto de prácticas capaces de revelar matices que desafían las representaciones hegemónicas sobre la infancia, el trabajo doméstico y de cuidados. La exposición se organiza en cuatro secciones aparte de esta introducción. La primera sección sintetiza algunos de los aportes realizados por las investigaciones sobre participación infantil en el trabajo doméstico y de cuidados. La segunda justifica y presenta la propuesta metodológica. La tercera se aboca al análisis del caso de estudio. Por último, se presentan las conclusiones.

Niñez, trabajo doméstico y de cuidados: síntesis de algunas discusiones

Las producciones inscriptas en el campo de estudios sociales sobre infancias fueron profundizando su interés por conocer los modos y tipos de participación de niños y niñas en el trabajo doméstico y de cuidados no remunerados en el seno de su propio hogar. En efecto, la pregunta por el involucramiento de los niños y niñas en dichas actividades se inscribe tanto en indagaciones llevadas a cabo en países del Norte como del Sur Global. Muchos de estos estudios presentan una creciente demanda por incluir en el debate el modo en que la alteridad y las diversas experiencias de niñez inciden en tales procesos (NIÑEZ PLURAL, 2019).

Un impulsor de estos trabajos ha sido Becker (2007), quien planteó la necesidad de establecer una tipología de niños y niñas que asumen la tarea de cuidar a diferentes miembros de sus familias sin recibir retribución monetaria, de modo que se pueda esclarecer el modo en que se ven implicados en tales actividades. Desde ese lugar, ofreció una aproximación a través de un continuum donde las diferencias se establecen en función del alcance de su cuidado, su naturaleza y el tiempo involucrado, resultando en diferentes niveles de participación.

Además de establecer la importancia de precisar las diferencias que existen en la intensidad de las dedicaciones a estas actividades, algunos estudios indagan la participación infantil en ciertas actividades domésticas y de cuidados específicas: planchar, hacer compras, cocinar, ordenar, limpiar, atender y cuidar a miembros de la familia como hermanos y/o abuelos, prestando especial atención a la división de tareas según las condiciones socioeconómicas de los hogares, el género, el orden de nacimiento de los hijos, entre otros factores. Estos trabajos desarrollan sus análisis con base en indagaciones cualitativas o etnográficas (CHÁVEZ IBARRA; VERGARA DEL SOLAR, 2017; EVANS, 2011; WARREN, 2007) capaces de revelar el sentido que los propios niños y niñas les asignan a tales experiencias; o bien a partir de aproximaciones basadas en métodos mixtos (CRIVELLO; ESPINOZA REVOLLO, 2018).

En el caso específico de las indagaciones cuantitativas, se apunta a caracterizar y dimensionar el fenómeno a partir de una vía directa como lo es el procesamiento de datos de encuestas a hogares o dirigidas a población infantil (NILSEN; WAERDHAL, 2015; PÉREZ GARCÍA, 2013) o bien indirecta, a partir del procesamiento de encuestas destinadas a identificar cómo los niños y niñas utilizan y distribuyen su tiempo, contemplando diversos indicadores de trabajo doméstico y de cuidados (GRACIA et al., 2022; REES, 2017). Todas estas investigaciones dan cuenta del modo en que – con matices – los niños y niñas participan de actividades esenciales para la reproducción cotidiana.

Si los estudios mencionados indagan en aquellas actividades que comúnmente cuadran bajo la figura del trabajo doméstico y de cuidados, otros exploran formas de participación menos tematizadas. Entre ellas, la situación de niños y niñas que proveen cuidado a padres con problemas de salud mental severos en Reino Unido (ALDRIGE, 2008); El caso de los niños y niñas “cabeza del hogar” (EVANS, 2011; HALEY; BRADBURY, 2015), problemática extendida en países de África Subsahariana donde la epidemia del HIV dejó a muchísimos hogares sin figuras

adultas proveedoras de cuidados y generó cambios significativos en el modo en que en las comunidades estudiadas se percibe a la niñez; O bien investigaciones que ponen en valor el trabajo de niños y niñas como mediadores lingüísticos (BAUER, 2016; LANUZA; BANDELJ, 2015; ZELIZER, 2009/2005).

En el caso argentino, en los últimos años se desarrollaron estudios que dan cuenta de las múltiples expresiones que adquiere el trabajo doméstico y de cuidado que involucran a niños y niñas. A excepción de algunas pocas investigaciones con perspectiva cuantitativa, entre la que destacamos el análisis de los datos relevados a partir de la Encuesta de Actividades de Niños, Niñas y Adolescentes (INDEC, 2018) y el análisis de la Encuesta Nacional sobre Estructura Social Argentina (ENES-PISAC) para el total país y comparando regiones (TUÑON, 2018), la mayor parte de estas aproximaciones se llevó a cabo desde enfoques etnográficos.

Algunos estudios se centraron en las prácticas de cuidado desarrolladas en contextos rurales e indígenas en donde se destaca que lo doméstico no se restringe al espacio físico de la vivienda; que los niños y niñas se desenvuelven con una significativa autonomía y que la organización de las rutinas de trabajo cotidiano se encuentra generizada (LEAVY; SZULC, 2021; PADAWER, 2018; REMORINI; LAPLACETTE, 2020; TARUSELLI; CANTORE, 2021). Otras investigaciones indagaron sobre estas experiencias en contextos urbanos o semi-urbanos en condiciones de desigualdad (FRASCO ZUKER, 2019; HERNÁNDEZ, 2019; LEAVY; SHABEL, 2022).

En términos generales, su aporte radica en que recuperan el punto de vista infantil y se distancian de aquellas miradas que sostienen el modelo hegemónico de cuidado – adultocéntrico y asociado a prácticas de sectores medios/altos urbanos – mostrando sus múltiples expresiones a la luz de las miradas específicas que en los territorios estudiados se edifican alrededor de la niñez, el género, el curso de vida, el parentesco y los lazos sociales.

En síntesis, las investigaciones reseñadas procuran reconocer el conjunto de actividades en que se involucran las infancias y, al hacerlo, las politizan. Al mismo tiempo cuestionan supuestos e ideas ampliamente extendidas como aquellas que conjeturan que, por ser dependientes, los niños y niñas no son capaces de proporcionar apoyo, cuidado y asistencia en el hogar.

Perspectiva metodológica

De acuerdo con los objetivos planteados, la perspectiva metodológica que orienta el análisis es cuantitativa y utiliza la base de datos de la Encuesta Nacional sobre Estructura Social (ENES-PISAC)¹, conducida entre 2014-2015, cuyo diseño muestral se focalizó en población urbana. La encuesta se basó en una muestra probabilística, estratificada y polietápica de viviendas particulares y fue respondida por el principal sostén del hogar o su cónyuge. Si bien no está orientada exclusivamente a indagar sobre esta temática, incluyó en su formulario preguntas destinadas a captar la realización de trabajo doméstico por todos los miembros del hogar de 5 años y más, así como un pequeño bloque orientado a relevar trabajo extra-doméstico realizado por la población infantil de 5 a 17 años.

¹ La ENES fue llevada adelante por el Programa de Investigación sobre la Sociedad Argentina Contemporánea (PISAC), iniciativa conjunta del Consejo de Decanos de Facultades de Ciencias Sociales y Humanas de la Argentina y del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación de la Nación. Este Programa llevó adelante una serie de encuestas nacionales con el objetivo de conocer estructuralmente la heterogeneidad de la sociedad argentina contemporánea en sus múltiples manifestaciones y transferir los resultados a órganos competentes en el diseño e implementación de políticas públicas.

A fines de no complejizar el análisis incorporando las diferencias regionales, decidimos trabajar con un solo dominio urbano – el más grande – que permite recortar la ENES: la Región Gran Buenos Aires (GBA)².

Tomando en cuenta las posibilidades que ofrecen los indicadores de la ENES, y sin desconocer la complejidad del fenómeno que se busca caracterizar – el cual presenta diferentes problemas del orden teórico-conceptual y metodológico-técnico –, partimos de definiciones conceptuales y operativas que precisaremos a continuación.

En lo que respecta a las diversas aproximaciones posibles a las clases sociales, partimos de una concepción relacional en donde entendemos que las clases son relaciones de desigualdad permanentes, que se expresan en las condiciones de vida de los hogares. Aquí se consideró la clasificación de clases incluida en la ENES que se construyó a partir de la condición socio-ocupacional del principal sostén del hogar (PSH), basada en la clasificación desarrollada por Torrado (1994). Decidimos utilizar esta propuesta ya que ha sido aplicada en diferentes estudios sobre la estructura social Argentina, privilegiando así las posibilidades de comparación. Se trata de un índice tipológico que combina las categorías de cinco indicadores del módulo sobre trabajo: (i) la categoría ocupacional – patrón, cuenta propia, asalariado, trabajador familiar; (ii) el sector de la actividad en que se desempeña – público o privado; (iii) el tamaño del establecimiento – se toma como un proxy del nivel de productividad de la actividad económica, distinguiendo establecimientos de hasta cinco ocupados y de más de cinco ocupados; (iv) el tipo de ocupación – siguiendo el Clasificador Nacional de Ocupaciones del INDEC; y (v) la calificación de la tarea – profesional, técnica, operativa o no calificada. De la combinación de estos indicadores se obtienen 11 categorías socio-ocupacionales³ y, a partir de su reagrupamiento, es posible distinguir tres clases sociales: alta, media y obrera.

Finalmente se considera la clase social del PSH como indicador de la clase social del hogar y de sus integrantes. Si bien al interior de cada clase se presentan heterogeneidades, a los fines del análisis comparado entre clases, y debido a las limitaciones de la muestra al trabajar con un subgrupo etario, adoptamos el agrupamiento en los tres grandes grupos de clase.

En el caso del trabajo doméstico y de cuidados consideramos que el último es un componente del primero y refiere a las actividades que se realizan para proporcionar bienestar material y emocional a otros sujetos. El trabajo doméstico es definido como el conjunto de actividades destinadas a la manutención del hogar y de las personas, que está condicionado tanto por los requerimientos del hogar como por los ingresos.

El trabajo doméstico y de cuidados no remunerado es “trabajo” porque su realización tiene un costo desde el punto de vista del tiempo y la energía; es “doméstico” porque se realiza fuera de la esfera mercantil y emerge de obligaciones sociales o contractuales, como el matrimonio u otras relaciones sociales; es de “cuidados” porque contribuye al bienestar de las personas; y es “no remunerado” porque no recibe un pago a cambio. Abarca el trabajo doméstico no pagado para el propio

² Esta Región, que incluye a la Ciudad Autónoma de Buenos Aires – capital del país – y a 24 partidos del Gran Buenos Aires – área urbana provincial circundante y contigua a la Capital Federal –, representa aproximadamente un tercio de la población urbana nacional.

³ Las 11 categorías socio-ocupacionales que se agrupan para conformar cada clase son: Clase Alta: 1. Directores de empresas. Clase Media: 2. Profesionales en función específica; 3. Propietarios de pequeñas empresas; 4. Cuadros técnicos y asimilados; 5. Pequeños productores autónomos; 6. Empleados administrativos y vendedores. Clase Obrera: 7. Trabajadores especializados autónomos; 8. Obreros calificados; 9. Obreros no calificados; 10. Peones autónomos; 11. Empleados domésticos.

hogar, y los servicios a la comunidad y ayudas no pagas a otros hogares – todas actividades que sostienen la vida cotidiana y las relaciones familiares y sociales, y que se realizan en los hogares y en la comunidad sin que se obtenga por ellas una retribución monetaria (ESQUIVEL, 2012, p. 31).

Aquí lo circunscribimos a aquellas prácticas que incluyen la preparación de alimentos; lavado, limpieza y mantenimiento de la vivienda; el cuidado y atención de otros miembros de la familia; el mantenimiento y reparación de bienes del hogar y trabajos de mejora de viviendas, entre otros.

En cuanto a la aproximación al género, al utilizar encuestas oficiales previas a los últimos cinco años nos encontramos con una limitación para trabajar las diferenciaciones y desigualdades de género, ya que solo se relevaba la variable sexo y con clasificaciones, en general, binarias. En el caso de la ENES, la variable relevada se denominó “sexo” e incluyó las categorías “varón”, “mujer” y “otro”. Sin embargo, sólo se registraron dentro de la categoría “otro” el 0.02% de los adultos, y ninguno pertenecía al recorte territorial considerado en este trabajo. Por ello, en nuestros análisis, las segmentaciones se realizan utilizando las categorías “varón”/“mujer” y las consideramos como una aproximación – limitada – a la diferenciación de género.

Previo a la presentación de los datos realizamos una aclaración teórico-metodológica adicional: los factores que inciden en la configuración de la distribución del trabajo doméstico y de cuidados son múltiples, como también sus consecuencias. El género, la pertenencia de clase y la edad son centrales, pero también estos factores interactúan con otros. Por ejemplo, la composición de los hogares, las circunstancias cambiantes del hogar, la falta de opciones y alternativas institucionales – públicas y privadas –, entre otros, delimitan y configuran el modo en que participan en estas actividades. Otro aspecto de interés es la relación entre la realización de actividades domésticas y de cuidado y su influencia en las trayectorias escolares de los niños y niñas. Si bien reconocemos el peso analítico de estos otros elementos, debido a las limitaciones muestrales de la encuesta, los resultados específicos de la segmentación por estas variables no nos permitieron establecer un análisis estadísticamente significativo, por ello decidimos no tomarlos en cuenta.

El trabajo en el hogar: participación en actividades según género, edad y clase social en el Gran Buenos Aires

A modo de contextualización, cabe señalar algunas de las características generales de la Región Gran Buenos Aires, área territorial de gran importancia poblacional y liderazgo socioeconómico en el país.

Según datos de la ENES, la región presenta una significativa tasa de asalarización de su fuerza de trabajo (74.3%), con una importante presencia de hogares asalariados profesionales y técnicos. Al mismo tiempo, exhibe una heterogeneidad social interna de importancia entre la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) y el Conurbano bonaerense, con una ocupación socialmente diferenciada del territorio, en donde: a) los trabajadores se asentaron en zonas suburbanas y las clases medias en áreas centrales del aglomerado, aunque en los últimos años se registró una tendencia a movimientos residenciales suburbanos por parte de clases medias y altas; b) en la CABA hay una presencia relativa mucho mayor de hogares de clase alta. En contraste, el Conurbano muestra una estructura de mayor presencia de la clase obrera en general, pero sobre todo de su estrato informal, así como de los más desventajados de la clase media (MACEIRA, 2018).

En concordancia con los parámetros poblacionales del país que se estiman a partir de las encuestas oficiales, los datos de la ENES muestran que los grupos de edad que analizaremos aquí se estructuran en clases del modo en que se presenta en la Tabla 1.

Tabla 1 – Niños/as, adolescentes y adultos según grupos de edad analizados y condición de clase del hogar de pertenencia

	Región GBA			Total país		
	5 a 13 años	14 a 17 años	Adultos (18 a 65 años)	5 a 13 años	14 a 17 años	Adultos (18 a 65 años)
Clase obrera	65,3%	61,5%	53,4%	64,8%	62,1%	55,5%
Clase media	29,7%	36,2%	41,3%	29,2%	33,0%	38,0%
Clase alta	0,6%	0,1%	1,0%	0,5%	0,6%	0,9%
Sin especificar (información insuficiente)	4,3%	2,1%	4,4%	5,6%	4,3%	5,6%
Valor de N	1592558	694401	7533647	5635766	2605838	22558481
	9820606			30800085		

Fuente: Elaboración propia con base en la ENES-PISAC, 2014-2015

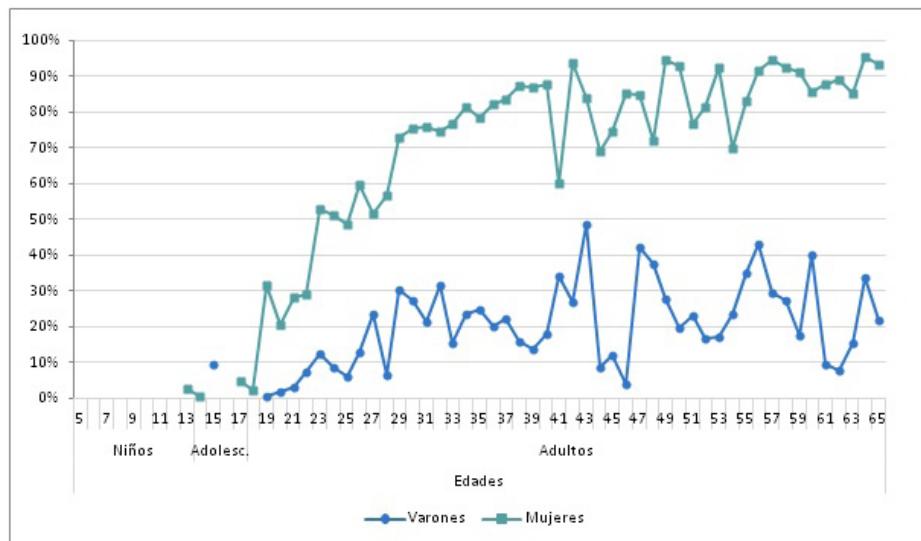
El análisis del aporte doméstico de los niños y niñas requiere tomar en consideración su participación relativa respecto de los adultos y las desigualdades que se generan en función de la condición de género y la clase social. En primer término, examinaremos algunas dimensiones teniendo en cuenta las desigualdades entre niños, niñas y adultos⁴; luego focalizaremos específicamente en la población infantil, comparando – cuando fuera posible – entre aquello/ as de 5 a 13 años y de 14 a 17 años. Cabe tomar en cuenta que, dentro de la Región GBA, los niños y niñas de 5 a 13 años constituyen el 13,1% de la población total, los de 14 a 17 años el 5,7%, mientras que los adultos de 18 a 65 años representan el 61,9%, siendo similares las proporciones de varones y mujeres dentro de cada tramo etario⁵.

Para comenzar la indagación sobre la participación doméstica de los distintos grupos, uno de los indicadores más significativos con que contamos refiere al integrante del hogar que esté a cargo de la mayor parte de las tareas de la casa. Como se observa en el Gráfico 1, los datos muestran que existe una importante brecha entre varones y mujeres, que comienza y se ensancha rápidamente entre los jóvenes y se mantiene amplia entre los adultos, mostrando que son en su mayoría las mujeres adultas las que llevan a cabo el grueso del trabajo doméstico.

4 Los niños y las niñas de 0 a 4 años se excluyen del análisis debido a que por las habilidades propias de su edad no se los considera en las preguntas específicas sobre actividades domésticas de la ENES, que se aplican a partir de los 5 años, tal como hemos mencionado previamente. Por otra parte, para tener una comparación más clara con el grupo de los adultos hemos decidido excluir también a los mayores de 65 años, con el fin de evitar posibles distorsiones en los porcentajes de participación de los adultos mayores debidos a potenciales imposibilidades físicas y/o psicológicas asociadas a la edad.

5 Si bien hemos tomado el dominio de estimación más numeroso de la ENES – la Región GBA – el nivel de desagregación con el que trabajamos debido al recorte etario, de género y de clase puede llevar a que algunas estimaciones posean errores de muestreo altos. Por esta razón, se toma este análisis como un ejercicio de aproximación al tema y se consideran sus resultados en la medida en que son convergentes con otros resultados conocidos o como indicios de hipótesis teóricas a corroborar.

Gráfico 1 – Porcentaje de mujeres y varones a cargo de la mayor parte de las tareas del hogar según edad (Región GBA)



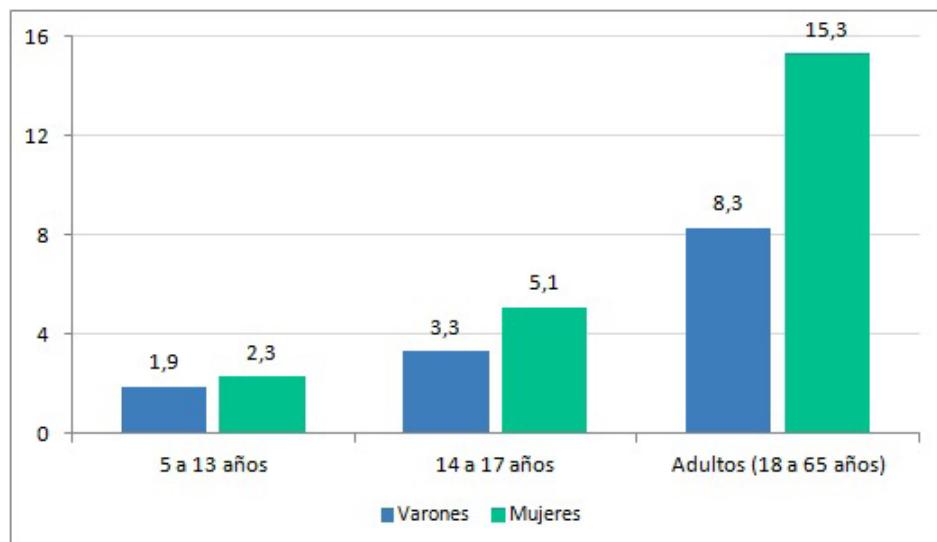
Fuente: Elaboración propia con base en la ENES-PISAC, 2014-2015

Las responsabilidades frente a las tareas del hogar se encuentran muy desigualmente distribuidas entre varones y mujeres y, si bien se dan pocos casos de niños y niñas a cargo de la mayor parte de estas tareas, los porcentajes son mayores para las mujeres.

El otro indicador significativo que brinda la ENES es la cantidad de horas semanales dedicadas por cada integrante del hogar a la realización de trabajo doméstico. Si bien resulta difícil captar con precisión este dato a través de una sola pregunta en el cuestionario – debido a la complejidad de estimar de forma global en el momento de la encuesta el tiempo realmente invertido por cada uno en todas las tareas a lo largo de 7 días –, la información relevada permite tener una aproximación a la participación diferencial de los distintos miembros del hogar. A partir de este indicador calculamos los promedios de horas dedicadas por distintos subgrupos y los porcentajes de niños y niñas que realizan trabajo doméstico de manera intensiva.

Respecto de los promedios de horas semanales, en el Gráfico 2 se puede observar que, aunque menor que la de los adultos, los niños y niñas dedican una importante cantidad de tiempo a la realización de tareas domésticas y el promedio de horas se incrementa a medida que aumenta la edad.

Gráfico 2 – Niños, niñas, adolescentes y adultos según promedio de horas semanales dedicadas a las actividades domésticas y género (Región GBA)



Fuente: Elaboración propia con base en la ENES-PISAC, 2014-2015

Asimismo, se visualiza claramente que la brecha entre varones y mujeres se amplía con la edad: los promedios son muy similares entre niños y niñas, comienzan a alejarse entre mujeres y varones adolescentes y se distancian significativamente en la adultez, llegando las mujeres casi a duplicar el promedio de horas que dedican los hombres.

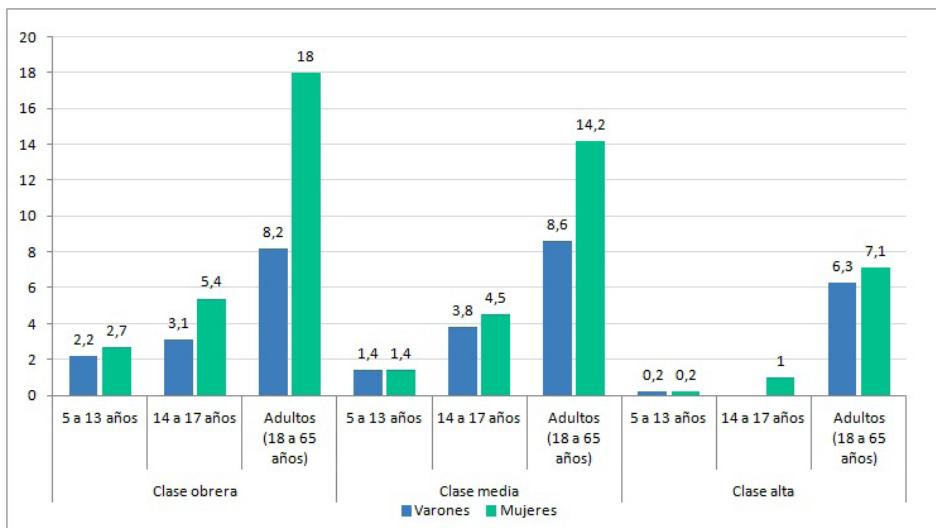
Estas asimetrías de edad y género se complejizan al introducir en el análisis otra de las dimensiones centrales en la configuración de la desigualdad: la clase social. En el Gráfico 3 se observa que los promedios de horas semanales dedicados a las actividades domésticas aumentan para casi todos los grupos de clase obrera y se reducen sensiblemente para los grupos de clase alta, siendo la participación de los niños y niñas de esta clase casi nula⁶.

Como otros estudios han mostrado, en Argentina el mayor peso de las responsabilidades domésticas y de cuidado para las mujeres de sectores bajos es producto de una combinación de múltiples factores. Por ejemplo, que las demandas de cuidado son habitualmente mayores porque sus hogares están integrados por una mayor cantidad de niños y niñas, porque hay mayor cantidad de adultos dependientes y, centralmente, porque se evidencia una enorme dificultad para acceder a servicios de cuidado (RODRIGUEZ ENRIQUEZ, 2019).

En un estudio en el que se procesan datos de la misma encuesta que aquí analizamos, se destaca que los hogares de mayor nivel socioeconómico – ubicados en CABA – son los que más posibilidades tienen de resolver el cuidado de niños y niñas por la vía de la asistencia a jardines y escuelas de doble jornada (FAUR; PEREYRA, 2018). También se enfatiza que en ellos aumenta la mercantilización de los cuidados mediante la contratación de personal doméstico y niñeras: el 36% de estos hogares que tienen hijos menores de 12 años contrata o servicio doméstico (26%), o niñera (20%), los hogares de clase media lo hacen en un 13%. En un claro contraste, en los hogares de nivel socioeconómico más bajo, solo un 3% manifiesta contar con alguna de estas opciones (FAUR; PEREYRA, 2018).

⁶ Cabe mencionar que, en este gráfico, como en todos los subsiguientes que segmentan según clases sociales, el subgrupo de varones de 14 a 17 años de edad pertenecientes a la clase alta no presenta datos por no haber casos en la base.

Gráfico 3 – Niños, niñas, adolescentes y adultos según promedio de horas semanales dedicadas a las actividades domésticas, género y clase social (Región GBA)



Fuente: Elaboración propia con base en la ENES-PISAC, 2014-2015

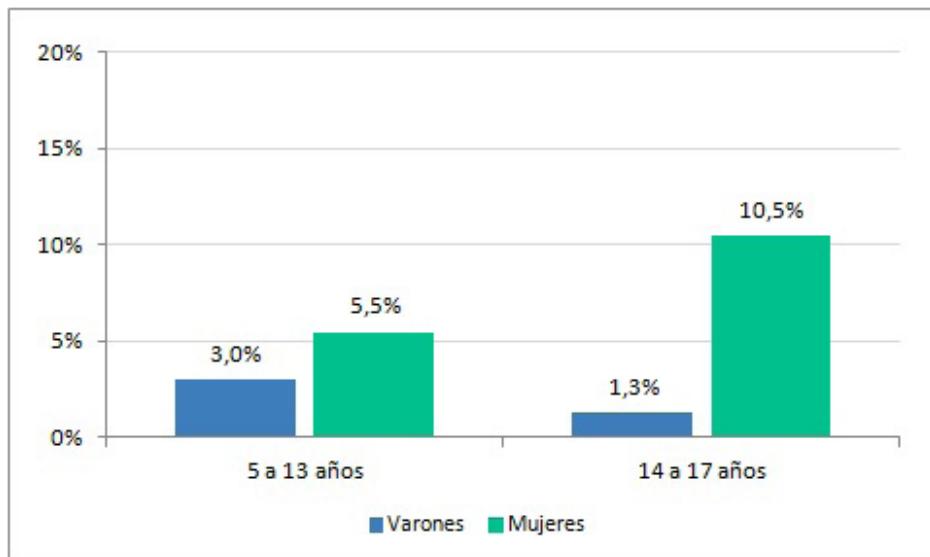
En los hogares de clase obrera, además de ser mayores los promedios de las mujeres, se acentúan las brechas de éstas con los varones a medida que se avanza en edad, llegando las adolescentes a casi duplicar el promedio de los varones de su edad, y las mujeres adultas a sobrepasar el doble del promedio de los hombres.

En la clase media, en cambio, los promedios son más parejos entre niños y niñas. Los varones adolescentes y adultos presentan promedios mayores de dedicación que sus pares de clase obrera. Estos datos – y otros concordantes que se presentan en lo que sigue – permiten esbozar una hipótesis a corroborar con estudios de mayor profundidad: la de una modificación de los roles estereotipados de género en la clase media, a partir del resquebrajamiento de los patrones tradicionales de división sexual del trabajo doméstico.

Como se mencionó más arriba, también calculamos los porcentajes de niños y niñas que realizan actividad doméstica de manera intensiva⁷, considerando que quienes pertenecen a este grupo se encuentran en condiciones desfavorables respecto del cumplimiento normal de la escolaridad, así como de la posibilidad de tener tiempo libre para el juego y el esparcimiento. En el Gráfico 4 se observa que es mayor el porcentaje de niñas (5.5%) que de niños (3%) que dedican más de 10 horas semanales a estas tareas. Estos porcentajes se alejan al analizar el grupo de 14 a 17 años de edad: sólo el 1.3% de los varones lo hacen, mientras que, en el caso de las mujeres, quienes realizan tarea doméstica intensiva representan el 10.5%.

7 En la Encuesta de Actividades de Niñas, Niños y Adolescentes se define como actividad doméstica intensiva (productiva no económica) a todas aquellas tareas desarrolladas en el hogar (limpieza, cocina, cuidado a miembros del hogar, etc.) con una carga horaria excesiva. Su intensidad se establece de acuerdo a la dedicación horaria durante la semana de referencia, considerando que es excesiva cuando se trata de una dedicación de 10 horas o más para los niños y niñas de 5 a 15 años, y de 15 horas o más para los de 16 y 17 años. A los fines de comparar los grupos que aquí nos interesan, consideramos para ambos grupos de edad el criterio de la dedicación de más de 10 horas semanales.

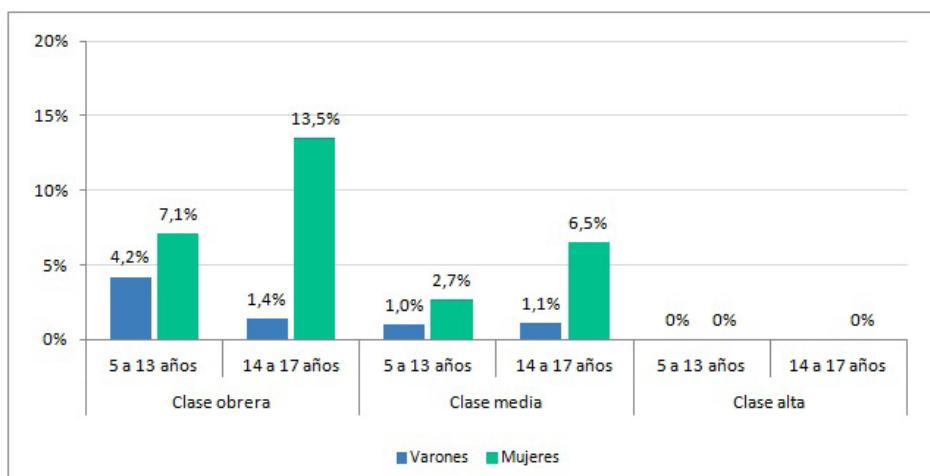
Gráfico 4 – Porcentaje de Niños, niñas y adolescentes (NNyA) que dedican más de 10 horas semanales a las actividades domésticas según género (Región GBA)



Fuente: Elaboración propia con base en la ENES-PISAC, 2014-2015

Al segmentar este análisis por clases (Gráfico 5), se ve claramente que quienes desarrollan, en mayores proporciones, trabajo doméstico intenso son los niños y niñas de 5 a 13 años de edad – los varones en menor medida – y las mujeres de 14 a 17 años de edad que pertenecen a la clase obrera. Los niños y niñas de clase alta no adoptan este tipo de actividades dentro de sus hogares.

Gráfico 5 – Porcentaje de NNyA que dedican más de 10 horas semanales a las actividades domésticas según género y clase social (Región GBA)

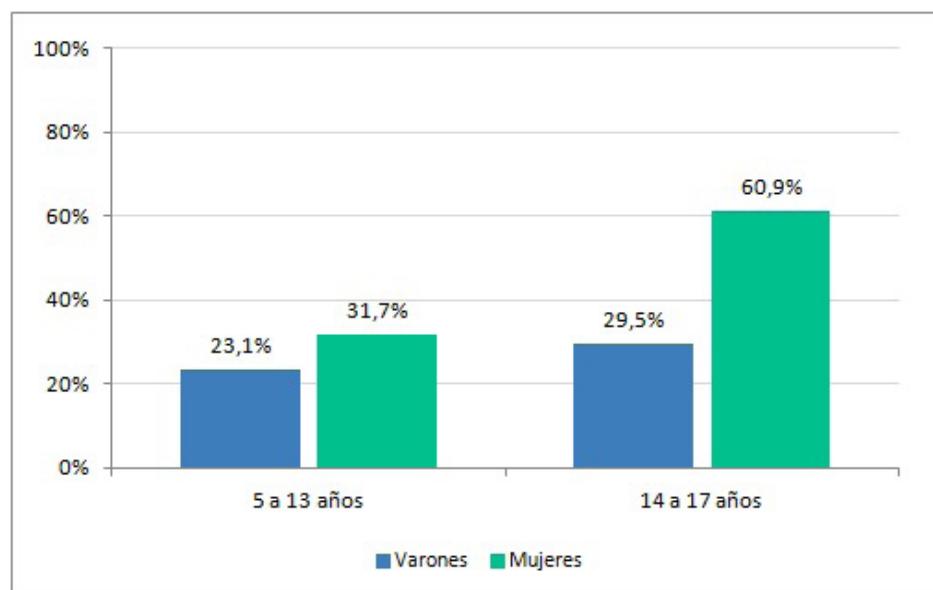


Fuente: Elaboración propia con base en la ENES-PISAC, 2014-2015

Además del estudio de estas tendencias, la ENES permite discriminar la realización o no durante la semana de referencia de una larga lista de tareas en particular⁸. Con el fin de visibilizar las diferencias de género, edad y clase en la realización de tareas específicas, tomamos de esta lista – a modo de ejemplo – tres tareas que abarcan algunas de las actividades de mantenimiento del hogar y acciones de cuidado más realizadas por los niños y niñas.

En los Gráficos 6 y 7 se muestran los porcentajes de niños y niñas que respondieron afirmativamente sobre la realización de las tareas de limpieza y orden de la casa en la última semana. El primer dato a destacar es la alta proporción de encuestados que respondieron afirmativamente a esta pregunta – casi un cuarto de los niños y casi un tercio de las niñas – y cómo estas proporciones aumentan para el tramo de edad que comprende los 14 a 17 años, fundamentalmente en el caso de las mujeres, que casi duplican los porcentajes de las niñas más pequeñas. Este incremento en las adolescentes implica una ampliación sustancial de la brecha con los varones de su edad.

Gráfico 6 – NNyA: Limpiar y ordenar la casa la semana pasada según género (Región GBA)

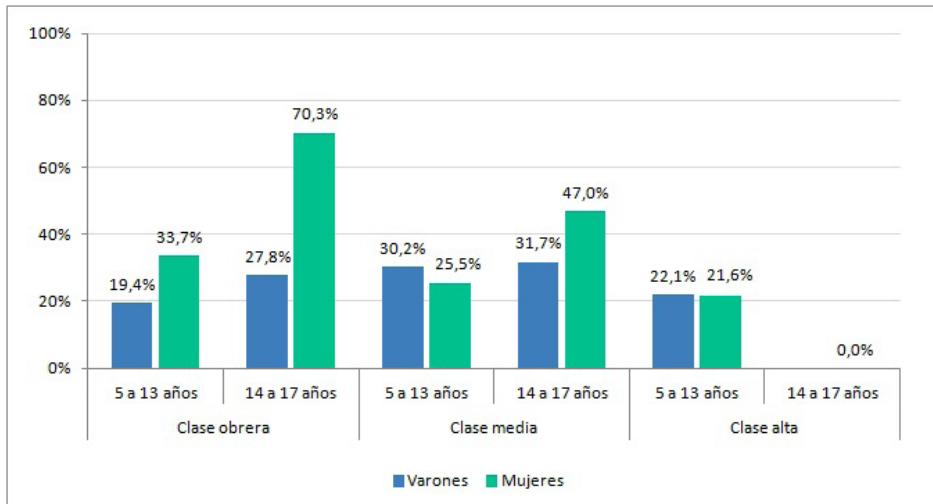


Fuente: Elaboración propia con base en la ENES-PISAC, 2014-2015

Al discriminar este análisis por clases, se observa nuevamente la tendencia a mayores niveles de participación de las niñas y, sobre todo, de las niñas que tienen entre 14 y 17 años y pertenecen a la clase obrera, siendo llamativos también los porcentajes de realización de esta tarea por los varones de ambos grupos de edad de clase media, quienes superan en cuanto a participación a los de las restantes clases sociales.

⁸ Las tareas que se relevan son: limpiar y ordenar la casa, planchar, hacer la comida, tareas de construcción o refacción de la vivienda propia, tareas de cultivo y cosecha de productos agrícolas o de huerta, tareas de cuidado de animales para el consumo del hogar, cuidar a los/as niños/as o hermanos/as menores, cuidar a discapacitados o adultos mayores, hacer las compras y hacer trámites o pagos.

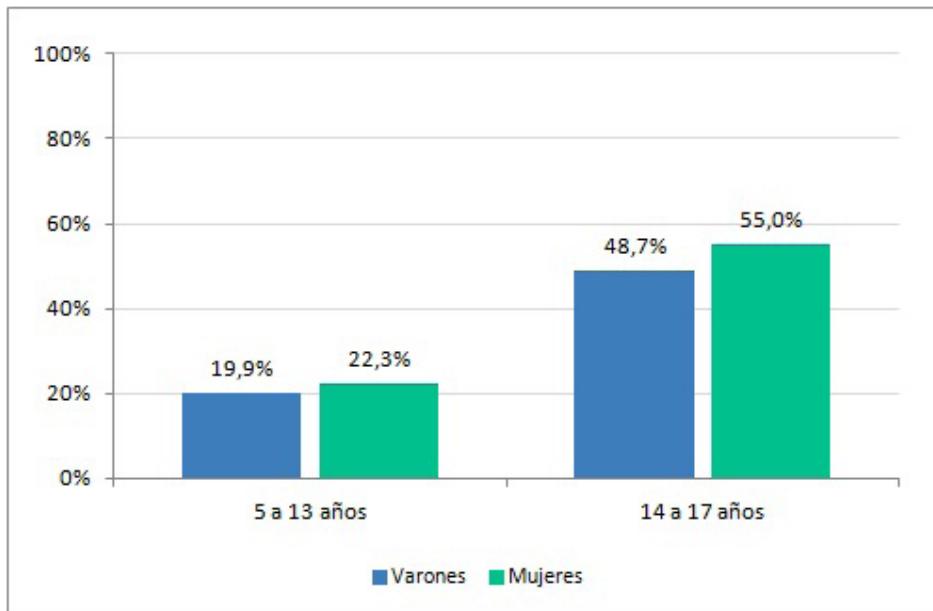
Gráfico 7 – NNyA: Limpiar y ordenar la casa la semana pasada según género y clase social (Región GBA)



Fuente: Elaboración propia con base en la ENES-PISAC, 2014-2015

Con el fin de tomar en cuenta actividades que involucren lógicas distintas de realización, la siguiente tarea que consideramos es la referente a la realización de compras durante la semana anterior. A diferencia de las tareas de limpieza y orden, esta actividad supone su realización fuera del hogar e involucra el manejo de dinero. En el Gráfico 8 se aprecia que aquí los porcentajes de realización entre mujeres y varones son mucho más parejos, dándose la mayor diferencia – como sería de suponer por la habilidad y autonomía que requiere – entre ambos grupos de edad.

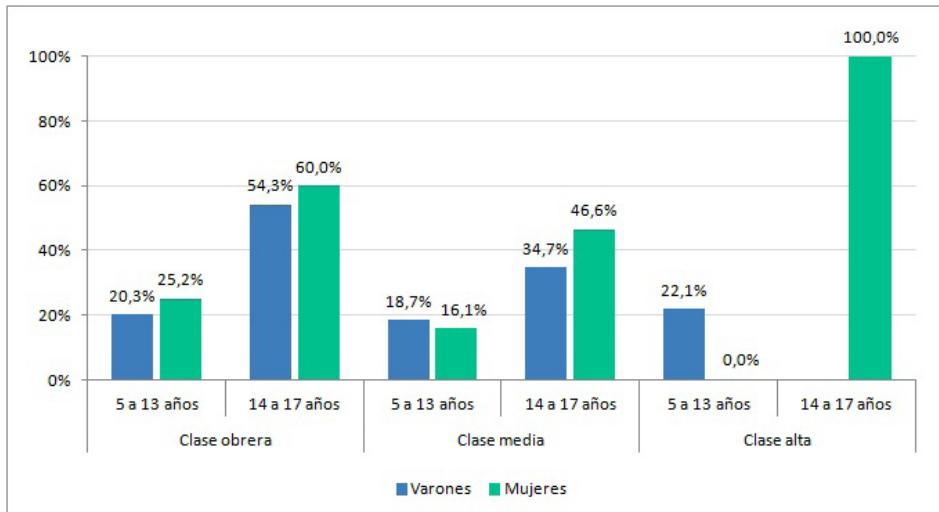
Gráfico 8 – NNyA: Hacer las compras la semana pasada según género (Región GBA)



Fuente: Elaboración propia con base en la ENES-PISAC, 2014-2015

La diferenciación por clases no sugiere patrones tan claros como otras tareas, aunque los porcentajes de realización en la clase obrera son mayores que en la clase media, y en la clase alta el comportamiento por edad y género es irregular.

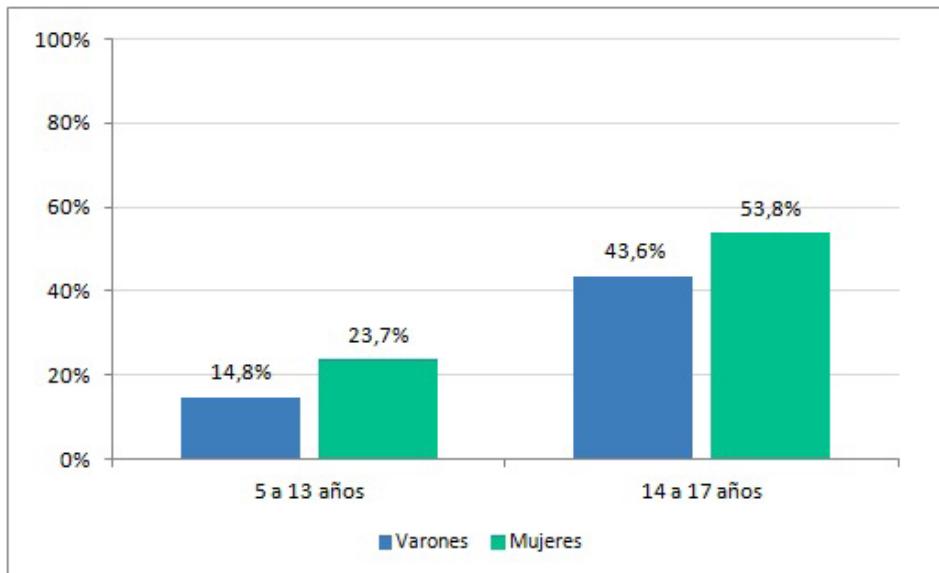
Gráfico 9 – NNyA: Hacer las compras la semana pasada según género y clase social (Región GBA)



Fuente: Elaboración propia con base en la ENES-PISAC, 2014-2015

La tercera “tarea testigo” que seleccionamos refiere específicamente a una actividad de cuidado: el cuidado de niños o hermanos menores⁹. Como se observa en el Gráfico 10, los niños y niñas de 13 a 17 años realizan esta tarea en mayor proporción, siendo más elevada la participación de las mujeres. Sin embargo, aunque menores, son importantes los porcentajes de niños y niñas que cuidan a otros niños y niñas en sus hogares.

Gráfico 10 – NNyA: Cuidar a los/as niños/as o hermanos/as menores la semana pasada según género (Región GBA)

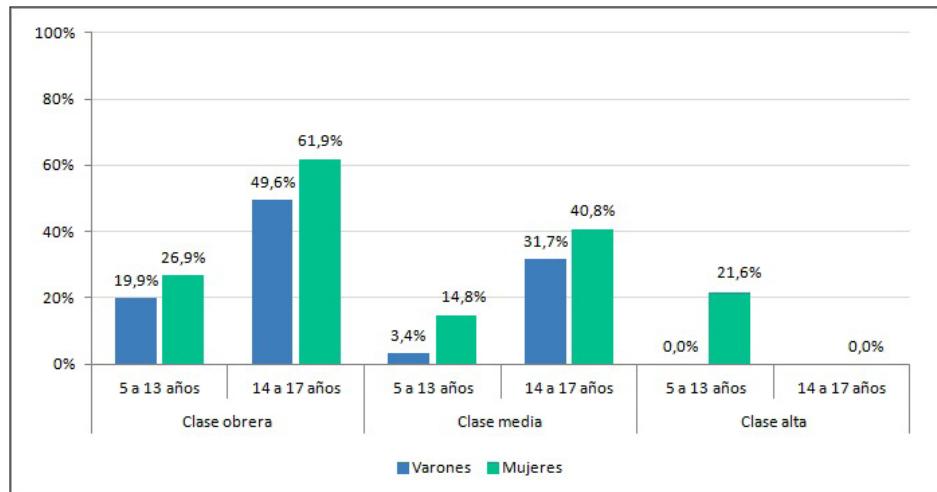


Fuente: Elaboración propia con base en la ENES-PISAC, 2014-2015

⁹ Consideramos el cuidado de niños o hermanos menores y no el de discapacitados o adultos mayores, debido a que se relevaron por separado y en esta última actividad encontramos una participación muy acotada de los niños y niñas.

En el caso de esta tarea la desagregación por clases muestra un patrón claro: en la clase obrera los porcentajes de realización son los más altos para todos los grupos de edad y género. De todos modos, es mayor su realización en el grupo de edad de 14 a 17 años respecto de los de 5 a 13 años de edad. Como así también es mayor la proporción de mujeres que cuidan respecto de los varones de su mismo grupo etario. Estos datos brindan elementos para pensar en la tendencia a la familiarización de los cuidados y en las restricciones que los hogares de bajos recursos tienen para acceder a los mismos vía instituciones del Estado o del mercado.

Gráfico 11 – NNyA: Cuidar a los/as niños/as o hermanos/as menores la semana pasada según género y clase social (Región GBA)

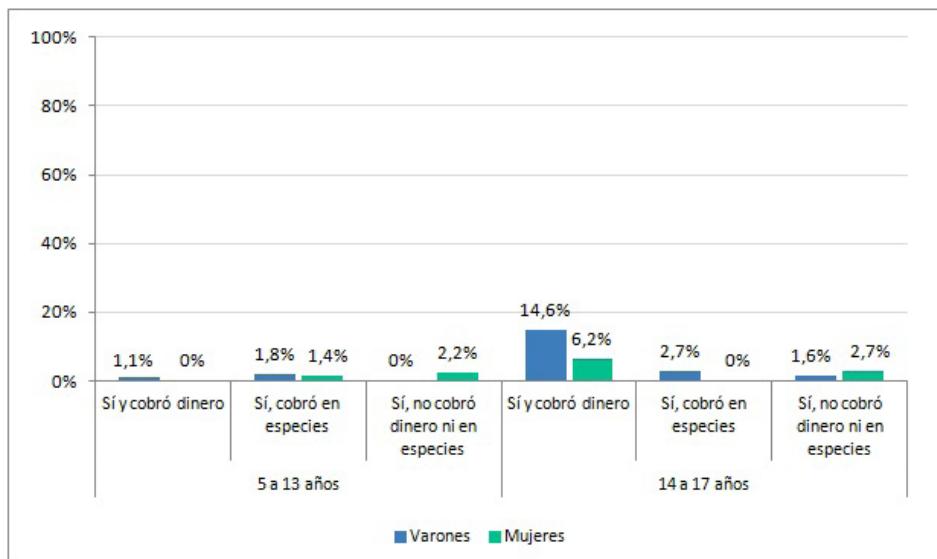


Fuente: Elaboración propia con base en la ENES-PISAC, 2014-2015

Por último, nos parece relevante comparar los datos precedentes con la realización de trabajo infantil extradoméstico (realizado fuera del espacio del hogar). Si bien la ENES tampoco es una encuesta especialmente diseñada para relevarlo, considerar estos datos nos permite tener un panorama general de las diferencias entre la realización de trabajo doméstico y extradoméstico de este grupo de edad.

En el Gráfico 12 se observa que la presencia tanto de niñas como de niños en el trabajo extradoméstico es baja, mientras se incrementa en el caso de los varones que tienen entre 14 y 17 años de edad y que lo hacen a cambio de dinero. La mayor presencia de varones en la realización de actividades a cambio de dinero y de mujeres en actividades domésticas que no tienen retribución monetaria también fue identificada en otros estudios de corte etnográfico. Leavy (2019) en Orán, Salta y Quecha Reyna (2015) en Corralero, una pequeña localidad de México, revelan que desde edades más tempranas los varones comienzan a desarrollar actividades que son remuneradas, mientras que las mujeres se implican en actividades no remuneradas.

Gráfico 12 – NNyA: Ayudar a un familiar o conocido en un trabajo o hacer alguna actividad por su cuenta durante la semana pasada según género (Región GBA)



Fuente: Elaboración propia con base en la ENES-PISAC, 2014-2015

Otro dato de interés surge de la comparación entre los niveles de participación que arroja la encuesta para el trabajo doméstico como para el trabajo extradoméstico: allí se muestra una diferencia analíticamente significativa y es que, en términos generales, la población infantil participa mucho más en el trabajo doméstico que en el aporte de ingresos o bienes mediante el trabajo extradoméstico. Esta información cuantitativa contribuye a sostener la relevancia de los argumentos planteados al inicio del artículo sobre la necesidad de conocer de qué modo y en qué medida se produce el aporte infantil al trabajo reproductivo dentro de sus hogares, así como de profundizar el estudio de las desigualdades que entre ellos y ellas se generan en esta participación en función de la pertenencia de clase y el género.

Reflexiones finales

Este artículo buscó visibilizar y caracterizar, a partir de datos cuantitativos, la participación infantil en el trabajo doméstico y de cuidados en ámbitos urbanos de Argentina, entendiendo que esta dimensión ha sido extensamente explorada para el caso la población adulta y escasamente indagada en niños y niñas. Asimismo, examinó cómo operan dentro de esta población las desigualdades de género, edad y clase social.

Si bien, tal como lo demuestran algunos estudios realizados desde el feminismo, los resultados indican que es la mujer adulta la que carga con la mayor participación y responsabilidad en la realización de estas tareas. Resulta importante destacar que también los niños y niñas contribuyen en buena medida a toda una serie de actividades que hacen posible la reproducción cotidiana. Por eso, esta investigación se suma a todas aquellas que plantean la necesidad de reflexionar sobre el papel que niños y niñas tienen en esta esfera central de la reproducción material de los hogares.

Como sostiene Schibotto (1990), el/la niño/a que trabaja fuera del hogar o realiza trabajo doméstico está asumiendo directamente los costos de la reposición generacional de la fuerza de trabajo, aquellos costos que no están cubiertos ni por el salario ni por las estrategias de autoempleo implementadas por los adultos. De este modo, permite también que sus padres puedan trabajar, descansar, y que los gastos de reproducción familiar disminuyan.

A partir del análisis discriminado por género, grupo de edad y clase social, los resultados muestran que son los niños y niñas de clase obrera quienes tienen la participación más elevada en estas actividades, siendo proporcionalmente mayor para las niñas, en especial las que se encuentran en el tramo que comprende los 14 a 17 años de edad. Si bien esta tendencia se presenta – aunque más atenuada – en la clase media, encontramos algunos indicios de una mayor equidad entre varones y mujeres de ambos grupos de edad, lo que puede brindar pistas para pensar en la existencia de cambios en lo que hace a la modulación de la división del trabajo doméstico.

En síntesis, y tal como ilustran los datos, la situación de las mujeres y de los niños y niñas que viven en hogares de clase obrera es la más desfavorable: más participación, más intensidad y mayores brechas de género, lo que redunda en una retroalimentación de las diversas desigualdades. En este escenario, y coincidiendo con Crivello y Espinoza Revollo (2018), los datos desafían aquellas interpretaciones dicotómicas entre dependencia e independencia, cuidadores y cuidados, mostrando que los niños y niñas tienen un importante papel en estos procesos en donde la división social, generacional y generizada del trabajo contribuye a modular los rasgos de su participación en la arena doméstica y de cuidados.

Los datos con los que aquí trabajamos son, en general, concordantes con resultados previos a los que arribamos a partir de investigaciones cualitativas con niños y niñas de sectores pobres urbanos. La edad, el género y las responsabilidades que se le asocian contribuyen a organizar la vida doméstica haciendo de la niñez un momento del curso de vida teñido de diversidad, pero también de desigualdad. Con esto no queremos afirmar que los niños y niñas que cuidan de hermanos u otros familiares, cocinan, hacen compras, lavan y limpian en sus hogares se encuentren necesariamente inscriptos en relaciones de subordinación que atentan contra su bienestar. Sin embargo, cabe preguntarse si las condiciones e intensidad con la que se involucran en la vida doméstica no pueden conllevar en el mediano y largo plazo procesos de acumulación de desventajas sobre lo que se debe indagar y profundizar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDRIGE, J. All work and no play? Understanding the needs of children with caring responsibilities. *Children & Society*, Londres, v. 22, p. 253-264, 2008.
- ARIÈS, P. **El niño y la vida familiar en el Antiguo Régimen**. Madrid: Taurus, 1987 (Original de 1960).
- BATTHIANY, K. **Las políticas y el cuidado en América Latina: una mirada a las experiencias regionales**. Serie Asuntos de Género, n. 124. Santiago de Chile: CEPAL, 2015.
- BAUER, E. Practising kinship care: Children as language brokers in migrant families. *Childhood*, Trondheim, v. 23, n. 1, p. 22-36, 2016.
- BECKER, S. Global perspectives on children's unpaid caregiving in the family. *Global Social Policy*, Los Ángeles; Londres; Nueva Delhi; Singapur, v. 7, n. 1, p. 23-50, 2007.
- CHAVEZ IBARRA, P.; VERGARA DEL SOLAR, A. **Ser niño y niña en el Chile de hoy: la perspectiva de sus protagonistas acerca de la infancia, la adultez y las relaciones entre padres e hijos**. Santiago de Chile: Ceibo Ediciones, 2017.
- CRIVELLO, G.; ESPINOZA REVOLLO, P. Care labour and temporal vulnerability in woman-child relations. In: ROSEN, R.; TWAMLEY, K. (Orgs.). **Feminism and the Politics of Childhood: friends or foes?** Londres: UCL Press, 2018. p. 139-154.
- ESQUIVEL, V. Las encuestas de uso del tiempo y la medición del trabajo doméstico y de cuidados". In: DOMINGUEZ MON, A. et al. (Orgs.). **Usos del tiempo, temporalidades y géneros en contextos**. Buenos Aires: Antropofagia, 2012. p. 31-48.
- ESQUIVEL, V.; FAUR, L.; JELIN, E. **Las lógicas del cuidado infantil: entre las familias, el Estado y el mercado**. Buenos Aires: IDES, 2012.
- EVANS, R. We are managing our lives...: Life transitions and care in sibling-headed households affected by AIDS in Tanzania and Uganda. *Area*, Londres, v. 43, n. 4, p. 384-396, 2011.
- FAUR, L. **El cuidado infantil en el siglo XXI: mujeres malabaristas en una sociedad desigual**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.
- FAUR, L.; PEREYRA, F. Gramáticas del cuidado. In: PIOVANI, J. I.; SALVIA, A. (Orgs.). **La Argentina en el siglo XXI: cómo somos, vivimos y convivimos en una sociedad desigual. Encuesta Nacional sobre la Estructura Social**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2018. p. 497-534.
- FRASCO ZUKER, L. **Cuidar a la gurisada: etnografía sobre trabajo infantil y cuidado en la localidad de Colonia Wanda, Misiones**. 2019. Tesis (Doctorado en Antropología Social) – Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2019.
- FRASCO ZUKER, L.; FAYYASS, R.; LLOBET, V. Agencia infantil situada. Un análisis desde las experiencias de niñas y niños que trabajan en contextos de desigualdad social. **Horizontes Antropológicos**, Rio Grande do Sul, v. 27, p.163-190, 2021.
- GRACIA, P. et al. Gender differences in child and adolescent daily activities: A cross-national time use study. *Acta Sociológica*, Países Escandinavos, v. 65, n. 1, p. 41-65, 2022.
- HALEY, J.; BRADBURY, J. Child-headed households under watchful adult eyes: support or surveillance? *Childhood*, Trondheim, v. 22, n. 3, p. 394-408, 2015.
- HERNÁNDEZ, M. C. Experiencias de niñez en la pobreza. Una cartografía de cuidados. **Runa: archivos para las Ciencias del Hombre**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n. 40, v. 2, p. 94-111, 2019.

INDEC. **Encuesta de Actividades de Niños, Niñas y Adolescentes 2016-2017.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos – INDEC, 2018.

LAMAS, M. **El trabajo de cuidados:** una cuestión de derechos humanos y políticas públicas. Ciudad de México: ONU Mujeres, 2018.

LANUZA, Y.; BANDELJ, N. The productive role of children in immigrant families. **Teorija in Praksa**, Ljubljana, v. 52, n. 3, p. 415-433, 2015.

LEAVY, P. Entre las fincas y la escuelita bíblica... o policial. Un análisis etnográfico sobre el cuidado infantil en contextos rurales de Orán, Salta. **Runa: archivos para las Ciencias del Hombre**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 40, n. 2, p. 75-91, 2019.

LEAVY, P.; SHABEL, P. Child care and participation in the Global South: an anthropological study from squatter houses in Buenos Aires. **Third World Thematics: a TWQ Journal**, v. 7, n. 1-3, p. 1-16, 2022.

LEAVY, P.; SZULC, A. Cuidando a los niños y niñas, cuidando el territorio. Una mirada etnográfica sobre comunidades rurales mapuche y ava-guaraní en Argentina. **Indiana**, Berlín, v. 38. n. 1, p. 79-101, 2021.

LEVINSON, D. A feminist economist's approach to children's work. In: HUNGERLAND, B. et al. (Orgs.). **Working to Be Someone: child Focused Research and Practice with Working Children**. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 2007. p. 17-22.

MACEIRA, V. Clases y diferenciación social. In: PIOVANI, J. I.; SALVIA, A. (Orgs.). **La Argentina en el siglo XXI: cómo somos, vivimos y convivimos en una sociedad desigual. Encuesta Nacional sobre la Estructura Social**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2018. p. 49-86.

NILSEN, A. C. E.; WÆRDHAL, R. Gender differences in Norwegian children's work at home. **Childhood**, Trondheim, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2015.

NIÑEZ PLURAL. Niñez, alteridad y cuidado: reflexiones para un campo en construcción. **DESIDADES: revista electrónica de divulgación científica de la infancia y juventud**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 48-58, 2019.

PADAWER, A. Girls' Work in a Rural Intercultural Setting: Formative Experiences and Identity in Peasant Childhood. **Girlhood Studies: an Interdisciplinary Journal**, Nueva York, v. 11, n. 2, p. 95-110, 2018.

PÉREZ GARCÍA, M. El conocimiento de la participación infantil en las actividades productivas de México: resultados de la contribución desde los quehaceres del hogar. **Estudios Sociológicos**, Ciudad de México, v. 31, n. 93, p. 921-941, 2013.

QUECHA REYNA, C. Migración femenina e incidencias en la crianza: el caso de una población afrodescendiente en México. **Alteridades**, Ciudad de México, v. 49, n. 2, p. 93-108, 2015.

REES, G. Children's activities and time use: variations between and within 16 countries. **Children and Youth Services Review**, Londres, v. 80, p. 78-87, 2017.

REMORINI, C.; LAPLACETTE, J. A. Repensando las ecologías del cuidado infantil: agencia y reciprocidad en dos comunidades de Argentina. **AFIN**, Barcelona, n. 125, p. 2-15, 2020.

RODRIGUEZ ENRIQUEZ, C. Trabajo de cuidados y trabajo asalariado: desarmando nudos de reproducción de desigualdad. **Revista THEOMAI: estudios críticos sobre Sociedad y Desarrollo**, Quilmes, n. 39, p. 78-99, 2019.

SCHIBOTTO, G. Trabajo infantil: del escándalo a la crítica de la economía política. Hipótesis de análisis e interpretación. In: UNICEF. **Derecho a tener Derecho**. Tomo III. Caracas: UNICEF, 1990. p. 213-242.

TARUSELLI, M. E.; CANTORE, A. Cuidando a mi hermanitx. In: SHABEL, P. et al. (Orgs.). **Educar en la diversidad: devenir niñx en contextos de diversidad y desigualdad**. Buenos Aires: CLACSO, 2021. p. 8-18.

TORRADO, S. **Estructura social de la Argentina: 1945-83**. Buenos Aires: De la Flor, 1994.

TUÑON, I. Inequidades en la niñez y la adolescencia. En: PIOVANI, J. I.; SALVIA, A. (Orgs.). **La Argentina en el siglo XXI: cómo somos, vivimos y convivimos en una sociedad desigual. Encuesta Nacional sobre la Estructura Social**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2018. p. 535-568.

WARREN, J. Young Carers: Conventional or Exaggerated Levels of Involvement in Domestic and Caring Tasks? **Children & Society**, Londres, v. 21, n. 2, p. 136-146, 2007.

ZELIZER, V. **La negociación de la intimidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009 (Original de 2005).

ZIBECCHI, C. Entre el trabajo y el amor, el cuidado de los niños en contextos de pobreza: el caso de las mujeres cuidadoras en el ámbito comunitario. **Estudios Sociológicos**, Ciudad de México, v. 32, n. 95, p. 385-411, 2014.

RESUMEN

El artículo analiza el trabajo doméstico y de cuidados que llevan adelante niños y niñas de sectores urbanos de Argentina. Se interroga por los tipos de participación y las diferencias que aparecen en función de la edad, el género y la clase social. Utiliza un abordaje cuantitativo y plantea que si bien – como algunos estudios feministas subrayan – son las mujeres adultas quienes realizan la mayor parte de estas tareas, también los niños y niñas contribuyen a las actividades que hacen posible la reproducción cotidiana. La investigación brinda evidencia empírica que muestra el significativo papel que estos actores tienen en la reproducción material de los hogares y cómo esta participación puede ser un vector de producción y reproducción temprana de desigualdades.

Palabras clave:

trabajo doméstico y de cuidados, niñez, género, clases sociales, desigualdades.

Crianças, trabalho doméstico e de cuidado: uma abordagem quantitativa nos setores urbanos da Argentina

RESUMO

Este artigo analisa o trabalho doméstico e de cuidado realizado por crianças em áreas urbanas da Argentina. Aborda os tipos de participação e as diferenças que aparecem de acordo com a idade, gênero e classe social. Utiliza uma abordagem quantitativa e argumenta que embora – como destacam os estudos feministas – sejam as mulheres adultas que realizam a maioria dessas tarefas, meninos e meninas também contribuem para as atividades que tornam possível a reprodução diária. A pesquisa fornece evidências empíricas que mostram o papel significativo que estes atores desempenham na reprodução material dos lares, e como esta participação pode ser um vetor para a produção e reprodução precoce das desigualdades.

Palavras-chave:

trabalho doméstico e de cuidado, crianças, gênero, classes sociais, desigualdades.

Childhood, domestic and unpaid care work: age, gender and social class inequalities in urban sectors of Argentina.

ABSTRACT

This article analyzes the domestic and care work carried out by children from urban areas of Argentina. It analyzes the types of participation that they carry out and the differences that appear based on age, gender and social class. It is based on a quantitative approach and proposes that even though – as the feminist studies highlight – the adult women are the ones who perform most of these tasks, children also contribute to activities that make daily reproduction possible. The work provides empirical evidence that shows the significant role that these actors play in the material reproduction of households, and how this participation can be a vector of production and early reproduction of inequalities.

Keywords:

unpaid care-giving work, children, gender, social classes, inequalities.

FECHA DE RECEPCIÓN: 14/09/2022

FECHA DE APROBACIÓN: 09/03/2023



María Eugenia Rausky

Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina. Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina. Profesora del Departamento de Sociología de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Argentina.

E-mail: eugeniarausky@gmail.com



María Laura Peiró

Socióloga por la Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Argentina. Docente en la cátedra Sociología General y en seminarios sobre Metodología de la Investigación Social. Profesional de la Carrera de Personal de Apoyo a la Investigación y Desarrollo del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina.

E-mail: mlaurapeiro@gmail.com



Infancia y cuidado Reflexiones críticas desde perspectivas relacionales

Florencia Paz Landeira

Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, Argentina

<https://orcid.org/0000-0001-9877-3930>

Laura Frasco Zuker

Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, Argentina

<https://orcid.org/0002-8328-7267>

Valeria Llobet

Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, Argentina

<https://orcid.org/0003-0673-8260>

Introducción

Los estudios sociales sobre la infancia y los estudios feministas sobre el cuidado han contribuido a problematizar categorías y prácticas naturalizadas en torno a las infancias, el género, la división entre lo público y lo privado y la división sexual del trabajo ligada a un modelo de familia patriarcal, entre otros aspectos.

En las últimas décadas, estos temas cobraron mayor visibilidad tanto en la agenda académica como en la esfera pública. En este artículo nos proponemos hacer una síntesis sobre los principales aspectos y nudos críticos del debate sobre el cuidado que creemos que son fundamentales para contribuir a seguir problematizando la infancia.

En tal sentido, en primer lugar, hacemos una revisión de los estudios sobre cuidado, con eje en tres de sus líneas de indagación: la ética del cuidado, el trabajo de cuidado y la organización social del cuidado. En segundo lugar, planteamos las particularidades que presentan los debates sobre el cuidado en el campo del cuidado infantil, recuperando los sentidos de infancia que históricamente han primado en estos desarrollos y las críticas de las que han sido objeto. Por último, argumentamos que la lente del cuidado resulta productiva para abordar críticamente las categorías de agencia, participación y derechos, y cerramos el artículo con una discusión que recupera los principales aportes de las perspectivas relacionales planteadas y que permiten observar las formas en que niñas y niños refuerzan redes de interdependencia y producen formas de vida en común de las que forman parte.

Debates sobre el cuidado

En la actualidad, la categoría de cuidado está en el centro de debates académicos y sociales, agendas de investigación, políticas públicas, procesos de demandas y activismos. En particular, se constituye en un nodo analítico para abordar fenómenos complejos, tales como la organización social y del parentesco, los regímenes de bienestar, la producción y legitimación de inclusiones/exclusiones, la intimidad y la producción de valor y variados procesos de reproducción y/o impugnación de jerarquías sociales.

En particular, esta visibilidad y relevancia de los “problemas del cuidado” se derivaron de las dinámicas provocadas por la pandemia de COVID-19, que tensionó las formas institucionales y privadas de organización de la reproducción social. El carácter ubicuo y pregnante del cuidar coexiste con su densidad, multiplicidad y ambigüedad. Si bien aquí no pretendemos reconstruir la historia de los estudios sociales sobre el cuidado, sí quisiéramos resaltar algunos de sus núcleos problemáticos, para luego profundizar específicamente en el cuidado infantil.¹

Una de las líneas fundantes de este campo de debates es la que se conoce como ética del cuidado, vinculada al trabajo de Carol Gilligan (1982) y a las reformulaciones críticas producidas por Joan Tronto.

En lo fundamental, la ética del cuidado gira alrededor de conceptos morales distintos que los de la ética de la justicia — la responsabilidad y las relaciones en lugar de los derechos y las reglas —, se ata a circunstancias concretas y no a formalidades y abstracciones, se expresa

¹ Esta revisión se nutre de debates colectivos en el marco del Proyecto de Investigación Plurianual *Infancias, juventudes y familias: transformaciones sociales, crisis del cuidado y proyectos de futuro en escenarios pos-pandemia*, dirigido por Valeria LLobet.

como una actividad y no como un juego de principios y se basa en experiencias cotidianas y en los conflictos morales de las personas en sus vidas ordinarias, antes que en principios universales y abstractos (TRONTO, 1987). Esta perspectiva ha problematizado la concepción del individuo abstracto, desde el principio de relacionalidad y la interdependencia, al enfocar en las actividades constantes destinadas a mantener las redes de relaciones que sostienen al yo y, en general, a la vida. En este sentido, la literatura sobre la ética del cuidado ha tendido a ver a éste como una alternativa a las lógicas neoliberales.

Otra línea de discusión es la que podemos agrupar en la idea de cuidado como trabajo o trabajo de cuidado, que tiene en su centro el debate sobre si entendemos al cuidado como un *commodity* o como expresión de amor y disposición afectiva y que, a su vez, ha sido empleada para distinguir entre cuidados mercantilizados e institucionalizados y cuidados familiares y comunitarios.

En particular, la idea de trabajo de cuidado proporciona una base común para comparar y diferenciar el trabajo de cuidado remunerado y no remunerado. Por ejemplo, las reflexiones neomarxistas y feministas sobre el trabajo de cuidados no remunerado dentro de los hogares se basan en el supuesto de que los cuidados, que suelen desplegar las mujeres, deberían valorarse como una parte importante de las economías nacionales (FEDERICI, 2008; MEILLASSOUX, 1975).

Desde esta óptica, se ha argumentado que la distribución desigual del trabajo de cuidados es fundamental para garantizar las tasas de plusvalor del capital y mantener las desigualdades estructurales y globales definidas por el género, la raza y la clase (NAKANO GLENN, 2010).

Sin embargo, la literatura ha demostrado que la división tajante entre intimidad y afectos, por un lado, y transacciones económicas e interés, por el otro, no se verifica en la práctica de manera homogénea y estable (HAN, 2011; ZELIZER, 2009). Algunas investigaciones han demostrado que los límites entre quien da y quien recibe cuidado, entre el interés propio y el altruismo, y entre el dinero y la intimidad se difuminan en las prácticas concretas de cuidado (BUCH, 2013; LOCKE, 2017).

A la luz de estos hallazgos, se ha argumentado que las prácticas de cuidado íntimo son profundamente ambiguas y también pueden producir efectos negativos, ser asimétricas, competitivas o incluso coercitivas (LLOBET, 2009). Al respecto, en el marco de una investigación sobre cuidados y castigos en contextos de vulnerabilidad y pobreza en Buenos Aires, Castilla (2017, p. 39) plantea que castigos, golpes, gritos, entre otros, “son aceptados como parte de las acciones de cuidado que realizan las madres con los hijos y no ponen en entredicho las nociones de buena maternidad”.

En este sentido, en el cuidado cotidiano conviven el amor y la violencia de manera imbricada. Por su parte, Ma (2020) ha señalado que, aunque los cuidados pueden implicar reconocimiento, también pueden experimentarse como una humillación y una limitación de la autonomía personal. Así, la relación entre cuidado, (inter)dependencia y poder debe ser interrogada empírica y contextualmente, ya que puede dar lugar a experiencias positivas y relaciones estables, pero también a la dominación y la disolución de los vínculos (THELEN, 2015).

Por otro lado, la discusión sobre los cuidados ha sido colocada no tanto en relación con la ética o en relación con la economía, sino en función de su imbricación con las dimensiones estructurales de la vida social, vinculadas con las prestaciones del Estado de Bienestar. Una serie de investigaciones han aportado así a pensar el cuidado como organización social (FAUR, 2014). Un argumento nodal a esta línea es que todos los seres humanos somos dependientes del cuidado de otros en distintos momentos de la vida, en variadas formas e intensidades.

Comas D'Argemir (2014) ha instado a analizar el cuidado desde los conceptos de reciprocidad y deuda social, para problematizar tanto la construcción de determinados sujetos como (más) dependientes, como también su tradicional familiarización en términos de obligación moral.

Esta noción transversal y ampliada de dependencia ha sido también trabajada por Palomo y Terrón (2015), para quienes la dependencia y vulnerabilidad no son atribuibles a ciertas personas o grupos de edad *per se*, sino que se tratan de rasgos inherentes al vivir humano, por lo que exigen un análisis más amplio de las relaciones sociales y una revisión de la concepción asimétrica de la relación de cuidado (PAPERMAN, 2004 apud PALOMO; TERRÓN, 2015).

Abordado desde este enfoque, el proceso de dar y recibir cuidados está, por lo tanto, inextricablemente ligado a la noción de persona y la moral (BUCH, 2013), ya que implica ideas normativas y negociaciones acerca de necesidades, responsabilidades y merecimientos.

Como ha argumentado Thelen (2021), las negociaciones de las necesidades establecen límites entre los sujetos que merecen y los que no, creando simultáneamente comunidades de cuidados y excluyendo a otros del acceso a los mismos. Así, estos actos de cuidado crean pertenencia, pero también diferencia, produciendo jerarquías y exclusiones. En los casos más extremos, la negación del cuidado puede suponer el rechazo de la humanidad compartida.²

En este sentido, la organización social del cuidado ha sido analizada como vector de reproducción de desigualdad (RODRÍGUEZ ENRIQUEZ; MARZONETTO; ALONSO, 2019), en virtud de que, si bien todas las personas comparten la condición ontológica de la precariedad (LOREY, 2016) y la necesidad de cuidados, ni todas disponen de los mismos recursos para satisfacerla y ni todas son igualmente responsabilizadas de las tareas de cuidar.

Estas tres líneas hasta aquí señaladas no aparecen como contradicciones ni mutuamente excluyentes, sino que en sus cruces han multiplicado los debates y dado lugar a una proliferación del cuidado como campo de estudio específico, con atravesamientos morales, afectivos, económicos e institucionales. A la luz de estos desarrollos, en el próximo apartado nos detenemos especialmente en cómo ha sido abordada la relación entre cuidado e infancia, dando cuenta también de diálogos, enriquecimientos mutuos y algunos sesgos persistentes entre los estudios sociales del cuidado y los estudios sociales de infancia.

La relación infancia - cuidado interrogada

Desde un enfoque socioantropológico, el cuidado infantil ha sido abordado como nodo en el que se condensan concepciones acerca de la naturaleza infantil, las relaciones intergeneracionales y la producción y reproducción de lo social, como también saberes y discursos expertos en tensión en busca de definir las formas idóneas de normativizar y regular dichas prácticas (LLOBET; VILLALTA, 2021). Como argumenta Colángelo (2014), la definición de las formas socialmente adecuadas de cuidar y criar a un/a niño/a constituye un punto crucial en las disputas materiales y simbólicas por la reproducción o transformación de toda sociedad.

² Si bien no se inscriben específicamente en la literatura sobre cuidado, los desarrollos conceptuales de Judith Butler (2009) en torno a la pregunta acerca de qué es una vida y, en particular, una vida vivible, constituyen aportes valiosos para este campo.

Históricamente, el cuidado ha sido estructurado por marcaciones de edad y de género, en tanto ha sido concebido como un dominio de ejercicio exclusivo de adultos – y principalmente de mujeres adultas. Esta idea, extendida y predominante en ámbitos sociales, políticos y académicos, sedimentó la construcción de la infancia como mera destinataria y receptora de cuidado.

Tal como analiza García-Sánchez (2018), la falta de reconocimiento del cuidado desplegado por niñas y niños se sustenta en tres concepciones: en primer lugar, una construcción discursiva dominante de las infancias como seres necesitados de cuidados y, simultáneamente, incapaces de proporcionarlos desde el punto de vista de su desarrollo; en segundo lugar, la tendencia, incluso en investigaciones académicas, a presentar el cuidado desplegado por niños como inapropiado o patológico; y, en tercer lugar, la devaluación del cuidado en general, ya sea de adultos o de niños. Estos sentidos acerca de lo infantil que construyen a niños y niñas como dependientes, inmaduros y vulnerables han sido ampliamente discutidos desde los estudios sociales de infancia.

Como hemos desarrollado en otro trabajo (FRASCO ZUKER; PAZ LANDEIRA; LLOBET, 2022), desde los estudios de infancia se ha problematizado la noción de infancia como construcción sociohistórica (JAMES; JENKS; PROUT, 1998) y, por otro lado, se ha argumentado por la consideración de la clasificación del lugar de los/as niños/as como necesariamente vinculada a una estructura de poder (ALANEN, 2002).

En particular, el trabajo de Jenks (1996) resultó fundamental para problematizar las concepciones sobre el cuerpo y la naturaleza infantil que subyacen a la infancia como categoría social moderna. El autor identifica que son las nociones de crecimiento y desarrollo, como figuras metafóricas fuertemente asociadas a una temporalidad lineal, progresiva y de cambio natural, las que caracterizan a lo infantil y estructuran su normalización en una sucesión de etapas universales en función de las cuales se legitiman ciertas necesidades y capacidades, se prescriben prácticas y espacios como apropiados, al tiempo que se proscriben otras. La idea moderna de infancia — siguiendo el trabajo de Ariès (1987) — se basa, así, en una economía moral y política de la infancia que sitúa a niños y niñas como seres inocentes y vulnerables que necesitan protección y cuidados.

Estos debates se han dado de forma singular en América Latina, donde se ha discutido la pretensión universalizante de los paradigmas de desarrollo, socialización y protecciónistas de la infancia y se ha argumentado que el desarrollo y la naturaleza infantil deben ser abordados como procesos sociohistóricos y culturales, de forma de considerar los modos diversos de organizar la variabilidad humana (CASTRO, 2021; REMORINI, 2013).

En sintonía, se ha argumentado que aquello que es definido como esperable y adecuado en relación a la infancia, lejos de ser universal y/o natural, forma parte de un procesamiento sociocultural de las edades, fruto de un proceso histórico a lo largo del cual se sedimentan sus sentidos (KROPFF, 2011). Dicho procesamiento condiciona modos de ser, establece expectativas y define prácticas asociadas a cada una de las edades para aquellos que las transitan. Por ello, desde la antropología de la niñez, se destaca especialmente la potencialidad del enfoque etnográfico para dar cuenta de los múltiples aspectos de la realidad que posibilitan y condicionan las experiencias de ser niño/a y, en particular, para conocer su propia perspectiva. Este último aspecto constituye una aproximación alternativa a las miradas adultocéntricas propias de las etnografías clásicas, en las que los/as niños/as aparecen invisibilizados (SZULC, 2006) o presentes desde las voces de los adultos en una compleja y desplazada operación de representación autolegitimante (LLOBET, 2006).

A pesar de la extensión y complejidad de estas perspectivas críticas, la consideración de la infancia como una fase especial del desarrollo a ser protegida persiste y continúa obturando la visualización de los modos múltiples y variables en que niños y niñas están implicados en prácticas y relaciones de cuidado.

Como analiza García-Sánchez (2018), una consecuencia importante de este sesgo en la forma de pensar sobre la naturaleza de la infancia es la idea de que los niños y las niñas no sólo son incapaces de participar en relaciones de cuidado recíprocas, sino que además no se les debe exigir (o permitir) que se dediquen a cuidar. Complementariamente, toda tarea de cuidado desarrollada por niños o niñas es considerada social e institucionalmente como muestra de las fallas morales de los adultos a su cargo, en particular de sus madres.

De este modo, las formas de cuidado realizadas por las infancias han sido consideradas con frecuencia como perjudiciales para el bienestar infantil y como una vulneración de sus derechos. Aunque de forma atenuada es un sesgo que ha persistido incluso en los debates feministas sobre el cuidado que, a pesar de sus iluminadores análisis acerca de la interdependencia y la relacionalidad, han tendido a subteorizar y subestimar las contribuciones de las infancias a las relaciones de cuidado.

Frente a estos sesgos y limitaciones analíticas, desde los estudios sociales de infancia se han producido contribuciones significativas a la literatura sobre cuidado. A pesar de la concepción hegemónica de que la infancia se corresponde con la posición exclusiva de recibir cuidados de los adultos, las prácticas de cuidado desplegadas por niños y niñas se están constituyendo de forma creciente en objeto de análisis.

Desde los estudios socioantropológicos de la infancia, los trabajos de Remorini (2016), Frasco Zuker (2019) y LLobet (2021), han dado cuenta de la complejidad intergeneracional y de género de los arreglos de cuidado en escenarios de interacción y reproducción social, que tensionan abordajes instrumentales, diádicos y unidireccionales.

En esta línea, recuperando la perspectiva de la ética del cuidado de Joan Tronto (1987), la investigación de Evans y Becker (2009) destacó la naturaleza interdependiente de las relaciones de cuidado, reconociendo que no existe una división fija de roles entre *cuidadores* y *receptores de cuidados*. Estos autores han señalado que las responsabilidades y actividades de cuidado son con frecuencia compartidas y negociadas entre quienes integran la familia, en formas y arreglos de hogar variables.

Como plantea Libardi (2016), las nociones de protección y cuidado implican siempre una dimensión intergeneracional, por lo que es necesario avanzar en miradas atentas a las formas de reciprocidad: “Reciprocidad del cuidado emocional y material entre padres e hijos, en el marco de una red compleja y sutil de interrelaciones e interdependencias, que contraviene la lógica dicotómica de la dependencia/autonomía” (VERGARA DEL SOLAR; SEPÚLVEDA; CHÁVEZ, 2018, p. 9).

Desde esta perspectiva, las relaciones de cuidado son pensadas como contingentes, posicionales y contextuales y como sitio en el que se definen maneras de estar y de crear, activar y renovar relaciones significativas (MURRAY et al., 2017). Ver el cuidado desde enfoques relacionales permite, en suma, centrarse en las formas en que éste se realiza de forma recíproca — aunque no por ello simétrica y armoniosa —, evitando análisis parciales y singulares excesivamente centrados en una parte como *dador* (activo) y la otra como *receptor* del cuidado (pasivo); una imagen que de hecho ha dominado las conceptualizaciones de la infancia y el cuidado (FINK, 2004).

En sintonía con estas miradas relacionales, Eldén (2016) ha propuesto pensar en la *complejidad ordinaria del cuidado* para iluminar la participación de niños y niñas en el cuidado de otros en su vida cotidiana, como también sus perspectivas y construcciones de sentido en torno a quién es considerado como cuidador, en las que se traman nociones de intimidad, proximidad y afectos en modos que desafían las fronteras de lo doméstico. Esto está en sintonía con autoras que han propuesto pensar las prácticas de cuidado de amplio espectro (KUNIN, 2019), considerando las propias perspectivas de los sujetos sobre el cuidado, así como “nuevas espacialidades de cuidado que no estén ceñidas al familiarismo hogareño, donde tradicionalmente se ha pensado al cuidado como práctica meramente endogámica” (CASTILLA; KUNIN; BLANCO ESMORIS, 2020, p. 7).

En tal sentido, a partir de una investigación etnográfica realizada en Misiones, Argentina, sobre infancia, trabajo y cuidado, Frasco Zuker (2019) mostró cómo trabajo infantil y cuidado tienen efectos relacionales y se articulan en el contexto de estudio de una manera particular: estas madres, al cuidar a sus hijos en un mundo hostil (ZELIZER, 2009) para ellos, desafían la idea de que el cuidado se produce solamente en el ámbito doméstico y, al propiciar la autonomía de sus hijos desde pequeños, desafían asimismo el lugar pasivo en el cual la idealización y sensibilidad moderna de infancia coloca a niñas y niños (LLOBET, 2017).

A partir de esta sucinta revisión en la que reflexionamos acerca del modo en que desde los estudios sociales de infancia se han renovado y complejizado los debates sobre el cuidado, en el próximo apartado proponemos un giro para analizar lo que la lente del cuidado nos permite repensar acerca de lo infantil.

Agencia, derechos y participación infantil desde la lente del cuidado

Las miradas complejas y relacionales sobre el cuidado que hemos recuperado en los apartados previos han sido productivas para el reconocimiento de la participación plena de niños y niñas en las prácticas y relaciones de cuidado, al mismo tiempo que han dado cuenta de la multidimensionalidad que éstas portan. En ese sentido, la lente del cuidado permite apreciar de manera más compleja los aspectos materiales, afectivos, morales y políticos de las contribuciones de las infancias a la vida social y, en particular, a su sostenimiento y reproducción. A su vez, resultan elocuentes para dar cuenta del modo en que el cuidado desplegado por niños y niñas está integrado en relaciones sociales y responsabilidades recíprocas más allá del hogar inmediato. En suma, estas miradas aportan claves analíticas para continuar indagando en los procesos mediante los que las infancias negocian, significan y valoran el cuidado y las relaciones de poder inter e intrageneracionales con aquellos otros con los que hacen y sostienen sus vidas cotidianas.

En relación con lo anterior, este enfoque nos ha permitido captar las formas de participación infantil en diversas prácticas de cuidado desarrolladas en distintos espacios. En trabajos anteriores (DE GRANDE; FRASCO ZUKER; GAITÁN; LLOBET, 2022; FRASCO ZUKER, 2017; FRASCO ZUKER; FAYYASS; LLOBET, 2021; LLOBET; PAZ LANDEIRA; FRASCO ZUKER, 2022), basados en investigaciones socioantropológicas en distintas provincias de Argentina, mostramos las diversas formas y espacios en que niñas y niños participan de arreglos familiares de reproducción social y cuidan de otras/os, con especificidades según edad y género.

La participación de niñas y niños en esas actividades productivas se desarrolla en distintas temporalidades y espacios – como sus casas, las calles del barrio que habitan, en espacios institucionales – y produce diferenciaciones morales y jerarquías sociales en y entre grupos (FRASCO ZUKER; FAYYASS; LLOBET, 2021). En esta línea podemos situar también los trabajos

etnográficos de Hernández (2019), Quecha Reyna (2015), Leavy y Szulc (2021) y Leavy y Shabel (2022) en los que se evidencian prácticas de cuidado infantil realizadas por niñas y niños, con variaciones según las edades, en espacios que trascienden su hogar, como por ejemplo las calles del barrio en el que viven, organizaciones políticas o en redes de familia ampliada, así como también el trabajo de Rausky y Frasco Zuker (2022) sobre prácticas de cuidado desplegadas por niñas y niños y sobre diversas formas de trabajo infantil, que dan cuenta de su aporte a la reproducción familiar en contextos periurbanos y desiguales de Argentina.

En adición a lo anterior, en este apartado argumentamos que la lente del cuidado aporta también en otro sentido. Si las concepciones sobre infancia como objetos a ser protegidos o como adultos en formación han sido en extenso discutidas por los estudios sociales de infancia, la concepción del *niño global* basada en las nociones de agencia, autonomía, competencia y derechos (CASTRO, 2020) se ha vuelto predominante en investigaciones académicas y políticas públicas, obturando abordajes complejos y situados de la experiencia infantil. Aquí sostenemos que la lente del cuidado permite problematizar esta concepción, en tanto desestabiliza la perspectiva individualizante que la permea y destaca la relacionalidad como un aspecto clave.

Como argumenta Balagopalan (2021), los estudios sobre el cuidado desplegado por niños y niñas que recuperan los aportes feministas sobre la ética del cuidado, la autonomía relacional y la interdependencia se suman a la investigación previa que ha discutido las ideas de la agencia de niños y niñas (ALANEN, 2017; HANSON; NIEUWENHUYS, 2013; SILVER, 2020; SPYROU; ROSEN; COOK, 2018), en tanto amplían la mirada sobre el cuidado infantil para considerarlo como incrustado en relationalidades cuyo carácter dado parece exceder la comprensión autónoma e individualizada del sí mismo. Desde esta perspectiva, se ha repensado la categoría de agencia infantil no como una posesión individual, sino como un potencial interconectado y distribuido que se puede ensamblar y volver a ensamblar de diferentes maneras y tomar formas colectivas (ESSER; BAADER; BETZ, 2016; OSWELL, 2013).

Teniendo en cuenta estas miradas en torno al cuidado y a las infancias, desarrolladas en los apartados anteriores, proponemos pensar a la agencia infantil en tramas relacionales y en el marco de formas de jerarquización social que permiten captar la autonomía de niñas y niños a la vez que captar sus condicionantes. Entendemos por agencia infantil “la acción social de niñas y niños en la trama de relaciones intergeneracionales, interétnicas, de clase y género que la condicionan en cada contexto sociohistórico específico” (SZULC, 2019, p. 58) y que puede ser más o menos reflexiva o disposicional, dejar rastros en el discurso y en el cuerpo del agente en el intento de producir un cambio en un sistema de relaciones (FATYASS, 2020).

Asimismo, el carácter relacional y situado del cuidar y de la agencia colocan una pregunta sobre las temporalidades con que analizamos lo infantil. Si la dimensión temporal aparece como autoevidente por la propia naturaleza finita de “lo infantil”, su tratamiento como a-problemática parecería ser parte del problema teórico a abordar.

Históricamente las infancias, y en particular la agencia infantil, han sido invisibilizadas, especialmente cuando ésta se vincula con la participación de niñas y niños en actividades económicas (LLOBET, 2017, p. 12). Este conjunto de investigaciones permite sostener aquello que oportunamente señalan Leavy y Szulc (2021): que el fenómeno de participación infantil en el cuidado está siendo estudiado en la actualidad en forma creciente, lo cual permite desafiar ideas hegemónicas de infancia, cuidado y espacio (NIÑEZ PLURAL, 2019).

La lente del cuidado, con las reconceptualizaciones que ofrece sobre la agencia y la participación, ha dado lugar también a novedosas contribuciones en torno al activismo ambiental de niñas, niños y jóvenes desde un foco en la vida cotidiana (SKOVDAL; BENWELL, 2021). Al respecto, Walker (2017) ha argumentado que estos activismos ambientales cotidianos se fundamentan

teóricamente en una ética del cuidado, basada en la comprensión de la interdependencia entre los seres humanos (y no humanos) a través de los tiempos y los espacios y en la consideración de Horton y Kraftl (2009) de los *activismos implícitos o modestos*, que surgen de los encuentros emocionales de los individuos con el mundo que les rodea.

Retomando estos aportes, la investigación en curso de Paz Landeira (2022) sobre las formas en que niños y niñas despliegan prácticas de cuidado hacia sí mismos, hacia otros seres humanos y no humanos y hacia el espacio, y se comprometen con formas ordinarias de activismo ambiental en territorios concretos afectados por toxicidades y violencia lenta, argumenta en favor de visualizarlos como agentes de cuidado y ciudadanos políticos.

No obstante estos avances, las dimensiones temporales involucradas en cuidados y agencia infantiles han sido sólo incipientemente exploradas. A partir de reflexiones críticas en los estudios sociales de infancia respecto de complejizar la relación entre infancia y temporalidad de modo de ir más allá del presentismo y la crítica generalizada de la futuridad (ROSEN, 2017), nuevas preguntas emergen acerca de las distintas temporalidades que organizan las experiencias infantiles y, en particular, el cuidado. En tal sentido, Llobet (en prensa, p. 9), se pregunta: “¿Cómo las éticas y prácticas de cuidado construyen futuros posibles, en un contexto histórico en que la vida familiar y la crianza de los hijos son objeto de disputa por parte de actores que movilizan renovados y en algunos casos, contradictorios sentidos sobre el futuro?”.

En suma, este enfoque relacional abierto a la interdependencia, la complejidad y la multidimensionalidad que la lente del cuidado provee resulta potente para dar cuenta de sus dimensiones éticas, afectivas y materiales e ir más allá de la noción de individualización extrema de niño titular de derechos, para observar las redes de interdependencia y formas de vida en común de las que niñas y niños han sido relegados históricamente y recuperar, así, el potencial político y crítico de los derechos.

Reflexiones finales

La lente de los cuidados propuesta nos permite desafiar los espacios clásicamente considerados de cuidado infantil, los actores que brindan cuidado, así como a quiénes (seres humanos y no humanos, objetos y espacios) se cuida. A su vez, permite situar las prácticas en contextos de privaciones de derechos que condicionan las formas de cuidado y en tal sentido no pueden ser omitidas de los análisis.

Estos desplazamientos son particularmente significativos para pensar lo infantil en y desde América Latina, en virtud de que se trata de una región atravesada por desigualdades estructurales y persistentes. La precariedad que configura las vidas cotidianas de muchos niños y niñas y sus familias suponen tensiones materiales y morales respecto de las posibilidades de cuidar (LLOBET; PAZ LANDEIRA; FRASCO ZUKER, 2022). Si las crisis con frecuencia permiten dar mayor centralidad al cuidado, como sucedió con la pandemia por COVID-19, se vuelve necesario repensar la relación entre infancia, cuidado, temporalidad y crisis ordinarias (LLOBET, en prensa).

A su vez, esta lente permite ver que el trabajo de cuidado es central para reproducir el mundo, pero no se agota en su dimensión de trabajo, sino que a su vez supone emociones, tensiones y conflictos interpersonales que producen sentidos sobre infancia, familia, maternidad, paternidad y crianza que varían de acuerdo a las relaciones particulares. Relaciones que implican una dimensión intergeneracional que instan a atender a la interdependencia y reciprocidad entre adultos/as y niños/as ligados por lazos familiares y parentales, antes que presuponer una idea dicotómica que plantea dependencia y autonomía según la edad.

Para cerrar, creemos que no obstante los avances y discusiones en torno a los estudios sobre cuidados e infancias, es necesario profundizar algunas líneas de análisis que aún son poco exploradas o que presentan algunos sesgos.

Como se ha señalado, toda tarea de cuidado desarrollada por niños o niñas ha tendido a considerarse social e institucionalmente como muestra de las fallas morales de los adultos a su cargo, en particular de sus madres. De este modo, las formas de cuidado realizadas por las infancias han sido consideradas con frecuencia como perjudiciales para el bienestar infantil y como una vulneración de sus derechos. Parece necesario entonces continuar indagando en la relación entre la participación de niños y niñas en el cuidado y las economías morales y afectivas en torno a la crianza y la mater/paternidad. A su vez, argumentamos que esto permitiría aportar a la reconceptualización de los derechos de niños y niñas, a fines de recuperar su potencial crítico y su carácter político, colectivo y relacional. Por otro lado, hemos argumentado que las dimensiones temporales involucradas en cuidados y agencia infantiles han sido solo incipientemente exploradas.

En particular, en un contexto de renovada discusión en los estudios sociales de infancia sobre la relación entre ésta y el futuro, la lente del cuidado parece productiva para considerar el papel de niños y niñas como hacedores de futuro de modo de reconocer su derecho legítimo a forjarlo. Este enfoque permite echar luz sobre los modos en que, a través de las prácticas y relaciones de cuidado en las que niños y niñas participan, imaginan futuros deseables e indeseables y despliegan afectos con orientaciones temporales específicas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALANEN, L. Explorations in generational analyses. In: ALANEN, L.; MAYALL, B. (Orgs.). **Conceptualizing child-adult relation**. Londres: Routledge Falmer, 2002. p. 25–36.
- _____. Childhood studies and the challenge of ontology. **Childhood**, California, v. 24, n. 2, p. 147–150, 2017.
- ARIÈS, P. El descubrimiento de la infancia. In: ARIÈS, P. **El niño y la vida familiar en el Antiguo Régimen**. Madrid: Taurus, 1987. p. 57–76.
- BALAGOPALAN, S. Precarity and the question of children's relationalities. **Global Qualitative Nursing Research**, California, v. 28, n. 3, p. 327–332, 2021.
- BUCH, E. D. Senses of Care: embodying inequality and sustaining personhood in the home care of older adults in Chicago. **American Ethnologist**, New Jersey, v. 40, n. 4, p. 637–650, 2013.
- BUTLER, J. **Frames of War**: when is life grievable? Londres: Verso, 2009.
- CASTILLA, M. V. Maternidad, cuidados y castigos en barrios marginales y vulnerables de Buenos Aires. **RUNA**: archivo Para Las Ciencias Del Hombre, Buenos Aires, v. 38, n. 2, p. 37–51, 2017.
- CASTILLA, M. V.; KUNIN, J.; BLANCO ESMORIS, F. Pandemia y nuevas agendas de cuidado. **Documentos de Investigación N°8/2020**, IDAES, p. 3–12, 2020.
- CASTRO, L. R. Decolonising child studies: development and globalism as orientalist perspectives. **Third World Quarterly**, Oxfordshire, v. 42, n. 11, p. 2487–2504, 2020.
- _____. Os Universalismos no estudo da infância: a criança em desenvolvimento e a criança global In: CASTRO, L. R. (Org.). **Infâncias do Sul Global**: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 41–77.
- COLÁNGELO, A. La crianza como proceso sociocultural. Posibles aportes de la antropología al abordaje médico de la niñez. **Primeras Jornadas Diversidad en la Niñez...** Ensenada: Hospital El Dique, 2014.
- COMAS D'ARGEMIR, D. Los cuidados y sus máscaras. Retos para la antropología feminista. **Revista Mora**, Buenos Aires, v. 20, p. 167–182, 2014.
- DE GRANDE, P.; FRASCO ZUKER, L.; GAITÁN, A.; LLOBET, V. Emociones y cuidados en el confinamiento hogareño durante la pandemia de covid-19. **Psicología em Estudo**, Maringá, v. 27, p. 1–15, 2022.
- ELDÉN, S. An ordinary complexity of care: moving beyond 'the family' in research with children. **Families, Relationships and Societies**, Bristol, v. 5, n. 2, p. 175–92, 2016.
- ESSER, F.; BAADER, M.; BETZ, T. (Orgs.). **Reconceptualising Agency and Childhood**: new perspectives in childhood studies. Londres: Routledge, 2016.
- EVANS, R.; BECKER, S. **Children Caring for Parents with HIV and AIDS**: global issues and policy responses. Bristol: The Policy Press, 2009.
- FATYASS, R. **Niña/o de la agencia infantil**: espacios educativos y contextos de pobreza en Villa María, Córdoba. 2020. Tesis (Doctorado en Antropología) — Universidad Nacional de Villa María, Villa María, 2020.
- FAUR, E. **El cuidado infantil en el siglo XXI**: mujeres malabaristas en una sociedad desigual. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.

- FINK, J. (Org). **Care**: personal lives and social policy. Milton Keynes: The Open University, 2004.
- FRASCO ZUKER, L. **Cuidar a la gurisada**. Etnografía sobre trabajo infantil y cuidado en la localidad de Colonia Wanda, Misiones. 2019. Tesis (Doctorado en Antropología Social) – Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2019.
- FRASCO ZUKER, L.; FATYASS, R.; LLOBET, V. Agencia infantil situada. Un análisis desde las experiencias de niñas y niños que trabajan en contextos de desigualdad social en Argentina. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 60, p. 163–190, 2021.
- FRASCO ZUKER, L.; PAZ LANDEIRA, F.; LLOBET, V. Una aproximación conceptual desde América Latina para el estudio de las infancias contemporáneas. **Raigal**: Revista Interdisciplinaria de Ciencias Sociales, Villa María, v. 8, p. 29–41, 2022.
- FEDERICI, S. **El patriarcado del salario**: críticas feministas al marxismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.
- GARCÍA SÁNCHEZ, I. Children as Interactional Brokers of Care. **Annual Review of Anthropology**, San Mateo, v. 47, p. 167–84, 2018.
- GILLIGAN, C. **In a Different Voice**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- HAN, C. Symptoms of Another Life: Time, Possibility, and Domestic Relations in Chile's Credit Economy. **Cultural Anthropology**, Arlington, v. 26, n. 1, p. 7–32, 2011.
- HANSON, K.; NIEUWENHUYSEN, O. **Reconceptualizing Children's Rights in International Development**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- HERNANDEZ, C. Experiencias de niñez en la pobreza: una cartografía de cuidados. **RUNA**: archivo para las ciencias del hombre, Buenos Aires, v. 40, n. 2, p. 93–111, 2019.
- HORTON, J.; KRAFTL, P. What (Else) Matters? Policy Contexts, Emotional Geographies. **Environment and Planning A**: economy and space, California, v. 41, n. 12, p. 2984–3002, 2009.
- JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. **Theorizing Childhood**. Cambridge: Polity Press, 1998.
- JENKS, C. **Childhood**. Londres; Nueva York: Routledge, 1996.
- KROPFF, L. Los jóvenes mapuche en Argentina: entre el circuito punk y las recuperaciones de tierras. **Alteridades**, Ciudad de México, v. 21, n. 42, p. 77–89, 2011.
- KUNIN, J. **El poder del cuidado**: mujeres y agencia en la pampa sojera argentina. 2019. Tesis (Doctorado en Antropología Social) — École des Hautes Études en Sciences Sociales, París/ Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2019.
- LEAVY, P.; SHABEL, P. Child care and participation in the Global South: an anthropological study from squatter houses in Buenos Aires. **Third World Thematics**: a TWQ Journal, Oxfordshire, v. 7, n. 30, p. 1–16, 2022.
- LEAVY, P.; SZULC, A. Cuidando a los niños y niñas, cuidando el territorio. Una mirada etnográfica sobre comunidades rurales mapuche y ava-guaraní en Argentina. **Indiana**, Berlín, v. 38, n. 1, p. 79–101, 2021.
- LIBARDI, S. **A proteção da infância e as relações intergeracionais a partir da perspectiva dos adultos**. 2016. Tesis (Doctorado en Psicología) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LLOBET, V. ¿Retratos de niño? Políticas sociales y derechos de niñ@s en situación de calle. In: CARLI, S. (Org.). **La cuestión de la infancia: entre la escuela, la calle y el shopping**. Buenos Aires: Paidós Editorial, 2006.

_____. Las políticas sociales para la infancia y el problema del reconocimiento. **V Jornadas de Sociología de la UNLP...** La Plata: Memoria Académica, 2009.

_____. Francisca el 11 de setiembre: acerca de la producción de la experiencia infantil en el Chile del golpe militar. **Castalia**, Santiago, v. 29, n. 5, p. 6–15, 2017.

_____. Las regulaciones del cuidado y los derechos de niños y niñas: un debate situado. In: CASTRO, L. R. (Org.). **Infâncias do Sul Global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2021.

_____. Infancia(s) y futuro(s). Las políticas de la infancia y la participación infantil. In: AREND, S. (Org.). **Infâncias e juventudes nos (con)textos latino-americanos: desafios do passado para o presente**. Vitória: Milfontes. En prensa.

LLOBET, V.; PAZ LANDEIRA, F.; FRASCO ZUKER, L. Infancias, juventudes y familias: transformaciones sociales, crisis del cuidado y proyectos de futuro en escenarios pos-pandemia. **Congreso de la Asociación de Estudios Latinoamericanos**. Congreso virtual, 2022.

LLOBET, V.; VILLALTA, C. Economías morales del cuidado infantil. Familias, género y desigualdades en los programas de acogimiento familiar en la Argentina. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 61, p. 227–256, 2021.

LOCKE, C. Do Male Migrants ‘Care’? How Migration is Reshaping the Gender Ethics of Care. **Ethics and Social Welfare**, Oxfordshire, v. 11, n. 3, p. 277–295, 2017.

LOREY, I. **Estado de inseguridad**: gobernar la precariedad. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.

MA, Z. Promises and perils of guan. Mental healthcare and the rise of biopolitical paternalism in contemporary China. **Medicine Anthropology Theory**, Edinburg, v. 7, n. 2, p. 150–174, 2020.

MEILLASSOUX, C. **Femmes, greniers et capitaux**. Paris: Editions Maspero, 1975.

MURRAY, M. et al. Care and Relatedness Among Rural Mapuche Women: issues of cariño and empathy. **Ethos**, New Jersey, v. 45, n. 3, p. 367–385, 2017.

NAKANO GLENN, E. **Forced to Care**: coercion and caregiving in America. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

NIÑEZ PLURAL. Niñez, alteridad y cuidado. Reflexiones para un campo en Construcción. **DESIDADES – Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 48–58, 2019.

OSWELL, D. **The Agency of Children**: from family to Global Human Rights. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

PALOMO, M.; TERRÓN, J. Interdependencias. Una aproximación al mundo familiar del cuidado. **Argumentos: revista de Crítica Social**, Buenos Aires, v. 17, p. 212–237, 2015.

PAZ LANDEIRA, F. Estudio etnográfico de la experiencia infantil en ambientes contaminados por el uso de agrotóxicos. **Congreso de la Asociación de Estudios Latinoamericanos**. Congreso virtual, 2022.

QUECHA REYNA, C. **Niñas cuidadoras en contextos migratorios**: El caso de las poblaciones afrodescendientes en la Costa Chica de Oaxaca. Cuicuilco, Ciudad de México, v. 22, n. 64, p. 155–175, 2015.

RAUSKY, E.; FRASCO ZUKER, L. Disputed meanings about child labour, its consequences and interventions; discussions based on ethnographic research in Argentina. **Third World Thematics: a TWQ Journal**, Oxfordshire, v. 7, n. 1-3, p. 181-198, 2022.

REMORINI, C. Los estudios etnográficos sobre el desarrollo infantil en comunidades indígenas de América Latina: contribuciones, omisiones y desafíos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 3, p. 810-840, 2013.

_____. Integración entre edades y el rol de los abuelos en la crianza de los niños Mbya Guaraní (Argentina). **Segundo Congreso Internacional Los Pueblos Indígenas de América Latina, siglos XIX-XXI. Avances, perspectivas y retos**. Santa Rosa, 2016.

RODRIGUEZ ENRIQUEZ, C.; MARZONETTO, G.; ALONSO, V. Organización social del cuidado en la Argentina: Brechas persistentes e impacto de las recientes reformas económicas. **Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, n. 58, dic. 2019.

ROSEN, R. Time, Temporality and woman-child relations. **Children's Geographies**, Oxfordshire, v. 15, n. 3, p. 374-380, 2017.

SILVER L. Transformative childhood studies: a remix in inquiry, justice, and love. **Children's Geographies**, Oxfordshire, v. 18, p. 176-190, 2020.

SKOVDAL, M.; BENWELL, M. Young people's everyday climate crisis activism: new terrains for research, analysis and action. **Children's Geographies**, Oxfordshire, v. 19, n. 3, p. 259-266, 2021.

SPYROU S.; ROSEN R.; COOK, D. Introduction. In: SPYROU, S.; ROSEN, R.; COOK, D. (Orgs.). **Reimagining Childhood Studies**. Londres: Bloomsbury, 2018. p.1-20.

SZULC, A. Antropología y Niñez: de la omisión a las “culturas infantiles”. In: WILDE, G.; SCHAMBER, P. (Orgs.). **Culturas, comunidades y procesos urbanos contemporáneos**. Buenos Aires: SB, 2006. p. 25-60.

_____. Más allá de la agencia y las culturas infantiles. Reflexiones a partir de una investigación etnográfica con niños y niñas mapuche. **RUNA: archivo para las ciencias del hombre**, Buenos Aires, v. 40, n. 1, p. 53-63, 2019.

THELEN, T. Care as Social Organization: Creating, Maintaining and Dissolving Significant Relations. **Anthropological Theory**, California, v. 15, n. 4, p. 497-515, 2015.

_____. Care as Belonging, Difference, and Inequality. In: ALDENDERFER, M. (Org.). **Oxford Research Encyclopedia of Anthropology**. New York: Oxford University Press, 2021.

TRONTO, J. Beyond Gender Difference to a Theory of Care. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 12, n. 4, p. 644-663, 1987.

VERGARA DEL SOLAR, A.; SEPÚLVEDA GALEAS, M.; CHÁVEZ IBARRA, P. Parentalidades intensivas y éticas del cuidado: Discursos de niños y adultos de estrato bajo de Santiago, Chile. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 17, n. 2, p. 1-11, 2018.

WALKER, C. Embodying ‘the Next Generation’: Children’s Everyday Environmental Activism in India and England. **Contemporary Social Science**, Oxfordshire, v. 12, n. 1-2, p. 13-26, 2017.

ZELIZER, V. **La negociación de la intimidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

Resumen En la actualidad, la categoría de cuidado está en el centro de debates académicos y sociales, agendas de investigación, políticas públicas, procesos de demandas y activismos. En particular, se constituye en un nodo analítico para abordar fenómenos complejos, tales como la organización social y del parentesco, los regímenes de bienestar, la producción y legitimación de inclusiones/exclusiones, la intimidad y la producción de valor y variados procesos de reproducción y/o impugnación de jerarquías sociales. En este artículo nos proponemos hacer una síntesis sobre los principales aspectos y nudos críticos del cuidado que creemos son fundamentales para contribuir a problematizar la infancia. Proponemos para ello un enfoque relacional del cuidado y la infancia que permite dar cuenta de la complejidad intergeneracional y de género de los arreglos de cuidado en escenarios de interacción y reproducción social, que tensionan abordajes instrumentales, diádicos y unidireccionales.

Palabras clave: infancia, cuidado, participación, perspectiva relacional.

Infância e cuidado. Reflexões críticas a partir de abordagens relacionais

Resumo Atualmente, a categoria do cuidado está no centro de debates acadêmicos e sociais, agendas de pesquisa, políticas públicas, processos judiciais e ativismo. Em particular, constitui um nó analítico para abordar fenômenos complexos, como organização social e de parentesco, regimes de bem-estar, produção e legitimação de inclusões/exclusões, intimidade e produção de valor, e vários processos de reprodução e/ou desafiando hierarquias sociais. Neste artigo pretendemos fazer uma síntese dos principais aspectos e questões críticas do cuidado que acreditamos serem fundamentais para contribuir para a problematização da infância. Para tanto, propomos uma abordagem relacional do cuidado e da infância que contribua para dar conta da complexidade intergeracional e de gênero dos arranjos de cuidado em cenários de interação social e reprodução, que enfatizam abordagens instrumentais, diádicas e unidirecionais.

Palavras-chave: infância, cuidado, participação, abordagem relacional.

Childhood and Care. Critical thoughts from relational approaches

Abstract Currently, the concept of care is at the center of academic and social debates, research agendas, public policies, lawsuit processes and activism. In particular, it constitutes an analytical node to address complex phenomena, such as social and kinship organization, welfare regimes, the production and legitimization of inclusions/exclusions, intimacy and the production of value, and various processes of reproduction and/or challenging social hierarchies. In this article, we provide a synthesis of the main aspects and critical knots of care that we believe are fundamental to contribute to problematizing childhood. To this end, we propose a relational approach to care and childhood that makes it possible to account for the intergenerational and gender complexity of care arrangements in scenarios of social interaction and reproduction, which stress instrumental, dyadic and unidirectional approaches.

Keywords: childhood, care, participation, relational approach.

FECHA DE RECEPCIÓN: 11/10/2022

FECHA DE APROBACIÓN: 10/01/2023



Florencia Paz Landeira

Doctora en Antropología Social por la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), Argentina. Investiga sobre la experiencia infantil en espacios amenazados por extractivismos en Argentina, con foco en el cruce entre derechos de niños, niñas y adolescentes y derecho ambiental.

E-mail: flor.pazlandeira@gmail.com



Laura Frasco Zuker

Doctora en Antropología Social por la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), Argentina. Investiga sobre la participación de niñas y niños en actividades productivas, y en la reproducción social en general, en contextos de desigualdad social de Argentina.

E-mail: laurefz@gmail.com



Valeria LLobet

Doctora en Psicología por la Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina. Posdoctora en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) por la Pontificia Universidad Católica de San Pablo (UCSP), Perú, y por el Colegio de la Frontera (COLEF), México. Investiga sobre las políticas y los derechos de la infancia con perspectiva de género.

E-mail: valeria.s.llobet@gmail.com



Cuidados, infancias y migraciones. Experiencias emocionales de migrantes e hijos de migrantes bolivianos en Argentina

Stefania Cardonetti

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Buenos Aires, Argentina

<https://orcid.org/0000-0003-1561-6935>

Guadalupe Blanco Rodríguez

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Buenos Aires, Argentina

<https://orcid.org/0001-5972-6365>

Introducción

Las migraciones desde Bolivia hacia Argentina fueron estudiadas en sus múltiples dimensiones por la sociología, la antropología y la historia. Las investigaciones revelaron que a principios del siglo XX estos desplazamientos eran eminentemente masculinos y estacionales y que, en la segunda parte de ese siglo, mutaron hacia migraciones permanentes, con cantidades similares de hombres y mujeres. El rol de las redes sociales fue central en la decisión de migrar: los contactos, el acceso a la información y el apoyo de parientes y paisanos fueron claves para las estrategias y los proyectos individuales y colectivos de los migrantes (CASSANELLO, 2016).

Durante el periodo mencionado las características de la migración estuvieron vinculadas tanto a esas redes sociales, como a las condiciones y posibilidades laborales en Argentina. En la década de 1930 los flujos respondían a las necesidades de mano de obra de las provincias fronterizas entre Bolivia y Argentina, las personas migraban para trabajar en la zafra en Salta y Jujuy. Sin embargo, cuando las economías regionales decrecieron, las migraciones desde Bolivia hacia Argentina se dirigieron a las grandes ciudades (JELIN; PAZ, 1991).

A partir de la década de 1970, los migrantes bolivianos acompañaron la reestructuración de la horticultura en la provincia de Buenos Aires y devinieron en protagonistas fundamentales de la dinámica económica de vastos sectores del cordón hortícola (BENENCIA, 2005, 2017; RINGUELET, 2008). En ese marco, lo “familiar”, los lazos de parentesco y el paisanaje aparecieron en las preocupaciones de los investigadores, en la medida en que eran familias nucleares enteras, parientes y paisanos quienes participaban en el desarrollo económico de sectores como la horticultura (BENENCIA, 1997, 2005; LUCIFORA, 1997).

Hacia finales del siglo XX la migración boliviana se perfilaba como familiar, pero fue hace pocos años que, desde una perspectiva de género, las investigaciones comenzaron a poner el foco en las transformaciones que produce la migración al interior de las familias: las desigualdades de edad y de género, las jerarquías entre sus miembros, los conflictos en la distribución de tareas remuneradas y no remuneradas y las particularidades del trabajo de cuidado¹ (MAGLIANO; MALLIMACI, 2018; MALLIMACI, 2011).

Uno de los aportes de estas investigaciones fue evidenciar que las mujeres migrantes bolivianas y sus hijas realizan tareas domésticas, de cuidado y trabajo para el mercado, mientras que los hombres se encargan mayoritariamente de tareas remuneradas, lo que las deja como responsables de una cantidad de trabajo mayor (MAGLIANO, 2013; TRPIN; BROUCHOUD, 2014). Asimismo, se demostró que, en varios rubros donde se desempeñan los migrantes bolivianos en Argentina, los espacios del trabajo remunerado y no remunerado se superponen: mercados frutihortícolas, quintas, venta de ropa en ferias y talleres textiles, son algunos de los casos relevantes. Esto supone que las mujeres deban realizar los distintos tipos de tareas — cuidado y

1 La perspectiva de género resulta central para revisar nociones androcéntricas del trabajo, el cuidado y la infancia y por ello partimos desde allí. La incorporación de la perspectiva de género en los estudios migratorios impulsó distintas aristas para problematizar las migraciones, el trabajo y la familia. Asimismo, la definición de lo que podía entenderse o no como trabajo en el marco de los estudios migratorios fue ampliada. Se discutieron criterios androcéntricos que vinculaban solo a los varones con el trabajo en la migración, y el trabajo de cuidado y doméstico – tanto para el mercado como el que se realizaba para la familia – fueron incorporados al análisis de las desigualdades en los procesos migratorios, tanto entre hombres y mujeres, como entre mujeres. En relación a los y las sujetos/as que entrevistamos, cabe aclarar que nos referimos a ellos/as como varones y mujeres porque es la manera en que se nombran a sí mismos. De acuerdo con las características del campo y los relevamientos realizados, utilizar otras formas de nombrarlos sería forzado.

trabajo para el mercado —en simultáneo, aunque presentan características difíciles de conciliar (BLANCO RODRIGUEZ, 2022a). Esa superposición, y la necesidad de cuidar de los niños, genera que estos y los adolescentes estén en los lugares de trabajo compartiendo espacios con sus adultos responsables. Asimismo, implica que sean cuidados y eventualmente cuiden a otros niños allí.

Como señalamos, esa superposición es evidente pero sus implicancias en las experiencias laborales y familiares de las personas no fueron abordadas por las investigaciones sobre género y migraciones hasta hace poco tiempo (BLANCO RODRIGUEZ, 2022b; MALLIMACI, 2011). Desde los estudios sobre jóvenes migrantes e hijos de migrantes tampoco se puso el foco en esta superposición y lo que supone en las experiencias de cuidado de niños y adolescentes. Estas investigaciones realizaron aportes sobre los modos de participación ciudadana de jóvenes migrantes e hijos de migrantes bolivianos, sus formas de identificación, las trayectorias educativas marcadas por el proceso migratorio y las condiciones laborales, y se ha puesto el foco en cómo es visto y evaluado públicamente el trabajo de los niños (GAVAZZO, 2014; MORZILLI, 2020; NOVARO; DIEZ, 2011; RUEDA, 2022).

Todavía resta abordar las experiencias de quienes fueron cuidados en los espacios laborales donde se desempeñan y se desempeñaron sus familias y conocer cómo recuerdan y representan las emociones asociadas a esos cuidados, que son importantes para evidenciar aspectos centrales de sus migraciones y/o las de sus familias. ¿Cómo recuerdan sus experiencias de cuidado? ¿Cómo experimentaron cuidar a otros niños y niñas?

Proponemos responder estos interrogantes a través de las herramientas que nos brinda la historia de las emociones. La dimensión emocional es central para problematizar los recuerdos que estos jóvenes evocan respecto del cuidado que recibieron en su infancia y del que realizaron en los espacios de trabajo de sus familias. Estudiar las emociones que suscita la migración desde una perspectiva geográfica, historizada y espacialmente situada permite comprender la complejidad de las experiencias emocionales y los cambios que produce la situación migratoria en las familias, y la forma en que los migrantes y sus hijos interactúan con la sociedad receptora. ¿Qué emociones vinculan a sus experiencias? ¿Cuáles son relevantes en los testimonios de los jóvenes?

Cabe destacar que una de las características de la migración boliviana hacia Argentina es que el flujo se divide entre aquellos migrantes que se insertan en la ciudad, y otro porcentaje de productores que se desempeñan en sectores rurales y periurbanos. Aunque las experiencias de asentamiento y trabajo familiar de bolivianos en las zonas urbanas y periurbanas fueron analizadas como comportamientos estancos, aquí proponemos establecer un cruce entre las vivencias de los niños y jóvenes de ambas zonas. Entonces, nos preguntamos ¿Las experiencias emocionales son distintas en la ciudad y la zona rural/periurbana? Si lo son, ¿Cuáles son esas diferencias en las experiencias emocionales?

Nuestra hipótesis es que las experiencias, así como los contenidos emocionales pueden ser disímiles en las dos zonas geográficas — quintas y sectores urbanos — de las que se ocupa este trabajo. Proponemos dar cuenta de las diferencias marcadas por las dificultades y las ventajas que cada espacio brinda a las familias por sus características, por la distancia entre el lugar de trabajo, la vivienda y las escuelas y por la presencia o no de la mirada estatal en esos espacios. Para analizarlo utilizamos 10 entrevistas realizadas a jóvenes hombres y mujeres migrantes e hijos de migrantes de hasta 35 años, que residen en los partidos de Quilmes y General Pueyrredón — que se destacan por ser zonas de Argentina donde se asentó una cantidad relevante de migrantes bolivianos. Cinco corresponden a experiencias de vida en las quintas, y cinco a experiencias urbanas. Las entrevistas a jóvenes con experiencias en las

quintas fueron realizadas en los mismos espacios de trabajo y el contacto con ellos surgió a través de informantes o en el Centro de Residentes Bolivianos de General Pueyrredón. En las zonas urbanas, los jóvenes fueron entrevistados en sus hogares y en todos los casos, luego de obtener el permiso para grabar las entrevistas, trabajamos con el análisis de transcripciones.

Además de la introducción y la conclusión, el artículo se divide en dos apartados. En el primero reconstruimos cómo recuerdan los niños su paso por los espacios de trabajo, lo que hacían allí y cómo fueron sus experiencias de cuidado. En el segundo nos detenemos en las emociones asociadas a esos cuidados y las diferencias en las experiencias emocionales entre quienes vivían en la ciudad y quienes habitaban en el periurbano.

El cuidado en la superposición de los espacios domésticos y de trabajo para el mercado desde la perspectiva de los jóvenes

Las historias de los jóvenes cuyas familias trabajan o trabajaron en quintas hortícolas comenzaron de formas similares. En la mayoría de los casos, parejas de hombres y mujeres provenientes de Tarija, Bolivia, llegaron a General Pueyrredón y comenzaron a trabajar en el periurbano de la ciudad a partir de los años 70. Aquí nacieron sus hijos y les transmitieron lo que sabían sobre el trabajo. Sin embargo, y aunque en los testimonios haya una fuerte valoración del esfuerzo que los adultos de la familia realizaron al migrar, las actividades de los/as jóvenes comenzaron a diversificarse, produciendo una distancia del propósito que había impulsado la migración de sus padres.

En algunos casos, los jóvenes tomaron rumbos que los separaron del trabajo de sus padres en las quintas, como Laura, que se recibió de enfermera, trabaja en un hospital de la ciudad y nunca realizó actividades agrícolas, aunque su familia posee una quinta hace 30 años. En otros casos, la distancia es relativa y entrecruza distintas actividades para los hijos de los migrantes. En el caso de Miriam, aunque terminó su carrera universitaria y su trabajo fijo es en una biblioteca, ayuda a su marido en la quinta cuando puede y él la necesita. En una situación similar, Mariana estudia para ser chef y trabaja en la ciudad en un local de ropa que le permite conciliar sus horarios de estudio y trabajo. En su experiencia, la forma de colaborar con su familia en la quinta es “llevarles las cuentas”.

En este sentido, el trabajo hortícola, que significó un gran esfuerzo y sacrificio sobre todo en los primeros años posteriores a la migración para sus padres y madres, abrió posibilidades para los jóvenes, que pudieron utilizar los beneficios que obtuvieron junto a ellos en el trabajo hortícola y dedicarse a otras actividades. Aunque en algunos casos no signifique la finalización de sus responsabilidades con el trabajo familiar, existe la posibilidad de estudiar, conseguir otros empleos y reducir la participación en las quintas. La colaboración en el trabajo familiar sigue siendo importante, pero no invalida nuevos proyectos.

Ahora bien, aunque sus historias personales pueden diferenciarse de las de sus padres, todos los jóvenes entrevistados fueron cuidados por sus familias dentro de los espacios de las quintas cuando eran pequeños. Sus madres debían participar del trabajo hortícola a la par de los hombres, incluso al poco tiempo de dar a luz. Por ello, consideraban que llevarlos a la quinta era la mejor opción porque podían “mirarlos” mientras trabajaban (BLANCO RODRIGUEZ, 2022b). Dejarlos en la casa —que en general está dentro del predio de las quintas, pero en algunos casos a distancias que pueden superar los 200 metros— no les parecía la mejor opción, dado que los niños y niñas podrían golpearse o accidentarse al encontrarse solos (BLANCO RODRÍGUEZ, 2022a). Allí podían compartir con sus hermanos y/u otros niños, si es que en la quinta trabajaba

más de una familia. Daniela, que cuando la entrevistamos tenía 20 años y estudiaba en la Facultad de Humanidades de la Universidad de Mar del Plata, recordó las actividades y juegos que practicaba cuando su mamá los llevaba allí para cuidarlos.

En realidad, jugábamos a cosechar, estaban todos mis hermanos... jugábamos y cuando estábamos cansados yo me acuerdo que mi mamá, teníamos un lugar, árboles, cubierto con plantas y ahí descansábamos, venía mi mamá y nos daba el té también, me re acuerdo (Entrevista a Daniela, Mar del Plata, marzo de 2017).

Los entrevistados crecieron y fueron cuidados en las quintas mientras sus padres trabajaban y, jugando, aprendieron tareas asociadas al trabajo. Como señalaron Frasco Zuker (2019) y Rueda (2022), el trabajo de los niños, muchas veces, puede constituirse en términos de cuidado, especialmente cuando sus madres no tienen otra opción que llevarlos con ellas mientras trabajan. Eso puede verse en los testimonios de los jóvenes entrevistados que, sin excepción, comenzaron a involucrarse en tareas hortícolas porque eran llevados a los espacios de trabajo por sus familias que creían que, ante su mirada atenta, podían cuidarlos mejor mientras se entretenían realizando tareas en la horticultura.

En efecto, como muestra el testimonio de Daniela, los juegos que podían tener lugar en las quintas estaban vinculados a los recursos que tenían allí, lo que con el tiempo derivó en el aprendizaje y la inserción en el trabajo familiar. Ahora bien, mientras jugaban y adquirían saberes hortícolas también cuidaban de otros niños más pequeños. Especialmente las niñas y adolescentes podían convertirse en cuidadoras de sus hermanos. El testimonio de Mariana, entrevistada a sus 23 años, que estudiaba para ser chef mientras se encargaba de “las cuentas” de la quinta de su familia, es significativo: “Los más chicos que me siguen a mí sí, los cuidaba, la ayudaba a mi madre en cuidarlos y eso.” (Entrevista a Mariana, Mar del Plata, 2017).

Por su parte, Miriam, entrevistada a sus 35 años, se había recibido de bibliotecaria, trabajaba en la biblioteca de su localidad y ayudaba a su marido en la quinta cuando él la necesitaba, expresó:

Cuando ya tenía doce años nació mi hermano el que me sigue y ya me dediqué más a cuidar a mis hermanos (...) no había niñera, no podían pagar, no se estilaba, no había con quién dejarlos (...) Y mientras ayudábamos, la mayoría de la gente lo llevaba [a la quinta] porque no tenían con quien dejarlos (Entrevista a Miriam, estación Chapadmalal, 2017).

Sus testimonios muestran que ellas, que desde pequeñas fueron cuidadas en las quintas hortícolas mientras sus padres trabajaban, cuando crecieron se convirtieron en quienes cuidaban a sus hermanos. Esta responsabilidad responde a que son, no las hijas más grandes de la familia, pero sí las mujeres mayores entre sus hermanos. Aunque ambas tienen hermanos varones de una edad adulta mayor, cuando crecían, ellos se dedicaron a “ayudar”² de forma exclusiva en el trabajo hortícola y a estudiar, mientras que ellas, aunque realizaban tareas agrícolas e iban a la escuela, también eran responsables de colaborar en el cuidado o preparar los almuerzos.

2 Utilizamos “ayudar” porque es la categoría nativa con la que los jóvenes suelen referirse al trabajo que realizan en las quintas. En general, expresan que “ayudan” a sus padres, porque son ellos quienes realizan las tareas más pesadas.

En ese sentido, en las quintas hortícolas, la superposición significa que niños y niñas sean cuidados en los espacios de trabajo. Los recuerdos sobre ese cuidado aparecen vinculados al aprendizaje de las tareas hortícolas a través del juego, a las que luego fueron incorporándose de forma habitual. En el caso de las jóvenes mujeres, llegado el momento en que no requerían el cuidado de sus madres, no solo fueron incorporándose a las tareas hortícolas que habían aprendido, sino que también ocuparon el lugar de cuidadoras de sus hermanos más pequeños y de responsables de tareas domésticas (BLANCO RODRÍGUEZ, 2022b).

Por su parte, la ciudad muestra una dinámica cotidiana distinta. Podríamos analizar una variedad de experiencias en las que el cuidado y las tareas laborales se superponen, pero pusimos el foco en la venta de ropa en ferias en distintos espacios del conurbano y en el Mercado Frutihortícola ubicado en el límite entre las ciudades de Quilmes y Berazategui. Si nos centramos en el mercado, encontramos un mundo social en el que, en cada uno de los más de 50 puestos, trabajan familias que se dedican entre las 3 y las 11 de la mañana a realizar sus labores mientras resuelven en ese mismo lugar de trabajo el cuidado de niños y niñas. Dentro del mercado, las principales tareas son vender frutas y verduras por menor y por mayor, ordenar el puesto, organizar y reponer mercadería y la cobranza.

Giuliana, de 32 años, concurre desde los 10 al mercado con sus padres, migrantes bolivianos que llegaron a la Argentina en la década de 1970. Cuando su madre arribó, se dedicó a distintos oficios entre los que se incluía la venta ambulante. En aquellos primeros años, luego de la migración, no veía como la mejor opción llevar a sus hijos a trabajar con ella en la vía pública y prefirió dejarlos con su hermana, con la que se repartían el cuidado. Este tipo de historias es recurrente entre los migrantes que viven en la ciudad y esto establece una primera diferencia con las quintas, donde todos los adultos trabajan en jornadas que no tienen horarios fijos, sino que se organizan según los tiempos de crecimiento de las hortalizas. En la ciudad, la presencia de parientes que tienen trabajos remunerados con horarios flexibles, como la venta ambulante o el trabajo en casas particulares, permite otro tipo de arreglos en el cuidado de los niños.

Igualmente, esa situación duró poco en la vida de Giuliana. Cuando ingresaron a trabajar en el mercado, sus padres decidieron llevarla allí diariamente y, siendo niña, compartió el espacio de trabajo con ellos. Desde su experiencia este proceso comenzó como algo lúdico:

En un primer momento es como que lo hacés... como decir... como ayudando o como un juego. Como un juego lo hacés y así les pasa a todos los niños de la colectividad porque como que es muy común que los chicos ayuden a sus papás (Entrevista a Giuliana, Quilmes, 2017).

Giuliana ve la presencia de los niños allí como algo cotidiano y lo remarca como una característica de la colectividad boliviana. Los testimonios muestran que la presencia de los niños en el ámbito laboral, además de ser un juego para ellos, implica una forma de crianza en la que los padres pretenden inculcar a sus hijos la disciplina del trabajo y les enseñan a atribuirle un valor específico al dinero. Tal como sucede con los jóvenes con experiencias de trabajo en las quintas, quienes fueron cuidados en la superposición de los trabajos domésticos y de cuidado en la ciudad y aprendieron a trabajar, ellos creen que eso fue central para su sustento y lo entienden como una forma de cuidado hacia ellos (BLANCO RODRÍGUEZ, 2020, 2022a).

Cuando Giuliana era niña se levantaba a la madrugada con sus padres para asistir al puesto y, al terminar la jornada laboral, se dirigía hacia la escuela en un colectivo que le permitía estar allí en menos de media hora. Esto establece otra diferencia entre las experiencias en las quintas y la ciudad, porque el acceso a la escuela, que es una institución central en el cuidado de los niños, puede conciliarse con bastante facilidad con las actividades para el mercado. En las quintas,

asistir a las instituciones educativas supone largos trayectos por el campo, que muchas veces los niños y niñas debían realizar solos, pero en la ciudad las distancias son cortas y eso permite que enviar a los niños al colegio no se convierta en un problema para la familia.

Los testimonios de los jóvenes evidencian que la dimensión espacial es clave para comprender las formas en que experimentaron ser cuidados y, cuando fue necesario, cuidar de sus hermanos en la superposición entre el trabajo para el mercado y el espacio doméstico. Dentro del Mercado Frutihortícola los puestos son semicerrados con maderas y es fácil tener a la vista a los niños mientras se realiza el trabajo, algo distinto a lo que puede ocurrir en las quintas, donde se trabaja en espacios abiertos y con circulación de tractores y camiones que pueden volver los espacios peligrosos. Según Brenda, quien hoy es policía, pero sigue colaborando en el negocio familiar, trabajar en las ferias de ropa al aire libre puede ser una experiencia hostil, especialmente cuando comienza la jornada porque cuando hace calor o frío están a la intemperie mientras arman los puestos, pero dada la dinámica del negocio, actualmente solo lo hacen tres días a la semana. Contrariamente, en las quintas, donde el clima es una de las principales problemáticas para los niños, la temporada de primavera verano requiere trabajo de sol a sol, con o sin lluvia, de domingo a domingo, como señaló Margarita, de 23 años: “Estar en el campo ahí, en pleno calor, eso es lo que me resulta más pesado, estás ahí muriéndote de calor.” (Entrevista a Margarita, Batán, 2017).

Aunque los entrevistados destacaron que de niños se divertían y jugaban en las quintas, muchas veces el calor o el frío volvían complejas sus estadías allí. Como destacó Daniela, son sus madres las que buscan lugares de resguardo para ellos en los mismos predios, especialmente bajo los árboles. Es posible que una de las mayores diferencias entre las experiencias de cuidado en las quintas y en los ámbitos urbanos sea la exposición a estos climas adversos, que en la horticultura suele ser más prolongada.

Aunque las características espaciales pueden ser distintas, las diferencias en relación al género y a la edad se sostienen en los trabajos que se realizan en la ciudad. En la dinámica familiar, según el testimonio de Brenda, las hermanas mayores cumplen el rol de cuidar, cocinar y limpiar mientras que sus padres trabajan. Al igual que las hermanas mujeres mayores en las quintas, cuando crecieron debieron ocuparse del cuidado de los menores. Igualmente, como sucedía con las jóvenes en las quintas, las tareas domésticas y de cuidado no impidieron que Brenda participara activamente en el negocio familiar. Ella y sus hermanos aprendieron el oficio y luego de que cumplieron 15 años se incorporaron plenamente. Del mismo modo, la participación del negocio familiar y en el cuidado de los hermanos menores no invalida otros proyectos: Giuliana es organizadora de eventos y Brenda policía de la provincia de Buenos Aires, pero ninguna abandonó el negocio familiar. Giuliana tiene su propio puesto en el Mercado Frutihortícola y Brenda trabaja en sus días libres en la feria de ropa con sus hermanos, lo que muestra una diversidad de empleos entre los jóvenes, que confluyen con su participación en el trabajo familiar, como habíamos observado para la horticultura.

Hasta aquí, los testimonios mostraron que las características espaciales de los lugares donde el trabajo de cuidado y para el mercado se superponen gravitan en cómo se podrá resolver ese cuidado, y las dificultades que supondrá para las familias. Mientras que en las quintas existen complicaciones para acceder a instituciones alejadas del campo o por tener que realizar el trabajo al aire libre durante largos períodos con climas adversos, en la ciudad, todo parece resolverse de un modo más simple. Las distancias cortas y la diversificación de empleos entre los miembros de la familia posibilitan distintos horarios laborales y permiten elaborar una variedad de estrategias para resolver las tareas de cuidado. Aunque en muchos momentos se da la superposición entre el cuidado y el trabajo remunerado, también es cierto que la ciudad otorga facilidades. El espacio geográfico en el que se realizan las tareas de cuidado supone

experiencias particulares, por ello en el próximo apartado analizaremos las experiencias emocionales de los jóvenes según donde fueron criados y cuidados y algunas distinciones de género y edad relevantes para el análisis.

Las emociones del cuidado

Las experiencias vinculadas al cuidado y las dinámicas emocionales asociadas a ellas están atravesadas por el proceso migratorio familiar por el lugar que se ocupa en la estructura de la familia, el género, el tipo de trabajo que se desarrolla, por las características espaciales y geográficas del lugar en el que viven y trabajan y por el tipo de vínculo y la distancia que se establece con los agentes estatales. En ese sentido, el concepto de *emotionally heightened spaces*³ (ANDERSON; SMITH, 2001, p. 3) permite dar cuenta de cómo los espacios de trabajo se constituyen a partir de una variedad de experiencias emocionales y evocan sentimientos específicos ligados a los cuidados, en tanto se desarrollan específicamente en esos espacios.

Las familias de los jóvenes con experiencias en las quintas hortícolas están asentadas en Argentina hace décadas y lograron mejorar sus condiciones de vida. Las necesidades materiales que impulsaron su migración fueron, en menor o mayor medida, resueltas. Sin embargo, en un primer momento, eso no era así porque sus familias provienen de contextos de pobreza, condiciones habitacionales precarias y escaso acceso a la educación.

Por ello, el aprendizaje del trabajo hortícola, que supone la posibilidad de tener un sustento, es motivo de orgullo para los jóvenes. Cuando describen que sus padres los cuidaron desde pequeños en las quintas y, allí les enseñaron a trabajar, evocan el orgullo que les produce el progreso de sus familias — que también los incluye, en tanto colaboraron desde pequeños para lograrlo. Ese orgullo responde a haber aprendido las tareas hortícolas y a haber ayudado cocinando o cuidando de otros niños mientras la familia trabajaba para mejorar la situación económica.

Estos jóvenes, aunque con las dificultades de acceso que señalamos en el apartado anterior, tuvieron la educación primaria y secundaria a la que sus padres no accedieron. Si bien algunos/as, como Mariana, sostienen los discursos del esfuerzo de sus padres y la necesidad de darles continuidad, otros, como Miriam, destacan los frutos de ese trabajo, pero sostienen sus ideas de buscar otras posibilidades. Los jóvenes discuten las nociones de la “pobreza honrada” (NOVARO; DIEZ; MARTINEZ, 2017, p. 30) que atraviesan los discursos de los adultos y de muchos miembros de la colectividad y buscan otras formas de ascenso social. Cuando la entrevistamos, Daniela destacó una anécdota respeto de la decisión de su hermana de estudiar que muestra esto claramente:

Mi hermana estaba en secundaria, le faltaban dos años para terminar, se cansó de la quinta y dijo que iba a estudiar. Me contó mi mamá que un día estaba carpiendo lechuga y tiró el sapin y dijo que se iba a dedicar a estudiar porque no quería trabajar en la quinta. Mi papá le dijo no le iba a dar plata, pero igual estudio bastante (Entrevista a Daniela, Mar del Plata, 2017).

³ Se trata de espacios impregnados de un denso contenido emocional que se expresa de forma diferente en los distintos territorios que habitan las personas.

Las emociones que pueden aparecer en los testimonios de sus padres y que se vinculan a la dignidad que supone trabajar, incluso en contextos precarios y donde el trabajo requiere un gran esfuerzo físico, son puestos en cuestión. El testimonio de Daniela destaca que luego de ese día su hermana se había sentido enojada al punto de tensar la relación con su padre. Si bien luego todo estuvo bien, en buena medida, fue porque ella finalmente logró estudiar. En efecto, el trabajo hortícola y haber sido cuidados y criados allí obteniendo saberes sobre un sector al que consideran “boliviano”, generan sentimientos de pertenencia y evocan emociones de orgullo y honra para los jóvenes, pero no necesariamente del mismo modo que para sus padres. La apertura a otras posibilidades hace que cuestionen el trabajo a cualquier costo y los pone en situaciones de conflicto con los adultos.

Asimismo, los jóvenes destacan que cuando estudian y logran graduarse, eso se convierte en un motivo de orgullo para sus padres, aunque en un primer momento se opongan a que se retiren de la quinta. Según sostienen, como en el caso de la hermana de Daniela, muchas veces las mujeres buscan distanciarse del trabajo hortícola dado que, por haber cuidado de sus hermanos, saben que es difícil conciliar esas tareas con sus labores en la horticultura. Aunque destacan el valor del trabajo de las mujeres adultas, reconocen sentirse agotadas por esas tareas y buscan opciones que requieren menos esfuerzo físico y de conciliación de los distintos trabajos. Así, en las quintas, la crianza y el cuidado asociados al trabajo hortícola pueden evocar sentimientos específicos, que varían según el género y la generación. Los jóvenes sienten orgullo por haber sido cuidados por sus familias en las quintas porque ese esfuerzo realizado por trabajar, cuidar y enseñar el trabajo ha logrado el progreso de la familia, pero también evidencian tensiones y desacuerdos que generaron enojo y agobio con sus padres.

Ahora bien, si el contacto con las instituciones educativas podía generar disrupciones entre los jóvenes y sus padres, también produjo emociones específicas respecto de la propia crianza y cuidado y cómo podría interpretarse dentro de esas instituciones. Los jóvenes destacan que, cuando eran niños, sentían que sus familias eran juzgadas por tenerlos en los espacios laborales. Aunque sostienen que su presencia en las quintas respondía a la necesidad de cuidarlos o, cuando ya eran más grandes, de cuidar a otros niños, eso podía ser interpretado por docentes o personas externas a la colectividad, como *trabajo infantil*. Por ello, muchas veces sintieron vergüenza o nervios por lo que podían decir en la escuela. Cuando terminamos la entrevista con Daniela y conversamos de forma más distendida, mencionó algo que resume lo que sentían los jóvenes entrevistados:

Yo creía que no me ibas a entender, porque en la escuela, en cualquier lugar que vas, en todos lados... nadie entiende cómo es nuestra experiencia en el campo, como trabajan nuestras familias (Conversación con Daniela, citas textuales de nuestro diario de campo, 2017).

La vigilancia de los agentes estatales y otras personas externas a la colectividad hacen que, cuando los jóvenes explican cómo eran cuidados, justifiquen que sus padres los tenían en los espacios de trabajo porque no había otras opciones. Cuando se refieren a sus vivencias de la infancia en las quintas, expresan que concurrían a la escuela y que en sus familias eso también era una prioridad, como si debieran justificarse hacia el exterior. Entonces, las emociones que se asocian a ese cuidado en general son de incomodidad, porque se sienten juzgados y creen que deben construir una imagen diferente sobre sí mismos y sus familias para oponerse al discurso que vincula a la migración boliviana y el trabajo hortícola con el *trabajo infantil* y que circula en el plano social más amplio y en las escuelas a las que ellos concurrieron. Por otro lado, el orgullo aparece como un sentimiento que contrarresta esas ideas. Los jóvenes destacan que la crianza y el cuidado que sus padres les brindaron en las quintas les permitió aprender el

trabajo y colaborar para que sus familias progresen, aunque hayan tomado otros caminos que implicaron conflictos, y aunque los agentes de las instituciones a las que concurrían creyeran que su presencia en las quintas tendría consecuencias negativas para ellos.

Por su parte, cuidar y ser cuidado en las zonas urbanas es una experiencia jalonada por un espectro de emociones que oscila entre el orgullo y la vergüenza, el dolor y el sufrimiento. En ese sentido, las ferias y el mercado fueron espacios de socialización centrales para nuestros entrevistados, allí aprendieron un oficio y se incorporaron con los adultos a una arena emocional que moldeó su infancia.

En muchos casos, antes de asentarse en el conurbano, los padres y madres de estos jóvenes tuvieron derroteros inestables. Luego de migrar vivieron en villas de emergencia ubicadas en la ciudad de Buenos Aires y el proceso fue acompañado de una experiencia de pobreza material, tanto en Bolivia como en Argentina, que pudieron superar gradualmente gracias a un proceso de movilidad social ascendente. Los testimonios de nuestros entrevistados muestran que esas experiencias les fueron transmitidas a partir de una idea central: la posibilidad de sortear las dificultades materiales gracias a un arduo trabajo cotidiano.

Ahora bien, sus padres les transmitían sus trayectorias a través de las palabras, pero también los incluían en los espacios de trabajo para que comprendan esos valores. La decisión de tener a los niños en las ferias y los mercados respondía a la necesidad de cuidarlos, pero también a la idea de que estando allí podrían aprender sobre el trabajo y garantizarles seguridad a futuro, tal y como destacaron los jóvenes con experiencias en las quintas hortícolas. Así, las experiencias emocionales de la migración de sus padres, marcadas por las necesidades y por el sacrificio en el trabajo determinaron las formas en que estos niños y niñas fueron cuidados y los recuerdos que evocan al respecto. Esos recuerdos muestran emociones de sufrimiento por el sacrificio y orgullo por haber logrado mejoras para la familia. La disciplina laboral que los adultos inculcaron fue una dimensión fundamental y, con el tiempo, los jóvenes consideraron estos valores vinculados al trabajo un motivo de orgullo.

Esas memorias construidas a través de generaciones son significativas para nuestros entrevistados porque compartieron espacios laborales con sus padres y creen que al enseñarles a trabajar los protegieron ante las incertidumbres del futuro. Entonces, el aprendizaje sobre el trabajo se constituye como un acto de cuidado hacia ellos (BLANCO RODRÍGUEZ, 2022b). Así, el cuidado que se realiza en los espacios de trabajo, por no tener los medios para dejar a los niños en otros lugares, en los testimonios de los jóvenes deriva en un cuidado que consideran “mayor”: haber aprendido el trabajo gracias a haber estado allí. Un trabajo que les permitió progresar como familia y sentirse orgullosos.

A su vez, la gratitud y orgullo se traducen en otras formas de cuidado. Las reglas implícitas que rigen los deberes y solidaridades intrafamiliares hacen que el cuidado circule en múltiples dimensiones y entre distintos vínculos de parentesco a lo largo del tiempo (MERLA; BALDASSAR, 2016), por ello eventualmente los hijos se vuelven cuidadores de sus padres. Como ha comentado Brenda, ella retomó el negocio familiar de la feria en su adultez y lo combina con su nuevo trabajo porque es una forma de cuidado hacia sus padres que envejecieron y ya no pueden realizar algunas tareas:

Ahí fue nuestra intención de ir a las ferias para que nuestro papá ya no trabaje porque al trabajar también en construcción tenía que levantar cemento, bolsas de cal, cargar y descargar arena (...) cuando pudimos llenar bien de mercadería y tener el puesto estable le dijimos listo pa, dejá de trabajar (Entrevista a Brenda, Ezpeleta, 2017).

Estos sentidos del deber y la ayuda mutua fueron aprendidos en mercados y ferias que abordamos como pequeñas comunidades emocionales en la que sus miembros reconocen cuáles son las emociones fundantes de la comunidad — el orgullo, el sufrimiento — y cuales son aquellos sentimientos que se alientan y que se desprecian dentro del grupo. (ROSENWEIN, 2006). Ser cuidado en el marco de relaciones afectivas que se entrelazan con las lógicas laborales y los valores asociados al trabajo implica socializarse en una arena emocional que las generaciones jóvenes valoran y reproducen. Sin embargo, la valoración del modo de crianza y cuidado que llevaron a cabo los adultos cambió a lo largo de la trayectoria vital de aquellos niños. Como adultos, evocan ese pasado en el que compartían el trabajo con sus padres desde el orgullo, pero en la infancia esa vida cotidiana desencadenó sentimientos de vergüenza y extrañeza porque al compararse con los niños argentinos sentían que había diferencias en los criterios de crianza. Aquí, como en el caso de las quintas, también existen tensiones intergeneracionales.

Giuliana destacó que las tramas culturales dentro del Mercado Frutihortícola eran distintas a las de otros espacios por los que transcurrió su socialización. A medida que crecía notaba diferencias entre ellas y sus amigas de la escuela que le generaban incomodidad y vergüenza. Sus amistades tenían otras costumbres, no conocían las comidas bolivianas que su madre cocinaba, ni compartían algunos códigos vinculados a las tareas que suele realizar un niño cotidianamente. Por vergüenza, Giuliana ocultaba a sus amigas que antes de ir a la escuela ella trabajaba desde temprano con sus padres. Aunque en el Mercado los agentes estatales no aparecen para juzgar las prácticas y los vínculos entre los adultos, los niños y el trabajo como sucede en las quintas, igualmente Giuliana sabía que estaba transgrediendo una norma moral de la sociedad que condena el trabajo infantil.

En síntesis, estos *emotionally heightened spaces* en los que las tareas de cuidado se realizan en simultáneo con las tareas para el mercado suponen experiencias emocionales diversas para los jóvenes entrevistados. Analizadas desde una perspectiva situada, las emociones que suscita el cuidado en la infancia evidencian que las características espaciales y geográficas de los sitios donde crecieron, así como el vínculo con otros actores de la sociedad local, condicionaron sus experiencias emocionales. Así, el orgullo, el miedo y la vergüenza tienen connotaciones y sentidos asociados a los contextos en los que se desarrollaron tanto los cuidados propios, como los que se brindaron a otros.

Reflexiones finales

Las experiencias migratorias de bolivianos en Argentina han sido analizadas con un fuerte énfasis en los adultos. Aquí propusimos problematizar, desde la perspectiva de los jóvenes, la especificidad de cuidar y haber sido cuidados en el marco de la superposición entre los espacios domésticos y de trabajo para el mercado en algunos sectores en los que se insertan quienes migran desde Bolivia. Pusimos el foco en dos espacios geográficos disímiles: el ámbito urbano y las quintas, en los que las prácticas de cuidado adquieren características específicas debido a las distintas posibilidades que se habilitan para las familias.

En las zonas donde se realizan trabajos hortícolas advertimos que los niños y niñas fueron cuidados en los espacios de trabajo, ya que todos los miembros de la familia se desempeñan en la horticultura en simultáneo, y los tiempos de producción están atados al crecimiento de las verduras, lo que no permite establecer horarios fijos. En las quintas los niños juegan mientras aprenden tareas vinculadas a la horticultura, a la que se incorporan cuando crecen. Mientras los jóvenes realizan tareas hortícolas y van a la escuela, las jóvenes tienen esas responsabilidades y también se ocupan de tareas domésticas y del cuidado de niños más pequeños que están

en los espacios productivos. En esas experiencias, los jóvenes destacaron dificultades como las distancias con las instituciones que son centrales para su cuidado y las complicaciones que supone la exposición a climas adversos por tratarse de un trabajo al aire libre.

Por otro lado, en el mundo urbano, en las ferias como en el mercado, los niños también son cuidados en esos espacios laborales en los que aprenden el oficio familiar vinculado a la venta de productos. Allí participan en las tareas cotidianas y los horarios a los que asisten a la escuela se organizan para compatibilizar lo laboral con lo escolar. El espacio urbano tiene la particularidad de acortar distancias entre los sitios por los que transcurre la vida de estas familias (casa, escuela, mercado). Asimismo, dimos cuenta de la sensación de seguridad que ofrecen el mercado o las ferias a la hora de cuidar a los niños en ese lugar por sus características espaciales y por el mayor resguardo que ofrece para el clima. Aquí, como en la zona periurbana, la distribución de tareas está regida por el género, ya que cuando las mujeres crecen combinan sus tareas laborales con el cuidado de sus hermanos.

Mostramos que esas experiencias significaron distintas emociones que tienen coincidencias, pero variaron según el lugar donde transcurrió ese cuidado. Para los jóvenes en general, participar en el trabajo con sus padres significó la incorporación de ellos a una comunidad emocional en la que la migración se asocia al esfuerzo, sacrificio y dolor del que sus padres les hablaron. Esas emociones se transformaron en un sentimiento de orgullo y gratitud por el progreso material. Asimismo, convivir con sus padres en el trabajo fue una forma en la que se inculcó una idea de disciplina laboral para lograr movilidad social ascendente y ese aprendizaje del trabajo es leído como una forma de cuidado porque les garantiza un sustento a futuro.

Ahora bien, aunque tanto en las experiencias de los jóvenes de la ciudad como en las de quienes crecieron en las quintas se destacan los sentimientos de orgullo respecto del trabajo de sus padres, eso implica tensiones. El contacto con instituciones estatales produjo diversas emociones: enojos por la imposibilidad de dejar por completo la quinta para estudiar, vergüenza al percibir que los criterios de crianza de familias externas a la colectividad son distintas a las que ellos conocen, incomodidad al sentirse juzgados en la escuela por los modos de crianza asociados al trabajo.

Entonces, aunque en la ciudad la mirada estatal no aparece explícitamente para juzgar las prácticas cotidianas de las familias como sí sucedió en las quintas, los jóvenes también sienten que están infligiendo normas morales de la sociedad. Así, la complejidad del modo de crianza y cuidado que los adultos lograron moldear generaron experiencias emocionales que van desde el orgullo hacia la vergüenza en ambos casos, pero que cambian según el ámbito en el que se realiza el trabajo o el contacto con las instituciones y las personas en el lugar de destino.

Cruzar la historia de estas migraciones con las herramientas de la historia de las emociones nos permitió comprender, desde la mirada de los jóvenes, experiencias en las que se entrelazan y superponen vínculos familiares, de cuidado, el trabajo cotidiano desde la niñez y la mirada local. En síntesis, este artículo realiza aportes en dos sentidos, por un lado, al analizar el fenómeno migratorio desde la perspectiva de niños y jóvenes permite ver dimensiones poco exploradas de la integración de comunidades migrantes. Al mismo tiempo, el trabajo contribuye a los estudios sobre juventudes al visibilizar y analizar modos diversos de vivenciar la niñez y la juventud que existen en una sociedad como la argentina, atravesada históricamente por el fenómeno migratorio.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, K.; SMITH, S. Editorial: Emotional Geographies. **Transactions of the Institute of British Geographers**, Londres, v. 26, n. 1, p. 7–10, mar. 2001.
- BENENCIA, R. De peones a patrones quinteros: movilidad social de familias bolivianas en la periferia bonaerense. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Buenos Aires, v. 12, n. 35, p. 63–102, 1997.
- _____. Redes sociales de migrantes limítrofes: lazos fuertes y lazos débiles en la conformación de mercados de trabajo hortícola, 2005. In: 7º CONGRESO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO ASET, 2005, Buenos Aires. **Ponencia**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2005.
- _____. **Inmigración y economías étnicas**: horticultores bolivianos en Argentina. Sarrebruck: Editorial Académica Española, 2017.
- BLANCO RODRIGUEZ, G. Familias bolivianas en General Pueyrredón: migración, trabajo, dinero, y afecto. **Sudamérica: revista de ciencias sociales**, Mar del Plata, n. 12, p. 74–97, jul. 2020.
- _____. Migraciones y cuidado en las quintas hortícolas de General Pueyrredón: entre el “trabajo infantil” y los accidentes. **Periplos. Revista de pesquisa sobre migrações**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 185–210, 2022a.
- _____. **Migraciones, trabajo familiar y género**. La horticultura en General Pueyrredón. 2022. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales y Humanas) – Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, 2022b.
- CASSANELLO, C. **Migración identidad y memoria**: los bolivianos en la Argentina 1970-2010. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2016.
- FRASCO ZUKER, L. **Cuidar a la gurisada**: etnografía sobre trabajo infantil y cuidado en la localidad de Colonia Wanda, Misiones. 2019. Tesis (Doctorado en Antropología social) – Universidad Nacional de San Martín, San Martín, 2019.
- GAVAZZO, N. La generación de los hijos: identificaciones y participación de los descendientes de bolivianos y paraguayos en Buenos Aires. **Sociedad y equidad**, Santiago de Chile, n. 6, p. 58–87, ene. 2014.
- JELIN, E.; PAZ, G. **Familia/género en América Latina**: cuestiones históricas y contemporáneas. Buenos Aires: CEDES, 1991.
- LUCIFORA, S. Presencias andinas en el sudeste bonaerense: Horticultores y ladrilleros. In: V CONGRESO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL, 1997, La Plata. **Ponencia**. La Plata: Equipo NAYA, 1997.
- MAGLIANO, M. Los significados de vivir múltiples presencias: mujeres bolivianas en Argentina. **Migraciones Internacionales**, Tijuana, v. 7, n. 1, p. 165–95, ene./jun. 2013.
- MAGLIANO, M.; MALLIMACI, A. **Las mujeres latinoamericanas y sus migraciones**. Villa María: EDUVIM, 2018.
- MALLIMACI. A. Migraciones y géneros: formas de narrar los movimientos por parte de migrantes bolivianos/as en Argentina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 751–775, dic. 2011.
- MERLA, L.; BALDASSAR, L. Concluding reflections: ‘Care circulation’ in an increasingly mobile world: further thoughts. **Papers. Revista de Sociología**, Barcelona, v. 101, n. 2, p. 275–284, mar. 2016.
- MORZILLI, M. Trabajo juvenil y trayectorias escolares de jóvenes migrantes. **Trabajo y sociedad**, Santiago del Estero, v. 21, n. 34, p. 309–329, 2020.

NOVARO, G.; DIEZ, M. L. ¿Una inclusión silenciosa o las sutiles formas de la discriminación? Reflexiones a propósito de la escolarización de niños bolivianos. In: COURTIS, C.; PACECCA, M. I. (Orgs.). **Discriminaciones étnicas y nacionales: un diagnóstico participativo**. Buenos Aires: Editores del Puerto y ADC, 2011. p. 37–57.

NOVARO, G.; DIEZ, M. L.; MARTINEZ, L. Distinción, jerarquía e igualdad: algunas claves para pensar la educación en contextos de migración y pobreza. **Cuadernos del instituto nacional de antropología y pensamiento latinoamericano**, Buenos Aires, v. 26, n. 2, p. 23–40, 2017.

RINGUELET, R. La complejidad de un campo social periurbano centrado en la zonas rurales de La Plata. **Mundo Agrario**, La Plata, v. 9, n. 17, p. 1–25, 2008.

ROSENWEIN, B. **Emotional communities in the Early Middle Ages**. Ithaca/Nueva York: Cornell University Press, 2006.

RUEDA, D. **El cordón frutihortícola en la mira: la presencia y el trabajo de niños/as en quintas del cordón frutihortícola marplatense como problema público (2005-2020)**. 2022. Tese (Licenciatura en Sociología) – Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, 2022.

TRPIN, V.; BROUCHOUD, S. Mujeres migrantes en producciones agrarias de río negro: aportes para abordar la interseccionalidad en las desigualdades. **Párrafos Geográficos**, Trelew, v. 13, n. 2, dic. 2014.

RESUMEN

Los trabajos que realizan los migrantes bolivianos y sus hijos en Argentina implican la superposición de los espacios domésticos y de trabajo para el mercado. Esto supone que niños y niñas son cuidados por sus madres en los lugares donde realizan el trabajo remunerado y, en algunos casos, ellos también deben cuidar a otros niños. En este artículo analizamos esas experiencias de cuidado y, a través de entrevistas, reconstruimos cómo recuerdan ese cuidado y las emociones asociadas a él. Como se verá, las experiencias emocionales son diferentes en relación al espacio — quintas hortícolas o zona urbana — en el que aconteció ese cuidado. Aunque en las experiencias de los jóvenes de la ciudad como en las de quienes crecieron en las quintas se destacan sentimientos de orgullo respecto del trabajo de sus padres, eso implica tensiones porque el contacto con las instituciones estatales produjo distintas emociones en los lugares específicos.

Palabras clave:

cuidado, emociones, superposición, juventud, migraciones.

Cuidados, infâncias e migrações. Experiências emocionais de jovens migrantes e filhos de migrantes bolivianos na Argentina

RESUMO

O trabalho realizado por migrantes bolivianos e seus filhos na Argentina envolve a sobreposição de espaços de domésticos e de trabalho para o mercado. Isto significa que as crianças são cuidadas por suas mães nos lugares nos quais estas realizam trabalho remunerado e, em alguns casos, também devem cuidar de outras crianças. Neste artigo, analisamos essas experiências de cuidado e, através de entrevistas, reconstruímos como eles se lembram desse cuidado e das emoções associadas a ele. Como será visto, as experiências emocionais são diferentes em relação ao espaço — rural ou urbano — em que os cuidados tiveram lugar. Embora as experiências dos jovens da cidade, assim como daqueles que cresceram na área rural, evidenciem sentimentos de orgulho pelo trabalho de seus pais, isto implica em tensões porque o contato com as instituições estatais produziu emoções diferentes nos lugares específicos.

Palavras-chave:

cuidado, emoções, sobreposição, juventude, migrações.

Care, childhood and migration. Emotional experiences of migrants and children of Bolivian migrants in Argentina

ABSTRACT

The work carried out by Bolivian migrants and their children in Argentina involves the overlapping of domestic and market work spaces. This means that children are cared for by their mothers in the places where they carry out paid work and, in some cases, they must also care for other children. In this article we analyze those experiences of care and, through interviews, reconstruct how they remember that care and the emotions associated with it. As will be seen, the emotional experiences are different in relation to the space — rural or urban — in which the care took place. Although the experiences of young people in the city, as well as those who grew up in the farms, highlight feelings of pride in their parents' work, this implies tensions because the contact with state institutions produced different emotions in the specific places.

Keywords: care, emotions, overlay, youth, migrations.

FECHA DE RECEPCIÓN: 24/08/2022

FECHA DE APROBACIÓN: 25/02/2023



Stefania Cardonetti

Licenciada en Historia por la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Argentina. Es becaria doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas y docente de la Universidad Nacional de Quilmes.

E-mail: stefaniacardonetti91@gmail.com



Guadalupe Blanco Rodríguez

Licenciada en Sociología por la Universidad Nacional de Mar del Plata (USF), Argentina, y doctora en Ciencias Sociales y Humanas por la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Argentina. Es becaria doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas y docente de la Universidad Nacional de Mar del Plata.

E-mail: guadalupeblancorodriguez@gmail.com



Niñas, niños, adolescentes y jóvenes cuidadores: la sostenibilidad de la vida en un barrio qom de la ciudad de La Plata, Buenos Aires, Argentina

Silvana Sciortino

Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Argentina
<https://orcid.org/0000-0003-3438-640X>

Presentación: recorridos y llegada al tema

El objetivo de este trabajo consiste en analizar modalidades de cuidado entre niñas, niños, adolescentes y jóvenes (NNAyJ) observadas en el marco del trabajo territorial llevado adelante en el barrio Qom, Las Quintas, en la ciudad de La Plata, Argentina, entre 2014 y 2021. En este artículo sostengo que ellas tiene un rol significativo para la (re)producción de la vida en familia y en comunidad.

Como parte de la introducción a este escrito pretendo situar la construcción de conocimiento en trayectorias académicas, personales y militantes desde las cuales escribo. Luego de este posicionamiento el artículo recorre la historia de conformación del barrio mencionado, los espacios más significativos dentro del mismo y la configuración local de los cuidados. Este continúa con la descripción de las prácticas de cuidado entre niñas, adolescentes y jóvenes observadas en el territorio, dando pie a su contextualización teórica y apoyatura en datos estadísticos. A modo de conclusión se retoman aspectos que se quieren destacar y se presentan próximos desafíos.¹

Hace varios años que junto a colegas-compañeros venimos trabajando de manera conjunta sobre la desigualdad, la pobreza y las formas de organización colectiva de los sectores populares (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ et al., 2019; VIEIRA, SCIORTINO, 2022); en el marco de una propuesta que se orienta, no sólo al diagnóstico o descripción de las problemáticas vividas, sino también a la transformación de las desigualdades en tanto trabajo comprometido con el conocimiento de los territorios y sus actores desde un hacer fundado en el respeto y la escucha mutua. Nos implicamos en “un estar” en territorio colaborativo dando relevancia a las prácticas locales de organización, las cuales exponen la relevancia de lo cotidiano y de los vínculos afectivos y de cuidado en la construcción de conocimiento.²

La experiencia en el barrio Las Quintas/barrio Qom me otorgó herramientas para generar una práctica profesional donde investigación, extensión e intervención se co-construyeron (CARENZO et al., 2019; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2019; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, PACÍFICO, WOLANSKI, 2022) y donde trabajo etnográfico, trabajo socio-comunitario y militancia se llevaron adelante en un mismo lugar (BARRIACH; CHAVES; GAREIS, 2022).

Desde 2021 me encuentro sistematizando mis prácticas en término de lo que Julieta Quirós (2021) llama “intervención antropológica” apostando a la interdependencia entre investigación e intervención. Esto implica movilizar, en otro contexto y con una función distinta, las herramientas y prácticas de conocimiento que usualmente aplicamos en la investigación antropológica. Entre estas incluimos tejer relaciones interpersonales; ejercitarse la escucha profunda y plural; considerar seriamente la diversidad de perspectivas y sus tensiones; poner en práctica estrategias de consenso y traducción entre las partes (QUIRÓS, 2021, p. 32).

¹ En este trabajo utilizo lenguaje inclusivo (MINISTERIO DE LAS MUJERES, GÉNEROS Y DIVERSIDAD DE LA NACIÓN, s.f.) como herramienta de escritura buscando superar la bi-categorización reduccionista de varones y mujeres. Utilizo la letra e porque aporta fluidez a la escritura/lectura en relación a la x o a la separación con barras.

² Entiendo la categoría de territorio como un constructo inacabado de relaciones sociales que se tensan y reordenan al ritmo de los actores que lo habitan y en interacción con un contexto más amplio que lo contiene estructuralmente. En este escrito llamaré *trabajo en territorio* a las trayectorias colectivas e individuales recorridas en experiencias de extensión universitaria, investigación e intervención. Como antropóloga, el enfoque y método etnográfico, guió mi “estar” en territorio en tanto *trabajo de campo etnográfico* (GUBER, 2020), a partir del cual se busca comprender, desde las perspectivas de los actores, cómo este es vivido, pensado, sentido.

En el marco de proyectos de extensión universitaria³ radicados en este barrio, junto a mis compañeras extensionistas, conformamos un “espacio de mujeres” el cual nace luego del acompañamiento desde 2010 a muchas de ellas en la gestión de determinados trámites, en especial, la obtención de los Documentos de Identidad Nacional para ellas y sus hijos. Esa experiencia generó la confianza necesaria para conformar este espacio específico de mujeres adultas en 2014.

En los primeros años las actividades estuvieron centradas en alfabetización, pero con el tiempo, y siempre conversando con el grupo, fuimos compartiendo otras ganas y proyectos. Así nació la idea de conformar un taller de tejidos. Desde ese espacio se fue conformando una identidad y un reconocimiento dentro del barrio como “Las tejedoras de Las Quintas”. Cabe destacar que este espacio fue construyéndose desde el inicio en relación a las demandas de las mujeres al grupo extensionista tornándose con el tiempo en un grupo con la confianza para compartir desde festejos familiares hasta demandas territoriales. El número de mujeres que participaban iba variando a través de los años, sin embargo, entre habitantes del barrio y extensionistas conformábamos un grupo estable de alrededor de 10 mujeres.

La participación en este espacio me permitió aproximarme al programa social que con el tiempo se convirtió en tema de mis investigaciones y que pude conocer más de cerca gracias a ser invitada a reuniones e instancias propias del trabajo en el mismo. Como desarrollo más abajo, este taller permitió vincularnos con niñas que se interesaban en lo que hacíamos en ese espacio. La participación de ellas variaba en especial porque dependía de la dinámica escolar y del interés que la actividad les generaba. Alrededor de 6 niñas, hijas o familiares de las mujeres adultas que integraban el espacio, mantenían una presencia constante. Otro número no fijo de niñas de entre 6 y 8 años participaba de manera irregular.

En tanto parte de este taller pude conocer actividades que muchas de estas mujeres realizaban. La participación de varias de ellas en el programa social *Ellas Hacen*⁴, lanzado en 2013 durante la presidencia de Cristina Fernández, me condujo a investigar las modalidades de organización colectiva en torno al trabajo (re)productivo. En especial, me ocupé de estudiar lo que llamé *prácticas compartidas de cuidado de las infancias entre mujeres* (SCIORTINO, 2018). Esta modalidad de cuidado se configuraba ante la necesidad de salir de sus hogares y barrios para llevar adelante el trabajo en el programa.

Con el triunfo electoral de la alianza Cambiemos en 2015 las políticas sociales tomaron otra dirección, la cual se reflejó en las vidas cotidianas de las mujeres y habitantes del barrio. A partir de ese momento, el interés sobre modalidades de cuidado comunitario fue en crecimiento. Durante 2018, junto a una colega extensionista, Analía Depetris⁵, realizamos una serie de encuestas en el barrio. Algunos de los aspectos indagados refirieron a las distintas formas de cuidados que se llevaban adelante en las familias y en la comunidad. Esto permitió identificar tramas comunitarias de cuidado, las cuales expusieron la fuerza de adscripción de su identidad étnica, de sus trayectorias migrantes y de su pertenencia barrial (SCIORTINO, 2019).

³ Me refiero a una serie de proyectos de extensión universitaria financiados por la Universidad Nacional de La Plata, radicados en la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación: *Educación y acceso a derechos* (2010–2015); *Fortalecimiento comunitario y ampliación de derechos en el Barrio Qom* (2016–2017) y a su continuación en la Facultad de Psicología *Entretejiendo derechos de niñez y colectivos qom*.

⁴ En 2013 se conformó una línea de intervención social específica llamada “Ellas Hacen”, dentro del programa nacional “Ingreso social con Trabajo-Argentina Trabaja”, esta se presentó como una política de inclusión con trabajo y con perspectiva de género. Ver Sciortino (2018).

⁵ Agradezco a Analía Depetris el acompañamiento y los aportes que enriquecieron este artículo.

En 2019 el trabajo en territorio debió ser interrumpido por serios problemas de salud. Esta situación personal sumada al contexto de pandemia en el 2020 impidió continuar con el trabajo en territorio en su forma tradicional del “estar ahí”. Sin embargo, los vínculos interpersonales y de confianza construidos a lo largo de varios años de presencia en el barrio permitieron mantener el diálogo por otros canales de comunicación como WhatsApp o Facebook y con otras prioridades dirigidas a fortalecer una práctica de investigación intervención. En este período, y frente a ese contexto, retomé líneas temáticas que habían quedado interrumpidas. La estrategia de trabajo consistió en apoyar mis indagaciones en los registros de esos años, diario de campo, fotografías, grabaciones. Esto permitió concluir propuestas que habían quedado únicamente presentadas de forma oral, donde retomé y amplié en especial dos líneas temáticas sobre cuidado “entre sí”, trabajo y afectividad (SCIORTINO, 2021) y sobre modos de cuidado comunitario (SCIORTINO, 2021b). En 2021, recuperada mi salud y la posibilidad de “hacer campo”, me reincorporé al trabajo en territorio en el barrio en el marco del proyecto de extensión universitaria *Entretejiendo derechos de niñez y colectivos qom*.⁶

Hasta aquí el mundo adulto había acaparado mi atención. El interés por conocer los trabajos de las mujeres, sus formas de organización colectiva, entre otras cuestiones, opacó un vínculo cotidiano que venía construyendo desde el inicio de mi trabajo en territorio. Los niños eran quienes nos recibían, nos guiaban hacia determinados lugares o encuentros en el barrio, nos ponían al día sobre lo sucedido, en fin, en ellos nos apoyamos para conocer el barrio. Andrea Szulc y compañeras afirman que “...los propios sujetos investigados son quienes muchas veces tematizan cuestiones que el investigador no ha previsto o no ha logrado abordar” (SZULC et al., 2009, p. 5). Algo de eso había pasado en mi trabajo de campo y ahora encuentro el momento para retomar lo observado y avanzar en su análisis.

Barrio, familia e identidad: cuidar en comunidad

El barrio que transitamos durante esos años se encuentra en la ciudad de La Plata, pertenece a la Delegación San Carlos en la provincia de Buenos Aires, Argentina. Las Quintas, también conocido como Barrio Qom ya que desde los años 90 comenzaron a migrar, desde la provincia de Chaco, familias de esa etnia conformando lo que inicialmente fue un asentamiento al borde del Arroyo El Gato. Las Quintas contaba para 2006 con aproximadamente 30 familias emparentadas entre sí, provenientes del Chaco. En la actualidad, el número de familias, habitantes y viviendas aumentó significativamente, lo que conllevó una importante extensión del núcleo originario del barrio. De todos modos, a pesar de esta ampliación, la pertenencia a familias comunes continúa siendo uno de los lazos principales que organiza las relaciones barriales (en términos de vivienda, de solidaridad, de trabajo, por nombrar algunas cuestiones). Aquellas familias registradas para 2006 siguen en su mayoría residiendo allí y algunas incluso recibieron nuevos parientes desde el Chaco.

En Las Quintas, la obtención de la tenencia de los lotes estuvo estrechamente vinculada a la conformación de la Asociación Civil *Q'omDalLaxaic* (Gente Nueva) (DEPETRIS, 2007). En general, la adscripción étnica se manifiesta de manera diversa entre las familias del barrio. La identificación cotidiana se observa principalmente entre algunas de las familias cuyos integrantes desempeñan cargos formales en la asociación. Algunas de los miembros mayores de estas familias hablan la lengua y transmiten conocimientos específicos sobre la realización de artesanías,

⁶ El proyecto es dirigido por la Dra. Julieta Malagrino. A ella y al resto del equipo agradezco la amabilidad de haberme acompañado en ese último año de trabajo territorial en Las Quintas.

saberes culinarios y medicinales, entre otros. La participación en la iglesia evangélica, institución presente desde los inicios del barrio, genera un fuerte sentido de pertenencia comunitaria. Sin embargo, la iglesia no es el único espacio común y cotidianamente compartido. En el barrio se construyó también un salón comunitario llamado El Brazo del Río, donde se realizan distintas actividades colectivas, como la realización de talleres con les jóvenes, el espacio de mujeres mencionado y encuentros de lectura y danza para les más pequeños.

Les vecines de Las Quintas no solo comparten espacios cotidianos de sociabilidad, sino también las historias y derroteros que allí los llevaron. En su mayoría, relatan la decisión de migrar de sus ciudades, localidades y provincia de origen en busca de trabajo. En sus relatos mencionan una multiplicidad de lugares donde residieron antes de llegar incluso a la propia ciudad de La Plata.

Laura Santillán (2010, p. 926) afirma que un *barrio* no constituye una categoría abstracta o predefinida. Por el contrario, el contexto local es vivido y significado singularmente por quienes viven en este. “Les presento a mi familia del barrio de Las Quintas” rapean les jóvenes. “Un lugar propio”, “un lugar que nos protege”, compartido con “provincianos”; “vecinos”, “gente del barrio”, “familia”; fueron expresiones nativas desde las cuales se describió este espacio en el que residen actualmente.

Como afirma Santillán, las nociones sobre el barrio y lo barrial en tanto espacio para la crianza no constituyen un reservorio de experiencias vividas de un modo homogéneo. Es decir, las formas de cuidar, sus sentidos e iniciativas asociadas no se restringen a la “privacidad” del mundo familiar ni se ciñen a pautas culturales predeterminadas. Estas se producen en el entramado de un conjunto de interacciones sociales marcadas por las relaciones de reciprocidad y también por la transacción, es decir, por intercambios que son asimétricos y que tienen lugar en el espacio local de los barrios de referencia (SANTILLÁN, 2010, p. 930).

En este sentido, si lo barrial, lo familiar, los cuidados, se construyen localmente, cabe preguntarse por la incidencia de la pertenencia qom en las prácticas de cuidado observadas. Una serie de estudios (COLANGELO; TAMAGNO; CUSMINSKY, 1996; GARCÍA PALACIOS; HECHT; ENRIZ, 2015) señalan la relevancia, entre las familias qom, del contexto doméstico grupal de la crianza. Acuerdan en describir un “estilo de cuidado” qom que traspasa los modelos occidentales, basado en la responsabilidad materna/paterna, el encierro, la sujeción o el aislamiento y “se funda en una fuerte contención familiar y grupal de los/as niños/as”. De esta manera, lo colectivo conforma un “marco de referencia sólido que otorga libertad y seguridad de movimientos” a las crianzas (GARCÍA PALACIOS; HECHT; ENRIZ, 2015, p. 196), pero también a las figuras responsables de la tarea.

Así como los estudios sobre comunidades qom asentadas en ciudades como Buenos Aires (GARCÍA PALACIOS, 2012), La Plata (TAMAGNO, 2001) y Derqui (HETCH, 2013), investigaciones en grupos qom de Formosa también dan cuenta de la amplitud de las tareas de cuidado (CITRO, 2002; GÓMEZ, 2016) donde vivir en comunidad propicia la libertad de les niñas en términos de movilidad, por ejemplo, a la hora de jugar. Cuidadoras/es que no necesariamente coinciden con la figura de la madre o del padre se describen como protagónicas, en especial les abueles (CITRO et al., 2016).

Por lo tanto, para alcanzar el objetivo de este trabajo, despliego una perspectiva interseccional (ROJAS, 2022; SCIORTINO, 2021a; VIVEROS VIGOYA, 2016;) sobre las infancias, adolescencias y juventudes; desde la cual el género, la pertenencia étnica y de clase se contemplan en la construcción de cuidados.

Niñas, niños, adolescentes y jóvenes cuidadores

En el año 2021, al incorporarme al proyecto de investigación *Infancia, cuidados y participación: análisis de intervenciones sociales con niños y niñas en ámbitos educativos, de atención de la salud, organizaciones socio-comunitarias y organismos de promoción y protección de derechos*⁷, encontré un espacio donde reflexionar sobre cómo las infancias se hicieron presentes en el territorio y de qué manera me había vinculado con las niñas. Para mi asombro me di cuenta que habíamos trabajado juntas y acompañado en distintas actividades. Como ya mencioné, en los talleres de tejedoras, especialmente las niñas construyeron un lugar a través del entusiasmo por participar, sus corridas desde la salida de la escuela para llegar al taller o las ideas que nos compartían sobre colores y diseños. La propuesta de tejer (lanas-hilos) se conjugó con la reconstrucción de sus tramas familiares a través del armado de sus árboles genealógicos. La actividad había sido pensada para las madres, pero la mirada de las niñas enriqueció lo planificado. Ellas participaron señalando nuevos nacimientos y la llegada de familiares recientes al barrio.

Imagen 1 – Preparando la muestra de fin de año



Autora: Silvana Sciortino, Las Quintas, 2017

⁷ Proyecto I+D UNLP Dirigido por la Dra. Adelaida Colangelo y Dra. Celeste Hernández.

Imagen 2 – Muestra de fin de año: tejidos y árboles genealógicos



Autora: Silvana Sciortino, Las Quintas, 2017

Frente a esto me aboqué a revisar las fotos guardadas en mi computadora. Les niñas tenían una importante presencia: acompañando en los paseos, ayudándose en el taller de tejidos, pintando y dibujando. Los recuerdos, como fotos no tomadas, siempre han sido buenos aliados para quienes pasamos varias horas por semana en los territorios: veo a Mari, de alrededor de 6 años, acercándose a saludarme. En su cinturita lleva a su hermano más pequeño. Como esta imagen vienen otras tantas a mi memoria donde, especialmente las niñas, las adolescentes y las jóvenes cuidaban a sus hermanas, primas, vecinas, sobrinas.

En varias oportunidades estuve presente cuando las madres daban la indicación de cuidar a sus hermanas menores mientras ellas participaban, por ejemplo, del espacio de mujeres. También cuando salían del barrio a trabajar, les hermanas más grandes ya en la secundaria, se ocupaban de tareas de cuidado y domésticas. Como describí en un trabajo anterior, determinados espacios del barrio suelen estar habitados de niñas y jóvenes. Desde la esquina donde inicia la calle principal interna se observa la plaza que está fuera de los límites de las manzanas que conforman el barrio Qom. El encuentro en esa esquina permite a las jóvenes conversar al mismo tiempo que observan y cuidan a sus hermanas o primas mientras corren por la vereda o cruzan a la plaza a jugar (SCIORTINO, 2019).

Los trabajos de cuidado llevados adelante por NNAYJ toman su forma particular en los hogares. Elles realizan una parte importante de las tareas del hogar ayudando a que sus madres y padres cumplan con los trabajos extra domésticos. En las encuestas y entrevistas realizadas emergió lo que venía observando en el cotidiano. Un importante porcentaje de trabajo en los hogares era realizado por elles.

Las responsabilidades dependen de las edades y los géneros. Les niñas, en especial las niñas, se ocupan de actividades de cuidado de hermanas y se les asignan tareas de orden y limpieza de la casa. En especial, les niñas cuidan de otras niñas dentro del barrio y el hogar. Por fuera de estos límites, las adultas o jóvenes son responsables pero el cuidado entre elles sigue existiendo en prácticas de acompañamiento. Este cuidado entre pares por fuera del barrio pudo observarse en paseos realizados: agarrándose de la mano para realizar actividades, permaneciendo juntas, ayudándose cuando se caen o ensucian, retando a quien no se esté portando como se había acordado. Las niñas suelen tomar este rol frente a sus pares varones.

Les adolescentes y jóvenes de Las Quintas también sostienen trabajos de cuidado de hermanas, en especial cuando se sale del barrio para ir a la escuela. Al igual que las niñas, las adolescentes y jóvenes, realizan tareas en el hogar, pero con más responsabilidades: limpieza, lavado de ropa, cocina, preparación y acompañamiento de las más pequeñas para ir a la escuela. Especialmente las adolescentes y las jóvenes realizan trabajos de cuidado en los hogares. Los varones tienen mayores responsabilidades que implican salir del barrio, por ejemplo, para hacer trámites o compras. Aunque en menor medida, las jóvenes realizan tareas de cuidado de adultos mayores o familiares enfermos. Pude registrar viajes desde ciudades de la provincia de Chaco a la ciudad de La Plata con ese objetivo. Los jóvenes, en particular los que no están asistiendo al colegio, salen del barrio a trabajar con sus padres en trabajos de construcción o en cooperativas de programas sociales. También se ocupan del cuidado de animales para consumo familiar. Los adolescentes y jóvenes suelen realizar tareas de reparación de las viviendas. Cabe destacar que en algunos hogares registrados las responsables de la familia eran jóvenes de 20 años promedio que se ocupaban de las responsabilidades de cuidado y crianza de sus hijos.

Como se ha observado en otros estudios (FILIPE MAROTE et al., 2012; HERNÁNDEZ, 2019; QUECHA REYNA, 2015; REMORINI, 2015; SZULC et al., 2019), en este barrio y entre estas familias resulta significativa la participación de niñas, niños, adolescentes y jóvenes como cuidadores. La distribución de los trabajos domésticos y de cuidado les involucra activamente con responsabilidades específicas.

Tanto NNAYJ aportan trabajo para el sostén del hogar y el barrio. Sin embargo, los trabajos de cuidado se adjudican en especial a las niñas, las adolescentes y las jóvenes. El modelo mujer-madre-cuidadora que pude observar para las mujeres adultas (SCIORTINO, 2018) se gesta desde la infancia conformando el rol de niñas cuidadoras. En esta división sexual de los trabajos de cuidado, los niños, los adolescentes y los jóvenes “colaboran” no siendo su principal responsabilidad. Muchos jóvenes llevan adelante estas tareas, pero cuando se presenta la posibilidad de realizar trabajos remunerados por fuera del hogar tienen una posibilidad de dejar esas ocupaciones. Los niños siguen el camino de sus hermanos o parientes mayores.

La noción de responsabilidad aporta al entendimiento sobre esta diferencia entre los trabajos de las niñas, adolescentes y jóvenes en relación a los de sus pares varones. Los cuidados competen a ambos, pero lo que se espera de ellas marca una diferencia en términos de desigualdad. Las prácticas de cuidado están signadas por las relaciones de género y estas, en tanto relaciones de poder, establecen responsabilidades que configuran un “sentimiento o asunción de responsabilidad” (BORGEAUD-GARCIANDÍA, 2020). Este sentimiento condiciona la vida cotidiana y, por ende, la distribución de los trabajos respondiendo a valorizaciones de género.

Como desarrollaré en el siguiente apartado, la configuración patriarcal de los trabajos modela las relaciones de género en el barrio, pero lo hace en tensión con un “estilo de cuidado qom” (GARCÍA PALACIOS; HECHT; ENRIZ, 2015) o, como prefiero nombrar, una modalidad de cuidado comunitario que habilita cierta flexibilidad frente al modelo occidental, monoparental y unilineal de los cuidados. En una conversación una de las mujeres adultas me explicó “La mujer es de la casa”, pero al mismo tiempo este mandato convivía entre mujeres que construyen junto con sus parientas, amigas y vecinas “prácticas compartidas de cuidado” de las infancias (SCIORTINO, 2018). Como comenté líneas arriba, esta modalidad colectiva de cuidar se asienta en una trama de relaciones familiares y barriales, construida desde la pertenencia étnica y la trayectoria migrante compartidas.

Como las mujeres adultas, las jóvenes también buscan formas de aliviar la desigualdad que viven como mujeres. En el marco de los proyectos de extensión mencionados funcionaron otros espacios además del de mujeres. En los talleres de jóvenes, llevados adelante por compañeros extensionistas, se problematizaron, entre otras cuestiones, los trabajos que varones y mujeres realizaban.⁸ Primero se expresaron los “pibes” manifestando a través de la letra de un rap la desigualdad vivida como trabajadores de la construcción precarizados. Luego se pronunciaron las “guachinas”⁹ poniendo en tensión la división sexual del trabajo, su invisibilización y no remuneración. Las jóvenes raperon la “bronca” que les genera esta desigualdad pidiendo “un poco de conciencia porque con todo lo que hago sin ser pago se me va la vida” (BALERDI et al., 2021, p. 60).

Imagen 3 – Impresión del rap de las pibas compartido en una jornada de encuentro en el barrio



Autora de la imagen: Silvana Sciortino, Las Quintas, 2016

⁸ La experiencia llevada adelante por el taller de jóvenes se puede conocer en BALERDI et al., 2021, p. 31-83.

⁹ Guachinas o guachines es una forma de autodenominación entre las jóvenes del barrio.

A continuación, ahondaré en las perspectivas feministas, y en especial en la economía feminista, para introducir una mirada amplia sobre los cuidados en relación a la propuesta de “la sostenibilidad de la vida”.

La sostenibilidad de la vida

Los estudios feministas fueron centrales en la crítica hacia la división sexual del trabajo, considerando a esta uno de los principales binarismos que fundamentan la separación entre producción/reproducción; trabajo masculino/tareas femeninas; público/privado; político/doméstico. La distinción jerarquizada de actividades y ámbitos de la vida llevó a la reclusión de las mujeres en lo doméstico y a la realización de actividades subvaloradas, invisibilizadas y no remuneradas.

La división sexual del trabajo es una construcción social (MOLYNEUX, 1977 apud TABET, 2005) que tiene dos principios organizadores: la separación entre trabajos de varones y trabajos de mujeres y la jerarquización que supone que el trabajo de un varón vale más que el trabajo de una mujer (FALQUET, 2007). Es decir, tiene como característica la asignación prioritaria de los hombres a la esfera productiva y de las mujeres a la esfera reproductiva, así como, simultáneamente, la captación por parte de los hombres de las funciones con fuerte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, entre otras). Paola Tabet (2005) señala que la división sexual del trabajo no es neutra, sino orientada y asimétrica. Cuando hacemos referencia a esta división deberíamos reconocer que no se trata de una relación de complementariedad o de reciprocidad, sino de dominio. “Finalmente, en este marco, es necesario analizar la división sexual del trabajo como una relación política entre los sexos” (TABET, 2005, p. 63).

En el marco de esta modalidad de organizar los trabajos, los cuidados quedan limitados a una relación social desigual.

Es decir, partimos de la evidencia de que la distribución del cuidado entre lxs actorxs sociales es inequitativa, recayendo mayoritariamente sobre las familias y dentro de estas sobre las mujeres, personas travestis y trans u otras identidades feminizadas asociadas a “naturales cuidadorxs”, repercutiendo en el desarrollo vital, los trayectos formativos y laborales de estas personas. (MESA INTERMINISTERIAL DE POLÍTICAS DE CUIDADO, 2020, p. 6).

Para Argentina el valor económico del trabajo de cuidado fue recientemente calculado por la Dirección Nacional de Economía, Igualdad y Género (DNElyG) del Ministerio de Economía. El aporte al producto interno bruto de este trabajo es del 15,9%, siendo la actividad de mayor peso por delante incluso de la industria (13,2%) y el comercio (13%). El 76% de este aporte es realizado por las mujeres (DIRECCIÓN NACIONAL DE ECONOMÍA, IGUALDAD Y GÉNERO, 2020). En el informe “Las brechas de género en la Argentina. Estado de situación y desafíos” de la DNElyG se resalta la asimetría en la distribución de las tareas de cuidados, la cual recae mayoritariamente sobre las mujeres, condicionando su inserción laboral y precarizando sus vidas (DIRECCIÓN NACIONAL DE ECONOMÍA, IGUALDAD Y GÉNERO, 2020, p. 19).

Las mujeres y las niñas realizan más de las tres cuartas partes del Trabajo Doméstico de Cuidados no Remunerado (TDCNR) en el mundo y constituyen dos tercios de la fuerza laboral remunerada del cuidado (DIRECCIÓN NACIONAL DE ECONOMÍA, IGUALDAD Y GÉNERO, 2020, p. 14). El Ministerio de Economía indicó que la distribución del TDCNR es estructuralmente desigual: las mujeres dedican a esta tarea tres veces más tiempo que los varones. Esta sobrecarga también

recae en las niñas, adolescentes y jóvenes, sobre todo en sectores populares que no cuentan con la posibilidad de acudir al mercado para el cuidado de las infancias.

El Ministerio de Economía (DNElyG) y **United Nations Children's Fund (UNICEF)** elaboraron en conjunto el documento *Desafíos de las políticas públicas frente a las crisis de los cuidados*. En este se puede observar cómo varían las responsabilidades sobre los cuidados según sectores sociales: cerca del 36% de los hogares de nivel socioeconómico alto con niñas menores de 12 años contrata alguna alternativa de cuidados, ya sea servicio doméstico (26%) o de cuidadora (20%). En los sectores medios lo hace el 13% de los hogares y en el nivel socioeconómico más bajo solo el 3% tiene esa posibilidad (DIRECCIÓN NACIONAL DE ECONOMÍA, IGUALDAD Y GÉNERO; UNICEF, 2021, p. 26). Cabe destacar que, en este último sector con desigual acceso a la contratación de cuidados, la participación de las niñas, las adolescentes y las jóvenes es fundamental para sostener la reproducción de la vida en los hogares.

En la Evaluación Nacional del Proceso de Continuidad Pedagógica (2020) se señala que durante el Aislamiento Social, Preventivo y Obligatorio (ASPO) un 14% de las niñas, niños y adolescentes empezaron a cuidar a otras niñas.

Si se considera conjuntamente las tareas laborales y de cuidado de niñas y niños se observa que actualmente el 20% de las y los adolescentes realizan ambos tipos de actividades. En los hogares en condiciones de vulnerabilidad, la participación de las adolescentes en estas actividades aumenta a un 46%. (DIRECCIÓN NACIONAL DE ECONOMÍA, IGUALDAD Y GÉNERO; UNICEF, 2021, p. 29).

Es importante señalar que, para estos sectores, se profundiza una desigualdad ya instalada.

Ante estas cifras ¿Cómo pensar los cuidados?¹⁰ Creo necesaria una definición que, abarcando la desigual distribución, llegue más allá de las prácticas concretas de cuidado y pueda aportar a la reflexión sobre las vidas que queremos vivir. Desde la economía feminista, retomo la propuesta de “la sostenibilidad de la vida en el centro”, “del cuidado de la vida”, “del mantenimiento de la vida” (CARRASCO, 2016; PÉREZ OROZCO, 2015) en tanto

[...] proceso que no sólo hace referencia a la posibilidad real de que la vida continúe – en términos humanos, sociales y ecológicos –, sino a que dicho proceso signifique desarrollar condiciones de vida, estándares de vida o calidad de vida aceptables para toda la población. (CARRASCO, 2016, p. 48 apud BOSCH; CARRASCO; GRAU, 2005, p. 322).

La noción de *sostenibilidad de la vida* forma parte de las perspectivas críticas y heterodoxas de la economía que contrastan con la mirada ortodoxa, concentrada en explicar el funcionamiento de los mercados y la perfecta asignación de recursos económicos para una producción óptima (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2015, p. 30). Estas feministas definen la economía como una relación social, corren el eje desde la valorización del capital hacia los procesos de sostenibilidad de la vida y proponen abarcar la diversidad socioeconómica (CARRASCO, 2001, 2016; PÉREZ OROZCO, 2014, 2015).

¹⁰ El siguiente desarrollo se nutre de las lecturas e intercambios en el marco del Proyecto de Investigación Científica y Tecnológica *Política colectiva, (re)producción de la vida y experiencia cotidiana: un estudio antropológico sobre procesos de organización de trabajadores y trabajadoras de sectores populares en Buenos Aires, Córdoba y Rosario*. Directora: Dra. María Inés Fernández Álvarez.

Desde esta óptica, hablamos de cuidados para referirnos al conjunto de actividades que, en última instancia, aseguran la vida (humana) y que adquieren sentido en el marco de relaciones interpersonales (es decir, los sujetos involucrados en una relación económica interactúan, establecen vínculos entre sí; gestionan una realidad de interdependencia) (PÉREZ OROZCO, 2014, p. 90).

Siguiendo a la autora, la propuesta no sería definir actividades específicas, sino preguntarnos, por ejemplo, en qué medida el conjunto del sistema socioeconómico garantiza el bienestar (concreto, cotidiano, encarnado) o lo relega a circuitos de intimidad (hogares). En fin, los cuidados serían esas actividades residuales a las del mercado, “aquellas actividades imprescindibles para arreglar los desaguisados provocados por la lógica de acumulación y/o cubrir los espacios que los mercados dejan vacíos por no ser rentables” (PÉREZ OROZCO, 2014, p. 91).

La reproducción de la vida expresada como (re)producción de la vida refiere a “la crítica a la comprensión dicotómica producción/reproducción asociada a la deificación del crecimiento y la acumulación” (PÉREZ OROZCO, 2014, p. 274). Retomando los aportes de la Economía Feminista pretendo superar esta mirada binarista y heteronormativa (sumaría adultocéntrica) de la vida y los trabajos, la cual

[...] nombra solo una parte del mundo, pero se plantea a sí misma como universal, se convierte en labor fundamental. Y fundamental es también ver las interrelaciones de este pensamiento económico con un sistema que impone la valorización del capital en los ámbitos masculinizados como proceso socioeconómico prioritario. (PÉREZ OROZCO, 2014, p. 207).

Este reconocimiento reubica a los cuidados en el marco de un sistema más amplio, permitiendo introducir la noción de (re)producción de la vida intentando romper la dicotomía heteronormativa que desvaloriza, especialmente, los trabajos y espacios de mujeres, niñas, adolescentes y jóvenes y jerarquiza la esfera masculina adulta como la única productiva.

Con la intención de contemplar de manera amplia, general e integrada a los cuidados en el barrio imagino un gran engranaje que sus habitantes hacen funcionar cotidianamente. Las ruedas de ese engranaje son múltiples y diversas motorizándose entre sí. Los cuidados se dan de distintas formas: entre mujeres, entre niñas y jóvenes, entre adultos, infancias y juventudes o entre vecinos; e implican la construcción de relaciones intergeneracionales e intrageneracionales. En fin, como las ruedas de un engranaje los cuidados funcionan en una relación de interdependencia movilizando prácticas y representaciones locales en un movimiento más amplio que hace a la (re)producción de la vida.

Si el capital está en el centro, en el sentido que propone la economía feminista, los cuidados entre NNAYJ se constituyen en una problemática, como por ejemplo la vulneración de derechos, donde las niñas se conforman como objetos de cuidado o cuidadores no reconocidos. Ahora, cuando la vida se pone en el centro, el cuidado entre niñas toma otros sentidos. La reproducción de la vida puede ir más allá de la repetición de vidas formateadas por la lógica capitalista patriarcal buscando, al menos, los intersticios que commueven hacia la construcción de vidas dignas, disfrutables, contestatarias. Expresiones artísticas críticas como el rap de las pibas, el disfrute de las niñas al pasear sus muñecos o cuidar a sus hermanas, la ansiedad por aprender a tejer para hacerse collarcitos o pulseras para regalo se vuelven prácticas, entre otras, que movilizan entre ellas, con sus hermanos y junto a adultos. Poder identificar estas acciones como maneras “de pensar y hacer vidas (más) vivibles” (PÉREZ OROZCO, 2014, p. 26) ubica infancias activas y con capacidad de agencia en interrelación. Esto es significativo para una mirada relacional (CHAVES, 2010; SZULC et al., 2009) de las NNAYJ y una perspectiva de los cuidados que sostiene la interdependencia en el sostén de la vida (PÉREZ OROZCO, 2009).

Conclusiones y desafíos

Ante este panorama quisiera remarcar una serie de aspectos que este escrito trae a cuestión. En primer lugar, me interesa destacar que una perspectiva de género interseccional de las infancias muestra problemáticas específicas, como la de ser niña o joven en un barrio de migrantes qom, habitado por trabajadores precarizadas en una ciudad de la provincia de Buenos Aires, Argentina. Los cuidados implican relaciones de interdependencia e intergeneracionales: “vengo del norte y soy toba” cuenta una de las abuelas del barrio mientras les nietos aprender a ser qom en la ciudad y en un barrio que intenta mantener su identidad.

En segundo lugar, la (re)producción de la vida dentro de un sistema económico donde el capital está en el centro y no la sostenibilidad de vidas dignas (PÉREZ OROZCO, 2014, p. 73-92) conlleva la vulneración de derechos de mujeres, niñas y jóvenes. Específicamente, la “familiarización del cuidado” (FINDLING; LÓPEZ, 2015, p. 12), como sucede en este barrio, implica la feminización del trabajo doméstico, la falta de remuneración monetaria y la invisibilización de este como trabajo.

En un contexto así configurado, la participación en especial de niñas, adolescentes y jóvenes en los trabajos de cuidado y domésticos es fundamental para la reproducción del grupo familiar. Esto fue observado en territorio, en el trabajo etnográfico y acompañado por datos estadísticos.

Por último, quiero destacar que una relación de cuidado no se presenta únicamente desde la verticalidad adulto-niña. Los cuidados ocurren en el marco de relaciones sociales de interdependencia siendo difícil una escisión clara entre quien da y quien recibe cuidados (PÉREZ OROZCO, 2009, p. 14). Les niñas cuidan de otras, según los contextos estas relaciones de cuidado resultan más o menos opresivas, con menos o mayor margen de elección. Sin embargo, esta participación en la reproducción de la vida no debería desconocerse. Por el contrario, contribuiría su problematización desde miradas relacionales sobre las infancias y juventudes, interesadas también por dar cuenta del papel activo que cumplen en la sostenibilidad de la vida.

A fines del 2021 comencé a transitar un nuevo territorio, azar o no, este espacio es un centro comunitario de cuidado de niñas de 6 a 12 años. El trabajo junto a niñas me presenta el desafío de seguir aprendiendo sobre formas de cuidado entre y junto a ellas, entre niñas y adultos en un barrio estructuralmente pobre. En ese nuevo territorio puedo continuar una práctica etnográfica comprometida con el acompañamiento de lo comunitario y fortalecer una antropología para la intervención social. El trabajo colectivo en territorio vuelve a ser una elección y una forma de avanzar en la búsqueda de igualdad.¹¹

¹¹ Esto nos proponemos en el marco del Proyecto de Extensión titulado *En busca de la igualdad: jóvenes, niñas, derechos y organización comunitaria* bajo la dirección de la Dra. Mariana Chaves, de 2022.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALERDI, S. et al. “Las Quintas Potencia”: creatividad, grupalidad y politicidad en una experiencia extensionista. In: DÍAZ, C. V.; PINEDO, J. (Orgs.). **Poner en común: Sistematización de experiencias de extensión universitaria**. La Plata: FAHCE, 2021. p. 31–83.
- BARRIACH, C.; CHAVES, M.; GAREIS, L. ‘¿Me ayudás con...?’: investigación antropológica y militancia con jóvenes en organizaciones populares. In: KATZER, L.; MANZANELLI, M. (Orgs.). **Etnografías Colaborativas y Comprometidas en Argentina**. Bahía Blanca: Asociación Argentina de Geofísicos y Geodestas, 2022. p. 262–284.
- BORGEAUD-GARCIANDÍA, N. Cuidado y responsabilidad. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 41–55, 2020.
- BOSCH, A.; CARRASCO, C.; GRAU, E. Verde que te quiero violeta. Encuentros y desencuentros entre feminismo y ecologismo. In: TELLO, E. (Org.). **La historia cuenta: del decrecimiento económico al desarrollo sostenible**. Barcelona: El Viejo Topo, 2005. p. 321–346.
- CARENZO, S. et al. Extensión en Colabor: la producción de prácticas autogestionadas de formación para la gestión colectiva del trabajo. **+E: Revista de Extensión Universitaria**, Santa Fe, v. 9, n. 11, p. 151–170, dic. 2019.
- CARRASCO, C. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? **Mientras Tanto**, Barcelona, n. 82, p. 43–70, 2001.
- _____. Sostenibilidad de la vida y ceguera patriarcal: una reflexión necesaria. **Atlánticas**, Coruña, v. 1, p. 34–57, 2016.
- CHAVES, M. **Jóvenes, territorios y complicidades**: una antropología de la juventud urbana. 1. ed. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2010.
- CITRO, S. De las representaciones a las prácticas: la corporalidad en la vida cotidiana. **Acta Americana**. Revista de la Sociedad Sueca de Americanistas, Uppsala, v. 10, n. 1, p. 93–112, 2002.
- CITRO, S. et al. **Memorias, músicas, danzas y juegos de los qom de Formosa**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 2016.
- COLANGELO, A.; TAMAGNO, L.; CUSMINSKY, M. Atención de la salud infantil en una comunidad toba de un medio urbano. In: SIMPOSIO LOS PUEBLOS INDÍGENAS Y LA SALUD, 1996, Buenos Aires. **Ponencia**. Buenos Aires: Academia Nacional de Medicina y Sociedad Argentina de Pediatría, 1996.
- DEPETRIS, A. G. **Aborígenes Toba en la periferia de la ciudad de La Plata**: acción colectiva. 2007. Tesis de grado (Licenciatura en Sociología) – Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2007.
- DIRECCIÓN NACIONAL DE ECONOMÍA, IGUALDAD Y GÉNERO. **Los cuidados, un sector económico estratégico**. Medición del aporte del Trabajo doméstico y de cuidados no remunerado al Producto Interno Bruto. Ministerio de Economía, 2020. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/los_cuidados_-un_sector_economico_estrategico.pdf>. Acesso en: 26 sep. 2022.

DIRECCIÓN NACIONAL DE ECONOMÍA, IGUALDAD Y GÉNERO; UNICEF. **Desafíos de las políticas públicas frente a la crisis de los cuidados.** El impacto de la pandemia en los hogares con niñas, niños y adolescentes a cargo de mujeres. Ministerio de Economía, 2021. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/hogares_pandemia_final_29.04.pdf>. Acceso en: 26 sep. 2022.

FALQUET, J. División sexual del trabajo militante: reflexiones en base a la participación de las mujeres en el proceso revolucionario en El Salvador (1981-1992). In: FEMENÍAS, M. L. (Orgs.). **Perfiles del Feminismo Iberoamericano.** Buenos Aires: Catálogos, 2007. p. 93-122.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. I. De malestares, búsquedas y algunas propuestas en torno a la antropología colaborativa. In: EPELE, M. M.; GUBER, R. (Orgs.). **Malestar en la etnografía, malestar en la antropología.** Buenos Aires: Libros del Ides, 2019. p. 66-84.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. I. et al. **Bajo sospecha.** Debates urgentes sobre las clases trabajadoras en la Argentina. 1. ed. Buenos Aires: Editora Callao, 2019.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. I.; PACÍFICO, F.; WOLANSKI, S. ¿A qué llamamos colabor? La producción de conocimiento con organizaciones de trabajadores y trabajadoras. In: KATZER, L.; MANZANELLI, M. (Orgs.). **Etnografías Colaborativas y Comprometidas en Argentina.** Buenos Aires: Asociación Argentina de Geofísicos y Geodestas, 2022. p. 17-45.

FILIPE MAROTE, A. S. et al. Niños como cuidadores: revisión integrativa. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 6, nov./dic. 2012.

FINDLING, L.; LÓPEZ E. (Orgs.). **De cuidados y cuidadoras:** acciones públicas y privadas. 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 2015.

GARCÍA PALACIOS, M. **Religión y etnicidad en las experiencias formativas de los niños y niñas de un barrio toba de Buenos Aires.** 2012. Tesis (Doctorado en Antropología) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2012.

GARCÍA PALACIOS, M.; HECHT, A. C.; ENRIZ, N. Crianza y niñez en dos comunidades indígenas de la Argentina (qom y mbyá). **Cuiculco**, Ciudad de México, v. 64, p. 185-201, 2015.

GÓMEZ, M. **Guerreras y tímidas doncellas del Pilcomayo:** una etnografía con mujeres qom (tobas) del oeste de Formosa. 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 2016.

GUBER, R. Pensar la investigación de campo desde Ibero-América: 4 líneas y 4 paradojas. **Revista de Antropología Iberoamericana**, Madrid, v. 15, n. 3, p. 439-462, sep./dic. 2020.

HECHT, A. C. Niñez, escolarización y lengua indígena. Una mirada antropológica sobre la diversidad lingüística en la escuela. **Revista Educación Pública**, Cuiabá, v. 22, n.49/2, p. 405-419, 2013.

HERNÁNDEZ, M. C. Experiencias de niñez en la pobreza: una cartografía de cuidados. **Runa**, Buenos Aires, v. 40, n. 2, p. 93-111, jun. 2019.

MESA INTERMINISTERIAL DE POLÍTICAS DE CUIDADO. **Hablemos de cuidados.** Nociones básicas hacia una política integral de cuidados con perspectiva de géneros, 2020. Disponible en: <<https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/mesa-interministerial-de-politicas-de-cuidado.pdf>>. Acceso en: 27 sep. 2022.

MINISTERIO DE LAS MUJERES, GÉNEROS Y DIVERSIDAD DE LA NACIÓN. (Re)Nombrar: Guía para una comunicación con perspectiva de género. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/guia_para_una_comunicacion_con_perspectiva_de_genero_-_mmgyd_y_presidencia_de_la_nacion.pdf>. Acceso en: 27 sep. 2022.

PÉREZ OROZCO, A. **Miradas globales a la organización social de los cuidados en tiempos de crisis II: ¿Qué retos políticos debemos afrontar?**, 2009. Disponible en: <https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1271692958.amaia_perez_orozco_working_paper_6_espanol.pdf>. Acceso en: 27 sep. 2022.

_____. **Subversión feminista de la economía:** aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. 1. ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

_____. La sostenibilidad de la vida en el centro... ¿y eso qué significa? In: CABELLO DE ALBA, L. M.; ESCRIBANO GUTIÉRREZ, J. (Orgs.). **La ecología del trabajo:** el trabajo que sostiene la vida. Albacete: Bomarzo Editors, 2015. p. 71-100. Disponible en: <https://www.researchgate.net/publication/309669671_La_sostenibilidad_de_la_vida_en_el_centro_y_eso_que_significa>. Acceso en: 27 sep. 2022.

QUECHA REYNA, C. Niñas cuidadoras en contextos migratorios: el caso de las poblaciones afrodescendientes en la Costa Chica de Oaxaca. **Cuicuilco**, Ciudad de México, n. 64, p. 155–175, 2015.

QUIRÓS, J. **¿Para qué sirve unx antropólogox?:** la intervención antropológica y sus relaciones con la investigación. 1. ed. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2021.

REMORINI, C. Hermanos que cuidan, hermanos que enseñan: el rol de los niños en el cuidado infantil en dos regiones de Argentina. In: PRIMER CONGRESO IBEROAMERICANO DE PRIMERA INFANCIA, 2015, Buenos Aires. **Ponencia.** Buenos Aires: SAPI, 2015.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, C. Economía feminista y economía del cuidado: aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 256, p. 30–44, mar./abr. 2015.

ROJAS, E. B. **Les pibes del barrio y las chicas de la placita.** Intersección géneros e infancias: Un estudio de caso del Colectivo “Piedra, Papel y Tijera”, Barrio el Carmen, Berisso, período 2016–2017. 2022. Tesis (Maestría en Trabajo Social) – Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2022.

SANTILLÁN, L. Las configuraciones sociales de la crianza en barrios populares del Gran Buenos Aires. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 8, n. 2, p. 921-932, jul./dic. 2010.

SCIORTINO, S. Una etnografía sobre arreglos familiares, leonas y mujeres superpoderosas: prácticas compartidas de cuidado entre las titulares del ‘Ellas Hacen’’. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, v. 48, p. 55–71, 2018.

_____. Un lugar que nos protege. Formas espaciales de cuidado en un barrio qom de la ciudad de La Plata. In: FERNÁNDEZ ÁLVAREZ M. I. (Org.). **Bajo sospecha:** debates urgentes sobre las clases trabajadoras en la Argentina. Buenos Aires: Ediciones Callao, 2019. p. 121–132.

SCIORTINO, S. El lugar de la afectividad al momento de hacerse una cooperativa: trabajos, cuidados y organización colectiva. In: 12º CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL, 2021, La Plata. **Ponencia.** La Plata: UNLP, 2021.

_____. **La lucha de mujeres es un camino:** políticas de identidad indígena en los Encuentros Nacionales de Mujeres. 1. ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2021a.

_____. Una mirada etnográfica sobre el cuidado comunitario. In: XII JORNADAS DE INVESTIGACIÓN, DOCENCIA, EXTENSIÓN Y EJERCICIO PROFESIONAL: TRANSFORMACIONES SOCIALES, POLÍTICAS PÚBLICAS Y CONFLICTOS EMERGENTES EN LA SOCIEDAD ARGENTINA CONTEMPORÁNEA, 2021, La Plata. **Ponencia.** La Plata: FTS, 2021b.

SZULC, A. et al. La investigación etnográfica sobre y con niños y niñas: una mirada desde la antropología. In: XXVII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA; VIII JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UBA, 2009, Buenos Aires. **Ponencia.** Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009.

SZULC, A. et al. Niñez, alteridad y cuidado: reflexiones para un campo en construcción. **DESIDADES** – Revista científica da infancia, adolescência e juventude, Rio de Janeiro, n. 25, p. 48–58, 2019.

TABET, P. Las manos, los instrumentos, las armas. In: CURIEL O.; FALQUET, J. (Orgs.). **El patriarcado al desnudo.** Tres feministas materialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. p. 57–129.

TAMAGNO, L. **Nam Qom Hueta'a na Doqshi Lma':** los tobas en la casa del hombre blanco. Identidad, memoria y utopía. 1. ed. La Plata: Al Margen, 2001.

VIEIRA, V.; SCIORTINO, S. Fragmentos del territorio: formas locales de apropiación de las políticas sociales. In: SCIORTINO, S.; AMILIBIA I.; MARCONI A. (Orgs.). **Géneros y políticas públicas:** acerca de programas, marcos normativos y experiencias en territorio. La Plata: Facultad de Trabajo Social, 2022. p. 20–27.

VIVEROS VIGOYA, M. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, Ciudad de México, v. 52, p. 1–17, 2016.

RESUMEN

En este trabajo presento y analizo modalidades de cuidado entre niñas, niños, adolescentes y jóvenes (NNAyJ) observadas en el marco del trabajo territorial llevado adelante en un barrio qom de la ciudad de La Plata, Buenos Aires, Argentina, entre 2014 y 2021. En este artículo sostengo que ellos tienen un rol significativo para la (re)producción de la vida en familia y en comunidad. Cabe señalar que llamo *trabajo en territorio* a las trayectorias colectivas e individuales recorridas en experiencias de extensión universitaria, investigación e intervención. Como antropóloga, el enfoque y método etnográfico guió el “estar” en territorio, permitiendo comprensiones situadas y centradas en las perspectivas de los actores. La interpretación sobre las formas de cuidar entre NNAyJ retoma aportes de enfoques relacionales e interseccionales; de la economía feminista sobre la sostenibilidad de la vida y la interdependencia en los trabajos de cuidado.

Palabras clave:

cuidados, infancias, sostenibilidad de la vida, interseccionalidad, territorio.

Meninas, meninos, adolescentes e jovens cuidadores: a sustentabilidade da vida em um bairro Qom na cidade de La Plata, Buenos Aires, Argentina**RESUMO**

Neste artigo apresento e analiso as modalidades de cuidado entre meninas, meninos, adolescentes e jovens (NNAyJ) observadas no marco do trabalho territorial realizado em um bairro qom da cidade de La Plata, Buenos Aires, Argentina, entre 2014 e 2021. Neste artigo defendo que eles têm um papel significativo na (re)produção da vida familiar e comunitária. Cabe destacar que chamo de *trabalho territorial* as trajetórias coletivas e individuais percorridas em experiências de extensão universitária, pesquisa e intervenção. Como antropóloga, a abordagem e o método etnográfico pautaram o “ser” no território, permitindo compreensões situadas voltadas para as perspectivas dos atores. A interpretação das formas de cuidar de meninos e meninas retoma aportes de abordagens relacionais e interseccionais; da economia feminista sobre a sustentabilidade da vida e a interdependência no trabalho de cuidado.

Palavras-chave:

cuidado, infâncias, sustentabilidade da vida, interseccionalidade, território.

Girls, boys, adolescents and young caregivers: the sustainability of life in a qom neighborhood in the city of La Plata, Buenos Aires, Argentina**ABSTRACT**

In this paper I present and analyze care modalities among girls, boys, adolescents and young people (NNAyJ) observed in the framework of the territorial work carried out in a qom neighborhood of the city of La Plata, Buenos Aires, Argentina, between 2014 and 2021. In this article I argue that they have a significant role in the (re)production of family and community life. It should be noted that I call *territorial work* the collective and individual trajectories covered in experiences of university extension, research and intervention. As an anthropologist, the ethnographic approach and method guided “being” in territory, allowing for situated understandings focused on the perspectives of the actors. The interpretation of the ways of caring between NNAyJ takes up contributions of relational and intersectional approaches; of feminist economics on the sustainability of life and interdependence in care work.

Keywords:

care, childhoods, sustainability of life, intersectionality, territory.

FECHA DE RECEPCIÓN: 20/10/2022

FECHA DE APROBACIÓN: 14/02/2023



Silvana Sciortino

Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina. Doctora en Antropología y posdoctora en Ciencias Sociales y Humanas por la Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina. Licenciada en Antropología y docente investigadora de la Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Argentina.

E-mail: silvana.sciortino@gmail.com



Niñez, autocuidado y atención a la salud. Un análisis antropológico de la agencia de los niños y adolescentes en el tratamiento medicamentoso contra el cáncer infantil

Candela Rocío Heredia

Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.

<https://orcid.org/0000-0002-4571-984X>

Introducción

El cáncer es una de las principales causas de mortalidad entre niñas¹ y adolescentes en todo el mundo; cada año se diagnostica cáncer a aproximadamente 280.000 niñas de entre 0 y 19 años. En América Latina y el Caribe, se estima que al menos 29.000 menores de 19 años resultarán afectados por el cáncer anualmente. De ellos, cerca de 10.000 fallecerán a causa de esta enfermedad, según datos de la Organización Panamericana de la Salud (OPS, 2021).

En Argentina, según el Registro Oncopediátrico Hospitalario Argentino (ROHA), se producen anualmente 1.322 casos de cáncer en niñas entre 0 y 15 años de edad (promedio del 2000 al 2016), lo que implica más de 3 diagnósticos nuevos en promedio por día. Los tipos de cáncer más comunes en niñas son las leucemias, tumores cerebrales y tumores sólidos (MORENO, 2018).

En cuanto a los lugares de atención, el 74% de los casos registrados se tratan en hospitales públicos, y 4 de cada 10 (44%) de los niñas en algún momento de su tratamiento deben trasladarse a centros de mayor complejidad (MORENO, 2018). Este artículo aborda el cuidado biomédico de esas niñas que enferman de cáncer y están en un efecto público de salud de alta complejidad, con la particularidad de poner el foco en el cuidado ejercido por las propias niñas hacia sí (autocuidado).

Desafiando la idea que las niñas son meros receptores de cuidados adultos (sea de profesionales de la salud o de familiares), en este artículo se analiza el autocuidado ejercido por ellas en el marco de tratamientos contra el cáncer. Sostenemos que, en el hospital, el “cuidado” está íntimamente ligado a pautas biomédicas y que las niñas/adolescentes se apropián de esta dimensión “experta” de la salud al momento de auto cuidarse.

Para una aproximación a esa agencia infantil y los cuidados ejercidos, se realizó trabajo de campo etnográfico en un hospital público de la Provincia de Buenos Aires, Argentina, durante todo el año 2018, en los sectores de internación, hospital de día y sala de juegos. En dicho hospital se atiende mayoritariamente sectores populares de la Provincia y del interior del país. Se colocan en el análisis descripciones derivadas de la observación participante y también una imagen de un libro de colorear, editado por una fundación que trabajaba en el mismo hospital y estaba abocada a la atención de niñas con cáncer. Lo expuesto en este trabajo es parte de una investigación mayor (HEREDIA, 2022) que ha contado con la aprobación del comité de ética de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Todos los nombres y apellidos de personas que aquí figuran han sido alterados, a fin de preservar el anonimato de los sujetos.

El artículo se compone de cinco apartados. En el primero de ellos repasamos las producciones académicas sobre niñas con cáncer del país para trazar un panorama común de la atención a la salud de esta población en instituciones públicas. En el segundo, conceptualizamos lo que consideramos “agencia” en niñas y cómo esta noción nos permite comprender el cuidado competente que puede ejercerse siendo “enfermo” y siendo “niña”. En el tercer apartado exponemos la estrategia metodológica utilizada en el presente estudio. Luego, en el cuarto, indagamos cómo las niñas/adolescentes que conocemos en el hospital toman para sí la gestión medicamentosa del tratamiento contra el cáncer que atraviesan.

1 Se utilizará el morfema “e” con intenciones de crear un texto con “lenguaje inclusivo de género”. Dicho lenguaje busca escapar del sistema binario español. El binarismo es la base del sexism, la homofobia y la heteronormalización; por lo que buscamos con el lenguaje inclusivo, afianzar nuevas formas no-opresivas de pensar los géneros.

En el quinto apartado, analizamos otros tipos de pautas médicas como el tipo de alimentación y modo de circulación, sobre los cuales también se responsabilizan les niñas, asumiendo tareas de “hipervigilancia” sobre su salud. Finalmente, se culminan con algunas reflexiones abiertas para continuar pensando el cuidado de la salud y la agencia de les niñas en nuestras sociedades.

Antecedentes del enfermar de cáncer en la infancia

Sobre la indagación del fenómeno del cáncer infantil en Argentina ya hay producciones existentes. Una de ellas es la tesis doctoral de Cecilia Vindrola-Padros (2011), *Life and Death Journeys: Medical Travel, Cancer, and Children in Argentina*, la cual documenta las experiencias de la vida cotidiana de las familias que viajan para acceder al tratamiento médico en Buenos Aires. Vindrola-Padros realizó entrevistas, cronogramas visuales, dibujos y observación participante con 35 familias. Para les niñas “el tratamiento significa dejar su hogar, estar separados de familiares y amigos e interrumpir la escuela” (VINDROLA-PADROS, 2011, p. 335). Los padres y madres, por su parte, “están dispuestos a hacer todo lo posible para cuidar a su hijo. Su rol de ‘buenos padres’ depende de lo que pueden hacer por sus hijos enfermos” (VINDROLA-PADROS, 2011, p. 236).

Otra tesis argentina (de 2014 devenida en libro en 2017) que aborda centralmente la escolaridad es la de María Laura Requena (2017), en la que se analizan las prácticas de cuidado de los padecimientos de niños, niñas y adolescentes con enfermedades graves (entre ellas, el cáncer), a través del trabajo escolar que realizan cotidianamente con sus maestras en los sectores de internación pediátrica de un hospital público del conurbano bonaerense. La autora observó cómo coexisten dos lógicas de cuidado: la escolar y la hospitalaria. Las maestras con/viven con estos niños y sus familias en la internación, lo que las ubica ante situaciones límites y de incertidumbre (ya que está comprometida la vida de sus alumnos). Ellas encarnan la manera de atender los padecimientos, de cuidar, que promueve la escuela en el hospital.

Quevedo (2018), por su parte, realizó una tesis de maestría en Antropología, en la Universidad Nacional de Córdoba, titulada *Amar hasta que duela. Etnografía sobre los sentidos que produce la atención de niños con cáncer en voluntarios de una ONG*. El autor padeció cáncer a los 15 y a los 31 años. Con su experiencia personal y un trabajo de campo en una fundación que funciona en un hospital público, concluyó que la fundación en cuestión es un agente que ofrece la posibilidad de ejercer una nueva espiritualidad. Los voluntarios que la conforman tienen rituales que son modos de dar respuesta a experiencias que la sociedad occidental moderna, por lo general, niega (el cáncer y la muerte).

Existen también dos tesis de maestrías en Epidemiología, Gestión y Políticas de salud de la Universidad Nacional de Lanús, escritas por médicas, que también abordan el cáncer infantil. Una es la de María Pía Majdalani (2015) y otra la de Mariana Roizen (2015). La primera de ellas estudia la situación de salud de jóvenes que sobrevivieron a una enfermedad oncológica en la infancia o adolescencia. Para la autora, los jóvenes necesitan atención clínica específica, pero su acceso es difícil por encontrarse en situaciones de vulnerabilidad social. La segunda busca conocer la trayectoria y experiencia de las familias en el cuidado de niños que recibieron un trasplante de células progenitoras hematopoyéticas (TCPH), más conocido como trasplante de médula ósea, en el Hospital Garrahan. Sus hallazgos muestran que la llegada a un TCPH es un momento de quiebre en las trayectorias de las familias, que implica un contexto hostil, de total aislamiento y donde movilizan múltiples recursos y estrategias que incluyen el soporte de su familia ampliada, el contacto con otras familias hospitalizadas, el apoyo en la religión, la atención psi y el equipo de salud.

Restan dos tesis doctorales en el país para mencionar: la de Eugenia Brage (2018) y la de Rafael Wainer (2015). En la tesis de la antropóloga Brage (2018), aparecen los itinerarios terapéuticos desarrollados frente a la enfermedad, así como las prácticas de cuidado desplegadas a lo largo de estos recorridos. La investigadora recorta su indagación a las migraciones que se producen desde las regiones del NOA y NEA hacia la Ciudad de Buenos Aires para la atención del cáncer infantil. Su investigación sienta en particular tres aportes: (1) concebir la enfermedad como un problema práctico; (2) concebir la migración como más que un traslado geográfico; (3) concebir la enfermedad y la migración como una unidad de experiencia.

Por último, está la tesis doctoral de Wainer (2015), *Permeable Bodies: Children, Cancer, and Biomedicine in Argentina*, en la que sostiene que el tratamiento del cáncer convierte los cuerpos de los niños en “cuerpos permeables”. Esto lo entiende en tres sentidos: en primer lugar, el cuerpo es permeable en la manera más física y literal: hay un cuerpo que es punzado, pinchado, etcétera y que es el centro de las amplias redes médicas. En segundo lugar, hace referencia a la permeabilidad simbólica a la que están expuestos los niños, las familias y los profesionales mientras negocian los significados de la enfermedad y el tratamiento. Los sentidos son permeados. En tercer lugar, se cree que los niños se la “bancan más” que los adultos. Se los ve más permeables: podrían tolerar procedimientos más intrusivos, dolor y sufrimiento.

Estas siete producciones que indagan el cáncer infantil en Argentina ya dan cuentan de cinco fenómenos importantes para comprender el contexto en el cual se insertan los niños con cáncer: (1) existe un sistema público de atención centralizado que obliga a la migración a Buenos Aires para búsqueda del tratamiento; (2) quienes concurren al sistema público para atender su salud son, mayoritariamente, sectores populares, estando muchas personas en situación de vulnerabilidad social; (3) existen numerosos obstáculos para lograr la atención de calidad y, ante esas barreras (geográficas, de insumos, etcétera), se despliegan estrategias que permiten sortear los obstáculos; (4) a lo largo de experimentar la atención al cáncer, se produce una familiarización con los procedimientos médicos y las dinámicas de la institución biomédica; (5) aparece el cuidado coexistiendo con otras lógicas como: la escolar, el voluntariado (ONGs) y problemáticas sociales.

Agencia, (auto)cuidados y niñez

Las personas producen y reproducen la sociedad en situaciones histórico-sociales determinadas. La sociedad y en este caso particular las instituciones de salud, son el producto de las acciones de quienes participan en ellas, aunque no necesariamente de forma consciente (DOMÍNGUEZ MON; PÉREZ; PERNER, 2014, p. 14).

Las instituciones de salud, en las cuales se busca la cura al cáncer, son producto de acciones humanas. Quienes forman parte de ellas (gestores, profesionales, usuarios, etc.) tienen la capacidad (determinada históricamente) de transformar, modificar o conservar aspectos de esa institución y de su vida social. Esta capacidad de modificar el mundo de las cosas, entre ellas, las instituciones, ha sido llamada “agencia” (DOMÍNGUEZ MON; PÉREZ; PERNER, 2014, p. 14). “Agencia” es una categoría muy trabajada por diversos teóricos de las ciencias sociales (BOURDIEU, 1997; DELEUZE; GUATTARI, 2000; GIDDENS, 2006). No es el objetivo del artículo indagar en ésta, pero sí la usaremos para dar cuenta del accionar de los niños al enfermar de cáncer y concurrir a un hospital.

“La agencia no se refiere a las intenciones que la gente tiene en hacer cosas, sí a su capacidad de hacer esas cosas en primer lugar (por eso la agencia implica poder)” (GIDDENS, 2006, p. 9). El agente introduce novedades en su mundo y esa capacidad de producir novedad es relacional, no de tenencia individual. Implica un poder ejercido, circulante y no almacenado (FOUCAULT, 1977a). La agencia es potencia de acción. No obstante, la biomedicina se caracteriza por la “exclusión del saber del paciente” (MENÉNDEZ, 2003, p. 194) y asimila al “enfermo” como objeto pasivo por la subordinación médico-paciente. Es decir, el modelo médico hegemónico no reconoce la capacidad del enfermo de hacer cosas novedosas y competentes (resolutivas del problema que es la enfermedad).

La enfermedad es un problema práctico. Pensarla de esta forma nos permite atender a las tácticas desplegadas para su resolución. Éstas están conformadas por acciones, redes y recursos movilizados, los cuales se encuentran condicionados por estructuras mayores (distribución desigual de los recursos sanitarios, pobreza y marginalidad) (BRAGE, 2018). Lo realizado para “resolver” el problema de la enfermedad no está ni totalmente determinado por fuerzas externas ni son actos libres de sujetos conscientes. Las acciones “resolutivas” observadas/analizadas en el hospital se dan en el marco de un sistema de salud centralizado, marcado por la desigualdad social y un conjunto de problemas. Esas acciones (como migrar, seguir pautas médicas, etc.) son necesarias para resolver la enfermedad y son posibles por agencia de quienes enferman.

Al respecto, quienes trabajaron con personas con enfermedades crónicas se preguntaron retóricamente: “¿Las personas que viven con afecciones de larga duración son simplemente “enfermos” o demuestran poseer “experiencias vivas” y por ende son competentes en el cuidado cotidiano de su salud?” (DOMÍNGUEZ MON; PÉREZ; PERNER, 2014, p. 15). Esta pregunta busca romper con la comprensión acabada del enfermo como objeto pasivo de la medicina alopática. Concluyeron que “la agencia estuvo en quienes ‘cuidan’ institucionalmente, así como quienes ‘se cuidan’ cotidianamente utilizando saberes que circulan dentro de las instituciones de salud y por fuera de las mismas” (DOMÍNGUEZ MON; PÉREZ; PERNER, 2014, p. 15). Los llamados “pacientes” son agentes que “se cuidan” competentemente.

Del mismo modo que la biomedicina no reconoce al “enfermo” como agente y competente, el adultocentrismo tampoco lo hace con los niños. No son consideradas personas “completas”, pero “los niños y las niñas siempre son agentes y su acción siempre está presente. Son las estructuras sociales las que impiden visibilizar este fenómeno, o bien inhibirlo, en el contexto de los sistemas de género y generación” (PAVEZ-SOTO; SEPÚLVEDA KATTAN, 2019, p. 207-208).

Así como la Salud Colectiva, la Medicina Social y la Antropología de la Salud, entre otras, han colaborado en visibilizar a los llamados “enfermos” como agentes activos en la resolución de sus problemas prácticos de salud, la Antropología de la niñez ha hecho lo suyo para registrar las voces de los niños y su accionar. Sin embargo, “reconocer su agencia social no debe implicar pasar por alto las condiciones estructurales – sociales, económicas, políticas, de género – que de diversos modos los limitan” (SZULC, 2019, p. 57). La posibilidad de acción de todos los sujetos siempre es limitada.

Propuesta metodológica

Para la indagación del autocuidado ejercido por los niños se realizó trabajo de campo etnográfico en un hospital público de la Provincia de Buenos Aires, Argentina, en el año 2018. La elección de hacer un trabajo etnográfico remite al hecho de reconocer que no sólo los actores no suelen verbalizar una variedad de asuntos, sino que son, en gran medida, incapaces de expresarlos

discursivamente. De allí la importancia de atender a la información que comporta la acción social y a la que se encuentra inscripta en la materialidad del mundo social (BALBI, 2010). El trabajo de campo es una experiencia vincular de sujetos vivos en la cual asumimos la incomodidad de involucrarnos en el carácter propiamente controversial y contradictorio de todo proceso social (QUIRÓS, 2014). La transformación de toda esa experiencia a un texto dinámico es, sabemos, tarea ardua y poco sencilla. Pero seguimos apostando a la etnografía puesto que ella es una contribución teórica que conversa, reconsidera, discute, contrapone y amplía otras ideas que la antecedieron (PEIRANO, 2014). Se torna muy oportuna cuando lo que nos interesa es conocer vivencias infantiles. Por esa razón optamos por ella, porque nos posibilita acceder a ciertos datos que de otra forma serían imposibles.

En relación a los antecedentes que existen sobre etnografías con niñas podemos afirmar que existe una progresiva y sostenida producción. De hecho, se constituyó la Red Internacional de Etnografía con Niñas, Niños, Adolescentes y Jóvenes en 2016, la cual ha generado un mapeo de las contribuciones etnográficas en el campo de la niñez (MEO et al., 2018). Quienes componen la Red sostienen que los trabajos etnográficos con niñas buscan conocer sus diversos puntos de vista, experiencias y trayectorias; y poseen un consenso generalizado sobre el carácter inherentemente político de la participación infantil/juvenil en el espacio público.

Las etnografías existentes que trabajan con niñas analizan críticamente las acciones infantiles, sus interacciones y contextos, confrontando con “las perspectivas hegemónicas sobre las infancias y juventudes, que los consideran como sujetos ‘en formación’, con pocas posibilidades de tomar decisiones [y] terminan por deslegitimar sus acciones como ciudadanos en el presente” (MEO et al., 2018, p. 32). Esta emergencia de etnografías con niñas y el interés de diversas disciplinas y sectores de la sociedad en ese grupo, ocurre con ímpetu a partir de 1990 (CARLI, 2002). Lo que intentan sortear las producciones centradas en niñas, es la dicotomía adulto-niña tan arraigada en nuestra cosmovisión occidental. El sujeto trascendental kantiano masculino, adulto y burgués, está relacionado con la cultura, la racionalidad, la actividad, el trabajo, la competencia, la independencia y lo público. Como contracara, la figura del niño se asocia a la naturaleza, a la irracionalidad, a la pasividad, a la dependencia, a la incompetencia y lo doméstico (PROUT, 2005; SHABEL, 2019). Estas dicotomías vienen siendo discutidas desde las etnografías con niñas ya que justamente estas producciones los muestran como agentes activos en sus propios procesos de socialización, en la reproducción y transformación de las sociedades.

Pero como aseveran Gustavo Belisário d'Araújo Couto y Antonádia Monteiro Borges (2018), adultos y niñas son producidos uno a partir de otro, por eso es importante no dejar de incorporar a los adultos en las investigaciones con niñas. Investigar con/sobre niñas implica no separar los fenómenos del “mundo de las niñas” de aquellos fenómenos del “mundo de los adultos”. Por lo cual, dicen los autores, es necesario cruzar pesquisas del Estado, la religión, la economía o los movimientos sociales al momento de incursionar en la voz de los niños. “Ser niña” (como “ser adulto”) no es algo esencial, sino un devenir. Las personas adultas y las niñas son inseparables en cualquier línea de tiempo. “Buena parte de las ciencias sociales – y de la antropología en particular – también sostiene la separación entre niños y adultos en el desarrollo de sus investigaciones (...) Las voces de los niños son casi restringidas a los campos de la antropología del niño y la sociología de la infancia” (COUTO; BORGES, 2018, p. 91). Lo contrario puede suceder cuando se privilegia la voz infantil: se puede omitir las posiciones adultas. Construir perspectivas en diálogo, como ha hecho históricamente la antropología, de alguna forma resguarda tales aislamientos y evita caer en reduccionismo o esencialismos.

Es el trabajo de campo etnográfico el que posibilita asir esos complejos procesos sociales del devenir sujeto-niñe, adolescente, joven, adulte. En el trabajo de campo, “el investigador recurre a técnicas flexibles en el sentido de que su empleo se amolda a la dinámica de la relación con los informantes y el campo” (GUBER, 2004, p. 57). En este caso, decidimos emplear la observación participante “moldeándola” para adaptarla a la dinámica de la relación, teniendo en cuenta las formas y momentos de comunicación de les niñes. No quisimos realizar consignas o preguntas dirigidas al tratamiento o sufrimiento de les niñes, sino esperar que elles quisieran hablar de eso, en el modo que puedan/quieran y en el tiempo en que decidan. Las descripciones que siguen son producto de “pasar el tiempo” acompañándolos en el hospital.

Por último, coincidimos en la necesidad de situar “la acción social de los niños y niñas en la trama de relaciones de poder (...) que la condicionan en cada contexto sociohistórico específico, para lo cual el abordaje etnográfico resulta fructífero” (SZULC, 2019, p. 58). Entendemos al trabajo de campo como relación social y como articulación de las situaciones de interacción, para el cual no existen manuales (GUBER, 2011, 2013) y donde las operaciones de descripción y análisis no deberían constituir “niveles” distintos en la estrategia narrativa, ya que es mediante la propia descripción que se construye (analiza y explica) el aspecto vivo de esa experiencia vincular que es el trabajo de campo etnográfico (QUIRÓS, 2014).

Gestión de medicamentos y salud

Una mañana estaba en la sala de internación de hemato-oncología pediátrica del hospital. Allí había una preadolescente de trece años en una cama. Se llamaba Sara y estaba recostada con el ceño fruncido, los ojos cerrados y sus labios pegados formando una línea recta. Entró una enfermera a la habitación, saludó a quienes estábamos allí y fue directo a controlar la bomba de medicación de Sara. Entonces Sara abrió los ojos, la miró y le dijo: “Más dipirona”. “¿Querés un rescate de dipirona?”, le preguntó la enfermera y Sara afirmó con la cabeza.

La dipirona es uno de los tantos medicamentos que circulan en las salas de Oncología. La dipirona es un analgésico, antipirético, espasmolítico y antiinflamatorio de amplio uso; eficaz como antipirético y para manejo del dolor agudo, crónico, postoperatorio, cólico renal y migraña (BUITRAGO-GONZÁLEZ; CALDERÓN-OSPIÑA; VALLEJOS-NARVÁEZ, 2014). Es eso, pero también es algo más, puesto que los medicamentos producen transformación (se espera que modifiquen el cuerpo de quien los consume) y objetivan significados (HEREDIA, 2019; PERSSON, 2004; WHYTE; VAN DER GEEST; HARDON, 2002). Uno de los importantes sentidos que tiene la gestión de la medicación por parte de niñes y adolescentes es el cuidado. Esta asociación entre medicamentos y cuidado la iremos desarrollando a lo largo del texto.

Los medicamentos se enraízan con la noción de “medicalización”, el cual ha sido un concepto variable en el tiempo (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA, 2014). Para algunos autores como Menéndez (2003), el proceso de medicalización, que continúa en expansión, hace que los sujetos comiencen a explicar y atender sus padecimientos a través de técnicas y concepciones biomédicas. Para Foucault (1977b, p. 4), es el hecho de que “la existencia, la conducta, el comportamiento, el cuerpo humano, se incorporaran a partir del siglo XVIII en una red de medicalización cada vez más densa y amplia, que cuanto más funciona menos se escapa a la medicina”. Para Conrad (1982), es el proceso por el cual problemas no médicos se definen y tratan como problemas médicos, usualmente en términos de enfermedades y trastornos; convergiendo con las ideas de Illich (1978) que también asevera que lo médico ha avanzado sobre campos que no le eran propios.

En este contexto, las personas interactuamos cotidianamente con medicamentos y los utilizamos con la promesa de “estar mejor” o tener mayor “bienestar” (WILLIAMS; MARTIN; GABE, 2011). Algunos autores críticos del área de la educación, sostienen que “el aprendizaje y los modos de ser y actuar – campos de gran complejidad y diversidad – han sido blancos preferenciales de la medicalización. En consecuencia, niños y adolescentes son los más afectados” (MOYSÉS; COLLARES, 2013, p. 15). Este tipo particular de “medicalización” tienen una connotación negativa al pensar el control de los comportamientos infantiles y la invención de las enfermedades del no aprendizaje como articulaciones normatizadoras que cercenan heterogeneidades y libertades de los niños. Esto es algo casi opuesto a la medicalización que se produce al enfermar de cáncer en la infancia. El tratamiento contra el cáncer es, en general, medicamentoso (quimioterapia) y tiene una connotación positiva porque promete la curación (continuación de la vida).

Además, en el marco de procesos donde el poder médico fue apropiándose de nuevos espacios, el alivio del dolor por cáncer aparece como un fenómeno cada vez más medicalizado (ALONSO, 2013). Las personas reciben medicamentos para intentar curar su cáncer, pero también para “control de síntomas”. “Control de síntomas” es un término biomédico que hace referencia a disminuir manifestaciones de la enfermedad y/o de los tratamientos médicos, como es el dolor (también vómitos, náuseas, diarrea, constipación, etc.). En el trabajo de campo observamos que – con las internaciones, los días de tratamiento y los diálogos con otras familias y el equipo médico – los niños y adolescentes comienzan a familiarizarse, a temprana edad, con los nombres y manejos de los medicamentos, tanto curativos como para control de síntomas.

La dipirona es un objeto concreto: viene en comprimidos, en supositorios o en ampollas; es un objeto elaborado para consumo, con la esperanza de transformar algo en el cuerpo y generar “bienestar”. Sara lo conocía, podía nombrarlo y pedirlo estratégicamente a quien podía dárselo. Podía comprender el sentido biomédico de la pregunta “¿Querés un rescate de dipirona?” y responder a su voluntad.

Los medicamentos modelan las sensibilidades y percepciones en el sentido que comienzan a cambiar algunas comprensiones, como puede ser el dolor. El dolor, luego de atravesar la hospitalización (entre otras cosas), puede ser interpretado como una sensación desagradable, pero que puede ser aliviado con dipirona. Así, quedan algunas sensaciones referenciadas a los procesos medicamentosos. Y algo que era del campo “experto” pasa a ser apoderado por legos que, con las sucesivas familiarizaciones, comienzan a conocer sus prescripciones médicas y apoderarse de su gestión. Era el caso de Sara que demandaba el medicamento; y el de tantos otros que habitaron y habitan efectores de salud y vivencian procesos de salud-enfermedad-atención-cuidados en la medicina alopática.

Muchas personas adultas incentivan la familiarización y gestión de los propios niños y adolescentes con sus medicaciones de rutina:

Imagen 01. Dibujo para colorear. Remedios.



Hay que tomar REMEDIOS para curarse. Reviso con mis padres cuándo y cómo hacer para tomarlos. Eso ayuda a que sea más fácil.



Autor: Fundación Dumont

“Hay que tomar REMEDIOS para curarse. Reviso con mis padres cómo hacer para tomarlos. Eso ayuda a que sea más fácil.” La promesa de los remedios que aparece reflejada en el dibujo, es la curación. En la escena relatada, la dipirona prometía alivio al dolor (“control de síntomas”). Sea por el motivo que sea, los medicamentos, repetimos, nos prometen transformación hacia lo que consideramos “bienestar”. Y socialmente asociamos el bienestar de niños y adolescentes a cuerpo sanos y emociones positivas. La familiarización con los esquemas medicamentosos ayuda a que “sea más fácil”. Si leemos sólo lo escrito en negrita en el dibujo, podemos ver cómo se completa la oración “curarse más fácil”. El poder de curar que tienen los medicamentos es su baluarte: pueden transformar el cuerpo enfermo en cuerpo sano. En algunos campos, como el educativo, puede cuestionarse ciertos diagnósticos médicos, pero el “cáncer” pocas veces es puesto en duda como una enfermedad inventada por la industria farmacéutica y cuya entidad y tratamiento podría desdeñarse.

La agencia de los sujetos que consumen esos medicamentos para el cáncer hace que el proceso sea “más fácil”, en tanto esa agencia sea obediente de las prescripciones médicas. Bien es sabido que la agencia en el consumo de fármacos podría ser rebelde a las prescripciones: variar el tiempo o cantidades de consumo, o abiertamente rechazarlo. “Reviso con mis padres cómo hacer para tomarlos” parecería ser garantía de dicha obediencia. Pero no siempre los adultos se convierten en la autoridad diferida o delegada del equipo médico. A veces, directamente les adolescentes toman el manejo de los medicamentos salteando a la responsabilidad adulta-parental.

Un día conversaba con Victoria, la madre de Sara, y Griselda, la madre de Ivana (una niña de diez años). Y una mujer le preguntó a otra: “¿Qué tiene ella [Sara]?””. “LLA”, contestó [leucemia linfoblástica aguda, conocida por las siglas LLA]. “¿De qué tipo?”, repreguntó la mujer con el té en un vaso de plástico blanco en la mano. “Té”, le contestó, nombrando una letra. “Ah, la misma que ella”, dijo refiriéndose a su hija. “Ah. ¿Y ella está en mantenimiento?”. “Sí, ¿y la tuya?”. “Ahora está con la del día entero. Hasta las ocho va a estar”. “Claro, antes de los quince días de descanso ¿Y ella ahora con qué está? ¿Con metrotexate y mercaptopurina?”. “Ella [Sara] se sabe todas las medicaciones. Yo no me acuerdo. Le digo ‘la de la noche’”.

Victoria no era esa adulta retratada en el dibujo como educadora de la ingesta de medicamentos. Con honestidad, nos compartía el no conocer los nombres de los medicamentos que Sara, por otra parte, sí recordaba.

De igual manera, en una conversación con mediques, una oncóloga llamada Paloma Muller, contaba de Jorgito, un adolescente que había sufrido una amputación por un tumor en el pie izquierdo: “Hoy vino para control y para sacar un turno para su hermanito. Él se ocupa de los hermanos. Tiene catorce años el pendejo. Y se ocupa de cuidar a sus cuatro hermanos. Y se quería traer a un primo de Bolivia que no sé qué problema tenía, para que lo vea traumato”, dijo la Dra. “¿Lo viste vos hoy?”, le preguntó un médico. “Sí, lo vi yo. Hablé sólo con él porque la madre un cero a la izquierda”, contestó. “¿Pero vino con la mamá o vino sólo?”, repreguntó el médico. “No, vino con la madre. Si no, ya era demasiado”, dijo dando una carcajada y prosiguió: “Pero ni me miraba, ni bolilla me daba la madre. Así que hablé todo con Jorgito, que se sabe todo. Sabe todas las medicaciones que tiene que tomar, él las controla, se ocupa de tomarlas, buscarlas... un capo. Hicimos un repaso de todos los cuidados y las medicaciones y él ya se sabía todo”, dijo la médica.

Jorgito, al igual que Sara, sabía los nombres, cantidades y horarios de las medicaciones. Contrariamente al imaginario social que piensa a las personas adultas como responsables de la ingesta respetuosa de las pautas médicas, son las niñas/adolescentes quienes muchas veces asumen ese rol.

Otras investigaciones, como la que indaga la ingesta de medicamentos antirretrovirales en Zambia (HUNLETH, 2013), ya han dado cuenta de las experiencias de niñas en la interacción cotidiana con medicamentos. Las niñas de Zambia (38 niñas de 8 a 12 años, que participaron en un estudio etnográfico en 2007 y 2008) hasta les recordaban a las personas adultas que tomaran sus medicamentos y se los acercaban; y en sus juegos, les niñas etiquetaban los medicamentos con sus nombres (drogas antirretrovirales).

En Latinoamérica también ya hay registro de niñas que desafían ese imaginario de infantes bajo tutela adulta-parental. Aparecen como niñas responsables de otras personas (COLONNA, 2015; LARA; CASTRO, 2021), siendo “sujetos que cuidan y asumen responsabilidades, desafiando los roles asignados a niños y niñas” (LEAVY; SZULC, 2021, p. 90). La particularidad en este trabajo de campo hospitalario, es que el “cuidado” está íntimamente ligado a pautas biomédicas (de una expertise), una de las cuales, es la gestión de medicamentos.

Por un lado, la biomedicina excluye el saber “lego” (del “paciente”) y reconoce como legítimo el saber “experto” (de la medicina científica-profesionalizada). Por el otro, es “la que para determinadas enfermedades crónicas ha impulsado las acciones autónomas de los pacientes, de tal manera que aprendan a leer glucosa en orina y/o sangre a través de técnicas sencillas, así como a aprender a auto inyectarse insulina” (MENÉNDEZ, 2003, p. 203). Entonces, si bien, “la biomedicina cuestiona y/o ve negativamente a la automedicación, a la que considera responsable de toda una serie de consecuencias negativas, [...] simultáneamente la biomedicina considera positivamente el autocuidado y [...] también la automedicación” (MENÉNDEZ, 2003, p. 203).

Para Menéndez (2003), la biomedicina entiende la automedicación como “buena” o “mala”, dependiendo de los resultados o la forma en que se haya hecho, más o menos obediente a las pautas expertas. En general, cuando se ha hecho una “mala” autoatención, se responsabiliza a la persona de los problemas que la aquejan por cómo ha ideado la forma de resolverlos. Sin embargo, ambas (“buena” y “mala”) son parte de un mismo proceso, y que tienen los mismos objetivos desde las decisiones y acciones de las personas.

Las personas agencian para resolver sus problemas y, en lo observado empíricamente, les niños toman la decisión de resolverlo con medicaciones y se responsabilizan de ello. Pero “la decisión no es nunca la decisión de un sujeto, la decisión es un evento que ocurre en una situación” (VILLALOBOS-RUMINOTT, 2002, p. 170). En este contexto, muchas familias están atravesadas por problemáticas sociales. En el caso de la de Jorgito, era una familia numerosa migrante, con problemas habitacionales y escasos ingresos económicos. La madre de Sara vivía de un plan social insuficiente para resolver el alquiler y comprar alimentos para sus dos hijas; y había vivido violencia por parte de su marido (padre de Sara) quien ahora se encontraba en rehabilitación por consumo problemático de sustancias. En estas situaciones, donde los problemas a resolver son muchos, el problema de la enfermedad se convierte en uno más. Dentro de este, los niños asumen parte de su resolución a través de la gestión de medicamentos.

Autocuidados y salud

Además de conocer las medicaciones, los niños y adolescentes bajo tratamiento contra el cáncer conocen otras pautas que hacen al “cuidado de la salud”. Esas pautas son las de “bioseguridad”. Las pautas de bioseguridad atraviesan la alimentación, juegos y espacios. Los niños bajo quimioterapia tienen las “defensas bajas” motivo por el cual comen distinto, juegan y transitan espacios de manera diferente a como lo hacían previo al diagnóstico y tratamiento.

Así nos lo mostraba Juliana, una niña de ocho años, con diagnóstico de osteosarcoma. En una ocasión fui a verla a su habitación, en el hospital. Justo llegaron dos trabajadoras sociales que concurrían a Oncología, así que las tres conversábamos con Juliana. Nos mostró fotos de su familia que tenía en su cuenta de Facebook. Nos mostró las fotos de la comida de su abuela. Había fotos de fideos y ravioles caseros. También había de una tarta de duraznos. Y una foto de una torta de chocolate y frutillas. “Pero vos no podés comer la frutilla, se la sacás...”, dijo la trabajadora social. “;Pero la de lata, sí!”, contestó Juliana.

Los niños aprenden de las indicaciones médicas y saben en qué consiste su “dieta con bajo contenido microbiano”, por eso Juliana sabía que no podía comer frutilla cruda, pero sí podía comer aquella enlatada. No comía frutas ni verduras crudas. También nos contaba que no iba a la pileta con sus primos y hermanos, porque ella no podía jugar allí. Tampoco iba a lugares con mucha gente y, en general, estaba con barbijo (en un momento previo a la pandemia donde aún no era común su uso). Para Juliana era habitual usar barbijo y se lo colocaba tapando completamente su boca y nariz. Evitaba exposiciones a virus u otras enfermedades al no concurrir a lugares con mucha gente (como paseos en centros comerciales) y al no compartir pileta con sus primos y hermanos.

Desde una perspectiva médica, la obediencia a las pautas de “bioseguridad” evitan las “intercurrencias”, que es el hecho de presentar una enfermedad en el curso de otra, sin que tenga relación directa. Muchas veces, al tener “intercurrencias”, debe suspenderse momentáneamente la quimioterapia, retrasando la curación. Por lo que se intenta evitarlas. Juliana, como otros niños y adolescentes, participaba activamente en esa dirección. El cuidado de los niños/adolescentes hacia sí mismos se alinea a las pautas de cuidado médicas en términos de (1) responsabilización de las condiciones de posibilidad del tratamiento (evitar intercurrencias);

(2) conocer e ingerir en tiempo y forma medicamentos curativos; (3) demandar la medicación específica para control de síntomas; Algunas como Jorgito, agregan las tareas de (4) conseguir un turno médico para terceros y (5) cuidar a sus hermanos.

Las acepciones de la noción de “cuidado” se encuentran en disputa: una gran variedad de enfoques ha sido aplicada a este concepto, al tiempo que no deja de ser una palabra común, cargada de significados morales vinculados a las concepciones de deber y amor, asociadas generalmente a las mujeres (ESQUIVEL, 2014, 2015; ESQUIVEL; FAUR; JELIN, 2012; JELIN, 2010). En el hospital circula este significado moral y su feminización. Durante mis trabajos de campo en las salas de internación pediátrica, he observado un predominio de la presencia de mujeres por sobre la de varones: pediatras mujeres, enfermeras, psicólogas, trabajadoras sociales, nutricionistas, voluntarias, madres, tíos, etc. También se demandaba su trabajo-cuidado por parte del equipo médico y aparecían juicios cuando no cumplían esa labor, como el caso de la madre de Jorgito que era etiquetada como un “cero a la izquierda”. Pero no es menos cierto que también las niñas y adolescentes participan muy activamente en su propio cuidado haciendo posible su propia curación.

Las niñas/adolescentes, realizan una “hipervigilancia” (ALONSO, 2009) sobre ese cuerpo que está enfermo de cáncer y que, por lo tanto, precisa de mayores resguardos ante ciertas prácticas (como el tránsito en espacios muy concurridos) y alimentos. Si bien la niñez hegemónicamente en nuestras sociedades ha sido concebida como un periodo de desarrollo, formación, inocencia, de dependencia adulta, podemos ver en el hospital cómo las niñas y adolescentes toman para sí su propio cuidado con dimensión “experta” del mismo, en el sentido que asumen el cumplimiento de pautas de la biomedicina.

Reflexiones finales

El cuidado en la niñez y el papel activo de las niñas en el mismo es un tema que viene ganando interés y ya existen algunas producciones al respecto (COLONNA, 2015; HUNLETH, 2013; LARA; CASTRO, 2021; LEAVY; SZULC, 2021; WEISNER; GALLIMORE, 1977). Este artículo pretendió colaborar en esta temática. Se recuperó el autocuidado ejercido por las niñas y adolescentes con diagnóstico de cáncer y que se atienden en un hospital público de la Provincia de Buenos Aires. A través de observar el autocuidado, se pudo analizar los modos de apropiación de las niñas/adolescentes de la dimensión “experta” del cuidado de la salud.

Tanto la gestión de los medicamentos como otras pautas biomédicas son familiares para quienes viven el cáncer y, de manera cercana y diaria, se ven permeados por la forma alopática en que se busca la curación.

El modo en que se entiende el cuidado es diverso, pero en instituciones biomédicas como lo son los hospitales, el cuidado es pensando como seguimiento de los resguardos y tratamientos propuestos por la expertise médica que busca resolver el problema de la enfermedad. En ese sentido, podemos aseverar que las niñas a muy temprana edad ya se apropián de las consignas impartidas por dicha expertise y así se responsabilizan del cuidado de su salud.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, J. P. El cuerpo hipervigilado: incertidumbre y corporalidad en la experiencia de la enfermedad en Cuidados Paliativos. *Cuadernos de antropología social*, Buenos Aires, n. 29, p. 103–120, jul. 2009.
- _____. El tratamiento del dolor por cáncer en el final de la vida: estudio de caso en un servicio de cuidados paliativos de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. *Salud Colectiva*, Buenos Aires, v. 9, n. 1, p. 41–52, abr. 2013.
- BALBI, F. A. Perspectivas en el análisis etnográfico de la producción social del carácter ilusorio del Estado. *Revista de Estudios Marítimos y Sociales*, Mar del Plata, v. 3, n. 3, p. 171–179, 2010.
- BOURDIEU, P. *Razones prácticas*. Barcelona: Anagrama, 1997.
- BRAGE, E. “**Si no fuera porque me vine...**”. Itinerarios terapéuticos y prácticas de cuidado en el marco de las migraciones desarrolladas desde el Noroeste y Noreste Argentino hacia la Ciudad Autónoma de Buenos Aires para la atención del cáncer infantil: un abordaje antropológico. 2018. Tesis (Doctorado en Antropología) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2018.
- BUITRAGO-GONZÁLEZ, T. P.; CALDERÓN-OSPINA, C. A.; VALLEJOS-NARVÁEZ, A. Dipirona: ¿Beneficios subestimados o riesgos sobredimensionados? Revisión de la literatura. *Revista Colombiana de Ciencias Químico - Farmacéuticas*, Bogotá, v. 43, n. 1, p. 173–195, ene. 2014.
- CARLI, S. *Niñez, pedagogía y política*: transformaciones de los discursos acerca de la infancia en la historia de la educación argentina entre 1880 y 1955. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2002.
- COLONNA, E. Tenho de fazer tudo para o meu irmão: crianças que cuidam de crianças. In: ARROYO, M. G.; VIELLA, M. D. A. L.; DA SILVA, M. R. (Ed.). *Trabalho infância: exercícios tensos de ser criança*. Haverá espaço na agenda pedagógica? Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 85–129.
- CONRAD, P. Sobre la medicalización de la anormalidad y el control social. In: INGLEBY, D. *Psiquiatría Crítica*: la política de la salud mental. Barcelona: Crítica/Grijalbo, 1982. p. 129–154.
- COUTO, G. B. D'ARAÚJO; BORGES, A. M. Ser niño en movimiento: ontologías y alteridad en la investigación con niños. *DESIDADES - Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 83–93, 2018.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, P. F. *Mil mesetas*: capitalismo y esquizofrenia. Valencia: Pre-textos, 2000.
- DOMÍNGUEZ MON, A.; PÉREZ, S.; PERNER, S. Enmarcando un encuentro interdisciplinario sobre agencia social y salud colectiva. In: DOMÍNGUEZ MON, A.; PÉREZ, S.; PERNER, S. *De la agencia social a la salud colectiva*: transitando un camino interdisciplinario junto a personas que viven con enfermedades crónicas. Viedma: Universidad Nacional de Río Negro, 2014. p. 11–25.
- ESQUIVEL, V. What is a transformative approach to care, and why do we need it? *Gender & Development*, Oxford, v. 22, n. 3, p. 423–439, sep. 2014.
- _____. El cuidado: de concepto analítico a agenda política. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, v. 256, p. 63–63, 2015.
- _____.; FAUR, E.; JELIN, E. *Las lógicas del cuidado infantil*: entre las familias, el Estado y el mercado. Buenos Aires: IDES/UNFPA/UNICEF, 2012.
- FOUCAULT, M. *Historia de la sexualidad*. México D.F: Siglo XXI, 1977a.
- _____. Historia de la medicalización. *Educación médica y salud*, Washington, v. 11, n. 1, p. 3–25, 1977b.

GIDDENS, A. **La constitución de la sociedad**: bases para la teoría de la estructuración. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

GUBER, R. **El salvaje metropolitano**: reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. Buenos Aires: Paidós, 2004.

_____. **La etnografía**: método, campo y reflexividad. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

_____. **La articulación etnográfica**. Buenos Aires: Biblos, 2013.

HEREDIA, C. La molestia de aliviar el dolor. Etnografía de medicamentos en Cuidados Paliativos Pediátricos. **Revista del Museo de Antropología**, Córdoba, v. 12, n. 2, p. 113–122, ago. 2019.

_____. “**Vivir el cáncer infantil**. Experiencias de salud-enfermedad-atención-cuidados en un hospital público de la Provincia de Buenos Aires”. Tesis de Doctorado en Filosofía y Letras. Área Antropología – Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2022.

HUNLETH, J. “ARVs” as sickness and medicine: Examining children’s knowledge and experience in the HIV era in urban Zambia. **AIDS Care**, Londres, v. 25, n. 6, p. 763–766, mayo. 2013.

ILLICH, I. **Némesis médica**: la expropiación de la salud. México D.F.: Joaquín Mortiz, 1978.

JELIN, E. **Pan y afectos**: la transformación de las familias. Buenos Aires: Fondo de la Cultura Económica, 2010.

LARA, J. S. DE; CASTRO, L. R. DE. Children’s responsibilities in a Brazilian community: citizenship as care practices. **Global Studies of Childhood**, Melbourne, v. 13, n. 1, p. 1–11, 2021.

LEAVY, P.; SZULC, A. Cuidando a los niños y niñas, cuidando el territorio. Una mirada etnográfica sobre comunidades rurales mapuche y ava-guaraní en Argentina. **INDIANA**, Berlín, v. 38, n. 1, p. 79–101, jun. 2021.

MAJDALANI, M. P. **Características socio-demográficas y clínicas de jóvenes sobrevivientes de cáncer en la infancia y adolescencia**. 2015. Disertación (Maestría en Epidemiología, Gestión y Políticas de Salud) – Universidad Nacional de Lanús, Buenos Aires, 2015.

MENÉNDEZ, E. Modelos de atención de los padecimientos: de exclusiones teóricas y articulaciones prácticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 185–207, 2003.

MEO, A. I. et al. **Panorama sobre etnografía con niños, niñas, adolescentes y jóvenes en Argentina, Brasil, Colombia y Ecuador: 1995-2016**. Buenos Aires: Silvina del Carmen Fernández, 2018.

MORENO, F. **Registro oncopediátrico hospitalario argentino**. Buenos Aires: Instituto Nacional del Cáncer, 2018.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Controle e TESTE medicalização da infância. **DESIDADES - Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 11–21, 2013.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS). **Cáncer en la Niñez y la Adolescencia**. Disponible en: <<https://www.paho.org/es/temas/cancer-ninez-adolescencia>> Acesso: 17 jun. 2020.

PAVEZ-SOTO, I.; SEPÚLVEDA KATTAN, N. Concepto de agencia en los estudios de infancia. Una revisión teórica. **Sociedad e Infancias**, Madrid, v. 3, p. 193–210, ago. 2019.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 42, p. 377–391, 2014.

PERSSON, A. Incorporating pharmakon: HIV, medicine, and body shape change. **Body & Society**, Londres, v. 10, n. 4, p. 45–67, 2004.

PROUT, A. **The future of childhood**. Nueva York; Londres: Routledge Falmer, 2005.

QUEVEDO, F. **Amar hasta que duela**: etnografía sobre los sentidos que produce la atención de niños con cáncer en voluntarios de una ONG. 2018. Disertación (Maestría en Antropología) – Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, 2018.

QUIRÓS, J. Etnografiar mundos vívidos: desafíos de trabajo de campo, escritura y enseñanza en antropología. **PUBLICAR**: en Antropología y Ciencias Sociales, n. 17, p. 47–65, 2014.

REQUENA, M. L. **Una Escuela Hospitalaria**: etnografía sobre los cuidados de niños gravemente enfermos. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017.

ROIZEN, M. **El cuidado de niños y adolescentes que reciben un trasplante de células progenitoras hematopoyéticas en el Hospital Garrahan de Buenos Aires**: Trayectoria y experiencia de las familias. 2015. Disertación (Maestría en Epidemiología, Gestión y Políticas de Salud) – Universidad Nacional de Lanús, Buenos Aires, 2015.

SHABEL, P. “Una reunión de niños”: construcciones de conocimiento infantil sobre la política en un movimiento social. **Cuadernos de antropología social**, Buenos Aires, n. 49, p. 163–178, mayo. 2019.

SZULC, A. Más allá de la agencia y las culturas infantiles: Reflexiones a partir de una investigación etnográfica con niños y niñas mapuche. **Runa**, Buenos Aires, v. 40, n. 1, p. 53–64, 2019.

VINDROLA-PADROS, C. **Life and Death Journeys**: Medical Travel, Cancer, and Children in Argentina. 2011. Tesis (Doctorado en Antropología Médica) – University of South Florida, Florida, 2011.

VILLALOBOS-RUMINOTT, S. **Hegemonía y antagonismo**: El imposible fin de lo político: conferencias de Ernesto Laclau en Chile, 1997. Santiago: Editorial cuarto propio, 2002.

WAINER, R. **Permeable bodies**: children, cancer, and biomedicine in Argentina. Tesis (Doctorado en Filosofía) – The University of British Columbia, Vancouver, 2015.

WEISNER, T. S.; GALLIMORE, R. My brother's keeper: Child and sibling caretaking. **Current anthropology**, Chicago, v. 18, n. 2, p. 169–190, jun. 1977.

WHYTE, S. R.; VAN DER GEEST, S.; HARDON, A. **Social lives of medicines**. Nueva York: Cambridge University Press, 2002.

WILLIAMS, S. J.; MARTIN, P.; GABE, J. Evolving sociological analyses of ‘pharmaceuticalisation’: a reply to Abraham. **Sociology of Health & Illness**, Hoboken, v. 33, n. 5, p. 729–730, 2011.

ZORZANELLI, R. T.; ORTEGA, F.; BEZERRA, B. Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1859–1868, 2014.

RESUMEN

El cáncer infantil es una enfermedad grave que compromete la salud de miles de niños y adolescentes en el mundo. En este artículo se analiza el papel activo de esos niños que enferman y que asumen la responsabilidad de su propio cuidado. La salud de niños y adolescentes no sólo es un asunto adulto (de profesionales de la salud y familiares) o un asunto del Estado y organizaciones, sino también una tarea que llevan a cabo quienes enferman a corta edad. A partir de un trabajo etnográfico realizado en la Provincia de Buenos Aires en 2018, en un hospital público, se describen los modos en que se ejerce el autocuidado cuando se transita el diagnóstico/tratamiento por cáncer y se busca la curación/bienestar.

Palabras clave:

autocuidado, niñez, cáncer, salud, etnografía.

Infância, autocuidado e atenção à saúde. Uma análise antropológica da agência de crianças e adolescentes no tratamento medicamentoso contra o câncer infantil**RESUMO**

O câncer infantil é uma doença grave que compromete a saúde de milhares de crianças e adolescentes no mundo. Neste artigo se analisa o papel ativo dessas crianças que adoecem e que assumem a responsabilidade de seu próprio cuidado. A saúde das crianças e dos adolescentes não é apenas uma questão adulta (de profissionais de saúde e familiares) ou uma questão do Estado e das organizações, mas também uma tarefa para os doentes de tenra idade. A partir de um trabalho etnográfico realizado na Província de Buenos Aires em 2018, em um hospital público, descrevem-se os modos em que se exerce o autocuidado quando se transita o diagnóstico/tratamento por câncer e se busca a cura/bem-estar.

Palavras-chave:

autocuidado, infância, câncer, saúde, etnografia.

Childhood, self-care and health care. An anthropological analysis of the agency of children and adolescents in drug treatment against childhood cancer**ABSTRACT**

Childhood cancer is a serious disease that compromises the health of thousands of children and adolescents in the world. This article analyzes the active role of these children who get sick and take responsibility for their own care. The health of children and adolescents is not only an adult matter (of health professionals and family members) or a matter for the State and organizations, but also a task carried out by those who get sick at a young age. An ethnographic work carried out in the Province of Buenos Aires in 2018, in a public hospital, describes the ways in which self-care is exercised when the diagnosis/treatment for cancer is transited and seeks healing/well-being.

Keywords:

self-care, childhood, cancer, health, ethnography.

FECHA DE RECEPCIÓN: 24/08/2022

FECHA DE APROBACIÓN: 25/02/2023



Candela Rocío Heredia

Becaria posdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina. Doctora en Antropología, Universidad de Buenos Aires, Argentina. Magíster en Antropología Social, Universidad Nacional de San Martín, Argentina. Licenciada en Trabajo Social, Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Email: candela.rheredia@gmail.com



Embarazo en la adolescencia y políticas de salud en Bahía Blanca, Argentina. Aportes a la discusión desde un enfoque etnográfico

Ana Florencia Quiroga

Universidad Nacional del Sur, Buenos Aires, Argentina.

<https://orcid.org/0000-0002-6341-9832>

Introducción

En la ciudad de Bahía Blanca el embarazo adolescente es definido como problema tanto entre profesionales de la salud, docentes de diferentes establecimientos escolares como en el ámbito municipal de gestión de políticas sociales para niños, niñas y adolescentes, entre otros. Sin embargo, a partir de diferentes experiencias de campo, académicas y profesionales, he notado que no han sido claras las causas que motivan aquella definición. En este escenario realice una investigación¹ con el objetivo general de relevar representaciones sociales del embarazo en la adolescencia vigente entre las y los profesionales de la salud de la red estatal de servicios de salud, las y los jóvenes, así como en las políticas de salud, en la ciudad de Bahía Blanca.

En este artículo caracterizo los modos como se demarca y significa el embarazo en la adolescencia en las políticas de salud y desde la perspectiva de las y los jóvenes destinatarios de tales políticas, residentes en el barrio 17 de Agosto (Sector Villa Harding Green), de la ciudad de Bahía Blanca. Indago los sentidos y prácticas en torno al embarazo en la adolescencia propuestos en las políticas de salud que hacen foco en adolescentes o bien consideran a este segmento etario como parte integrante de la población más amplia a la cual están dirigidas.

Señalo los contrapuntos entre los dispositivos de la política de salud de la adolescencia y las visiones de las y los interlocutores clave. Y propongo algunas reflexiones acerca de la construcción del embarazo en la adolescencia como problema, y del impacto del embarazo en las biografías de los y las jóvenes, atendiendo específicamente a la relación entre embarazo, parentalidad y trayectoria educativa.

Aproximación conceptual

El punto de partida radica en la consideración de la adolescencia como categoría socialmente construida (ADASZKO, 2005; BENEDICT, 1964; COLÁNGELO, 2003; FAINSOD, 2004; GARCIA SUAREZ; PARADA RICO, 2018; MEAD, 1928) y evito el abordaje de la misma como mero grupo de edad y etapa de la vida natural y universal del devenir y existencia humana, de raigambre biológica solamente; en cambio considero que su significado guarda relación con las formas culturales en que el curso de la vida humana es organizado e interpretado, así como con las condiciones materiales de existencia. Diferentes autores sostienen que las clases de edad no solo refieren a una franja etaria, sino que suponen contenidos definidos a través de los cuales se rotulan a conjuntos de individuos discretos, asignándoles cualidades, roles y representaciones (ADASZKO, 2005; FEIXA, 1996; GENTILE, 2011; MARGULIS, 2003; NOCETI, 2008).

Siguiendo a María Adelaida Colángelo (2003) concibo que las representaciones y prácticas de los grupos sociales no derivan sólo de pautas culturales, sino también de su posición en la estructura social. De manera que, además de la edad, otros marcadores sociales, como la clase social y el género, modelan el curso de la vida humana (además de la biología), y contribuyen a delinear caminos e itinerarios biográficos heterogéneos. Entonces resulta necesario articular la diversidad cultural de modos de ser adolescente con la dimensión de la desigualdad social fundada en la existencia de clases sociales.

¹ Proyecto de investigación doctoral titulado “Aportes antropológicos en la consideración de las representaciones sociales respecto del embarazo en la adolescencia. Significados y prácticas en el ámbito de la salud en Bahía Blanca”. El trabajo de campo se realizó entre el año 2012 y 2017.

Cabe agregar que las ciencias e instituciones (educativas, de salud, seguridad), de acuerdo a sus objetivos de investigación o intervención, contribuyen a la definición social de clases de edad. Como así también lo hacen las políticas públicas al constituirse a partir del planteamiento de una cuestión socialmente problematizada, que moviliza interpretaciones acerca de que es la adolescencia y señalan los problemas que la afectan. Cris Shore (2010) destaca el rol dominante que tienen las políticas a la hora de regular y organizar las sociedades contemporáneas, y dar forma a las identidades de las personas. El autor propone un abordaje tendiente a revisar las premisas y sentidos que signan las definiciones de problemas y las clasificaciones de las poblaciones gobernadas.

Metodología

La metodología seleccionada fue de tipo cualitativa y (MENDIZABAL, 2007), revistió un enfoque etnográfico. Implicó la triangulación de fuentes de información, primarias y secundarias. Las técnicas para la recopilación de la información fueron entrevistas – en sus modalidades semi-estructurada y abierta – a interlocutores clave, uso de soportes gráficos (diagramación de curso vital)² y observación con distintos grados de participación, utilizadas de manera complementaria.

El abordaje etnográfico referido a la población de 15 a 19 años de edad, lo lleve adelante en el barrio 17 de Agosto, comprendido en el sector más amplio llamado Villa Harding Green, de la ciudad de Bahía Blanca. Trabajé con una muestra no probabilística de 25 jóvenes, de ambos sexos, quienes fueron contactados en la sede del Programa de Responsabilidad Social Compartida ENVION (en adelante Programa Envió) que se implementa en el sector.

Durante un primer periodo de trabajo de campo indagué, a través de entrevistas semiestructuradas, las visiones acerca del curso de la vida humana, a partir de las narrativas del conjunto de interlocutores. Esta elección se relaciona con la decisión teórico-metodológica de explorar los significados atribuidos al curso de vida y a las nociones de adolescencia y adolescente, identificar qué posición creen ocupar estos actores dentro del entramado social y obtener información que contribuya a comprender los significados en torno al embarazo de acuerdo a sus experiencias. Mi punto de partida fue la visión de los sujetos, sus categorizaciones, valoraciones y percepciones acerca del curso vital y de la adolescencia. En este sentido, la etnografía como enfoque permite subsumir conceptos supuestamente universales y naturales como el de adolescencia bajo el lente de la diversidad de la experiencia humana y restituirle su carácter histórico, contingente y heterogéneo (SZULC, 2014).

Ubiqué las visiones relevadas en el devenir de los cursos vitales diagramados. Estos dibujos me permitieron tener acceso a las representaciones acerca del curso de vida de manera figurativa identificando el orden espacial que tienen las categorías usadas durante las entrevistas realizadas.

La información provista por este medio fue combinada con datos obtenidos a partir de las observaciones participantes realizadas en espacios de sociabilidad de los jóvenes (plazas, esquinas, predio de la sede del Programa Envió, lugares de ocio, entre otras).

Durante el segundo período de trabajo de campo, relevé representaciones acerca del embarazo en la adolescencia desde el punto de vista de las jóvenes de edad comprendida entre 15 y 19 años (que estuvieran cursando un embarazo o tuvieran un hijo/a, al momento del trabajo de campo),

2 Constituye una técnica que abarca tres fases: a) producción de un dibujo, b) verbalización de las personas a partir de esos dibujos, c) análisis de los elementos constituyentes de la producción gráfica.

mediante la técnica de entrevista semiestructurada. Busqué que hubiera participación de ambos sexos en la muestra, no obstante, dada la escasa disposición de los sujetos varones al estudio, la muestra quedó integrada por mujeres. El guion de entrevista semiestructurada abordó dimensiones como: su trayectoria escolar, de trabajo, familiar, cuestiones vinculadas a sexualidad (como conocimiento de prácticas anticonceptivas), parentalidad (incluyendo cuestiones como reacción ante la noticia del embarazo, el momento de sus vidas en que acontece y el impacto que produjo en sus biografías).

En cuanto a los dispositivos de la política de salud (planes, programas, leyes) seleccioné para el análisis las leyes y programas de salud sexual y reproductiva, nacional y de la provincia de Buenos Aires, a saber: Ley Nacional 25.673 que crea el Programa Nacional de Salud Sexual y Procreación Responsable (BUENOS AIRES, 2002); Ley 13.066 (LA PLATA, 2003) que crea el Programa Provincial de Salud Sexual y Reproductiva (Ley 14.738 que modifica la ley 13.066, LA PLATA, 2015); y el Plan Nacional de Prevención y Reducción del Embarazo No Intencional en la Adolescencia 2017-2019 (MINISTERIO DE SALUD DE LA NACION, 2017). También los programas de salud en adolescencia, nacionales y de la provincia de Buenos Aires: Programa Nacional de Salud Integral en la Adolescencia (PNSIA) (MINISTERIO DE SALUD DE LA NACION, 2007), el Programa de Adolescencia de la provincia de Buenos Aires (MINISTERIO DE SALUD. GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES, 2007), y los manuales operativos y de procedimientos elaborados en el marco del PNSIA. Tuve en cuenta las siguientes dimensiones de análisis: la construcción de categorías de sujetos e identidades asignadas; definición del embarazo en adolescencia como “cuestión” de agenda pública; e intervenciones propuestas.

Para finalizar este apartado, cabe agregar que el análisis de la información recopilada se apoya en los postulados de la Semiótica de Enunciados desarrollada por Magariños de Morentin (1998).

Resultados

Políticas de salud y embarazo en la adolescencia: la noción de riesgo y el enfoque preventivo

La Ley 25.673, sancionada en el año 2002, crea el Programa Nacional de Salud Sexual y Procreación Responsable, en el ámbito del Ministerio de Salud de la Nación. Entre sus objetivos se encuentran: alcanzar para la población el nivel más elevado de salud sexual y procreación responsable, con el fin de que pueda adoptar decisiones libres de discriminación, coacciones o violencia; y garantizar a toda la población el acceso a la información, orientación, métodos y prestaciones de servicios referidos a la salud sexual y procreación responsable. Similares objetivos tiene la Ley 13066 reglamentada en el mes de noviembre de 2003, en la provincia de Buenos Aires que crea el programa provincial de salud reproductiva y procreación responsable.

Al respecto de la salud en la adolescencia, el Programa Nacional de Salud Integral en la Adolescencia (PNSIA) fue creado en el año 2007 con el propósito de promover y difundir el derecho de adolescentes al acceso al sistema de salud, en forma autónoma, sin obligación de acompañamiento de un adulto y respetando la confidencialidad, contemplando estrategias que fortalezcan la calidad de los servicios disponibles para esta población.

En la Provincia de Buenos Aires, el Ministerio de Salud cuenta con un Programa de Adolescencia, dependiente de la Dirección Provincial de Maternidad e Infancia que parte del mismo propósito que el PNSIA, “asegurar el acceso sin barreras al sistema de salud”. El Plan Nacional de Disminución del Embarazo No Intencional en la Adolescencia (en adelante Plan ENIA) se propone disminuir la incidencia de tal fenómeno, buscando ampliar las oportunidades de desarrollo para los adolescentes.

Entre los objetivos de las políticas de salud, aquellos que refieren a la población adolescente y al embarazo son: otorgar prioridad a la atención de la salud reproductiva de las adolescentes, en especial a la prevención del embarazo adolescente y la asistencia de la adolescente embarazada; contribuir a la educación sexual de la población, en especial de los adolescentes (LA PLATA, 2003); promover el acceso a la salud integral de los y las adolescentes; prevenir los embarazos no planificados (MINISTERIO DE SALUD. GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES, 2007); disminuir el embarazo no planificado que ocurre durante la adolescencia (MINISTERIO DE SALUD DE LA NACION, 2007); sensibilizar a las y los adolescentes sobre la importancia de prevenir y disminuir el embarazo no intencional en la adolescencia; y mejorar la oferta de servicios en salud sexual y reproductiva, específicamente los dispositivos de consejería para adolescentes en servicios de salud del primer y segundo nivel, escuelas y centros comunitarios (MINISTERIO DE SALUD DE LA NACION, 2017).

En cuanto a las líneas de acción establecidas tendientes a alcanzar aquellos objetivos, se proponen: campañas de comunicación gráfica y audiovisual que promuevan la adopción de prácticas de cuidado, el derecho a decidir sobre la vida sexual, el uso de métodos anticonceptivos, el derecho de acceso al sistema de salud y a la interrupción legal del embarazo “con el fin de promover los cambios actitudinales y culturales necesarios para garantizar las mejores oportunidades de desarrollo personal y social de las adolescentes” (MINISTERIO DE SALUD DE LA NACION, 2017, p. 34).

Para garantizar el acceso a información, métodos anticonceptivos y servicios adecuados de atención de la salud, se plantean espacios dedicados al asesoramiento y consejería en centros de atención primaria de la salud y hospitales de la Provincia de Buenos Aires y resalta que la falta de prevención oportuna puede acarrear riesgo de embarazo temprano (LA PLATA, 2003).

Teniendo en cuenta el conjunto de las políticas de salud, el embarazo en la adolescencia se asocia a palabras como: “temprano”, “precoz”, “no intencional”, “no buscado” o “no planificado”. En cuanto al abordaje del mismo, se destaca un enfoque preventivo a través de educación sexual y consejerías, sea en los servicios de salud como en establecimientos educativos. Las alusiones al embarazo en la adolescencia implican la noción de riesgo y, específicamente, “riesgo social”.

La focalización en la adolescencia está acompañada de significados particulares. Es definida como una etapa de la vida, que tiene una duración temporal fijada entre los 10 y 19 años (siguiendo el criterio de la OMS) o entre los 13 y 18 años (de acuerdo al Código Civil y Comercial). Se acompaña de tres significados. Es representada como una etapa de cambios (físicos, psicológicos y sociales), de desarrollo psicofísico y proclive a la adopción de conductas de riesgo.

Este conjunto de significados hace de las y los adolescentes merecedores de un tipo de atención específica y diferente a la brindada en otras edades. Las representaciones acerca de la adolescencia se enmarcan en una concepción del curso de la vida humana como una línea evolutiva en la cual la adolescencia representa un periodo de transición entre la niñez y la adultez, de incompletud y espera para la asunción de comportamientos y funciones de adulto³ (COLÁNGELO, 2019).

³ Al referir a adolescentes como sujeto, son definidos como seres únicos, marcados por el contexto histórico y el medio sociocultural en que están insertos, por su pertenencia de clase, etnia y género (MINISTERIO DE SALUD DE LA NACION, 2015). Si bien por una parte la visión acerca de los y las adolescentes subraya la pluralidad de vivencias de la adolescencia, las representaciones acerca de la adolescencia como etapa de la vida proponen su universalidad en la medida en que sus atributos (desarrollo de autonomía, vulnerabilidad) se asientan sobre la base de procesos biológicos.

Según Mary Douglas (1996) el riesgo es una construcción social que tiene como origen concepciones e interpretaciones que derivan de la sociedad. Es resultante de un proceso de elaboración en virtud del cual se catalogan ciertas prácticas como peligrosas en la medida en que ponen en peligro el orden social establecido en una sociedad (NOCETI, 2008).

Siguiendo a la autora propongo que el calificativo de riesgo social vinculado a embarazo en la adolescencia deviene de una particular forma de concebir el curso vital desde las políticas, en el marco de la cual se considera que el embarazo en la etapa de adolescencia compromete las trayectorias de vida de las adolescentes y sus posibilidades de integración social a través del estudio o del trabajo.

Es decir, en el esquema del curso vital que describen las políticas sanitarias, el embarazo en la adolescencia aparece como un acontecimiento que rompe la secuencia de eventos que estructuran el pasaje hacia la vida adulta, a saber: la finalización de la educación media, el inicio de la vida laboral, la salida del hogar de origen, la formación de un hogar propio.

En este sentido el término “precoz” usado para calificar el embarazo en la adolescencia denota el adelantamiento del embarazo respecto a las pautas que marcan el tránsito gradual de la niñez a la adultez. En este marco, respecto al abordaje del embarazo en la adolescencia, sugiero que el énfasis puesto en la prevención a través de prácticas como consejería y educación sexual, busca anticipar y corregir las desviaciones que hagan peligrar el pasaje a la adultez.

Antes de profundizar la discusión respecto a las concepciones y propuestas del conjunto de las políticas sanitarias, a la luz de las perspectivas de las y los jóvenes, me interesa problematizar la prioridad asignada a los planos individual y cultural en torno a los cuales se plantea la prevención y disminución del embarazo no intencional en la adolescencia. Porque si bien la política destaca la generación de cambios actitudinales y culturales considerados necesarios para garantizar oportunidades de desarrollo personal y social de los y las adolescentes, elude los procesos sociales y económicos que favorecen o dificultan tales oportunidades. De manera que las desigualdades de clase no son consideradas por la política en la generación de tales oportunidades.

Caracterización del contexto local

La ciudad de Bahía Blanca se encuentra ubicada geográficamente al sudoeste de la provincia de Buenos Aires, sobre la costa Atlántica, y tiene una población de 301.572 habitantes según el censo poblacional realizado en 2010.

El sector Villa Harding Green, localizado al Este de la ciudad, conforma un núcleo poblacional periurbano, distante a 7,6 km de la zona céntrica. Este sector posee una superficie de 395 hectáreas y comprende la sección Quintas, sección Hornos, Vemec, Harding Green propiamente dicho – o también llamado por sus habitantes como “la villa originaria” (en adelante Harding Green) – y 17 de Agosto. Según datos divulgados desde la oficina de Estadísticas Sociales del Municipio de Bahía Blanca, hay 532 viviendas en Villa Harding Green. El sector presenta un reducido acceso a los derechos del hábitat. Específicamente muy bajo acceso a los servicios de electricidad, agua y gas, y municipales como alumbrado público, recolección de basura. Cuenta con establecimientos educativos, correspondientes a los diferentes niveles de educación formal, instituciones dependientes del Municipio vinculadas a la protección (Servicio Local) y promoción (Programa Envión) de derechos de niños y niñas; al servicio social; a la salud (Unidad Sanitaria Villa Harding Green) y también bibliotecas, clubes, iglesias y comedores y merenderos populares. Las instituciones aludidas se localizan en Harding Green – a excepción de los lugares donde funcionan las Ollas Populares y el Programa Envión, que se encuentran ubicadas en el barrio 17 de Agosto. Las calles del sector son de tierra, excepto las dos calles de ingreso a Harding Green, que son de asfalto.

De acuerdo a información aportada en el año 2013 desde la Subsecretaría de Niñez, Adolescencia y Familia (Municipalidad de Bahía Blanca), el 30% de los hogares a los que pertenecían las y los interlocutores clave se encontraban bajo la línea de pobreza y el 44% de los hogares presentaba alguna necesidad básica insatisfecha.

En el 56% de los hogares, el/la jefe/a de hogar tenía empleo (formal o informal); en tanto que en el 44% de los hogares, el/la jefe/a de hogar se encontraba desocupado/a. Se desempeñaban mayormente en el sector informal, con trabajos inestables y precarios o bien poseían un ingreso mínimo mensual proporcionado por uno o varios subsidios de distintos programas sociales nacionales o provinciales.

En cuanto a la situación escolar, el 68% de los y las jóvenes de ambos sexos asistía a la escuela, en tanto que el 32% no asistía. Los motivos de abandono escolar referidos por las y los jóvenes, de ambos sexos, más frecuentemente mencionados son: 28% por trabajo (ya sea para solventar sus propios gastos o contribuir al sustento familiar); 25% por embarazo; 12% por dificultades escolares (repetencia de grado/año); 10% por cuidado de familiares (hermano/as menores). Teniendo en cuenta la distribución de estos motivos de deserción escolar según géneros, el trabajo es mencionado únicamente por los varones, el embarazo solamente por las mujeres, en tanto que el cuidado de hermano/as menores es referido por el 75% de las mujeres y el 25% de los varones.

Respecto a la situación laboral, el 40% del total de adolescentes y jóvenes realizaba algún tipo de trabajo, de manera informal. Del conjunto de adolescentes y jóvenes que trabajan, el 84% son varones y el 16% mujeres. Atendiendo al tipo de trabajo según géneros: el 70% de las mujeres trabajaba en actividades domésticas y cuidado de niño/as, en tanto que el 30% en el rubro gastronómico (ayudante de panadería, moza). Los varones, por su parte, trabajaban en albañilería (40%), limpieza de patios (25%), horticultura (25%) y otros (horno de ladrillo, soldador, pintura de obra) (10%).

En suma, gran parte de las y los adolescentes y jóvenes cuentan con una trayectoria educativa caracterizada por una escolaridad básica secundaria nunca iniciada, en algunos casos, e interrumpida, en otros casos; además de una trayectoria laboral intermitente y precaria.

En cuanto a comportamientos sexuales y conocimiento y uso de métodos anticonceptivos destaco los siguientes resultados inéditos obtenidos a partir de una encuesta realizada a jóvenes participantes del Programa Envión en el año 2015 por la Subsecretaría de Niñez, Adolescencia y Familia (MBB). El 100% de los y las jóvenes encuestado/as refirió que sabe cuáles son y cómo se usan los métodos anticonceptivos. Sin embargo, con respecto a la frecuencia con que se usó preservativos al mantener relaciones sexuales en los últimos 12 meses, el 40% respondió que nunca y casi nunca lo usó. Y ante la pregunta acerca de la frecuencia con que se usa algún método anticonceptivo para evitar un embarazo, el 50% refirió que siempre, en tanto que el 48% nunca y casi nunca.

Los porcentajes dan muestra de que, si bien los métodos anticonceptivos son conocidos por el total de jóvenes de ambos sexos, en cambio no son utilizados por la totalidad de ellas y ellos.

La mirada de las jóvenes: el sentimiento de soledad y la idea de plan de vida

A partir de los resultados del relevamiento etnográfico identifico que las trayectorias biográficas individuales no corresponden estrictamente a la secuencia y organización tripartita del trayecto de vida (niñez-adolescencia-aduldez); sino que las fronteras entre edades sociales son difusas, y las características asociadas a cada edad aparecen superpuestas, retrasadas o adelantadas comparado con el modelo hegemónicamente consagrado (QUIROGA, 2021) y reproducido a través de las políticas sanitarias.

Estudiar e ir a la escuela no es un atributo mencionado por el conjunto total de interlocutores clave para referir a la adolescencia. Además, la percepción de la extensión de la trayectoria educativa es diferente según los estratos socio-económicos de las personas, siendo más larga en los estratos medio y alto que en el bajo, a partir de lo que se distinguen diferentes itinerarios biográficos:

...una persona de clase baja como nosotros, estudia hasta que abandona los estudios en noveno año y después trabaja. En cambio, una persona de clase alta estudia primario, secundario, después cursa una carrera universitaria y terciaria y después si trabaja. En la clase baja, una persona pasa de la infancia a la adultez (...) y en la clase alta hay infancia, adolescencia y después adultez (...) (F19V⁴).

Cabe agregar que, si hubiera sintonía entre la edad cronológica y el año escolar, el 9no año de la Educación General Básica, referido como límite superior de su trayectoria escolar, correspondería a la edad de 15 años.

Todas las jóvenes interlocutoras clave dijeron conocer los diversos métodos anticonceptivos existentes, y que hacían uso de ellos durante las relaciones sexuales. El 80% manifestó que decidió, junto a su pareja, dejar de usar algún método anticonceptivo.

Los términos usados para referenciar al embarazo son “buscado” y “no buscado” en el 80% y 20% de los casos, respectivamente. Según las jóvenes entrevistadas, la noticia acerca del embarazo fue bien recibida y, en general, el sentimiento ante dicha noticia fue de felicidad, excepto una de las jóvenes quien manifestó que simultáneamente sintió temor ante la falta de experiencia.

El motivo más frecuentemente mencionado sobre el que se asienta el deseo de querer tener un/a hijo/a, es el sentimiento de soledad vinculado a la ruptura de los lazos que unen a las personas con las instituciones sociales. Sugiero que, en tal contexto, el embarazo (y la maternidad) representa para las jóvenes una forma de reconocimiento y de integración social; de buscar su lugar en el mundo y ubicarse en él, de construir una identidad (LE BRETON, 2012).

En los diferentes relatos todas las jóvenes coinciden que la experiencia de ser madre es caracterizada como: “linda”, “divertida”, “maravillosa”, “muy buena”, “genial”. Ninguna de las interlocutoras refiere que un embarazo a su edad, en sí mismo, sea un problema para ellas aunque si lo sea: no tener pareja, no tener una casa propia, o el embarazo resultante de un abuso; cuestiones que reconocen que pueden acontecer a cualquier edad.

Las jóvenes coinciden en que la maternidad implica responsabilidades y obligaciones, vinculadas al cuidado de hijas/os; lo que asumen que conlleva una pérdida de tiempo para ser dedicado a sí mismas. Nuevamente, no creen que el impacto de esto dependa de la edad de la madre, sino que como ellas dicen: “a todas les pasa lo mismo”.

El cuidado de niños/as no les resulta una tarea que aparece, en sus trayectorias de vida, por primera vez al convertirse en madres, sino que la realizan con anterioridad al embarazo y la maternidad, y está presente a lo largo de la trayectoria biográfica, fundamentalmente asociada al cuidado de hermanas/os menores.

4 La identidad de las y los interlocutores clave ha sido protegida mediante el empleo de seudónimo; específicamente un código compuesto por letra inicial de nombre, edad y letra inicial de género auto percibido.

De manera que la maternidad no implica un cambio marcado de roles, sino una continuidad de lo que se hacía desde más temprana edad. E implica la realización de tareas que son asumidas por las mujeres, y que forman parte de la vida cotidiana de ellas en diferentes edades, trasmítidas por otras mujeres mayores (madres y abuelas, fundamentalmente). En este sentido, reproduzco un fragmento de una de las entrevistas:

Interlocutora: Mi mamá ya está, ahora tuviste un hijo, ahora tenes que criarlo, listo, quedarte con él, vas a tener que formar tu familia y ese era el plan que había para mí...

Investigadora: ¿Cuál era ese plan que decís que había para vos?

Interlocutora: Las cosas de grande, tener una familia, criar mi hijo, hacerme cargo de una casa, y bueno, si H (la pareja) tenía trabajo, trabajaba él y si no yo iba a tener que ayudar, trabajar y listo. Ya no pensar en terminar la escuela, en que quiero salir sola, eso como que ya lo tenía que prácticamente olvidar. Pude ver que no iba a ser así. Pero lo pude ver gracias a que otras personas me lo pudieron hacer ver... (BR17F).

La crianza de niños/as y el ser ama de casa son tareas que se asignan a las mujeres asociadas a la condición biológica que les permite engendrar, todo lo cual se expresa en la idea de “plan” de vida para ellas y resulta ser transmitido a las jóvenes por parte de la familia y la comunidad. Esto remite a una forma de construcción social de las relaciones entre varones y mujeres, organizadas a partir de la diferencia sexual, que modelan preparaciones, disposiciones y oportunidades (FAUR, 2003), donde los roles de unos y otras se mantienen y transmiten de forma intacta.

En cuanto a su educación formal, el 60% de las jóvenes asistía a la escuela al momento de conocer la noticia acerca de su embarazo; mientras que un 40% no asistía a la escuela desde algún tiempo previo a saber que estaba embarazada. Teniendo en cuenta tales porcentajes, propongo que no siempre el embarazo (y la maternidad) es causa del abandono de los estudios, puesto que la deserción escolar en ciertos casos tiene lugar antes de que ocurra el embarazo.

Considerando el primer grupo, el 50% interrumpió la asistencia a la escuela luego del nacimiento de la hija o del hijo, el 25% durante el curso de su embarazo, mientras que el 25% restante por el contrario no dejó de asistir a la escuela y continuó estudiando luego del nacimiento. Cabe agregar que el embarazo frecuentemente pone fin a trayectorias educativas que ya presentaban algunas dificultades previas. En general, las trayectorias educativas son irregulares, con períodos alternados de asistencia y abandono escolar.

Hacia el momento de realización de la labor de campo, del total de mujeres con hijos/as entrevistadas, el 20% asistía a la escuela. El 80% que no concurría manifestó interés en retomar el estudio cuando su hijo/a tenga mayor edad y pueda ingresar al jardín de infantes público y, de esa manera, disponer de tiempo que sea destinado a la asistencia a la escuela, mientras sus hijos/as están al cuidado de otros/as adultos/as.

Todas las jóvenes manifestaron interés en estudiar, tanto sea en continuar asistiendo como en regresar, reconociendo que la terminación de la escuela contribuye a alcanzar un bienestar a futuro mejor para sus hijos/as y para ellas mismas. Destaco el siguiente relato:

Mi mamá fue mamá a los 16, y listo después se dedicó toda su vida a criar hijos, y no terminó la escuela... está bien, era capaz que otros tiempos, otros pensamientos, no sé. Y uno como que piensa que ya está, como que tiene que repetir la historia...

con el paso del tiempo, me di cuenta de que no, de que no era así, todo lo contrario, porque si yo quería hacerle un bien a mí hijo o darle un futuro mejor, quería hacer algo mejor por él y por mí (BrM17).

Coincido con Paula Fainsod (2004) en que, a partir del embarazo y la maternidad, se resignifica el pasaje por la escuela entre las jóvenes embarazadas y madres, y adquiere un valor que estaba ausente antes del embarazo y del nacimiento. Aunque el estudio suele ser presentado de manera subordinada a las necesidades de sus hijos/as (ORTALE, 2009) para “hacerle un bien a mi hijo”, “darle un futuro mejor”, “hacer algo mejor por él”, asimismo es valorado por las jóvenes como forma de realización personal, como forma de superación, y medio para alcanzar un bienestar a futuro para los/las hijos/as y para sí mismas. Entonces el embarazo no resulta ser solamente un factor de expulsión escolar, sino también de revinculación, dado el interés de las jóvenes embarazadas y madres en retomar o continuar los estudios escolares.

Las jóvenes reconocen que, los médicos y las médicas tanto en la consulta clínica como en las actividades de educación sexual transmiten una visión negativa y alarmista del embarazo que ocurre en la denominada etapa de la adolescencia:

Cuando caes a la guardia, cuando te preguntan la edad, a veces no con palabras, pero te hacen ver y sentir de que está mal de que te haya pasado, ¡cómo tan chica!... te cagan a pedos por quedarte embarazada, porque tienen esa mirada de que te metiste en un re problema... te encontrabas con esas caras como diciendo ¡pero cómo tan chiquita! ¿No te cuidabas? Y te lo hacían ver y que te dieras cuenta de que estaba mal y a veces te atendían mal lamentablemente... Ya lo tienen implementado o lo creen sabido de que si sos adolescente, estar embarazada, es un problema... Me acuerdo de haber participado en charlas, yo ya siendo mama, y hasta era incómodo para mí misma, porque al momento de enseñar a prevenir ese embarazo en la adolescencia como que mostraban muchas cosas malas, y yo escuchaba y pensaba pero si no fue así, ¡claro! realmente yo no lo viví de esa manera...decían prevenir el embarazo de joven porque tenes que terminar los estudios... Pero no las vas a poder hacer más ahora, no es que no las vas a poder hacer nunca más en tu vida, no es así tan drástico (BR17F).

La concepción del embarazo en la adolescencia como problema se funda sobre representaciones de la adolescencia como periodo de transición entre la niñez y la adultez, de desarrollo gradual de cambios físicos y psíquicos, lo cual sitúa a los y las adolescentes en un estatus social particular de inmadurez y dependencia respecto a las personas adultas.

Las representaciones sobre la adolescencia sostienen la necesidad de que su cuidado sea guiado por profesionales de la salud, a través de la educación sexual “charlas” tendiente a prevenir las desviaciones – embarazo – que comprometan la transición a la adultez. Incluso habilitan ciertas prácticas de atención médica como reprender a las jóvenes que asisten a consulta.

Reflexiones finales

En este trabajo indagué los significados acerca del embarazo en la adolescencia desde la mirada de las políticas de salud y de las y los jóvenes de un barrio de la ciudad de Bahía Blanca.

Las políticas definen sus problemas y sus soluciones, y descartan otras formas alternativas (SHORE, 2010). El embarazo en la adolescencia es construido como problema y en los dispositivos

se destaca el enfoque preventivo como estrategia tendiente a lograr su reducción. El acceso a información, prestaciones, así como servicios de salud de calidad, entre otros, son necesarios a fin de favorecer el ejercicio del derecho a la salud sexual y reproductiva de la población en general y de las y los adolescentes en particular. A estos respectos, las políticas de salud realizan esfuerzos considerables, sin embargo, al observar algunas de sus concepciones y puntos de partida, advierto algunos contrastes con las percepciones y vivencias de las y los jóvenes.

En cuanto al vínculo embarazo/maternidad adolescente - (des)escolarización, me interesa problematizar la perspectiva que sostiene que el embarazo en la adolescencia es una situación de riesgo social en tanto impacta negativamente en la terminalidad educativa y el abandono de los estudios. No desconozco que hay ocasiones en que el embarazo (y la maternidad) puede tener efectos disruptivos sobre las trayectorias educativas y laborales de las y los jóvenes. Sin embargo, la discontinuidad de la trayectoria educativa y la deserción escolar en ocasiones es anterior a la ocurrencia del embarazo, y no consecuencia directa de este último, tal como se advierte a partir del abordaje etnográfico del curso vital y adolescencia. De manera que no puedo establecer una relación exclusivamente unidireccional y causal del embarazo sobre el abandono escolar. Además, el embarazo (y la maternidad) no solo funciona como factor de expulsión de la escuela media, sino también de retención y revinculación escolar.

Sugiero que las privaciones que sufren jóvenes de sectores populares, la desigual distribución de oportunidades y la fragmentación de los procesos para la inserción social son cuestiones que impactan en la ocurrencia del embarazo en la adolescencia. En un contexto de condiciones estructurales de vulnerabilidad social e incertidumbre frente al futuro – como en el que viven las y los jóvenes de sectores populares –, el embarazo (y la maternidad) es un proyecto de vida en sí mismo, y no es la consecuencia de la falta de proyectos como suele decirse. Coadyuva a eso, la idea de la maternidad como destino de las mujeres jóvenes.

Considero entonces que el problema radica en el estrecho horizonte de oportunidades que limita las posibilidades de construir otros proyectos de vida diferentes a la mater/paternidad y de elegir caminos alternativos. Para las mujeres de sectores populares la extensión de la escolarización y la apertura de opciones de vida distintas a la maternidad son posibles en tanto y en cuanto se transformen las estructuras sociales y culturales que los limitan (STERN, 1997).

Cabe agregar que lo anterior no implica desestimar otras dimensiones de análisis tales como las dificultades en el acceso a la información en torno a derechos sexuales y (no) reproductivos y a los métodos anticonceptivos – que se agudizan en condiciones de pobreza – o situaciones de abuso y violencia, que resultan en embarazos no buscados.

Sostengo que, más que la edad en la que ocurre el embarazo, las condiciones de vida en las que se desenvuelve la cotidianidad de las jóvenes son las que limitan el proyecto de estudiar, al no verlo como opción accesible y prioritaria. Coincido con Graciela Climent (2003) en que más allá de si el embarazo es causa o consecuencia del abandono de estudios, es el contexto de pobreza el que está sobre la base de ambos y hacia donde deben apuntar las políticas.

Ante este panorama, si bien el embarazo en la adolescencia suele ser construido como problema, no lo es *per se*, ni puede ser abstraído de contextos específicos en donde tiene ocurrencia, a la hora de analizar el fenómeno y proponer estrategias de abordaje (ORTALE, 2009). Respecto a tales estrategias, considero que las formas en que se definen los problemas condicionan el carácter de las acciones políticas que se diseñen para su abordaje. Como plantea Ariel Adaszko (2005), diferentes son las acciones desplegadas según los problemas de las y las jóvenes sean atribuidos a una causa individual, a una causa social, o se intente comprender la articulación entre diferentes dimensiones en el marco de contextos históricos, políticos, económicos concretos.

Al momento de definir acciones considero clave la pregunta: ¿para qué adolescentes diseñamos las políticas en salud? como punto de partida, a fin de diseñar políticas orientadas por la realidad que viven los sujetos sociales involucrados. Es decir, es necesario indagar el fenómeno en contextos locales, atendiendo tanto a lo que en cada uno de ellos sucede como al sentido que eso tiene para las personas involucradas, teniendo en cuenta los problemas se sufren, deseos, recursos, historias y potencias de los sujetos y sus comunidades.

Las políticas de salud priorizan un enfoque preventivo del embarazo en la adolescencia a través del acceso a consejería y a métodos anticonceptivos. No obstante, a partir de una revisión de los porcentajes referidos a comportamientos sexuales y reproductivos, además de los relatos orales de las y los jóvenes, sugiero que entre algunas jóvenes no parece haber motivación alguna para postergar la maternidad.

Si, como he sugerido, el embarazo resulta, para algunas jóvenes, una forma de integración social, entonces además de políticas de prevención y reducción del embarazo en la adolescencia son necesarias acciones políticas tendientes a favorecer la afiliación social de las y los jóvenes y ampliar las oportunidades.

También para favorecer la retención y revinculación escolar es necesario contar con la existencia de políticas que permitan compatibilizar la maternidad y escolarización, así como otras que contribuyan a desnaturalizar la feminización del cuidado infantil dado que tanto la crianza de niños/as como las tareas del hogar son labores que se asignan a las mujeres, asociadas a la condición biológica que les permite engendrar. En sectores populares prevalecen imágenes de género tradicionales a partir de las cuales las hijas son adiestradas en la realización de tareas de cuidado, así como las madres reproducen los modelos en que ellas fueron socializadas. No obstante, dichas imágenes coexisten con otras que muestran que las jóvenes tienen una actitud positiva hacia el estudio, siendo valorado como forma de lograr independencia o medio para progresar.

Por último, me interesa problematizar ciertos argumentos individualistas (psico-biologicistas) y culturalistas, que se proponen como parte de las visiones sobre la adolescencia y de las explicaciones acerca del embarazo en la adolescencia. Tales argumentos conducen a postular que los individuos, a través de las conductas que desarrollan, son responsables de su propia condición y destino o bien que sus prácticas devienen de pautas culturales tradicionales; considero que unos y otros eluden la discusión y análisis de las fuerzas estructurales que presionan sobre la vida de las personas. Frente a este tipo de explicaciones me parece necesario poner en el centro del debate las transformaciones sociales operadas en las últimas décadas, en el mercado de trabajo y en el Estado, en el marco de las cuales, el desarrollo juvenil se da en estructuras de oportunidades y condiciones económico-políticas que se traducen en la heterogeneidad de los itinerarios biográficos y de las adolescencias y juventudes (KRAUSKOPF, 2004).

Por otra parte, en base a los procesos de clasificación y distinción que operan en la construcción social de las edades, las representaciones de las y los adolescentes signadas por las ideas de inmadurez y dependencia respecto a otras personas adultas, pueden conducir a postergar su participación en el diseño, implementación y evaluación de políticas que las y los involucran como destinataria/os. En este trabajo de investigación, sostengo la importancia de considerar a las y los jóvenes como interlocutores clave, por lo que tienen para decir, las informaciones que aportan, las asociaciones que establecen, lo que señalan como relevante dentro de lo que cuentan; y favorecer su derecho a la participación en nuestra sociedad.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADASZKO, A. Perspectivas socio-antropológicas sobre la adolescencia, la juventud y el embarazo. In: GOGNA, M. (Org.). **Embarazo y maternidad en la adolescencia: estereotipos, evidencias y propuestas para políticas públicas**. Buenos Aires: CEDES, Ministerio de Salud de la Nación, 2005. p. 33–67. Disponible en: <<https://repositorio.cedes.org/handle/123456789/3888>> Acceso en: 6 ago. 2022.
- BENEDICT, R. Continuidad y discontinuidad del condicionamiento cultural. In: Horowitz (comp.) **Historia y elementos de la sociología del conocimiento**. Buenos Aires: EUDEBA, 1964. vol. 2, pág. 147–156
- BUENOS AIRES. **Ley Nacional 25.673**, de 30 de octubre de 2002. Creación del Programa Nacional de Salud Sexual y Procreación Responsable. Buenos Aires: Congreso argentino, 2002. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ley_25673_decretos_declaracion_de_repubido.pdf>. Acceso en: 6 ago. 2022.
- CLIMENT, G. La maternidad adolescente, una expresión de la cuestión social: el interjuego entre exclusión social, la construcción de la subjetividad y las políticas públicas. **Revista Argentina de Sociología**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 77–93, nov./dic. 2003.
- COLÁNGELO, M. A. La mirada antropológica sobre la infancia: reflexiones y perspectivas de abordaje. **Infancias y Juventudes**. Pedagogía y Formación, Buenos Aires, 2003. Disponible en: <<http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL001424.pdf>> Acceso en: 6 ago. 2022.
- _____. **La crianza en disputa**: medicalización del cuidado infantil en la Argentina entre 1890 y 1930. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2019.
- DOUGLAS, M. **La aceptabilidad del riesgo en ciencias sociales**. Barcelona: Paidós, 1996.
- FAINSOD, P. Pobreza, adolescencia y escuela media: algunas reflexiones sobre las trayectorias escolares de adolescentes embarazadas y adolescentes madres en contextos de pobreza. In: Acta académica **VI Jornadas de Sociología**. 2004, Buenos Aires, p 1–18. Disponible en: <<https://www.aacademica.org/ooo-045/318>> Acceso en: 6 ago. 2022.
- FAUR, E. ¿Escrito en el cuerpo? Género y derechos humanos en la adolescencia. In: CHECA, S. (Org.). **Género, sexualidad y derechos reproductivos en la adolescencia**. Buenos Aires: Paidós, 2003. p. 37–75.
- FEIXA, C. Antropología de las edades. In: PRATT, J.; MARTINEZ, A. (Org.). **Ensayos de Antropología Cultural**. Barcelona: Editorial Ariel, 1996. p. 319–334.
- GARCIA SUAREZ, C. I.; PARADA RICO, D. A. Construcción de adolescencia: una concepción histórica y social inserta en las políticas públicas. **Universitas humanística**, Bogotá, n. 85, p. 347–373, ene./jun. 2018.
- GENTILE, M. F. La restitución de la niñez como forma de inclusión social en un centro de día para ‘chicos de la calle’ en Buenos Aires. **Revista de Ciencias Sociales**, Costa Rica, n. 131–132, p. 75–88, 2011.
- KRAUSKOPF, D. Comprensión de la juventud: el ocaso del concepto de moratoria psicosocial. **JOVENes: Revista de estudios sobre juventud**, México, v. 8, n. 21, p. 26–39, jul./dic. 2004.

LA PLATA. **Ley nº 13.066, de 28 de mayo de 2003.** Crea el Programa Provincial de Salud Reproductiva y Procreación Responsable. La Plata: Honorable Legislatura, 2003. Disponible en: <https://www.mpba.gov.ar/files/documents/LEY_13066_-_Programa_Provincial_salud_reproductiva_y_proc_resp.pdf> Acceso en: 6 ago. 2022.

_____. **Ley nº 14.738, 1 de julio de 2015.** Modifica la Ley 13.066. La Plata: Honorable Legislatura, 2015. Disponible en: <<https://normas.gba.gob.ar/ar-b/ley/2015/14738/11170>> Acceso en: 6 ago. 2022.

LE BRETON, D. Las conductas de riesgo de los jóvenes. **Topia**, 2012. Disponible en: <<https://www.topia.com.ar/articulos/conductas-riesgo-j%C3%ADvenes>>. Acceso en: 31 jul. 2022.

MAGARIÑOS DE MORENTIN, J. Manual operativo para la elaboración de 'Definiciones contextuales' y 'Redes Contrastantes'. **Signa:** Revista de la Asociación Española de Semiótica, Madrid, v. 7, p. 233–253, 1998.

MARGULIS, M. **Juventud, cultura, sexualidad: la dimensión cultural en la afectividad y sexualidad de los jóvenes de Buenos Aires.** Buenos Aires: Editorial Biblos, 2003.

MEAD, M. **Adolescencia, sexo y cultura en Samoa.** Buenos Aires: Editorial Planeta, 1928.

MENDIZABAL, N. Los componentes del diseño flexible en la investigación cualitativa. In: VASILACHIS DE GIALDINO, I. (Org.). **Estrategias de investigación cualitativa.** Buenos Aires: Gedisa, 2007. p. 65–105.

MINISTERIO DE SALUD DE LA NACION. **Plan Nacional de Prevención y Reducción del Embarazo No Intencional en la Adolescencia 2017–2019.** Buenos Aires, 2017. Disponible en: <<https://www.argentina.gob.ar/salud/plan-enia>>. Acceso en: 6 ago. 2022.

_____. **Programa Nacional de Salud Integral en la Adolescencia.** Buenos Aires, 2007. Disponible en: <https://bancos.salud.gob.ar/sites/default/files/2018-10/0000001221cnt-boletin_virtual-10-salud_integral_adolescencia.pdf> Acceso en: 6 ago. 2022.

_____. **Programa Nacional de Salud Integral en la Adolescencia: lineamientos sobre derechos y accesos de los y las adolescentes a los sistemas de salud.** Buenos Aires, 2015. Disponible en: <<https://bancos.salud.gob.ar/sites/default/files/2018-10/0000000732cnt-guia-derechos-2016.pdf>>. Acceso en: 6 ago. 2022.

MINISTERIO DE SALUD. GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES. **Programa de Adolescencia.** Buenos Aires, 2007. Disponible en: <https://bancos.salud.gob.ar/sites/default/files/2018-10/0000001221cnt-boletin_virtual-10-salud_integral_adolescencia.pdf> Acceso en: 6 ago. 2022.

_____. **Programa Provincial de Salud Sexual y Reproductiva (PBA SSR): Documento técnico 1/2017.** Buenos Aires, 2017. Disponible en: <<https://www.ms.gba.gov.ar/sitios/srpr/rectoria/marco-normativo/>>. Acceso en: 6 ago. 2022.

NOCETI, M. B. **Niñez en riesgo social y políticas públicas en la Argentina.** Bahía Blanca: EdiUNS, 2008.

_____. Caracterización cuali-cuantitativa del trabajo infantil en Bahía Blanca, provincia de Buenos Aires, Argentina (2010-2013). **Kairos:** Revista de Temas Sociales, San Luis, v. 21, n. 39, p. 76–95, jun. 2017.

ORTALE, S. Programas de salud sexual y reproductiva y maternidad adolescente en La Plata (Buenos Aires, Argentina). **Avá:** Revista de Antropología, Misiones, n. 15, p. 271–288, jul. 2009.

QUIROGA, A. F. 'Nosotros, los del medio', cuando lo normal no constituye la regla: una mirada antropológica acerca de la adolescencia. **Revista de la Asociación Médica de Bahía Blanca**, Bahía Blanca, v. 31, n. 1, p. 10–18, ene./mar. 2021.

SHORE, C. La antropología y el estudio de la política pública. Reflexiones sobre la formulación de las políticas. **Antípoda: Revista de antropología y arqueología**, n. 10, p. 21–49, ene. 2010.

STERN, C. **El embarazo en la adolescencia como problema público:** una visión crítica. **Salud Pública de México**, Morelos, v. 39, n. 2, p. 137–143, 1997.

SZULC, A. Diversidad, educación y niñez: aportes desde la antropología. **Novedades educativas**, Buenos Aires, n. 284, p. 29–39, ago. 2014.

RESUMEN

El propósito de este trabajo es caracterizar los significados acerca del embarazo en la adolescencia desde la mirada de las y los jóvenes de 15 a 19 años del barrio 17 de Agosto, Bahía Blanca, así como en las políticas de salud. Se trató de un estudio cualitativo con enfoque etnográfico; e implico la triangulación de fuentes de información primaria y secundaria. Relevé los dispositivos de política de salud acerca de salud en la adolescencia y salud sexual y reproductiva. El abordaje etnográfico implicó la realización de entrevistas semiestructuradas a interlocutores clave, y observaciones sistemáticas con distintos grados de participación. Como resultado de ello, señalo algunos contrapuntos entre los dispositivos de la política de salud de la adolescencia y las visiones de las y los jóvenes. Y propongo algunas reflexiones acerca de la construcción del embarazo en la adolescencia como problema y del impacto del embarazo en las biografías individuales.

Palabras clave:

embarazo en la adolescencia, políticas sanitarias, jóvenes, etnografía.

**Gravidez na adolescência e políticas de saúde em Bahía Blanca, Argentina.
Contribuições para a discussão a partir de uma abordagem etnográfica**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é caracterizar os sentidos sobre a gravidez na adolescência na perspectiva de jovens de 15 a 19 anos do bairro 17 de Agosto, Bahía Blanca, bem como nas políticas de saúde. Foi um estudo qualitativo com abordagem etnográfica; e implicou a triangulação de fontes de informação primárias e secundárias. Foram revisadas as disposições da política de saúde sobre saúde do adolescente e saúde sexual e reprodutiva. A abordagem etnográfica envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com interlocutores-chave e observações sistemáticas com diferentes graus de participação. Como resultado, aponto alguns contrapontos entre os dispositivos da política de saúde do adolescente e as visões dos jovens. E proponho algumas reflexões sobre a construção da gravidez na adolescência como problema e o impacto da gravidez nas biografias individuais.

Palavras-chave:

gravidez na adolescência, políticas de saúde, jovens, etnografia.

**Pregnancy in adolescence and health policies in Bahía Blanca, Argentina.
Contributions to the discussion from an ethnographic approach**

Abstract

The purpose of this work is to characterize the meanings about pregnancy in adolescence from the perspective of young people between 15 and 19 years of age in the 17 de Agosto neighborhood, Bahía Blanca, as well as in health policies. It was a qualitative study with an ethnographic approach; and I imply the triangulation of primary and secondary information sources. I reviewed the health policy provisions on adolescent health and sexual and reproductive health. The ethnographic approach involved conducting semi-structured interviews with key interlocutors, and systematic observations with different degrees of participation. As a result, I point out some counterpoints between the devices of the adolescent health policy and the visions of young people. And I propose some reflections about the construction of teenage pregnancy as a problem and the impact of pregnancy on individual biographies.

Keywords:

adolescent pregnancy, health policies, youth, ethnography.

FECHA DE RECEPCIÓN: 23/04/2022

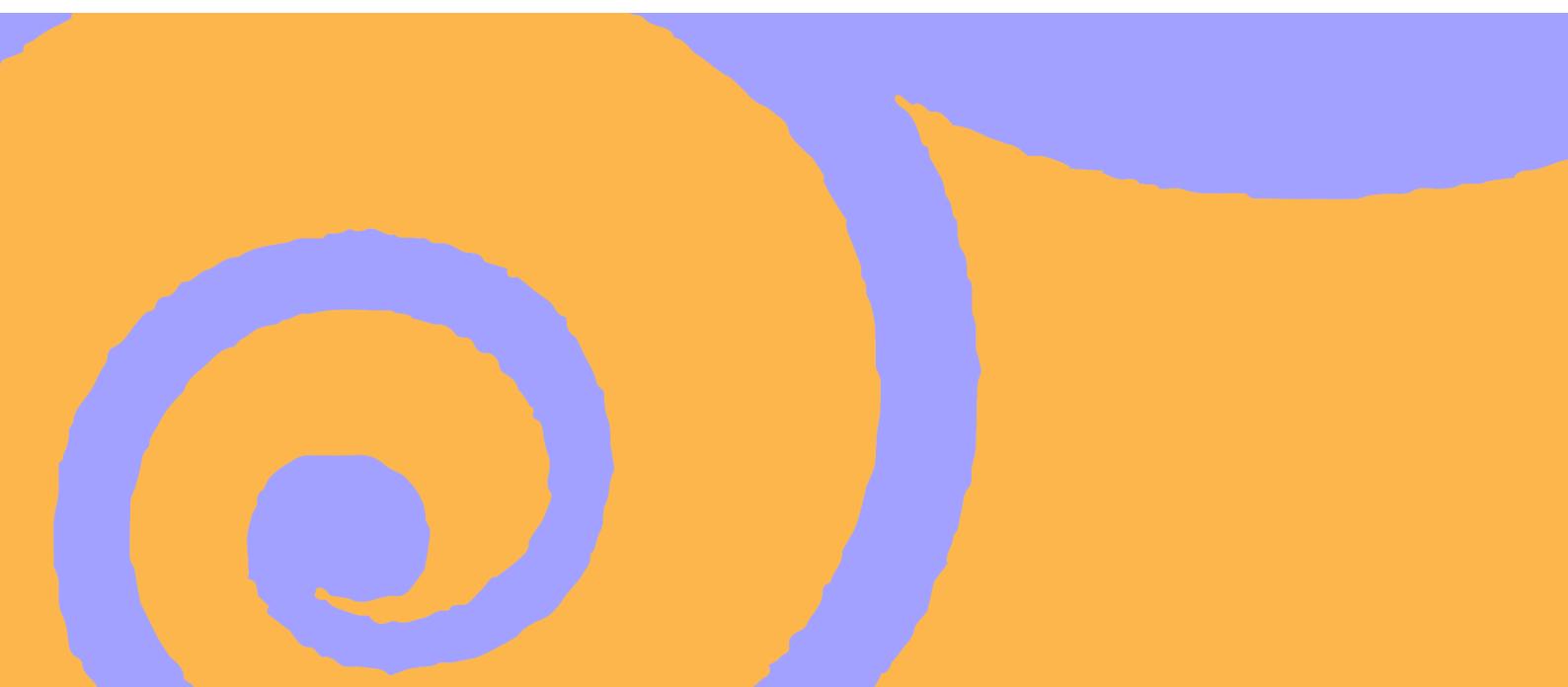
FECHA DE APROBACIÓN: 05/08/2022



Ana Florencia Quiroga

Licenciada en Antropología - Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Buenos Aires, Argentina. Docente del Departamento de Ciencias de la Salud y Economía de la Universidad Nacional del Sur (UNS), Buenos Aires, Argentina. Integrante del Grupo de Investigaciones Cualitativas y Etnográficas del Sur (GICES, IIESS – CONICET/ Dpto. Economía UNS).

E-mail: ana.flor.quiroga@gmail.com



Relações de cuidado em situação de vulnerabilidade social: uma experiência clínico-institucional na primeira infância

Beatriz Sernache de Castro Neves

Faculdade Ari de Sá, Curso de Psicologia, Fortaleza, Ceará, Brasil.

<https://orcid.org/-0003-3744-0723>

Érika Teles Dauer

Centro Universitário Estácio do Ceará, Curso de Psicologia, Fortaleza, Ceará, Brasil.

<https://orcid.org/-0000-0002-0439-7872>

Karla Patrícia Holanda Martins

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Fortaleza, Ceará, Brasil.

<https://orcid.org/-0000-0003-3242-6287>

Introdução

O presente trabalho é resultado da articulação de duas teses de doutorado que utilizaram o Instituto da Primeira Infância (IPREDE) como campo de pesquisa. Situada na cidade de Fortaleza/CE, a referida instituição tem como principal foco de suas atividades a infância em situação de pobreza e seu desenvolvimento global. As duas pesquisas foram qualitativas com uso de vinhetas clínicas. Com efeito, o IPREDE, ao propor intervenções que promovam o desenvolvimento infantil e quebrem o ciclo de geração de pobreza das famílias, estende suas ações aos cuidadores que acompanham as crianças à instituição: em sua maioria, são mães.

O IPREDE é uma organização não governamental (ONG) atravessada pelo que vem sendo debatido em torno das questões da primeira infância nos últimos anos. Inicialmente, voltada para a problemática da nutrição infantil, em específico o combate à desnutrição, a instituição vem ampliando seu horizonte de atuação, incluindo questões relativas ao desenvolvimento infantil e suas formas de vulnerabilidades psíquica e social. A exemplo da desnutrição, que precisa ser considerada nos seus aspectos orgânico-nutricional e psíquico, posto que está relacionada à privação do alimento, a uma forma de humilhação e a ataques traumáticos à dignidade humana (MARTINS et al., 2018).

A instituição se manteve atualizada em relação aos estudos e políticas voltadas para a infância. De fato, na última década, houve crescimento, tanto nos planos regionais quanto nacionais, políticas e debates científicos dirigidos para esta importante etapa da vida. Essas práticas são impulsionadas, em grande parte, por avanços científicos que mostram a importância dos vínculos afetivos nessa faixa etária. Os estudos e descobertas em torno dos conceitos de neuroplasticidade e epigenética costuram pontes possíveis para refletirmos e pensarmos a relação entre a criança e seu ambiente. Portanto, não se trata mais de afirmar como o meio impacta o desenvolvimento humano, mas como também o constitui (BRAZELTON; CRAMER, 1991; GERHARDT, 2017; HALPERN, 2004; JERUSALINSKY, 2000).

Os cuidados direcionados à criança sofrem modificações de acordo com novos paradigmas que surgem, no caso, ao que na contemporaneidade é considerado como importante para a promoção do desenvolvimento infantil. Como exemplo, tem-se a relevância de aspectos afetivos, evidenciados pelo brincar, a importância da escolaridade, dentre outros. Em razão dessa nova perspectiva, deu-se maior foco em projetos que contemplam os primeiros momentos da vida da criança, os quais invariavelmente incluem a mãe ou o cuidador principal. Para além da criança, as intervenções envolvem os cuidadores, ampliando essas propostas para a relação entre a criança e seu agente de cuidados. A psicanálise, a psicologia do desenvolvimento e, mais recentemente, a neuropsicologia ajudaram a construir a legitimação dos discursos que sustentaram a importância das relações iniciais com o outro materno como fundadores da estruturação do sujeito psíquico. Consequentemente, o ambiente, as relações intersubjetivas e os cuidados passaram a ser considerados como fundamentais na constituição subjetiva da criança (NEVES, 2021).

Essa mudança de foco atravessa estudos que promovem discursos e sustentam distintas intervenções com efeitos diretos e indiretos no âmbito familiar. Mesmo que as recomendações feitas às famílias em torno dos cuidados dispensados à criança sejam iguais, as condições de operar esses cuidados serão impactadas ainda pelo contexto social onde o núcleo familiar está inserido. Nesse sentido, entender como se dão os cuidados parentais em famílias que atravessam inúmeras dificuldades inerentes à sua condição socioeconômica se torna fundamental para pensar como essas intervenções chegam e quais são seus efeitos. Dessa forma, buscou-se discutir como essas novas perspectivas de cuidado alcançam as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Com o objetivo de pensar o atendimento a populações que compartilham de contextos atravessados pela pobreza e vulnerabilidade psicossociais, considera-se que, para ir ao encontro das verdadeiras necessidades do paciente, suas estratégias deverão contemplar a posição subjetiva e as condições de vida de cada indivíduo, com vistas a considerar a complexa rede de condições e determinantes que atravessam suas realidades de vida. Nesse seguimento, as reflexões deste trabalho buscam sustentar um trabalho clínico-institucional capaz de instaurar dispositivos que ampliem a promoção das possibilidades de cuidado, “[...] estabelecendo, principalmente, condições no campo da atenção primária para uma intervenção a tempo de agenciar novas modalidades de subjetivação” (MARTINS; VILHENA, 2014, p. 51).

Desde o ano de 2013, período que coincide com o nosso ingresso no mestrado acadêmico, desenvolvemos pesquisas no campo da saúde materno-infantil, evidenciando o desenvolvimento na primeira infância, a experiência da maternidade e os limites e possibilidades do atendimento clínico-institucional (DAUER, 2015; DAUER; MARTINS, 2015; MARTINS et al., 2018; NEVES, 2015; NEVES, 2021). Nesse momento, tomando como ponto de partida uma vinheta clínica inédita, intentamos avançar no debate em torno de uma clínica no âmbito institucional diante das dificuldades maternas vividas em contextos atravessados pela pobreza e vulnerabilidades psicossociais, principalmente quando a conduta da mãe se distancia dos encaminhamentos esperados pela equipe técnica-profissional.

Pobreza e vulnerabilidade psicossocial

Em um contexto circunscrito pelas preocupações em torno da primeira infância, o IPREDE também compreende as questões sociais que atravessam as realidades de vida das famílias atendidas. Quando consideradas as variáveis sociodemográficas e socioeconômicas da população assistida (FERRAZ, 2018; GOMES, 2018; MENESCAL, 2018; ROLIM, 2018), observa-se o cenário característico da situação de pobreza extrema, que representa uma agressão contra o ser humano e sua qualidade de vida. Por exemplo, a carência de serviços de saneamento básico (água, esgoto, coleta de lixo), o desemprego, a desproteção, a falta de assistência à saúde, educação, lazer etc., bem como as demais situações que impedem o indivíduo de obter os meios necessários à sua sobrevivência.

Podem ser acrescentadas a essas realidades experiências como fome, racismo, violências familiar, doméstica e policial, abusos, abandono, consumo excessivo de álcool e drogas, dentre outras (MARTINS et al., 2011). Por implicar em múltiplas privações nos vários âmbitos da vida e estar relacionada à vivência de muitas formas de violências, desigualdades e discriminações, a situação de pobreza desprotege socialmente grande parte da população. Ao configurar-se como uma ameaça permanente à existência pessoal e exigir um incessante movimento de elaboração das adversidades vividas, esse cenário poderá resultar em desequilíbrios e rupturas na provisão dos cuidados adaptativos à criança (CIDADE; MOURA JR.; XIMENES, 2012; FIGUEIREDO, 2012; MOURA JR. et al., 2014).

Rosa (2016) analisa as consequências da pobreza extrema e da exclusão social nos sujeitos atravessados pelo modelo econômico neoliberal. Baseada na sua experiência clínica com pessoas em situação de vulnerabilidade social, ela constata a apatia, a solidão, o emudecimento, a reprodução subjetiva da violência, a pobreza afetiva e intelectual como obstáculos às possibilidades de elaboração simbólica que daria formato sintomático ao que é vivenciado como traumático. No cenário de nossas pesquisas (DAUER, 2021; MARTINS et al., 2018; NEVES, 2021), observamos nas famílias expressões subjetivas semelhantes às que a autora propõe.

As mães, inúmeras vezes, mostram-se apáticas, o que, em alguns casos, é nomeado como depressão, quando elas conseguem chegar aos serviços de saúde. A falta de apoio para criarem seus filhos é vista e relatada, assim como o são o emudecimento e o silenciamento nas situações que as atravessam. Isso se mostra inclusive nos primeiros contatos, que, muitas vezes, são entendidos como falta de demanda para o atendimento clínico. O olhar de desconfiança que elas nos lançam nos fala da sua relação com o laço social (DAUER; MARTINS, 2015; MARTINS et al., 2018).

Para Rosa, Estevão e Braga (2017), a escuta psicanalítica dos sujeitos que se encontram em situação de exclusão social deve levar em consideração os efeitos dos discursos sociais e o modo como podem operar nas relações de poder sobre eles. Nesses contextos, Rosa (2002) destaca que a escuta psicanalítica pode romper com o pacto social de silenciamento.

As propostas desenvolvidas pelo IPREDE consideram questões referentes à relação mãe-bebê, corroborando com a compreensão de que não é possível alcançar resultados satisfatórios quando as ações não envolvem todo o núcleo familiar. Nessa perspectiva, a instituição atua na área da assistência psicosocial de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade e pobreza a partir de dois percursos principais: (1) da criança, na intenção de promover a nutrição e o desenvolvimento na primeira infância; e (2) da mulher¹, na tentativa de possibilitar um conjunto de novas experiências capazes de romper o ciclo de desmotivação e a sensação de impotência oriundas da exclusão e da pobreza, somadas à possibilidade de ressignificação de sua própria história pessoal (IPREDE, 2010).

Dessa forma, a instituição, assim como outras políticas públicas que se voltaram para esse público nos últimos anos, passou a evidenciar o lugar do cuidador, frequentemente a mãe, como parte fundamental do processo de cuidado, passando a incluí-las em suas estratégias e programas. No entanto, faz-se importante incluir também o ambiente da criança no sentido mais amplo, de modo a não cair no risco de culpabilizar a mãe pelas possíveis dificuldades que o filho possa vir a apresentar.

Os estudos sobre a relação entre a mãe e o bebê foram fundamentais para compreendermos a constituição subjetiva, ainda que atualmente seja impossível pensar essa relação sem considerar as problemáticas de gênero, racialidade, vulnerabilidade social e cultura (IACONELLI, 2020). Questões como o processo de escolha da maternidade (relacionada a quando ela acontece e a quantidade de vezes que acontece), condições materiais para a criação dos filhos, importância do amparo social, sentimento de solidão e medo e preocupações envolvidas nesse processo são indispensáveis à compreensão da maternidade em situação de pobreza. Todas essas vivências estão relacionadas com a disponibilidade que as mulheres possuem para cuidar de seus filhos. Muitas vezes, as preocupações com o marido usuário de drogas, com o bem-estar dos demais filhos e com os recursos financeiros disponíveis disputam com o investimento que os cuidados com o bebê exigem. Considerar esse aspecto é fator impeditivo de que essas mães sejam avaliadas como insuficientes ou inadequadas (NEVES, 2021).

¹ Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se o projeto Mãe Colaboradora, que promove atividades de formação socioeducativa com vistas a proporcionar habilidades e competências para o mundo do trabalho; a realização do Grupo Conviver, que oferece um espaço de fala e escuta privilegiada; e a Unidade Profissionalizante da Mulher Lídia de Almeida Bezerra, inaugurada no ano de 2009, investindo na formação pessoal e profissional das mães ao oferecer cursos de capacitação com módulos em cidadania e trabalho e com módulos técnicos ocupacionais, com o objetivo de fomentar a inclusão produtiva das mulheres (Iprede, 2010).

Cuidado e intervenção na primeira infância

O setor onde se desenvolveram ambas as pesquisas foi o de detecção e intervenção precoce, estabelecido na instituição desde 2012. Com fundamentação teórica e clínica na psicanálise, o setor utiliza o instrumento IRDI – Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil, que permite identificar sinais de risco para os processos de constituição psíquica do bebê até a idade de 18 meses². A implementação do serviço de intervenção visou constituir um espaço de escuta clínica orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos psicanalíticos, considerando as questões referentes à relação mãe-bebê e contemplando ações de intervenções no vínculo. Desse modo, as iniciativas da instituição ofereceram às mães outro estatuto nas intervenções, passando de meras acompanhantes e informantes para sujeitos de fundamental importância no tratamento e no cuidado da criança.

O funcionamento do setor foi pensado da seguinte maneira: todas as crianças que chegavam à instituição até os 18 meses passavam pela aplicação do IRDI. Essa aplicação era realizada por psicólogos ou estagiários de psicologia (individualmente ou em dupla). Uma vez detectado o risco, a criança era encaminhada junto à mãe ou responsável para o atendimento clínico psicanalítico³.

Durante o período que compreende o final do ano de 2012 até meados de 2016, a equipe de trabalho – composta por profissionais da instituição, voluntários, professores e alunos dos Programas de Graduação e Pós-Graduação dos departamentos de Medicina e Psicologia da Universidade de Fortaleza e Universidade Federal do Ceará – contou com acompanhamento e formações oferecidas através de treinamentos, seminários e supervisões. Durante os encontros, era possível discorrer sobre as questões internas do serviço, dificuldades encontradas e sugestões. O trabalho em torno do instrumento IRDI possibilitou a nossa aproximação com as questões relacionadas à constituição psíquica, ao desenvolvimento da criança e à posição subjetiva materna.

Nas supervisões e discussões dos casos acompanhados pelo setor de intervenção precoce, a dificuldade em realizá-los era compartilhada pelos profissionais quando o discurso materno ultrapassava os aspectos da relação materno-infantil. Durante as sessões, as mães não se restringiam à problemática alimentar do filho, embora a instituição tenha surgido em um contexto onde se fazia indispensável à assistência às famílias com casos de desnutrição infantil, falando livremente sobre diversos assuntos: conflitos com o companheiro, demais filhos, parentes e vizinhos, experiências de abuso e violências sociais, consumo de álcool e drogas, envolvimento em facções criminosas etc. Na ocasião, relacionamos essa ocorrência à vontade de possuírem um espaço próprio de fala, pois, apesar da instituição desenvolver uma prática que privilegie o

2 O IRDI é um instrumento composto por 31 indicadores clínicos de risco psíquico ou de problemas de desenvolvimento infantil observáveis ou dedutíveis nos primeiros 18 meses de vida da criança. Tais indicadores foram formulados para serem utilizados por pediatras e demais profissionais da saúde da atenção básica em consultas regulares, com a intenção de detectar precocemente sinais de risco que podem estar relacionados à ocorrência subsequente de transtornos psíquicos do desenvolvimento infantil. O instrumento é resultado de uma pesquisa clínica realizada por um grupo de psicanalistas e pesquisadores universitários brasileiros e contou com o incentivo do Ministério da Saúde e da Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Kupfer; Voltolini, 2008; Kupfer et al., 2009).

3 Todas as intervenções aconteciam na presença de uma figura feminina (mãe, avó, irmã mais velha etc.). Houve sessões em que esteve presente mais de um membro familiar, porém são escassos os registros da participação do pai. Em especial, cita-se o caso desenvolvido na dissertação de mestrado de uma das autoras desse artigo que, em decorrência da mãe estar no final de uma gestação, foi enfatizada a importância do pai participar dos atendimentos da filha, porém ele nunca compareceu (Dauer, 2015).

trabalho com as mães, por outro lado, o trabalho clínico com a criança poderá desconsiderar a dimensão subjetiva da mulher quando a limita à posição de agente de cuidados, desprezando os outros elementos que compõem a sua função libidinal (DAUER, 2015).

Em referência ao trabalho clínico realizado com as crianças e suas famílias, tomaremos um dos casos atendidos na instituição pelo setor de intervenção precoce⁴. Mãe e criança foram submetidas à aplicação do instrumento IRDI e, quando o risco foi detectado, a dupla passou a participar dos atendimentos clínicos. No momento da avaliação, constatou-se a ausência de três indicadores: 2 (a mãe fala com a criança com um estilo particularmente dirigido a ela), 3 (a criança reage ao mamanhês) e 5 (há troca de olhares entre a mãe e a criança).

Mateus⁵ e sua mãe, Sandra, chegaram ao IPREDE quando ele contava dois meses de vida e apresentava um quadro severo de desnutrição. A família afirmava não saber o motivo do baixo peso do filho. Sandra, 34 anos, é casada com o pai de Mateus, Maurício, há sete anos. Mateus é o terceiro filho da prole e o único que desnutriu. A gestação do terceiro filho não foi planejada e Sandra apenas descobriu a gravidez aos cinco meses de gestação. Mateus nasceu aos nove meses, pesando 2,560 kg.

Além do perceptível baixo peso do bebê, por vezes, mãe e criança compareciam à instituição sem realizar a higiene pessoal e vestindo roupas bastante puídas. Certa vez, a criança possuía tantas mordidas de insetos distribuídas pelo rosto e corpo que provocou preocupação e comentários de diversas outras mães, as quais davam sugestões para a mãe do bebê de como ela deveria protegê-lo e cuidá-lo. Nesse contexto, ela relatou que o pai da criança já havia comprado um véu para evitar as mordidas, mas, repetidamente, esquecia-se de colocá-lo. A mãe mostrava passividade nos cuidados com o filho, segurava a criança no colo, mas remetia a um segurar “frouxo”. A mãe se mostrava apática, parecia sem força, colapsada, passando a impressão de que o bebê poderia escorregar dos braços maternos a qualquer momento. – Onde estava a mãe naquele momento? Perguntaríamos com Winnicott (2019/1967): nos alhures de sua depressão? A criança igualmente se mostrava extremamente silenciosa, quieta, não havendo troca de olhares e gestos com a mãe.

Em decorrência da impossibilidade de recuperar o baixo peso, a equipe de trabalho supôs uma dificuldade materna em alimentar o bebê conforme era orientada, interpretando que “a mãe poderia não conseguir perceber quando a criança tinha fome”. Muito embora, uma escuta analítica da mãe poderia complexificar o que se observa fenomenicamente sob o signo da desnutrição, indo para além de um julgamento de negligência ou abandono. Porém, quando questionada, ela garantia que o filho comia tudo e sempre queria mais. Não nos aprofundaremos nos desdobramentos do caso, pois a nossa intenção é sinalizar para o modo como o acolhimento e narcisismo maternos repercutem na economia narcísica da criança, visto que, a partir do baixo peso, o bebê parecia caminhar em direção ao seu desaparecimento, dando a impressão de ter perdido precocemente o gosto pela vida (FERENCZI, 1992b/1929). Interessa-nos também situar a forma como tal problemática foi acolhida pela instituição.

4 O presente artigo é resultado parcial de uma pesquisa guarda-chuva intitulada *Fome e vergonha: vulnerabilidades na história e da cultura na clínica psicanalítica*. Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, foi enviada e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Ceará com o CAAE: 29499320.4.0000.5054.

5 Todos os nomes são fictícios em respeito ao sigilo.

A situação social da família é bastante vulnerável. Na época, Maurício estava desempregado e fazia uso de drogas ilícitas. Possuía alguns trabalhos informais eventuais, mas a renda fixa da família era proveniente do Bolsa Família⁶. Se, em nossos primeiros contatos, Sandra apresentava uma postura distante e silenciosa, ao longo dos encontros, ela vai se permitindo falar sobre as problemáticas em torno do seu relacionamento com o marido, que envolviam brigas constantes e situações de violência, por exemplo, isolamento da mulher de sua família e proibições de trabalhar ou buscar cuidados médicos.

Já no primeiro atendimento de intervenção com a dupla, o baixo peso da criança chama bastante atenção. Mateus não procurou o olhar materno em momento algum, mas fazia pequenos movimentos em nossa direção quando convocado por nós. Não existia troca de olhares ou palavras no vínculo materno-infantil. A criança não chorou e nem demostrou incômodos.

Em seguida ao nosso atendimento, mãe e criança foram encaminhadas para a consulta pediátrica. Diante da grave desnutrição de Mateus, a pediatra sugeriu uma internação, mas Sandra mostrou-se resistente. Na ocasião, o discurso médico responsabilizou a mãe pelo estado desnutricional do filho, supondo impossibilidades e limitações na provisão dos cuidados infantis. Essa experiência de desautorização materna acarretou na ausência da dupla à instituição durante dois meses. Após o seu retorno, foi possível supor que, no momento da comunicação, Sandra não possuía recursos ou encontrou possibilidades para verbalizar sobre a sua resistência à internação, demarcando a sua recusa com a sua ausência, na tentativa de defender-se de uma situação com potencial traumático (DAUER, 2021).

Tomando a figura da criança desamparada frente a uma experiência de violência sexual, Kupermann (2016) e Kupermann e Martins (2017) consideram que a situação traumática se desdobra em três diferentes tempos. No primeiro, o tempo do indizível, o pequeno sujeito busca auxílio e reconhecimento do outro de referência para significar uma experiência dolorosa e disruptiva. O segundo tempo, do testemunho, ocorre com o encontro da criança com a sensível presença do cuidador capaz de ajudá-la na interpretação e construção de sentidos para uma experiência até então paralisante e apassivadora, transformando-a em atividade simbólica. O terceiro tempo decorre quando, ao invés de encontrar acolhimento, a criança se depara com o silêncio, descredito do outro que nega o seu sofrimento, promovendo a desautorização da vivência e, consequentemente, do próprio sujeito. O trauma propriamente dito é referente a este último, o tempo da desautorização, representado pelo abandono traumático produzido pela indiferença.

Kupermann e Martins (2017, p.151) enfatizam a escolha pelo termo “desautorização” por considerar que aqui se encontra em jogo “[...] a desapropriação subjetiva imposta ao sujeito em estado de vulnerabilidade pelo encontro traumático [...]”. Por não encontrar reconhecimento no outro, mas sim a negação de sua experiência de sofrimento, a própria percepção da violência sofrida é deturpada, podendo se transformar em seu inverso: ser incorporada pelo sujeito, acarretando sentimentos de culpa e punição. A esse processo, os autores relacionam as segregações do racismo e antissemita, a fome etc. Ademais, ao proporcionar modos de expressão, consideram a escrita de testemunho um recurso de trabalho psíquico na tentativa de sublimação da experiência traumática vivida, que também desempenha importante função social de maneira a promover a divulgação e sensibilização de uma comunidade ao “[...] narrar o impossível, expondo as fraturas da representação frente ao horror e à catástrofe” (KUPERMANN; MARTINS, 2017, p. 201).

6 Trata-se de um programa brasileiro de transferência direta de renda articulado com algumas condicionalidades, que tem como objetivo principal beneficiar famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza.

Existe um discurso científico em conjunto com um discurso social que, com frequência, tendem a delimitar as razões explicativas dos fenômenos que envolvem a infância sob uma lógica de responsabilização individual que recai na figura materna. Ao desautorizar uma experiência de sofrimento, promove-se o apagamento da representação ao nível do sujeito. Ele é destituído daquilo que lhe é mais próprio, acarretando a perda da convicção em sua percepção dos fatos e, consequentemente, do sentimento de si (KUPERMANN; MARTINS, 2017). Essa atitude compartilha da lógica de negação de uma vivência subjetiva, conforme apontado por Ferenczi (1992c/1933), provoca o traumatismo patogênico. Uma escuta sensível tem potencialidade de dar visibilidade a essas famílias, considerando sua história, “despatologizando” seus modos de cuidado e apontando para uma responsabilização coletiva.

Quando a dupla retornou ao IPREDE, o quadro de desnutrição de Mateus estava agravado, tornando a internação inevitável e inadiável. Sandra justificou suas ausências por não saber ir sozinha à instituição e, durante esse período, o marido não pôde acompanhá-la por ter encontrado trabalhos temporários. Nesse momento, realizamos uma interconsulta com a pediatra, Mateus e a sua mãe. A médica informou a necessidade de internação e detalhou todos os procedimentos para Sandra, que parecia assustada e permanecia calada. Constantemente, perguntávamos como ela estava se sentindo, se entendia o que estava sendo dito e se tinha dúvidas. Ela expressou a vontade de conversar com o marido antes de concordar com a hospitalização e o seu pedido foi atendido.

O atendimento que sucedeu o período de internação de Mateus ocorreu na presença da criança e seu pai. Diante da melhora do filho, Maurício demonstrava estar muito satisfeito com os resultados da hospitalização. Comentou que o filho “parecia outra pessoa”, pontuando os avanços em seu desenvolvimento e agradecendo pelo cuidado dedicado a Mateus. Nos encontros seguintes, Sandra também verbalizou opiniões semelhantes às do marido, mencionando que só agora entendia por que a internação era um procedimento necessário.

Com isso, Sandra, Maurício, Mateus e os dois irmãos passaram a ir juntos à instituição. No entanto, as faltas eram frequentes e as justificativas continuavam as mesmas: Sandra não sabia andar de ônibus e Maurício não podia acompanhá-la quando conseguia um trabalho temporário ou, por vezes, eles não iam porque estavam brigados.

Em decorrência de mudanças no setor, uma nova pediatra passou a realizar o acompanhamento médico de Mateus e, após algumas consultas com a família, ela pediu para conversar conosco. No encontro, comentou estar muito angustiada com os atendimentos da criança, porque dava orientações à mãe, mas vinha observando que Sandra não as seguia. A médica desconfiava que a mãe esquecia de administrar os cuidados com o filho, por exemplo, dar banho de sol, sulfato ferroso (Mateus estava com anemia), escovar os dentes etc. No entanto, quando descobriu que Sandra não sabia ler, a profissional passou a desenhar as orientações.

Durante os atendimentos conosco, Sandra permitiu-se falar sobre sua infância. Contou que sua mãe cuidou dela e de mais três irmãs de pais diferentes, sendo ela a mais nova. Revelou que o seu pai a abandonou quando ainda era bebê e que depois não teve mais contato com ele, apenas com a família mais extensa.

O caso de Mateus e Sandra traz reflexões importantes. Sandra vive uma maternidade cheia de complexidades. O marido, embora a ajude ocasionalmente, é fonte de grande preocupação, seja pelo uso de drogas, por impedi-la de trabalhar ou pelas experiências de violência doméstica. Com três filhos e vivendo em uma situação de extrema pobreza, Sandra procura alguns amparos: a instituição e a igreja. O exercício da maternidade parece ser vivenciado de uma forma difícil, com pouco apoio familiar e comunitário, e considerado insuficiente para os que a rodeiam (inclusive visualmente expostos no quadro de desnutrição do filho).

Isso fica claro na difícil relação que ela constrói com a equipe institucional, que, em alguns momentos, tem dificuldade de compreender a situação familiar de forma mais ampla, uma vez que as orientações não parecem ser suficientes. O caso, portanto, torna-se desafiante para os profissionais que tendem a focar mais nas condutas maternas e menos em pensar sobre práticas alternativas à orientação, como a construção de uma rede de apoio institucional.

Tal situação retoma a afirmativa de Ferenczi (1992a/1928), quando aponta que não é o analisando que deve se adaptar à técnica psicanalítica, mas o analista que precisa dispor de uma flexibilidade elástica para atender os casos considerados difíceis ou não analisáveis. Nesse sentido, sugere que o analista deve manter uma presença sensível frente aos pacientes que não conseguem sonhar, associar livremente, cometer atos falhos e estabelecer uma transferência (KUPERMANN, 2019).

Em articulação com o nosso caso clínico, faz-se importante pensar em como um trabalho institucional deve oferecer uma adaptação sensível à realidade familiar, com vistas à construção de uma relação de confiança. O fato de a família acarretar desconforto e inquietação nos membros da equipe pode apontar para a ineficácia das estratégias comumente utilizadas, somadas à necessidade de propor alternativas de cuidado que se distanciem de uma avaliação da conduta materna e favoreçam a ampliação do acolhimento.

Em contrapartida, possivelmente como formas de afirmar sua posição subjetiva, vivenciamos na instituição situações em que as mães rejeitam ou desaprovam orientações e prescrições dos profissionais, recusando-se a ocupar uma posição apassivada, de submissão e recorrendo ao próprio saber construído ao longo de suas histórias de vida. Por exemplo, durante outro atendimento no setor de intervenção precoce, frente aos questionamentos realizados pela analista sobre as solicitações da filha, a mãe responde: “Você não entende, quando você for mãe vai saber como é difícil dar conta de todos!”. Ademais, citamos a situação narrada por Teixeira (2019), quando, após o alerta de um funcionário que orienta às mães a não colocarem as suas bolsas dentro dos berços dos bebês em decorrência da possível contaminação por bactérias, tão logo este se ausenta, o grupo descumpre sua recomendação ao mesmo tempo em que desdenha de seu discurso.

Compartilhando dessa perspectiva, interpretamos que no momento da comunicação sobre a necessidade de internação de Matheus, Sandra não possuía recursos ou encontrou possibilidades para verbalizar sobre a sua resistência, demarcando a sua recusa com a sua ausência. Acreditamos que tais episódios exemplificam a realização de um trabalho materno capaz de supor e estabelecer a demanda da criança a partir de seu próprio saber, não se deixando absorver unicamente pelas orientações oferecidas por um conhecimento especializado, científico. Diante dos movimentos maternos narrados, é possível observar a resistência e o limite que as mulheres empreendem frente ao saber do outro que ameaça silenciar suas singularidades. Por meio de suas falas e atitudes de deboche, elas encontram alternativas para manifestar suas posições, verdades, tradições e, com isso, respondem e defendem-se do potencial traumático. Na ausência de recursos à simbolização dessas experiências, a irrupção do trauma pode provocar desorganização subjetiva e alcançar efeito desestruturante.

Os movimentos atuais de olhar para a família para pensar os cuidados com a criança precisam considerar os aspectos subjetivos dessa relação. O movimento de pensar tecnicamente o cuidado opera no risco de desubjetivar algo que envolve outras complexidades para além dos cuidados objetivos que uma mãe oferece a uma criança. Desse modo, a construção de uma relação de confiança entre a instituição e a família precisa contemplar esses elementos, levando em consideração o ambiente que atravessa o vínculo materno-infantil.

Mesmo com os percalços, essa família consegue encontrar no IPREDE um espaço de confiança, que se estende também na presença dos demais integrantes da família. Sandra, apesar de algumas instabilidades representadas pelo excesso de faltas na instituição e pelas dificuldades relacionadas à vulnerabilidade social e relacional com o marido, engaja-se nos tratamentos. Mateus reverte o quadro de desnutrição e recupera os atrasos em seu desenvolvimento. Ainda que não tenha sido possível a aplicação do IRDI nas quatro fases previstas pelo instrumento, ao longo dos atendimentos clínicos, foi possível observar o fortalecimento do vínculo materno-infantil. Sandra se satisfaz com as conquistas do filho e, aos poucos, vai construindo uma maternidade possível.

Diferentemente de práticas normativas que obstruem o contato com o sofrimento humano, Miranda e Onocko Campos (2014) apontam a importância dos usuários poderem (re)viver experiências de cuidados confiáveis, semelhante aos pais, quando em situações saudáveis, proporcionam aos seus bebês. Em companhia da sensibilidade e identificação desenvolvidas pelo profissional, o paciente poderá encontrar acolhimento e reconhecimento para os seus estados afetivos a fim de alcançar uma solução pessoal para a complexidade envolvida em seu processo de adoecimento. Esse aspecto da compreensão profissional apoia-se na função especular estabelecida pelo rosto materno, ao conseguir apreender a imagem do bebê e refleti-la para ele, possibilitando a realização de trocas significativas com o mundo. Através do olhar materno, a mãe devolve à criança as necessidades e emoções infantis de modo atenuado e simplificado, o que equivaleria a uma espécie de tradução de suas urgências pulsionais (WINNICOTT, 2019/1967).

Nessa sequência, faz-se basilar que as práticas de cuidado não promovam ações capazes de reatualizar uma situação de abandono, causando a reprodução das dificuldades vividas; mas sim, objetivem a construção de um trabalho que contemple certa adaptação aos movimentos e potencialidades do paciente, permitindo a vivência de uma experiência compartilhada.

A ideia de prevenção em psicanálise, diferentemente do paradigma biomédico, não objetiva evitar o desenvolvimento de uma psicopatologia, tampouco a eliminação do sofrimento. De outra sorte, o instrumento IRDI nos permitiu perceber e compreender os impasses que se apresentavam no laço entre a criança e seu agente de cuidados, que poderão acarretar entraves ao desenvolvimento infantil. A direção dos atendimentos priorizou as intervenções no vínculo materno-infantil, em especial, na articulação entre a fala da mãe e as produções do corpo bebê. Com a continuação dos nossos encontros, a mãe conseguiu posicionar-se de outra forma na relação com a sua criança, produzindo efeitos subjetivantes no bebê. A sustentação de um trabalho clínico deve, portanto, incluir um olhar sensível às diferenças do caso a caso, sendo avesso a generalizações.

Considerações finais

A proposição de um trabalho no âmbito da saúde coletiva, mais especificamente no contexto materno-infantil, deve propiciar acolhimento e cuidado à população atendida, de maneira comprometida e atuante (FIGUEIREDO, 2012). Nessa perspectiva, podemos pensar o IPREDE como um ambiente facilitador que, semelhante à família ou a comunidade, poderá guiar o desenvolvimento do indivíduo em termos de continuidade, confiabilidade e proteção da imprevisibilidade, oferecendo sustentação e vias para a transformação e crescimento emocional ao espelhar e partilhar afetos, angústias e desejos, possibilitando, ainda, um recomeço às experiências que envolveram algum fracasso relativo ou total de provisão ambiental.

Enfatizamos a necessidade da construção de dispositivos clínicos de atendimento nos serviços de saúde que contemplem a posição subjetiva e as condições de vida de cada indivíduo. Ao invés da imposição de condutas terapêuticas normativas e tratamentos gerais organizados a partir de uma temporalidade previamente determinada, a promoção de um cuidado que evidencia a dimensão do sofrimento deve oferecer tempo e disponibilidade afetiva para deixar o doente sentir e falar sobre o mal que o aflige, sem a pretensão de compreendê-lo de imediato.

Quando conseguirmos escutar com atenção continuada o paciente que, em muitas vezes, teve a sua subjetividade silenciada ou negada em detrimento da prevalência de sua doença, pode-se proporcionar acolhimento e reconhecimento para os seus estados afetivos, conferindo significância a sua existência. Logo, propor um trabalho com o sofrimento é incluir o sujeito em seu próprio tratamento, acompanhando-o na elaboração de sentidos para a experiência vivida, seja de adoecimento, maternagem, situação de fome, pobreza, exclusão ou vulnerabilidades psicossociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAZELTON, B.; CRAMER, B. **The earliest relationship**: parents, infants and the drama of early attachment. London: Karnac, 1991.
- CIDADE, E.; MOURA JR., J.; XIMENES, V. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 87-98, jan./mar. 2012.
- DAUER, E. **A desnutrição e o transitivismo**: considerações psicanalíticas. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- _____. **Uma compreensão psicanalítica da relação entre a mãe e o bebê em situação de pobreza e vulnerabilidade social**: um estudo a partir dos indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
- DAUER, E. T.; MARTINS, K. P. H. Desamparo materno e recusas alimentares na primeira infância. **Cadernos de Psicanálise-CPRJ**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 32, p. 43-60, jan./jun. 2015.
- FERENCZI, S. Elasticidade da técnica psicanalítica. In: _____. (Org.). **Obras completas**, vol. IV. São Paulo: Martins Fontes, 1992a (Original de 1928). p. 29-42.
- _____. Criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In: _____. **Obras completas**, vol. IV. São Paulo: Martins Fontes, 1992b (Original de 1929). p. 55-60.
- _____. Confusão de língua entre o adulto e a criança. In: _____. (Org.). **Obras completas**, vol. IV. São Paulo: Martins Fontes, 1992c (Original de 1933). p. 111-121.
- FERRAZ, I. **Morbidade mental materna e desenvolvimento de síndromes psiquiátricas na primeira infância**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Mulher e da Criança) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- FIGUEIREDO, L. **As diversas faces do cuidar**: novos ensaios de psicanálise contemporânea. São Paulo: Escuta, 2012.
- GERHARDT, S. **Por que o amor é importante**: como o afeto molda o cérebro do bebê. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- GOMES, J. **Percepção materna de vínculo, crenças e práticas em situação de vulnerabilidade social**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Mulher e da Criança) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- HALPERN, R.; FIGUEIRAS, A. Influências ambientais na saúde mental da criança. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 2, p. 104-110, 2004.
- IACONELLI, V. Sobre as origens: muito além da mãe. In: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (Org.). **Parentalidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 11- 22.
- IPREDE. Instituto de Prevenção à Desnutrição e Excepcionalidade. **Relatório institucional 2010**. Fortaleza, 2010.
- JERUSALINSKY, A. **Psicanálise e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.
- KUPERMANN, D. Trauma, sofrimento psíquico e cuidado na Psicologia Hospitalar. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, pp. 6-20, jun. 2016. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582016000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 fev. 2021.

- _____. **Por que Ferenczi?** São Paulo: Zagodoni, 2019.
- KUPERMANN, D.; MARTINS, K. Racismo, fome, testemunho e humor: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus. In: **Anais do VI Congresso Nacional de Direito, Psicanálise e Literatura.** Belo Horizonte: Ami Comunicação & Design, 2017. p. 149-158.
- KUPFER, M. C. M. et al. Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. **Lat. Am. Journal of Fund. Psychopath.**, v. 6, n. 1, p. 48-68, 2009.
- KUPFER, M. C. M.; VOLTOLINI, R. Uso de indicadores clínicos em pesquisa de orientação psicanalítica: um debate conceitual. In: KUPFER, M. C.; LERNER, R. (Orgs.), **Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa.** São Paulo: Escuta; 2008.
- MARTINS, K. P. H. et al. Infância e privação: a fome, o silêncio e a vontade de viver. In: PINHEIRO, C. V. Q.; CARVALHO, J. Q.; DA SILVA, M. F. V. (Org.). **Estudos psicanalíticos na clínica e no social.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2011. p. 79-97.
- _____. Angústia e vergonha na clínica psicanalítica em situações de pobreza e outras vulnerabilidades. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 265-289, dez. 2018.
- MARTINS, K. P. K.; VILHENA, J. Para além da alimentação: um olhar psicanalítico sobre as políticas públicas de saúde na primeira infância. In: WINOGRAD, M.; VILHENA, J. (Org.). **Psicanálise e clínica ampliada: multiversos.** Curitiba: Appris, 2014. p. 37-56.
- MENESCAL, J. **Experiências adversas na infância de mães e a correlação com o vínculo materno de crianças assistidas numa instituição de primeira infância.** 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Mulher e da Criança) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, 2018.
- MIRANDA, L.; ONOCKO CAMPOS, R. Contribuições da teoria winnycottiana para um posicionamento clínico nos serviços públicos de saúde. In: WINOGRAD, M.; VILHENA, J. (Org.). **Psicanálise e clínica ampliada: multiversos.** Curitiba: Appris, 2014. p. 57-86.
- MOURA JR., J. F. et al. Concepções de pobreza: um convite a discussão psicossocial. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 341-352, 2014.
- NEVES, B. S.C. **Prevenção e Psicanálise:** contribuição ao debate a partir da clínica institucional com crianças desnutridas. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015.
- _____. **Uma compreensão psicanalítica da relação entre a mãe e o bebê em situação de pobreza e vulnerabilidade social:** um estudo a partir dos indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil. 2021. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
- ROLIM, L. **A percepção vincular materna e o risco de alteração no desenvolvimento socioemocional/comportamento das crianças.** 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Mulher e da Criança) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- ROSA, M. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Revista de Psicanálise Textura**, São Paulo, n. 2, p. 1-13, 2002.
- _____. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento.** São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

ROSA, M.; ESTEVÃO, I.; BRAGA, A. Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. *Psicologia em estudo*, v. 22, n. 3, 2017.

TEIXEIRA, I. **Trauma, angústia e desautorização nos dispositivos de saúde materno-infantil**: contribuições clínico-políticas da psicanálise. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

WINNICOTT, D. O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: _____. **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2019 (Original de 1967). p. 177-188.

RESUMO

O presente trabalho é resultado de duas pesquisas que tiveram o Instituto da Primeira Infância (IPREDE) como campo. Historicamente comprometida com o enfrentamento da desnutrição infantil, a instituição atualmente contempla a noção de desenvolvimento infantil de uma forma ampliada, incluindo o núcleo familiar em suas intervenções, juntamente com estratégias de quebra de ciclos intergeracionais de pobreza. Dessa forma, a instituição passa a trabalhar com a noção de que os cuidados parentais são fundamentais ao desenvolvimento da criança. No entanto, essa tarefa é complexificada nas situações em que as famílias estão constantemente envolvidas em questões cruciais para a garantia da própria sobrevivência, sendo necessário pensar nas trocas intersubjetivas quando envolvem problemáticas de gênero, racialidade e vulnerabilidade psicossocial. Através de uma vinheta clínica, objetiva-se demonstrar como o conhecimento técnico e especializado pode restringir as razões explicativas dos fenômenos que atravessam a infância sob uma lógica de responsabilização individual que recai na figura materna.

Palavras-chave:

vulnerabilidade social, psicanálise, saúde materno-infantil, infância.

Relaciones de cuidado en situaciones de vulnerabilidad social: una experiencia clínico institucional en la primera infancia

RESUMEN

Este trabajo presentase como el resultado de dos investigaciones hechas en el ámbito del Instituto da Primeira Infância (IPREDE). Desde el punto de vista histórico esta institución estuvo comprometida con el combate a la desnutrición infantil. Actualmente plantea la noción de desarrollo infantil de manera ampliada, incluyendo al núcleo familiar en sus intervenciones, junto con estrategias que visan romper los retos involucrados en la repetición de ciclos intergeneracionales de la pobreza. Por este logro, la institución empieza a trabajar con la noción al respecto que el cuidado de la pareja es fundamental para el desarrollo de los críos. Sin embargo, esta tarea se vuelve más compleja en situaciones en las que las familias están constantemente involucradas en cuestiones cruciales para garantizar su propia supervivencia, siendo necesario pensar en los intercambios intersubjetivos cuando involucranse cuestiones de género, racialidad y vulnerabilidad psicosocial. A través de una viñeta clínica, tenemos la intención de demostrar la forma cómo el conocimiento técnico y especializado puede restringir las razones explicativas de los fenómenos que corren a través de la infancia bajo la lógica de la responsabilidad individual que en general se pone frente a la figura materna.

Palabras clave:

vulnerabilidad social, psicoanálisis, salud materno infantil, infancia.

Care relationships in social vulnerability situations: a clinical-institutional experience in early childhood

ABSTRACT

The work is the result of two research projects conducted in the Instituto da Primeira Infância (IPREDE). Historically active in the fight against child malnutrition, IPREDE started to consider the notion of child development in a more general way, including the family in its interventions as well as strategies to break intergenerational cycles of poverty. In this matter, the institution begins to work with the notion that parental care is fundamental to child development. However, the application of this new concept becomes complex in situations where families are constantly facing fundamental problems, like guaranteeing their survival. In these situations, it is necessary to think about intersubjective exchanges including issues such as gender, racial and psychosocial vulnerability. Through a clinical vignette, we intend to show that technical and specialized knowledge often delimits the explanatory reasons for the phenomena that involve childhood under a logic of individual responsibility that falls on the mother figure.

Keywords:

social vulnerability, psychoanalysis, maternal and child health, childhood.

DATA DE RECEBIMENTO: 28/03/2022

DATA DE APROVAÇÃO: 04/10/2022



Beatriz Sernache de Castro Neves

Psicóloga pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente do curso de Psicologia da Faculdade Ari de Sá (FAS).

E-mail: bia_sernache@hotmail.com



Érika Teles Dauer

Psicóloga pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Mestra e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e docente universitária (Estácio - CE).

E-mail: erikadauer@hotmail.com



Karla Patrícia Holanda Martins

Professora associada do departamento de psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), graduação e pós-graduação, pesquisadora e bolsistas de produtividade do CNPq. Coordenadora do Programa de Extensão da UFC, Clínica, Estética e Política do Cuidado.

E-mail: kphm@uol.com.br

Juventudes, trauma e segregação, por Andréa Mális Campos Guerra, Ana Carolina Dias Silva, Rodrigo Goes e Lima

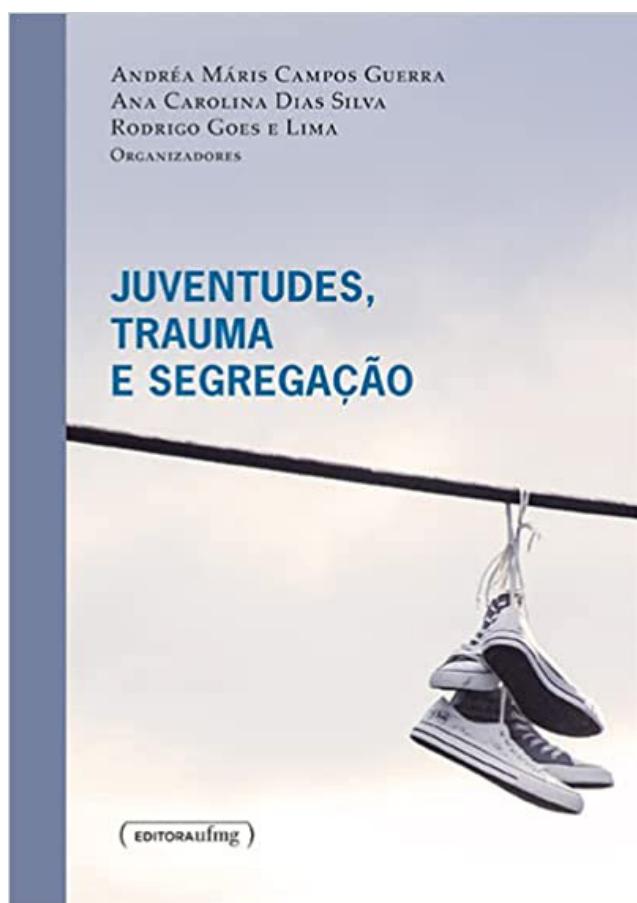
RESENHA/RESEÑA POR

Débora Ferreira Bossa

Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-9296-3581>

Adolescências plurais: juventudes, trauma e segregação



O livro *Juventudes, trauma e segregação*, organizado por Andréa Mális Campos Guerra, Ana Carolina Dias Silva e Rodrigo Goes e Lima, reuniu estudos desenvolvidos por vários autores e autoras que dedicaram suas linhas de estudos e investigações para desbravar o campo da adolescência e os processos de adolescer na contemporaneidade, colocando ênfase na dimensão geopolítica.

O título é chamativo e se apresenta como um convite para pensar sobre alguns alicerces da pluralidade da adolescência contemporânea, a saber: o tempo de passagem para a vida adulta; o tempo de redescobertas e elaborações psíquicas; e a adolescência brasileira calcada sobre o solo da colonização e da economia capitalista.

Na tríade juventudes, trauma, segregação, o livro nos convida a considerar a juventude como experiência social e compartilhada; o trauma como vivência singular, que por seu estatuto de impossível simbolização retorna no real; e a segregação como agenciamento coletivo que coloca em cena o antagonismo binário e evidencia, como elemento geopolítico, a necessidade da descolonização da psicanálise.

O interesse comum em investigar as adolescências, o trauma e os efeitos da segregação uniram pesquisadores/as de diferentes instituições em âmbito nacional e internacional, de modo que o livro representa a confluência de esforços para a construção de uma psicanálise sustentada pela dimensão clínico-política e enlaçada com as problemáticas geopolíticas que atravessam as subjetividades. Com isso, apresenta resultados de pesquisas engajadas com o avanço da criminalidade que acomete as juventudes das periferias dos grandes centros urbanos.

O livro consolidou o resultado de dois anos de pesquisas colaborativas e articuladas de pesquisadores/as da Rede Franco Latino-americana de Psicanálise e Criminologia, bem como sete anos de investigação da cooperação latino-americana, em especial Brasil e Colômbia, para a compreensão e superação de situações críticas de vulnerabilidades, segregação social e mortalidade juvenil. Com isso, estabeleceu relações internacionais entre pesquisas desenvolvidas nas seguintes instituições: Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), Universidad de Antioquia (Colômbia) e a Université de Rennes II (França).

O livro é dividido em quatro seções e composto por nove estudos. A primeira seção, *Adolescência e juventude, trauma e segregação*, apresenta duas conferências. A segunda, *Fundamentos psicanalíticos acerca do trauma e da segregação*, apresenta dois estudos teóricos. A terceira seção, *Trauma e segregação na história de um jovem*, é composta por dois artigos que colocam em discussão o trauma e a adolescência a partir da experiência de escuta de adolescentes em conflito com a lei; ela também aponta para a leitura clínica e política dos untermos juventude, trauma e segregação, acrescentando um novo: o testemunho. Por fim, a quarta seção é composta por três estudos que direcionam a análise do trauma a partir da obra freudiana, oferece novo olhar para a juventude e reconhece a dimensão do gênero como elemento fundamental para se articular ao trinômio que sustenta a obra.

A pesquisa em rede buscou investigar a relação entre as adolescências no Brasil e na Colômbia e suas relações com a criminalidade, cujas dimensões política e subjetiva se mantêm indissociáveis e apresentam a continuidade tal qual evidenciada pela banda de Moebius. Na dimensão política, a segregação foi o elemento norteador da pesquisa, e o trauma, como a dimensão subjetiva, orientou os questionamentos sobre os atravessamentos políticos endereçados à clínica psicanalítica contemporânea.

O ato na adolescência, conforme destaca Lacadée (2011), implica a existência de um tempo em que o agir se encontra amalgamado com o existir. Colocar o corpo em cena, atuar, diz respeito a manifestações marcadas pela violência e pela experiência traumática do encontro com a puberdade, e da não relação sexual.

Sauvagnat (2022) identificou a adolescência como o momento de crise em que todas as sociedades conhecem, criticamente, a noção de crise de adolescência e tentam encontrar distintas formas de lidar com ela. Em diferentes modos, a crise da adolescência, com base na psicopatologia, foi descrita em termos nosológicos e se configurou em epidemias, como: distúrbio de atenção, distúrbio de identidade de gênero, transtorno bipolar, autismo. Essas epidemias evidenciam a relação entre a adolescência e a estrutura social.

Diante da crise da adolescência francesa, Sauvagnat (2022) denunciou um fato importante: o silêncio sobre a morte dos adolescentes. O índice de jovens que morrem em acidentes de motocicleta é de 80%: “Na França, ninguém fala disso. É como se isso não existisse. Somos forçados a desdobrar essa questão da segregação social, pois, apesar de tudo, é a adolescência que segregada de si mesma” (SAUVAGNAT, 2022, p. 66).

A divisão do mundo ocidental em países desenvolvidos, de um lado, e país em desenvolvimento, de outro, delineia as fronteiras segregatórias entre norte e sul, e estrutura a divisão histórica entre colonizadores e colonizados. A divisão binária entre natureza e cultura foi fundamental para sustentar as práticas de exploração da Europa sobre o continente Americano, de modo que aquilo que não se aproximava do padrão eurocentrado, na dimensão da cultura, era considerado como selvagem.

Grosfoguel (2016) identificou quatro formas de genocídios pautados no racismo e no sexismo, e por tais articuladores denominou esses massacres como epistemicídios que ocorreram ao longo do século XVI, a saber: os genocídios contra os judeus e muçulmanos na conquista de Al-Andalus, contra os povos nativos das Américas, contra os povos africanos escravizados e contra as mulheres europeias acusadas de bruxaria.

Rastros desse processo podem ser observados no avanço da criminalidade, principalmente nos países latino-americanos, que colocam em cena os corpos de jovens pobres e negros, do sexo masculino e residentes das áreas periféricas dos grandes centros urbanos. O cenário que culmina no avanço das estatísticas de homicídios e mortes por uso de armas de fogo é indicativo de preocupação entre os pesquisadores/as: como produzir um saber-fazer diante dessa realidade? Como a psicanálise pode contribuir como ferramenta de inclusão e reconhecimento da pluralidade da adolescência contemporânea e responder aos endereçamentos políticos que demandam algo da escuta clínica?

Com isso, vemos que o avanço dos alicerces que compõem o sistema de globalização contemporânea, a partir do avanço do capitalismo sobre o mundo ocidental, hierarquiza as vidas e, tal como a mercadoria, elemento central da lógica econômica, coloca em questão o consumo, as vidas consumíveis e consumidas.

O verbo consumir apresenta alguns sentidos que podem ser destacados na discussãoposta entre o traumático e a segregação: alimentar, ingerir, comer, destruir. Como elemento radical do neoliberalismo, o consumo aponta para os processos investigativos sobre os efeitos e atrações da segregação sobre as adolescências existentes, e resistentes ao consumo e a consumação (ROSA, 2010).

O livro em foco, portanto, inclui o olhar centrado para as adolescências plurais que residem nas periferias urbanas e na periferia do mundo globalizado. A sua leitura consiste em movimento de resistência ao efeito produzido pela economia contemporânea que reduz a vida à utilidade econômica e calcula seu valor.

A segregação é apontada como elemento articulador do laço social, da economia e da hierarquização das vidas que, reduzidas a fundamentos econômicos, são descartáveis ou utilizáveis. Com isso, o trauma, como elemento subjetivo, é amarrado às questões geopolíticas e conflitos territoriais que diferenciam as adolescências incluídas e as adolescências excluídas, consumidoras e consumíveis, reconhecidas e não reconhecidas a partir dos efeitos da segregação.

Por sua vez, Macêdo (2022) apresentou essa discussão sintetizada na seguinte argumentação:

No mundo regido pelo par consumidor-produto, as trocas já não parecem orientadas pelo simbólico. Elas adquirem outro estatuto, marcadas pelo tom da satisfação dos imperativos de gozo do momento, são pontuais, efêmeras, múltiplas na aparência, mas unidas quanto ao seu cerne: o gozo do Um sozinho (MACÊDO, 2022, p. 215).

Nos territórios marginais, a presença concreta e simbólica do *modus vivendi* do crime e da violência compõe as tessituras sobre as quais as vidas nas favelas urbanas e na periferia do mundo organizam-se como modos de transmissão e filiação fazendo face à dimensão pulsional do púbere. As adolescências, nessa amarração, podem encontrar no objeto criminogênico modos de satisfação e reestruturação das vias de acesso ao gozo, seja como passagem, seja como resolutiva para aderência no estilo de vida oferecido pelo crime.

Lima, Silva e Guerra (2022), que assinam a organização da obra, também são autores/as da mesma, e apresentam uma nova dimensão para o trauma: o político. Nessa dimensão, o trauma se apresenta como contorno de regimes que estabelecem a exceção como identidade de gestão, com a qual as violações de direitos pelo Estado e pela sociedade civil colocam em permanência o perigo, o susto e a desproteção. O trauma político é experimentado como repetição no cotidiano na dimensão do sem sentido, sem contenção e sem enquadre analítico. Desse modo, a direção dada ao trauma deve incluir sua dimensão subjetiva e política, sem que a proposta política recubra a experiência singular de cada jovem.

Os caminhos para pesquisa-intervenção apresentados no livro compõem leitura pormenorizada sobre a técnica psicanalítica e nos conduzem a revisitá os elementos fundamentais da clínica, passando pela interface política, cuja articulação com a pesquisa, a intervenção e os estudos clínicos estruturam modos de saber-fazer da psicanálise na contemporaneidade. Na escuta, o esvaziamento das palavras mediante a experiência traumática é redirecionado pela clínica que testemunha o percurso das adolescências envolvidas com a criminalidade e em situações de vulnerabilidades sociais; além disso, sua dimensão do desamparo psíquico foi, outrora, conjugada ao desamparo generalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GUERRA, A. M. C.; SILVA, A. C. D.; LIMA, R. G. (Org.). **Juventudes, trauma e segregação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.
- GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- LACADÉE, P. **O despertar e o exílio**: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.
- LIMA, R. G.; SILVA, A. C. Dias; GUERRA, A. M. C. Trauma: uma interface entre psicanálise e política. In: GUERRA, A. M. C.; SILVA, A. C. D; LIMA, R. G. (Org.). **Juventudes, trauma e segregação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 71-94.
- MACÊDO, L. F. Juventude e Trauma: A experiência de desenraizamento. In: GUERRA, A. M. C.; SILVA, A. C. D; LIMA, R. G. (Org.). **Juventudes, trauma e segregação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 203-217.
- ROSA, M. Jacques Lacan e a clínica do consumo. **Revista Psicologia Clínica**, v. 22, n. 1, p. 157-171, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/tWMWvkkBBPsR8KDn3JhhCGC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- SAUVAGNAT, F. R. Conferência adolescência e o traumático: quando se perde a cabeça. In: GUERRA, A. M. C.; SILVA, A. C. D; LIMA, R. G. (Org.). **Juventudes, trauma e segregação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 55-67.

Palavras-chave: adolescências, conflito com a lei, gênero, trauma, segregação.

DATA DE RECEBIMENTO: 28/04/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 10/05/2023

Débora Ferreira Bossa

Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Belo Horizonte, Brasil. Integrante da Réseau International de Recherche en Criminologie et Psychanalyse (Riica). Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.

E-mail: debora.bossa@uemg.br

#falaestudante!

Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes, por Michelli Daros

RESENHA/RESEÑA POR

Aline Paes Araújo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Coordenadoria de Saúde do Servidor, São Paulo, Brasil.

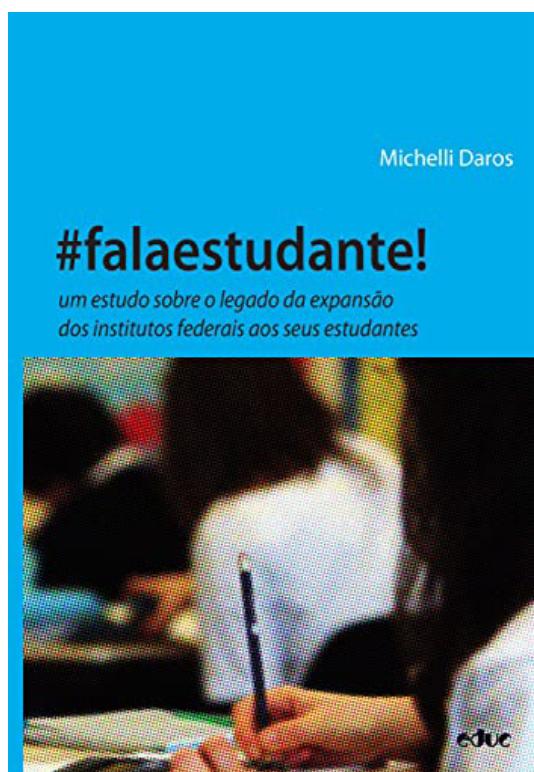
<https://orcid.org/0000-0003-1313-6815>

Maria Conceição Borges Dantas

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Coordenadoria de Assistência Estudantil, São Paulo, Brasil.

<https://orcid.org/0009-0000-4069-6266>

A relevância dos Institutos Federais na voz de seus estudantes



A obra *#falaestudante! Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes* é produto da pesquisa de doutorado da autora Michelli Aparecida Daros, premiada com menção honrosa pelo Prêmio Capes de tese 2020. A pesquisa realiza uma análise densa, crítica e atualizada sobre o processo de expansão dos Institutos Federais (IF's) no Brasil, no período de 2009 a 2014, destacando o seu significado para os (as) jovens estudantes.

O percurso metodológico construído buscou responder e refletir sobre a seguinte questão: o que significou a expansão dos Institutos Federais aos jovens da classe trabalhadora? Michelli Daros, que atua como assistente social na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede EPCT), apresenta aos (às) leitores(as) os Institutos Federais e os contextualiza no cenário nacional e político a partir de sua criação, em 2008, pelo Governo Lula. O estudo tem como hipótese central que a expansão da educação profissional e técnica, realizada de diversas maneiras, mas centralmente pela expansão dos Institutos Federais, seria um processo de ampliação do acesso à educação como política pública, sobretudo para os (as) jovens oriundos da classe trabalhadora.

Todavia, esse mesmo processo limitaria a permanência dos (as) estudantes, ao estabelecer vínculos frágeis com o território em que foram implementados, contrariando os pressupostos de seu marco legal.

O estudo se mostra inédito e de extrema importância e relevância para trabalhadores(as), gestores(as) e estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, seja por realizar uma análise crítica e atualizada da política pública de Educação Profissional e Tecnológica, que apesar de secular, nunca havia passado por um processo de expansão como no período estudado, seja por dar centralidade à perspectiva dos(as) estudantes, sujeitos ativos desta política, assim como pela realização de uma pesquisa nacional, considerando a dimensão geográfica continental do Brasil.

A constituição do trabalho como categoria central é o ponto nevrálgico da análise construída por Michelli Daros, que se justifica pela escolha de seu referencial teórico-metodológico: o materialismo histórico-dialético. Concebendo o trabalho, a partir do conceito marxiano, como categoria ontológica do ser social, a relação entre trabalho e educação é desenvolvida no primeiro capítulo: *Trabalho, educação e educação profissional e tecnológica*. O debate sobre essa relação indissociável entre educação e trabalho se torna central para compreensão da institucionalização da própria Política de Educação, assim como para a constituição das contradições presentes ainda hoje nesta política. Para a autora, o entendimento dessas contradições assume nova configuração na sociedade organizada sob o modo de produção capitalista, fundada na contradição de classes sociais. A partir dos escritos de Marx e Engels, Michelli Daros consegue captar os fundamentos das dualidades que estruturam a Política de Educação no modo de produção capitalista, dando amplo destaque à análise para o termo *politecnia*, que no debate da EPT tem uma centralidade.

Contudo, será a partir de Gramsci que a autora apresentará a relação entre um projeto de educação para a classe trabalhadora e o projeto de educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais. A proposta gramsciana de uma “escola unitária” (construída a partir de diversos conceitos desenvolvidos pelo autor e apresentados por Michelli Daros, tais como: hegemonia, cultura, intelectuais, sociedade civil, dentre outros) está alicerçada na compreensão da relação indissociável entre trabalho e educação, e é a partir desse pressuposto que será analisado o legado gramsciano para a educação profissional e tecnológica na proposta apresentada pelos Institutos Federais, mesmo que não sem fraturas e contradições.

A análise documental sobre a expansão da Rede EPCT, realizada por Michelli Daros, a partir do segundo capítulo: *Educação profissional e tecnológica: tessituras entre expansão, ‘sociedade do conhecimento’ e neodesenvolvimentismo*, será precedida da análise do contexto em que o projeto dos Institutos Federais é colocado em prática, a partir de suas “intencionalidades, desenho e finalidades” (DAROS, 2023, p.79). Nesse sentido, a autora afirma que no contexto de criação dos Institutos Federais é possível perceber a influência das ideias da “sociedade do conhecimento” nas políticas públicas educacionais, e no cenário político-econômico destaca-se o projeto neodesenvolvimentista em curso e seus impactos para as políticas sociais, em especial a da Educação. A obra se contrapõe a essas teorias, para as quais a “educação passa a ser a política-chave do desenvolvimento econômico e o veículo de mobilidade social da classe trabalhadora pauperizada” (DAROS, 2023, p. 85); e, ainda, concorda com Castelo (2012), Gonçalves (2012) e Katz (2016) que o projeto neodesenvolvimentista, identificado no período de 2003 a 2014, apesar de atribuir outra função social ao Estado, não rompe com a lógica neoliberal.

Em meio a todo esse cenário, há uma juventude, oriunda da classe trabalhadora, em processo de formação e ingresso no mercado de trabalho que possui novas características, advindas da nova morfologia do mundo do trabalho, e que encontra um cenário de ampliação do acesso aos mais altos níveis de escolarização por meio das políticas públicas: expansão da Rede EPCT,

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Programa Universidade para Todos (ProUni), Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), Lei de Reserva de Vagas, Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Diversidade, (Lei 12.711/2012), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), dentre outras, mas que não necessariamente vê isso refletido em inserções mais qualificadas no mundo do trabalho, materializando ainda mais as tensões entre trabalho e educação.

As análises apresentadas na obra sobre a educação profissional identifica a articulação entre os traços neodesenvolvimentistas do período político-econômico estudado e as características e diretrizes da “sociedade do conhecimento”, colaborando para desvendar e pensar os atuais desafios da EPT, assim como as contradições existentes na própria constituição dos IF's que articulam em seus princípios teórico-filosóficos tanto elementos presentes no pensamento gramsciano e que dialogam com o debate da escola unitária, como elementos da teoria do capital humano, hoje atualizada através da perspectiva da sociedade do conhecimento. Tal discussão é aprofundada e articulada à realidade dos IF's pela autora através da análise de dados oriundos de sua pesquisa baseada em documentos governamentais.

O terceiro capítulo, *A emergência dos institutos federais e a sua expansão no século XXI*, apresenta ao leitor uma contextualização histórica sobre a educação profissional, executada no âmbito federal, ao longo da formação social brasileira. A análise retoma a todo momento o fio condutor do trabalho – a articulação entre as categorias trabalho e educação, que no caso da EPT se torna central para a compreensão da própria constituição da política, assim como suas reconfigurações ao longo do período histórico.

Ao analisar o histórico da educação profissional, a autora conclui que os Institutos Federais são singulares em sua composição, estrutura curricular e políticas institucionais e indica, apesar de não ser a centralidade do seu estudo, o quanto a problematização do binômio acesso permanência se torna fundamental para pensar a materialidade da atual proposta dos IF's, apontando as principais ações existentes que expressam esse binômio, sendo estas: o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), a lei de Reserva de Vagas, Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Diversidade (Lei 12.711/2012) e os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnes).

Apesar dessa singularidade dos Institutos Federais na história da educação profissional e técnica no Brasil, a autora relata a sua pluralidade e contextos diversos, expressos pelas diferentes fases de expansão da Rede, particularidades na constituição e regionalização, o que levou a pesquisadora a buscar uma maior proximidade com o território onde “se cria e recria a vida dos campi dessas instituições” (DAROS, 2023, p. 188), representada pela realização de uma ampla pesquisa de campo.

No quarto capítulo, tem-se a apresentação dos dados da pesquisa de campo que permitem a aproximação com a realidade dos Institutos Federais. A escolha dos Institutos participantes da pesquisa se deu através do estabelecimento de critérios construídos a partir da análise documental, sendo os IF's “selecionados” aqueles que apresentaram os resultados com maior disparidade entre os seguintes indicadores: renda familiar *per capita*, eficiência acadêmica e capacidade de atendimento à população jovem por meio do número de matrículas. Dentre os escolhidos, a autora buscou priorizar, na estrutura de cada um deles (quando existente): um campus preexistente à expansão da Rede EPCT e outro instalado durante esse processo.

Os Institutos Federais participantes foram: Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), campi Aquidauana e Campo Grande; Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), campi Inconfidentes e Pouso Alegre; Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), campi Natal e Parnamirim, e Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campi São Paulo e Hortolândia.

Os resultados da pesquisa de campo buscam identificar se as percepções estudantis coadunavam ou não com os dados obtidos na pesquisa documental. Quando comparados os dados dos *campi* preexistentes com os *campi* da fase de expansão, a autora destaca que, em relação à infraestrutura, os *campi* preexistentes possuem menos queixas em relação ao acesso e as dependências. Contudo, essas dificuldades nos *campi* da fase de expansão não são um fator decisivo no indicador de número de matrículas. Já em relação à articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais, a autora aponta uma fragilidade institucional nessa articulação.

O quinto e último capítulo traz dados sobre o perfil dos estudantes dos Institutos Federais, comparando com o panorama geral da juventude brasileira e destacando a diversidade na modalidade de cursos oferecidos na Rede EPCT. Em relação às características dos estudantes, a pesquisa mostra uma nova identidade dos(as) mesmos(as) referente à autodeclaração étnico-racial e de renda. Tudo isso faz com que a autora conclua que os estudantes dos Institutos Federais, em sua maioria, pertencem a famílias de trabalhadores.

Em relação às expectativas dos(as) estudantes, em sua maioria, indicaram a continuidade dos estudos, sendo que alguns indicam o trabalho como condição concomitante. Outra expectativa constatada é a de que a formação dos Institutos Federais proporcione um trabalho com mais segurança e remuneração. Contudo, nesse quesito, o trabalho traz reflexões importantes sobre as atuais mudanças no mundo do trabalho, a partir da flexibilização dos vínculos trabalhistas e de sua precarização, que possibilitam um contraponto em relação a essa expectativa a partir de uma perspectiva crítica.

Na pesquisa de campo, a autora conseguiu identificar que o ingresso nos Institutos Federais proporcionou: o contato com novas visões de mundo, abrindo novos horizontes, e a vivência em ambientes de socialização e de reflexões críticas sobre a realidade. Os(as) estudantes apontaram o espaço dos Institutos Federais como democrático, aberto para discussões, sobretudo, relacionadas às questões de gênero. Outro assunto presente na fala dos estudantes, e alvo de análise da pesquisadora, é a pressão e a dificuldade de adaptação ao novo ambiente, impactando a saúde mental dos(as) estudantes.

A pesquisa de Michelli Daros traz uma constatação necessária de ser ressaltada: apesar da contradição entre o modelo de educação profissional oferecido pelos Institutos Federais, influenciado pela ‘sociedade do conhecimento’ e em contexto político neodesenvolvimentista, conforme análise da autora, há o reconhecimento da importância, a partir do relato dos(as) estudantes, dessas instituições para o território em que estão instalados. A autora afirma que a presença dos estudantes oriundos da classe trabalhadora nos Institutos faz com que a relação desses com os territórios seja mais orgânica “[...] de modo a atender os interesses legítimos e coletivos das populações que neles vivem”(DAROS, 2023, p. 411).

Na conclusão de sua pesquisa, a autora ainda contribui com duas indicações importantes para as Instituições Federais sobre estratégias de investigação, análise, e intervenção, quando necessário, no percurso de cumprimento das suas finalidades institucionais, estabelecidas em sua lei de criação.

A obra conta ainda com uma análise do impacto da crise sanitária em decorrência da pandemia de covid-19, na realidade dos Institutos Federais e a sua atuação, frente a inúmeros desafios no atendimento aos estudantes e à comunidade escolar.

A riqueza da obra de Michelli Daros, além de toda análise teórica realizada com maestria, rigor científico metodológico, densidade, aprofundamento sobre a temática e ineditismo do tema, também se revela na aproximação com o território por meio da escuta da voz e, ainda, dá visibilidade conferida à opinião dos(as) jovens estudantes dos Institutos Federais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, Edição Especial, 2012.
- DAROS, M. A. **#falaestudante!: um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes**. São Paulo: EDUC, 2023.
- GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, Edição Especial, p. 637-671, 2012.
- KATZ, C. **Neoliberalismos, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

Palavras-chave: institutos federais, expansão da educação profissional e tecnológica, estudantes, classe trabalhadora, legado.

DATA DE RECEBIMENTO: 26/04/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 10/05/2023

Aline Paes Araujo

Doutora, mestre e bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, Brasil. Assistente Social do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais da PUC-SP.

E-mail: alinepaesaraujo@gmail.com

Maria Conceição Borges Dantas

Doutora e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, Brasil. Assistente social no Instituto Federal de São Paulo desde 2013. Organizadora do Livro *Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica*, Editora Cortez, 2019.

E-mail: marrieborges@gmail.com